UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MAGDA LUIZA MASCARELLO

“AQUI A POBREZA NÃO TEM OUSADIA”: ETNOGRAFIA SOBRE PRÁTICAS ECONÔMICAS DOS MORADORES DA FOZ DO RIO DE CONTAS, ITACARÉ – BA

CURITIBA

2022

MAGDA LUIZA MASCARELLO

“AQUI A POBREZA NÃO TEM OUSADIA”: UMA ETNOGRAFIA SOBRE PRÁTICAS ECONÔMICAS DOS MORADORES DA FOZ DO RIO DE CONTAS, ITACARÉ – BA

Tese apresentada ao curso de Pós-graduação em Antropologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Antropologia.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Sandra Jacqueline Stoll.

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Mascarello, Magda Luiza
Aqui a pobreza não tem ousadia: uma etnografia sobre práticas econômicas dos moradores da foz do Rio de Contas, Itacaré – BA / Magda Luiza Mascarello. – Curitiba, 2022.
1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Antropologia.
Orientadora: Profa. Dra. Sandra Jacqueline Stoll.

1. Itacaré, Bhaia – Práticas econômicas. 2. Turismo. 3. Quilombolas. I. Stoll, Sandra Jacqueline. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. III. Título.

Bibliotecária: Romilda Aparecida dos Santos CRB-9/1214

ATA Nº11

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DOUTORADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTORA EM ANTROPOLOGIA

No dia vinte de abril de dois mil e vinte e dois às 14:00 horas, na sala 617/Microsoft Teams, Departamento de Antropologia, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de tese da doutoranda **MAGDA LUIZA MASCARELLO**, intitulada**: "Aqui a pobreza não tem ousadia": etnografia sobre práticas econômicas dos moradores da Foz do Rio de Contas - Itacaré/Bahia**, sob orientação da Profa. Dra. SANDRA JACQUELINE STOLL. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: SANDRA JACQUELINE STOLL (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), MARTINA AHLERT (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO), JOHN CUNHA COMERFORD (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO), LILIANA DE MENDONÇA PORTO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), EMÍLIA PIETRAFESA DE GODOI (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de doutora está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, SANDRA JACQUELINE STOLL, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

Observações: A Banca Examinadora valoriza a importância das descobertas etnográficas realizadas pela Tese e sugere seu desdobramento soba forma de publicações.

CURITIBA, 20 de Abril de 2022.

Assinatura Eletrônica
01/05/2022 18:58:00.0
SANDRA JACQUELINE STOLL
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
03/05/2022 18:16:35.0
MARTINA AHLERT
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO)

Assinatura Eletrônica
29/04/2022 15:58:28.0
JOHN CUNHA COMERFORD
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO)

Assinatura Eletrônica
29/04/2022 15:57:23.0
LILIANA DE MENDONÇA PORTO
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
30/04/2022 16:58:12.0
EMÍLIA PIETRAFESA DE GODOI
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS)

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 179836
Para autenticar este documento/assinatura, acesse https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp e insira o codigo 179836

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **MAGDA LUIZA MASCARELLO** intitulada: **"Aqui a pobreza não tem ousadia": etnografia sobre práticas econômicas dos moradores da Foz do Rio de Contas - Itacaré/Bahia**, sob orientação da Profa. Dra. SANDRA JACQUELINE STOLL, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 20 de Abril de 2022.

Assinatura Eletrônica
01/05/2022 18:58:00.0
SANDRA JACQUELINE STOLL
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
03/05/2022 18:16:35.0
MARTINA AHLERT
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO)

Assinatura Eletrônica
29/04/2022 15:58:28.0
JOHN CUNHA COMERFORD
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO)

Assinatura Eletrônica
29/04/2022 15:57:23.0
LILIANA DE MENDONÇA PORTO
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
30/04/2022 16:58:12.0
EMÍLIA PIETRAFESA DE GODOI
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS)

Em memoria de
Seu Renato
Ricardo
Julio
Dona Romana
Dona Nice

AGRADECIMENTOS

Esta tese é fruto de quatorze anos que passei na Universidade Federal do Paraná. Desde que ingressei no curso de Ciências Sociais em 2008, foi nessa instituição de ensino que aprendi os caminhos árduos, sinuosos e apaixonantes da pesquisa acadêmica. Agradeço e dedico este trabalho a cada profissional que direta ou indiretamente contribuíram para minha formação.

Agradecimentos especiais aos técnicos e docentes do PPGA/UFPR que me acompanharam mais de perto nesse longo processo de aprendizagem. Foram eles que a cada disciplina e a cada projeto realizado me ensinaram que dedicar-se a compreensão da(s) alteridade(s), muito mais do que uma ciência e uma carreira acadêmica, é um jeito de pensar, de ver e viver a vida na perspectiva da diversidade. A antropologia, aos poucos, vai tomando conta da gente. É um caminho sem volta!

Sou grata, sobretudo, aqueles/as que estiveram presente nos últimos anos durante o curso do doutorado. Às/aos professoras/es Edilene Coffaci de Lima, João Frederico Rickli, Laura Pérez Gil, Liliana de Mendonça Porto e Lorenzo Gustavo Macagno que ministraram as disciplinas. As leituras, reflexões e debates propostos foram fundamentais para a produção deste trabalho.

A professora Liliana Porto esteve também na banca de qualificação, acompanhada da professora Martina Ahlert (UFMA). A elas estendo também a minha gratidão. A leitura cuidadosa de um texto ainda experimental e imaturo e as questões que levantaram foram decisivas para o amadurecimento da reflexão e o redirecionamento do olhar de pesquisa. As ponderações da banca de qualificação me levaram a considerar a centralidade de questões que até então, literalmente, pareciam ser nota de rodapé e a acreditar que os dados produzidos em campo diziam mais... muito mais. Professora Liliana, inclusive, orientou meus primeiros passos na pesquisa acadêmica quando eu estava ainda na graduação. Tempos de um aprendizado ímpar que hoje baliza minhas escolhas, incurssões e posicionamentos na academia.

Uma gratidão que estendo aos professores Emilia Pietrafesa de Godoi e John Cunha Comerford que se somaram à elas na banca que avaliou a defesa desta tese. Os destaques que fizeram do trabalho e os questionamentos em torno das elaborações etnográficas e teóricas que ele traz vêm sendo fundamentais nos desdobramentos atuais da pesquisa. Parafraseando meus interlocutores no trabalho de campo - a população quilombola que habita a foz do Rio de Contas, em Itacaré – BA - a partir da banca de defesa também a tese “se expande” por

caminhos ainda não explorados pela pesquisa etnográfica. Aquela *vontade doida* de continuar pesquisando, inventando e descobrindo.

Não há linhas nem palavras suficientes para agradecer à minha orientadora Sandra Jacqueline Stoll por esses nove anos de parceria, nos quais produzimos juntas uma dissertação de mestrado e esta tese de doutorado. Sandra sempre me conduziu pelas trilhas da pesquisa antropológica com todo o respeito às minhas decisões e escolhas e, ao mesmo tempo, com a firmeza e honestidade necessárias aos redirecionamentos inerentes à produção etnográfica. Com ela aprendi que o amadurecimento do pensamento é uma atividade eminentemente relacional e precisa de tempo, disciplina, dedicação, sensibilidade e abertura para aprender com o(s) Outro(s). O mundo é sempre muito mais interessante e complexo (e confuso?) do que podemos imaginar. A ela agradeço, sobretudo, porque acreditou em meu trabalho ainda naqueles momentos que nem eu mesma acreditava.

As exigências sanitárias de isolamento social resultantes da Pandemia Covid-19 não permitiram que nossa "turma de doutorado" realizasse todos os debates, os festejos, os cafés, as parcerias e as convivências que sonhamos e planejamos quando ingressamos juntas/os no curso em 2017. Ainda assim, os diálogos, leituras e debates que conseguimos propor e realizar naquele momento inicial e as preocupações, chamadas e mensagens que trocamos no período mais duro e assustador da pandemia foram decisivos para a sustentação do processo de pesquisa. Agradeço aos colegas e amigos/as Sara Guerreiro, Franciele Lisboa de Almeida e Rodrigo Graça pela parceria.

Os primeiros anos de doutorado foram também de intenso trabalho na docência no IFPR/Campus Pinhais, instituição da qual faço parte e no IFBA/Campus Ilhéus, escola onde atuei em cooperação técnica, uma estratégia para tornar o trabalho de campo factível. Gratidão aos alunos que tive nas duas instituições, com os quais aprendi muito mais do que ensinei. O IFPR me permitiu, primeiramente trocar trabalho com o Instituto Federal na Bahia o que viabilizou a inserção etnográfica em Itacaré e, posteriormente, autorizou meu afastamento integral, fundamental para a produção deste texto. Nestes movimentos profissionais a contribuição dos professores Aparício, Colombo, Jefferson e Felipe que flexibilizaram sua carga horária docente para se adaptar aos incidentes de minha pesquisa foi fundamental. Obrigada! Agradecimento que se estende aos colegas (sobretudo aos "problemáticos") do IFBA Campus Ilhéus. Nossas prosas nutridas a tapioca e embaladas pelo forrozinho da praça tornaram aquele momento mais leve e prazeroso. Em Ilhéus me senti em casa! Tenho saudades!

O que falar dos amigos e interlocutores de Itacaré? Nem uma vida toda seria

suficiente para expressar a gratidão que sinto. Me receberam em suas casas, me convidaram para suas festas, me inseriram em suas redes de proteção e ajuda-mútua, meemprestaram suas fotos e seus registros. E, sobretudo, me ensinaram muito sobre a vida, sobre como ela pode ser descontraída e divertida apesar do trabalho intenso, das tensões políticas, das injustiças e dos preconceitos. Agradeço à Sandrinha que me acolheu em sua casa sem sequer me conhecer; à Renatinha e sua família (sobretudo sua mãe Dona Ziu e suas irmãs Raimunda, Zilma e Dina) que me acolheram como alguém que faz parte "da casa"; à Rita e Mario que sempre se preocuparam em não me deixar sozinha; a Mariane e Ailton que nunca me deixaram sem peixe fresco; a Laurinha, Pablo, Railda e Silvanete que insistiam que por trás de tudo que eu via existia um universo quilombola; e ao grupo dos "rolês" que fez meu trabalho de campo ser intenso e divertido. Muito mais do que interlocutores de pesquisa, essas pessoas são minhas amigas, "gente da família" como elas mesmas costumam afirmar. Agradeço ainda aos moradores dos bairros Marimbondo e Porto de Trás – da Foz do Rio de Contas – que me levaram para suas roças, compartilharam de sua comida, me contaram suas histórias e me incluíram nas animadas *resenhas* de fim de tarde. Eles são os protagonistas desta tese.

A parte final do curso de doutorado foi um tempo difícil e assustador. A pandemia, o isolamento social, o risco de infecção, os adoecimentos e mortes de pessoas conhecidas e queridas fizeram dos últimos anos um período de pouca inspiração. Como sabemos, a produção de conhecimento não resulta de uma maçã que por acaso despenca na cabeça de um gênio privilegiado. Antropologia é uma ciência eminentemente relacional, que se faz no diálogo, na convivência, na troca e no debate. Em alguns momentos a pandemia e suas más notícias pareciam tomar conta de tudo. Os passos para avançar no texto se fizeram pesados demais. Esta tese não teria sido possível sem as "bolhas" de convivência e cuidado que constituí junto a meus/minhas amigos/as e vizinhos/as. Os encontros que tivemos, mesmo cheios de melindres, cuidados e precauções foram fundamentais. Agradeço imensamente a Ariana; Débora; Edmar, Diogo e Dona Maria; Romany e Leo; Jeff, Ju e meu pequeno José; e Josemi e Ângelo por serem este suporte durante o período mais duro da pandemia e isolamento social.

Não poderia deixar de reconhecer aqui uma presença que tornou o processo de doutoramento mais suave e prazeroso justamente quando o cansaço alcançou seu ápice e, por vezes, parecia até inviabilizar a conclusão da tese. Agradeço imensamente ao meu querido Robinho pelo amor e companheirismo deste último ano. Caminhar com ele tem tornado meus passos mais leves, prazerosos e decididos. Sua compreensão, paciência, senso de humor, incentivo e cuidado também escreveram este texto.

Por fim, agradeço à minha família. Nos vimos pouco nos últimos anos. Em parte, porque a dedicação à escrita de uma tese vai tomando conta da nossa vida e do nosso tempo. Mas, sobretudo, porque netes tempos de pandemia manter-se afastados também é ato de amor e proteção. Afastados, mas não longe. À minha irmã Juliana e meu pai Nilceu agradeço pelo incentivo, à minha mãe Lourdes pela presença incondicional e amorosa que ajuda a reestabelecer o equilíbrio e a seguir nos momentos mais críticos, e à minha sobrinha Evellyn que a cada visita ou ligação me fazia esquecer completamente que eu tinha uma tese para escrever. A vocês também dedico este trabalho!

RESUMO

A tese explora os impactos e mudanças econômicas e culturais ocorridas na cidade de Itacaré (Bahia) nas últimas décadas, em especial a partir da pavimentação da rodovia estadual BA 001 concluída em 1998 e a consequente ampliação e consolidação da indústria turística na região. O foco de observação se concentra, de um lado, no processo de produção de uma imagem pública de "paraíso natural da costa Atlântica" que sustenta o novo mercado e, de outro, nas especificidades dos modos de viver da população autodenominada *nativa,* explorando sua relação na constituição de uma territorialidade negra quilombola localizada na foz do Rio de Contas. O trabalho apresenta uma reflexão sobre as práticas econômicas da população ribeirinha de Itacaré a partir de etnografia realizada em dois de seus bairros mais antigos: Marimbondo e Porto de Trás. O roteiro percorrido aponta que as mudanças recentes estimuladas pelo turismo acionam especificidades de um modo de viver da população negra ribeirinha da cidade. Inseridos em um contexto de mudanças e grande expansão econômica, os moradores estudados (re)elaboram contemporaneamente sua própria história quilombola e sua identidade a partir das quais interpretam as relações que estabelecem com o mercado do turismo e justificam seus posicionamentos e respostas às questões que o novo contexto lhes apresenta.

Palavras chaves: Itacaré. Práticas econômicas. Turismo. Quilombolas.

ABSTRACT

The thesis explores the economic and cultural impacts and changes that have taken place in the city of Itacaré (Bahia) in recent decades, especially since the paving of the BA 001 state road completed in 1998 and the consequent expansion and consolidation of the tourist industry in the region. The focus is, on the one hand, on the process of producing a public image of a "natural paradise on the Atlantic coast", which sustains the new market and, on the other hand, on the specifics of the ways of living of the self-styled native population, exploring their relationship in the constitution of a black quilombola territoriality located at the mouth of the Rio de Contas. The work presents a reflection on the economic practices of the riverside population of Itacaré based on ethnography carried out in two of its oldest neighborhoods: Marimbondo and Porto de Trás. The route taken points out that the recent changes stimulated by tourism trigger specificities of a way of life of the black riverside population of the city. Inserted in a context of changes and great economic expansion, the studied residents (re)elaborate contemporaneously their own quilombola history and their identity from which they interpret the relations they establish with the tourism market and justify their positions and answers to the questions that the new context presents them.

Keywords: Itacaré. Economic practices. Tourism. Quilombolas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da cidade de Itacaré 28

Figura 2: Vista aérea de Itacaré – Google Earth 28

Figura 3: Fotografia aérea de Itacaré 29

Figura 4: Igreja Matriz São Miguel Arcanjo 34

Figura 5: Rua Pituba no período noturno 39

Figura 6: Reportagem revista de surf 41

Figura 7: Reportagem revista Azul 42

Figura 8: Casamento de João e Cristina 44

Figura 9: Praia do Resende 49

Figura 10: Quiosque na praia da Engenhoca 55

Figura 11: Um dos quiosques da Praia do Hawaizinho 56

Figura 12: Únicos quiosques da Praia do Jeribucaçu 56

Figura 13: Escombros da obra Warapuru no meio da trilha que dá acesso à Praia da Engenhoca 58

Figura 14: Vista da Praia da Engenhoca de cima dos escombros da construção Warapuru 58

Figura 15: Antiga fachada do Casarão Verde, voltada para o centro da cidade 68

Figura 16: Nova fachada do Casarão Verde, voltada para as águas 68

Figura 17: Praça do Bairro Marimbondo 80

Figura 18: Rua do Bairro Marimbondo 81

Figura 19: Bairro Porto de Trás 83

Figura 20: Beco entre os bairros Marimbondo e Porto de Trás 88

Figura 21: Beco de Joaquina, Bairro Porto de Trás 88

Figura 22: Encruzilhada entre o Beco de Deco (com o portão ao fundo) e outros dois becos ao lado 91

Figura 23: Vista da janela da quitinete alugada no Bairro Porto de Trás – encontro dos fundos dos dois bairros estudados 94

Figura 24: Grupo na festa junina do Bairro Marimbondo 122

Figura 25: Concentração Bloco do Tchuco no Bairro Porto de Tras 123

Figura 26 – Mapa das Comunidades Quilombolas de Itacaré, certificadas pela Fundação Palmares 151

Figura 27: Casa na roça 153

Figura 28: Armadilha de Guaiamum 154

Figura 29: Pesca de Rede de Arrasto I 163

Figura 30: Pesca de Rede de Arrasto II 164

Figura 31: Peixes pescados na Rede de Arrasto sendo vendidos na praça do Bairro Marimbondo I 165

Figura 32: Peixes pescados na Rede de Arrasto sendo vendidos na praça do Bairro Marimbondo II 166

Figura 33: Barraca Descubra na Praia do Pontal 171

Figura 34: Roça e restaurante de Rosivaldo na Povoação I 176

Figura 35: Roça e restaurante de Rosivaldo na Povoação II 177

Figura 36: Restaurante na roça de Miguel e Dora 178

Figura 37: Banheiro enfeitado com plantas da Mata Atlântica
– Restaurante de Miguel e Dora 179

Figura 38 – Casa de Manoel Cupim com a cozinha de barro acoplada aos fundos - Quilombo João Rodrigues 183

Figura 39 – Manoel Cupim e sua esposa Maria andando por entre a roça de cacau – Quilombo João Rodrigues 183

Figura 40 – Sede da Associação Quilombola João Rodrigues 184

Figura 41: Centro Cultural antes da reforma 233

Figura 42: Centro Cultural – Evento de lançamento do Festival Gastronômico 2021 233

Figura 43: Cortejo do Bicho Caçador 239

Figura 44 – Cortejo do Bicho Caçador 239

Figura 45: Apresentação da Volta da Jiboia na festa da cidade 241

Figura 46: Apresentação da Volta da Jiboia na festa da cidade 242

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 12

1. ITACARÉ: A INVENÇÃO DE UM PARAÍSO 24
1.1. O reggae e o arrocha: produções e deslocamentos da alteridade 27
1.2. Caracterizando a região turística da cidade: "o lado de lá" 36
1.3. BA 001: Itacaré e seus deslocamentos 51
1.4. Orla: a produção de um centro histórico 64

2. NAS MARGENS DO RIO DE CONTAS: A COABITAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DE UM MODO DE VIDA 71
2.1. Maribondo e Porto de Trás: apresentando os bairros ribeirinhos 75
2.2. Casas que se expandem 84
2.3. Uma gente que se expande 114

3. MARCAS INDESEJÁVEIS 137

4. "AQUI A POBREZA NÃO TEM OUSADIA": ENTRE O BAIRRO E A ROÇA . 143
4.1. Entre o bairro e a roça 146
4.2. "A gente somos mais gente do rio": estreitando relações entre bairro e roça 172
4.3. "Mas somos vizinhos de coisas de preto": o movimento da ancestralidade 186
4.4. Tensões em relação à historiografia oficial 191

5. "ESCRAVOS SÓ ATÉ A FOZ DO RIO DE CONTAS": RELAÇÕES DE TRABALHO E ASSALARIAMENTO NO MERCADO DO TURISMO 201
5.1. Práticas de trabalho e empregabilidade 203
5.2. Os nativos e sua "cultura" como objeto de interesse turístico 228

CONSIDERAÇÕES FINAIS 245

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 253

APRESENTAÇÃO

Era uma tarde linda de sol, quinta-feira, 12 de setembro de 2019, quando me reuni com alguns de meus interlocutores na praia do Pontal, conhecida como a praia dos *nativos,* localizada na foz do Rio de Contas. O encontro desse importante afluente - o Rio de Contas - com o mar no Pontal dá forma a uma das mais famosas paisagens que alimenta o mercado do turismo em Itacaré. O motivo da reunião era a despedida de minha primeira inserção em campo. Eu estava deixando a cidade após treze meses de moradia no Bairro Marimbondo, um dos bairros ribeirinhos onde desenvolvi a pesquisa de campo para esta tese. Me disse Tito, meu vizinho, um dos amigos que fiz nessa estadia:

> Não pode sair daqui sem comemorar, sem se despedir. Tem que fazer festa pra voltar. Quem se banha no Pontal, quem toma uma cervejinha ali com a gente, sempre volta. Se vai mesmo, sempre volta. (Marimbondo, setembro de 2019).

Havia pouca gente no Pontal nesse encontro, nem mesmo Tito estava presente. Embora aqueles que faziam parte do que meus interlocutores chamavam naquele momento de "nosso grupo" (em torno de quinze a vinte pessoas) houvessem manifestado intenção de participar da despedida e comemorado a iniciativa do agendamento da confraternização, eles me alertaram que quinta-feira era um dia da semana difícil para se reunir os moradores locais. Geralmente, nesse dia, os trabalhadores do turismo estão ocupados com os preparativos nas pousadas, bares e restaurantes para receber os visitantes que chegam no final de semana. A isso se soma o fato de muitos dos moradores ribeirinhos estarem envolvidos com os afazeres da pesca e mariscagem, outra atividade que lhes propicia algum ganho. Diante disso, os convidados do "grupo" haviam sugerido que se fizesse a reunião alguns dias antes, o que não me era possível, porque eu estava envolvida com as demandas do trabalho docente que desenvolvia numa escola em Ilhéus, a cidade vizinha. Apontaram a possibilidade de fazer a festa alguns dias depois, porém a data da minha viagem não poderia ser adiada, uma vez que eu devia reassumir as atividades no Instituto Federal do Paraná (IFPR), minha instituição de origem, no início da semana seguinte. Compareceram, então, apenas seis pessoas. Outras se acercaram somente no final da tarde, quando já estávamos de volta à Orla, para dar um abraço.

Entre os que chegaram ao Pontal aquela tarde estava Francis, que, embora não fizesse parte do "grupo", era o esposo de Julia, uma das integrantes. Ele vez ou outra participava das nossas comemorações. Nesse cenário, muito menos animado do que de costume, Francis indagou:

> **Francis:** Você não gostou de Itacaré? Como pode não gostar, isso aqui é o paraíso!
> **Magda:** Como? Claro que gosto. Adoro aqui. Por que isso agora, menino?
> **Francis:** Oxe, oxe... e por que tá indo embora então? Por que não fica aí?

Um pouco desconcertada com a assertividade das indagações, passei a explicar cuidadosamente que minha partida não era uma escolha, se tratava de uma exigência de meu trabalho, dado o encerramento de um contrato que definia a data do retorno e de minha reintegração na escola onde leciono no estado do Paraná. Afirmei, porém, que voltaria a Itacaré assim que fosse possível e que continuaria unida aos moradores ribeirinhos, muitos deles agora meus amigos, analisando e escrevendo sobre as informações e dados que construí junto a eles nesse período em que estive na cidade. No entanto, apesar de meu esforço no detalhamento das explicações, meu interlocutor não se convenceu e interpelou:

> **Francis:** Não entendi. Acho que você não está fazendo certo. Está escolhendo errado. Gosta daqui mas vai embora pra trabalhar? Trabalha aqui, bonita. Não tem trabalho aqui? Tem trabalho aqui. Sempre tem alguma coisa pra fazer. Se gosta de nós, gosta daqui, fique aqui. Oxe, não precisa ir embora não. Você tem filho lá? Tem não. Tem menino? Tem não. Mora com sua família? Mora não. Então, bonita, tem casa aqui, tem amigos, tem tudo. Não precisa ir embora não. Não tem que ir embora não, se não quiser.

Julia, sua esposa, interveio no diálogo:

> Oxe, deixa ela, menino. Já viu? Não se mete não. Fica se metendo na vida dos outros! O trabalho dela não é que nem esses que tem aqui não. É trabalho bom. Não tem menino, mas tem as coisas dela. O trabalho dela é bom. Ela trabalha e ganha dinheiro pra poder voltar, poder curtir uma praia, poder tomar a cerveja dela. Quando quiser.

Ao que Francis concluiu:

> Oxe, e precisa ir embora pra isso? "Quando quiser?" Não. Ela não quer ir e vai. Não está vendo? "Quando quiser?" Não é, não. Não é assim, não. Oxe, oxe... Eu não trabalho e tô todo dia curtindo praia e tomando minha cervejinha. (risos). Quer dizer, trabalho sim. Mas não assim como o seu. Sempre tem casa, tem trabalho, tem tudo. Itacaré tem tudo. Sempre tem tudo. Precisa disso, menina? Precisa não.

Francis é um homem jovem, negro, pai do segundo filho aos 28 anos. Sempre o vi ocupado com diferentes atividades. A mais comum era trabalhar no conserto de carros e motos na oficina mecânica de seu sogro. Mas também o vi pilotar a lancha de um parente no transporte

de turistas, ajudar os amigos a tecer redes de pesca na praça do Bairro Marimbondo, subir o Rio de Contas em atividades pesqueiras. É recorrente vê-lo, ainda, nas conversas de fim de tarde na Orla ou entre os grupos de amigos nas praias da cidade, como no dia da minha despedida, no Pontal. Julia, sua esposa, da mesma idade e mãe de três, é professora e de tempos em tempos, a depender de sua relação com a gestão da prefeitura, consegue alguma vaga em contratos temporários nas escolas municipais. No entanto, é no trabalho de vendedora de cosméticos, circulando por entre as casas de suas clientes, que ela se destaca.

Reconstruí o evento da despedida e o diálogo que seguiu às indagações de Francis no momento de minha partida de Itacaré, porque colocam em destaque as dinâmicas econômicas da população ribeirinha, foco de minha pesquisa. A região da Costa do Cacau, centro-sul baiano, onde se localiza Itacaré, está passando por importantes transformações desde meados dos anos 1990, quando o governo do Estado da Bahia lançou o Prodetur-NE, um programa que visava enfrentar a crise da produção cacaueira, que dominava a região, substituindo-a por uma nova modalidade econômica, o turismo. Itacaré – até então uma pequena cidade pesqueira e agrícola, anexa às dinâmicas econômicas de Ilhéus, onde estavam alocadas as mais pujantes lavouras de cacau, bem como a estrada de ferro e o porto, que eram os pontos de escoamento do produto – entrou no circuito de investimentos turísticos a partir da pavimentação da rodovia estadual BA 001, uma artéria viária que conecta a cidade com o porto e o aeroporto ilheuense, concluída em finais de 1998. Desde então, Itacaré passou a receber um número significativo de visitantes e investidores forâneos que apostaram no novo mercado e vieram se instalar no local. Também se intensificou a produção da imagem pública da cidade fundamentada em suas paisagens edílicas - formadas por complexos rochosos que delineiam praias de difícil acesso - e atividades de aventura junto à natureza, especialmente o surf, construindo-a e divulgando-a como paraíso natural.

O objetivo desta tese é produzir uma reflexão sobre as práticas econômicas da população negra de Itacaré, que meus interlocutores reivindicam ser a população *nativa.* Assumindo os bairros Marimbondo e Porto de Trás - localizados nas margens do Rio de Contas, mais precisamente em sua foz - como ponto de partida e foco da observação, a etnografia visa caracterizar as dinâmicas e relações por meio das quais os moradores ribeirinhos se inserem e articulam seu modo particular de vida ao contexto de consolidação e expansão da indústria turística. Tópico que coloca esta etnografia em diálogo com a produção recente sobre a cidade, em especial com trabalhos de outras áreas, tais como a geografia e a história. Diferente da maioria desses trabalhos, no entanto, no texto que segue, o mercado não é o foco da análise. O intuito aqui é atentar para as formas particulares como esses moradores constroem sua

existência, estabelecem relações com essas novas dinâmicas econômicas e criam estratégias para dar conta de um modo específico de vida.

O roteiro proposto irá explorar, em um primeiro momento, os modos de habitar desses moradores e suas estratégias de constituição de redes de entreajuda e coabitação. Trata-se de um jeito específico de habitar e circular pelo Rio de Contas, que produz uma territorialidade negra quilombola e constitui uma noção de *casa* a partir das movimentações que articulam o *bairro* e a *roça*. A proposta aqui é refletir sobre as moradias e os processos de habitar como uma forma de (re)produzir um modo específico de viver, pensar de que maneira as habitações, articuladas entre si, formam e sustentam redes de trabalho e lazer, ao mesmo tempo em que integram e alimentam a percepção de Itacaré como um "paraíso", ou seja, um lugar bom pra se viver. Conforme apontou meu interlocutor: "Como pode não gostar? Isso aqui é o paraíso!". Nesse caso, a noção de "paraíso" articula moradia, filhos (meninos), família (parentes), bem como jeitos diversos de fazer dinheiro e desfrutar do lazer, elementos que fundamentam a relação de meus interlocutores com o trabalho e com a vida, como veremos ao longo da tese.

A conversa com Francis e Julia também introduz indagações sobre as condições em que realizei a pesquisa de campo. Meu projeto de investigação foi inscrito simultaneamente na Universidade Federal do Paraná - UFPR e no Instituto Federal do Paraná - IFPR, esta última, a instituição na qual trabalho como docente desde 2016. Manter-me em campo para além de visitas esporádicas foi possível graças ao estabelecimento de um termo de cooperação técnica entre o IFPR/Campus Pinhais, no qual sou lotada, e o Instituto Federal da Bahia (IFBA)/Campus Ilhéus, a escola técnica da Rede Federal mais próxima do local escolhido como *locus* da pesquisa. Por meio deste tipo de contrato, foi-me autorizado trabalhar por um período de um ano (de setembro de 2018 a setembro de 2019) como professora do IFBA, no campus de Ilhéus, que dista aproximadamente 85 km de Itacaré.

Ao chegar no novo local de trabalho, tendo as aulas sob minha responsabilidade concentradas, a princípio, em apenas três dias da semana, decidi estabelecer residência em Itacaré, no Bairro Marimbondo. No entanto, nos primeiros dias atuando no novo local de trabalho, essa carga horária alterou-se completamente em razão de um imprevisto: a professora que dividiria comigo a disciplina de sociologia teve uma eventualidade clínica e permaneceu afastada do trabalho durante todo o período em que estive em cooperação técnica. Dessa maneira, passei a lecionar a carga horária completa (20hs semanais em sala de aula, em um regime de 40h semanais), me deslocando cotidianamente a Ilhéus.

Apesar desse imprevisto resultar em uma redução considerável do tempo disponível

para dedicar-me à etnografia, a escolha do local e o processo de conseguir um lugar para morar, como se verá no Capítulo Dois, me colocou na condição de trabalhadora e moradora local, em uma cidade onde é cada vez mais comum se acolher profissionais que chegam em busca de "um lugar bom e saudável pra se viver". Em pouco tempo, passei a ser reconhecida como "*a professora que vive em cima da casa de Tito", "a professora que está na casa da irmã de Paulinha", "a professora que vive no beco de Deco".*

As condições de trabalho colocaram, porém, alguns limites para a pesquisa, uma vez que passei a estar praticamente o dia todo fora de Itacaré. Desta forma, nessa primeira inserção em campo, a observação etnográfica se concentrou quase que exclusivamente na participação nas rodas de conversa de final de tarde - reuniões mais ou menos espontâneas que comumente acontecem na frente das casas, na Orla e nas praças -, realização de entrevistas gravadas sobre a história local e a trajetória de meus interlocutores e participação em festas e celebrações noturnas e em fins de semana.

Como se pode perceber nas indagações de Francis, meu regime de trabalho com horários fixos e agendas rígidas a cumprir, que dificilmente podiam ser flexibilizadas, tensionava o modo particular de trabalho dos moradores ribeirinhos de Itacaré, marcado pela combinação de atividades diferentes, onde as negociações, os esquivos e a possibilidade de escolha estão presentes o tempo todo. Foram incontáveis as vezes em que as entrevistas agendadas não aconteceram porque meus interlocutores estavam em suas *roças,* foram recrutados para alguma vaga temporária de trabalho ou então porque encontraram alguma coisa melhor e mais interessante para fazer. Com alguns deles, inclusive, jamais cheguei a conversar apesar de minha (por vezes incômoda) insistência e meus esforços.

Por outro lado, o fato de ser moradora local me inseriu em um emaranhado de casas que, ao longo da pesquisa, se mostrou significativo na apreensão de certas dinâmicas econômicas locais. Naquele momento inicial de inserção em campo, "morar em cima da casa de Tito", "no beco de Deco" ou na "casa da irmã de Paulinha" não eram apenas vetores de localização espacial, mas indicadores de relações sociais que paulatinamente me permitiram participar das redes de habitação e das dinâmicas que as constituem e movimentam. Aos poucos, através da casa que escolhi para morar, fui inserida em estreitas e complexas relações de proteção, ajuda mútua, circulação de alimentos, de possibilidades de trabalho, de lazer e de moralidades que mobilizavam essas pessoas.

No começo do ano 2020, já tendo deixado Itacaré, fui contemplada com o afastamento integral para pós-graduação, o que permitiria o retorno ao trabalho de campo com tempo inteiramente disponível para acompanhar as dinâmicas cotidianas dos moradores dos bairros

estudados. Já com a viagem programada, no entanto, uma nova eventualidade: um vírus se espalha pelo mundo e protagoniza a pandemia Covid-19. Viagens são canceladas. Pessoas conhecidas e queridas são contaminadas. As reuniões de orientação passam a ser exclusivamente *on-line*. O Departamento de Antropologia orienta os estudantes a não permanecer em campo, sobretudo aqueles que trabalham com populações vulneráveis como indígenas, quilombolas e ribeirinhos, o que é o caso desta tese. Com a intensificação da pandemia e o aumento exponencial do número de infecções e mortes no Brasil e no mundo, um retorno a Itacaré para a pesquisa de campo presencial parecia afastar-se cada vez mais do horizonte.

Diante dessa situação, a resolução que se mostrava mais plausível para dar continuidade à pesquisa e à produção de dados era intensificar os contatos estabelecidos na primeira inserção em campo através das redes sociais. Uma estratégia logo abandonada, uma vez que muitos de meus interlocutores não utilizam essas ferramentas de comunicação, sobretudo porque elas são dispensáveis em um universo no qual a maioria das coisas são combinadas, avisadas, comentadas, canceladas e avaliadas pessoalmente, nas intensas movimentações de fins de tarde, que animam as ruas da cidade, como descreverei detalhadamente ao longo da tese.

No ano seguinte, 2021, vieram as vacinas e meus interlocutores, por pertencerem a agrupamentos quilombolas, foram os primeiros a recebê-las. Pouco tempo depois, também nós, os profissionais da educação, fomos imunizados. Com a vacinação avançando e os índices de infecção e morte gerados pela pandemia em queda, entre junho e setembro de 2021, uma nova inserção em campo foi possível.

Dessa vez, estabeleci moradia no Bairro Porto de Trás, onde permaneci durante três meses acompanhando o cotidiano dos moradores por entre as casas, os becos e as ruas dos bairros estudados. Um período que, apesar de relativamente curto, foi fundamental e mudou os rumos da etnografia. Com tempo inteiramente disponível para acompanhar meus interlocutores na ginga das relações e práticas ordinárias, me encontrei com o universo das roças negras nas comunidades quilombolas do Vale do Rio de Contas, mais precisamente nas proximidades de sua foz.

A partir dessas movimentações pelo rio, entre os *bairros* Marimbondo e Porto de Trás e as *roças*, e deles para os espaços oficialmente ocupados pelo turismo, foi possível perceber a relevância dos produtos da pesca, da mariscagem, das coletas na mata e das plantações nos roçados para a produção de práticas e estratégias econômicas dessa população no novo cenário e, sobretudo, na sustentação de um modo particular de lidar com a vida. Trânsitos que me

conduziram também por entre histórias e narrativas diversas, que mobilizam memórias, risos, provocações, saberes, saudades e valores articulados na reconstrução contemporânea do passado da população negra em Itacaré. Esta é uma importante ferramenta local acionada nas interpretações, avaliações, práticas e reivindicações do momento presente, um tempo repleto de novidades que chega junto com a expansão da indústria turística. *Roça* e *Bairro*, lugares assumidos aqui como emaranhados relacionais, processos constantemente em construção, articulados entre si tanto pelos trânsitos contínuos pelo Rio de Contas, quanto pela noção êmica de *casa*. Movimentos esses que esta tese pretende percorrer nas páginas que seguem.

Como veremos ao longo do texto, as noções de *casa, bairro e roça* entre meus interlocutores são profundamente relacionais e o fato de eu ter sido inserida nas dinâmicas que as constituem me permitiu focar nas circunstâncias e relações que as perpassam e que nelas se mobilizam, nas práticas que as envolvem e na forma como os sujeitos a partir delas se entrelaçam, produzindo sentidos, experiências e formas específicas de morar e de fazer a vida.

O foco na noção de *casa* já demonstrou ter rendimento analítico/etnográfico em trabalhos de diversos autores da antropologia. Lévi-Strauss (1979), por exemplo, em seu texto clássico "A organização social dos kwakiutl", apresenta a noção de "sociedade de casa" (societé à maison) como um complemento às teorias de parentesco. Para o autor, a análise da estrutura social do Kwakiult na costa noroeste dos EUA tornou possível identificar um tipo intermediário entre sociedades baseadas no parentesco e sociedades fundamentadas nas leis e no mercado, no território e na divisão de classes, as chamadas sociedades complexas. A essas formas híbridas, nas quais os interesses econômicos se expressam por meio do parentesco e, por vezes, modificam suas regras, Lévi-Strauss chamou "sociedades de casa". Um conceito que conduziu a observação do autor à construção analítica de combinações de esquemas distintos que passam a constituir-se mutuamente: de um lado, os sistemas de parentesco indígena com características patrilineares e matrilineares; de outro, as novas e modernas leis do mercado e do Estado.

Também Bourdieu (1999), em seu texto sobre a sociedade Kabyla, reflete a noção de casa como uma importante instituição social que concentra e articula um sistema de relações que existe, ao mesmo tempo, antes e para além dela. Desse modo, para o autor, a casa em si mesma, como instituição, funciona como um modo de continuidade e manutenção de certa ordem social. Nela e através dela, os indivíduos, ainda que com algum espaço para práticas criativas, incorporam o universo em que vivem.

Seguindo as pistas de Lévi-Strauss, na coletânea "About the house: Levi-Strauss and beyond", Janet Carsten e Stephen Hugh-Jones (1995) propuseram um olhar crítico sobre a ideia

de casa como um tipo específico de organização social, avaliando duas regiões etnográficas: o sudeste asiático e a América do Sul. Para esses autores, a noção de casa, antes de ser uma categoria capaz de descrever um tipo de sistema social como sugerido por Lévi-Strauss (e Bourdieu), deve ser metodologicamente assumida como ponto de partida, um idioma simbólico a partir do qual se pode apreender "teias de significados e modelos cognitivos para estruturar, pensar e experimentar o mundo" (CARSTEN E HUGH-JONES, 1995: 193). Nesse sentido, as casas integram as biografias das pessoas que as habitam ao mesmo tempo que incorporam conexões entre suas trajetórias individuais e coletivas em um contínuo processo de estar junto. Etnografar as casas, nessa perspectiva, é observar o próprio processo de viver.

Nessa mesma direção, recentemente, Lenhard e Samanani (2020) organizaram uma coletânea de trabalhos que em suas análises substituem o termo *casa* por *lar*, redirecionando o olhar analítico para dinâmicas outras que não se reduzem ao parentesco, à consanguinidade e à sustentação e reprodução da estrutura social. Os interesses dos autores ali reunidos estão direcionados para os embaralhamentos dos limites entre público e privado e da própria materialidade e organização física da casa. Trata-se de pensar o lar enquanto mediador e produtor de relações, processos dinâmicos que produzem o mundo social.

No Brasil, os estudos etnográficos clássicos sobre campesinato também reconhecem a centralidade da noção de casa/moradia na compreensão das dinâmicas econômicas do mundo do trabalho. Beatriz Heredia (1979), por exemplo, ao analisar a organização dos camponeses da Zona da Mata de Pernambuco no início dos anos 1970, descreve os processos pelos quais o surgimento de pequenos roçados às margens das plantations pernambucanas permitiu a emergência de um "campesinato livre", que se articula em torno da casa/moradia, as unidades de residência. Para a autora, nesse contexto, a relação entre a casa e o roçado, elemento central de sua observação, constitui um modo particular de ser camponês. Sua argumentação teórica indica que a oposição entre a casa – um lugar eminentemente de domínio feminino e reconhecido como espaço do não trabalho - e o roçado – lugar de domínio masculino e de trabalho, propriamente dito – sustenta uma segunda oposição na qual não há correspondência entre unidade de produção (roçado) e unidade de consumo (casa). Conforme sintetiza a autora de forma conclusiva:

> Nosso trabalho procurou mostrar, a partir da discussão do material etnográfico que dispomos, que mesmo quando o grupo doméstico configura uma única unidade de residência, não apenas é possível estabelecer uma dissociação entre unidade de produção e unidade de consumo, como também é exatamente a distância entre ambas que constitui o marco fundamental e necessário para a compreensão da própria vida camponesa. (HEREDIA, 1979: 154).

Garcia Júnior (1989) se ocupa da reflexão sobre as transformações no campesinato brasileiro diante da expansão do mercado de trabalho industrial. Neste caso, o foco de análise se concentra nos deslocamentos de trabalhadores nordestinos para as grandes cidades do Sul e do Sudeste do país a partir dos anos 1950. Distanciando-se das explicações sociológicas que indicam uma relação de causa e efeito entre os deslocamentos desses trabalhadores e o declínio das grandes plantações, o autor se propõe a compreender a multiplicidade dos efeitos dessas migrações, tanto para aqueles que partem em busca de trabalho no mercado industrial, quanto para os que se mantém no espaço social de origem.

Embora irei retomar esse autor ao longo da tese, o que interessa neste momento é destacar que sua análise se sustenta na ênfase da moradia como significado simbólico, uma vez que morar no domínio da plantation indicava relações de sujeição das famílias camponesas em relação aos grandes proprietários, domínio sustentado pelo sistema de dívidas e pela total disposição dos moradores a seus caprichos e exigências. Dessa forma, ao colocar a unidade doméstica configurada na moradia em primeiro plano e assumindo-a simultaneamente como unidade de produção e unidade de consumo, o autor conclui que os deslocamentos para o Sul e o Sudeste do Brasil são vividos como possibilidade de conquistar um pedaço de terra e se manter trabalhando e sobrevivendo em seus roçados, "libertos" dos domínios das grandes propriedades. Como o próprio título da obra indica, "Sul, o caminho do roçado", essas migrações não provocam o declínio do campesinato. Ao contrário, ao incidir sobre as dinâmicas de dominação instituídas pela morada, um dos princípios de estruturação da vida social e simbólica da população estudada, os deslocamentos para o Sul e Sudeste do Brasil trazem a possibilidade de adquirir terras e constituir moradia fora do domínio das plantations e são, portanto, o "caminho" e a própria condição de permanência do roçado.

Em minha pesquisa de campo realizada entre os moradores ribeirinhos de Itacaré, ao colocar em primeiro plano as dinâmicas econômicas que os mobilizam, percebi que seu modo de ser e viver é produzido, em grande medida, nas dinâmicas do habitar. Desta forma, assim como apontaram Janet Carsten e Stephen Hugh-Jones (1995), observar as casas/moradias e o que acontece nelas e através delas, bem como as relações que delas partem, é uma estratégia metodológica que nos permite acessar formas locais de constituir e conceber o mundo vivido. A própria noção de casa para meus interlocutores, conforme veremos, não é uma noção fixa e estável, mas se constitui por meio dos movimentos entre o bairro e a roça (o roçado) e pela circulação de pessoas e alimentos.

A noção de casa que aparece entre os moradores interpela, portanto, a noção de casa enquanto uma unidade doméstica (unidade de produção + unidade de consumo), conforme aparece em estudos sobre campesinato brasileiro. Buscarei mostrar ao longo da tese que em Itacaré estamos diante de uma noção de casa/moradia que é eminentemente plural e partível, definida constantemente a partir das relações dos moradores entre si, deles com as *roças* quilombolas e com o recente contexto do turismo.

Estudos realizados na Bahia apontam para contextos semelhantes e são fundamentais a esta pesquisa. Para análise que aqui desenvolvo, lanço mão da noção de "Configuração de casas", conforme foi desenvolvida por Marcelin (1996) ao etnografar as redes domésticas entre moradores do Recôncavo baiano. Com o objetivo de acompanhar a experiência familiar e de parentesco de seus interlocutores, o autor conclui que a casa não pode ser pensada como uma unidade autônoma ou circunscrita a espaços delimitados. Ao contrário, ela é inseparável das redes de pessoas e de casas a partir das quais se define. Casas que se articulam entre si no interior do próprio bairro, com casas de outros bairros, chegando, inclusive, até a periferia de Salvador formando redes de relações a partir das quais o indivíduo se constitui e torna possível as experiências familiares. É ainda por meio do movimento e da circulação entre as casas que os sujeitos criam critérios de proximidade e distanciamento que não se reduzem aos laços de sangue e parentesco, mas que acessam também redes de ajuda e proteção mútua.

Em estreito diálogo com as reflexões de Marcelin, Pina-Cabral e Vanda Silva (2013) desenvolvem uma etnografia entre moradores de Valença, no baixo-sul baiano, descrevendo as formas de constituição de espaços de moradia em termos de mobilidade e circulação de pessoas, especialmente de crianças. Nesse contexto, o autor desenvolve o conceito de "vicinalidade", definido como "zonas de tecido habitacional onde surge uma maior densidade de casas aparentandas, com fronteiras indeterminadas e móveis" (PINA CABRAL, 2013:16). Na perspectiva dos autores, etnografar vicinalidades implica identificar relações entre casas partíveis, encadeadas entre si, articuladas por redes de coabitação, entreajuda vicinal e laços de amizade e/ou parentesco.

Seguindo as trilhas apontadas por esses autores, nesta tese trago uma etnografia das redes de habitação dos bairros ribeirinhos de Itacaré, mais especificamente os Bairros Marimbondo e Porto de Trás e, a partir delas, descrevo suas dinâmicas e estratégias de inserção e articulação com a indústria turística em expansão na cidade, explorando de que maneira esse jeito específico de produção do mundo vivido integra sua percepção de Itacaré como um lugar bom para se viver, um "paraíso".

O primeiro capítulo da tese descreve Itacaré a partir da relação entre o mar e o Rio de

Contas, dando atenção especial às dinâmicas comerciais que acontecem do lado da costa marítima, ou seja, o turismo. Traz, ainda, uma reflexão sobre o papel da pavimentação da rodovia estadual BA001 na produção e transformação do lugar, identificando as múltiplas relações que se (des)articulam na composição da cidade contemporaneamente.

No segundo capítulo, o convite é para que o leitor entre nos bairros ribeirinhos a partir dos quais esta pesquisa se desenvolveu: Marimbondo e Porto de Trás. Nele, apresento os meus interlocutores com atenção especial a seus modos de ocupar e habitar o lugar. O eixo central de reflexão é a noção êmica de *casa*. Através das dinâmicas do habitar, descrevo a forma como as relações entre os moradores se estabelecem e movimentam incidindo na constituição de redes de suporte e ajuda-mútua, bem como na mobilização de moralidades e formas de controle social.

O Capítulo Três é um texto curto que traz uma discussão extremamente relevante que produz um ponto de inflexão, sobretudo ao pontuar alguns dos limites e sofrimentos que meus interlocutores encontram no novo cenário econômico. Ele trata das consequências da violência e do tráfico de drogas que, como apontam os moradores, deixaram marcas "nas casas e nas gentes".

Ainda articulado pela noção de *casa*, o quarto capítulo nos leva até as *roças*. É nele que a *casa* e as práticas do habitar ganham significação mais profunda. Acompanhando os trânsitos dos moradores pelo Rio de Contas, entre o bairro e a roça, e a intensa circulação de produtos, especialmente de alimentos, é possível apreender algumas das características mais fundamentais dos processos de inserção dessa população na economia local. Ainda, dando atenção às dinâmicas que constituem historicamente as roças e seus habitantes, nos encontramos com uma territorialidade negra quilombola, compreendida aqui não como um contínuo geográfico, mas como processo constantemente modificado e dinamizado pela prática de seus ocupantes. Caracterizar essa territorialidade é também objetivo deste capítulo.

No quinto e último capítulo, junto com meus interlocutores, o leitor é convidado a retornar para o universo ocupado mais intensamente pela indústria turística apresentada na primeira parte da tese. Neste, a reflexão é sobre as trajetórias profissionais dos moradores, com seus esforços, suspeitas e tensionamentos quanto à inserção no novo contexto do mercado de trabalho. Para finalizar, apresento algumas questões em torno das estratégias de exibição/proteção das manifestações culturais dos moradores diante no novo cenário.

Antes de adentrarmos no texto, é importante informar ao leitor as estratégias textuais aqui adotadas. Os nomes citados ao longo da tese, em alguns casos, foram substituídos por pseudônimos com o intuito de ocultar a identidade de meus interlocutores. Ainda, com a mesma

intenção, algumas histórias foram agrupadas ou embaralhadas, sempre que não prejudicasse a interpretação ou compreensão das relações e dinâmicas que se pretendia descrever e evidenciar. Outros momentos do texto, porém, ao se tratar de casos de reivindicação por reconhecimento, empreendimentos turísticos conhecidos a partir dos quais seus personagens seriam facilmente identificados, das lideranças locais ou personalidades públicas, os nomes originais foram mantidos.

1. ITACARÉ: A INVENÇÃO DE UM PARAÍSO

O sol forte dos dias primaveris de Itacaré já ameaçava retirar-se naquela tarde quente de terça-feira quando meu telefone tocou. Era Márcia convidando-me para tomar uma cerveja com ela e Paulinha, sua vizinha de porta e amiga de infância. "Bora ver o pôr-do-sol?", um chamamento que demandava com certa urgência minha resposta. Sem demora para não perder o apreciado acontecimento cenográfico do sol escondendo-se por detrás da calma mistura das águas do Rio de Contas e do mar da Orla, passo em sua casa, em seguida na casa de Paulinha, onde também encontramos Felipe, que aceitou desviar seu caminho ao sair do trabalho. Logo depois encontramos Tito e Teca, que passeavam pela rua em busca de alguém conhecido. Mais tarde se somaram Raquel, irmã de Márcia, e o esposo, que terminaram seus afazeres religiosos na Igreja Católica. Rápida e espontaneamente, um grupo de pessoas estava formado sob o desejo de tomar uma cerveja e conversar, evento corriqueiro nos fins de tarde de Itacaré. Encontros que acontecem nos bares da orla, nas praças dos bairros ou simplesmente em pé na calçada, em frente à casa de um amigo ou parente. Uma pequena e improvisada reunião para fazer *resenha*[1] de mais um dia que passou.

Naquela terça-feira, como em tantas outras, o destino foi o Bar de Biguru, que fica em frente à Igreja Matriz. Sua sombra se mistura à do imóvel ao lado, uma antiga e grande construção que, datada início do século XX, guarda a memória arquitetônica dos tempos áureos do cacau, hoje transformada em pousada e conhecida como Casarão Verde. O bar de Biguru lota às noites de terça-feira, dia em que normalmente os trabalhadores do turismo estão de folga. Além de servir bom petisco a preço acessível, é também um lugar estratégico à circulação, porque permite aos clientes consumir, simultaneamente, em outro estabelecimento, o de Ricardo[2], situado a alguns metros à frente. Este último é muito apreciado pela população local, porque recebe poucos turistas e a cerveja é mais barata. Além disso, o lugar é famoso, porque é ali que os ávidos torcedores do Flamengo, um dos clubes de futebol

[1] As palavras que estão em itálico são categorias nativas que serão desenvolvidas ao longo do texto. Neste caso, *resenha* remete às conversas sobre o dia ou algum acontecimento do passado remoto ou recente, ato de relembrar coletivamente de algo ou alguém. Comumente, estas conversas são carregadas de muitas gargalhadas, já que tais fatos são narrados entre muitas vozes e de forma cômica. No segundo capítulo da tese, faço uma descrição detahada das resenhas cotidianas, destacando o lugar que elas ocupam na dinâmica social dos bairros ribeirinhos de Itacaré.

[2] Ricardo era um importante personagem da Orla de Itacaré. Ele faleceu durante minha pesquisa em 2020, um acontecimento que produziu grande comoção entre meus interlocutores, principalmente os torcedores do Flamengo. Quando estive em campo pela segunda vez, em 2021, o bar havia sido transformado em um estabelecimento de comercialização de comida mexicana voltado preferencialmente para o atendimento de turistas.

mais apreciados na cidade, se encontram sempre que seu time entra em campo. Assistir aos jogos do Flamengo, nas noites de quarta-feira ou nas tardes de domingo, é outro convite que se repete rotineiramente.

O trânsito entre esses dois bares é, portanto, corriqueiro. Em geral, as pessoas se reúnem próximo dali, na elevação da calçada da igreja, construída pelos jesuítas no período imperial na parte mais elevada do centro da cidade, ponto que oferece uma das melhores vistas do movimento da Orla.

Nesse dia, a *resenha* girou especialmente em torno da aproximação do fim da extensa reforma que Márcia fizera em sua casa. Aproveitando todo o terreno que seu pai lhe deixara como herança, nos últimos anos, ela e o esposo iniciaram uma construção ampliando a casa original onde moravam, de modo a possibilitar duas novas moradias mais ao fundo. A mais afastada da rua era aquela para onde eles se mudariam nas semanas seguintes, e as duas mais à frente foram destinadas ao aluguel, tanto para turistas na temporada de veraneio como para algum profissional temporariamente estabelecido a trabalho na cidade. Movimentos populacionais desse tipo se intensificaram significativamente desde a pavimentação da rodovia estadual BA 001, inaugurada em 1998, uma artéria viária que conecta Itacaré ao porto e ao aeroporto de Ilhéus. A comemoração do momento se devia ao fato de que possivelmente a reforma e a ampliação da casa seriam concluídas antes da chegada do verão, o que significava provável renda extra para a família.

Enquanto Márcia relembrava junto a amigos e parentes os tempos antigos "de antes da rodovia", como era seu terreno e a pequena construção que ali dividia espaço com as árvores frutíferas, em meio a risos e memórias, nossas vozes se misturavam e disputavam ouvintes com as músicas embaladas ao ritmo do arrocha - um ritmo musical originariamente baiano - emanadas em alto som dos equipamentos do porta-malas do carro estacionado em frente aos bares. Longe de trazer qualquer desconforto a meus interlocutores, a música era apreciada por eles, induzia o movimento de seus corpos e se misturava às sátiras risíveis que permeavam suas histórias. Também ela estimulava memórias e narrativas, tornando-se parte da *resenha.*

No entanto, logo após o sol se despedir, um acontecimento muda o clima e o curso da conversa. A polícia apareceu e passivamente exigiu que a música do carro fosse suavizada sob o argumento de que ela estava atrapalhando os moradores. Quando o volume da música foi baixado, um som diferente se tornou audível. Do outro lado da rua, entre o caminho da Praia da Concha e a turística rua Pituba, um carro soava ao ritmo do reggae em alto som. Assim como as águas do rio e do mar, os bares de Biguru e Ricardo e a sombra das construções da igreja e

do casarão do coronel do cacau, também essas sonoridades se misturam na Orla de Itacaré.

Nunca soubemos se a polícia local solicitou aos apreciadores do reggae que baixassem o volume de sua música, mas é certo que a intervenção policial criou o cenário para que meus interlocutores iniciassem um debate acalorado avaliando a cidade e o incremento relativamente recente do turismo. Uns elogiavam o contexto inaugurado pela rodovia argumentando que agora há mais movimento, festas, trabalhos e produtos para serem adquiridos. Outros reclamavam da violência, especialmente do tráfico de drogas e da falta de privacidade, de autonomia e redução dos espaços de apropriação dos que até então moravam na cidade. Os dois argumentos, inclusive, comumente eram mobilizados pelo mesmo sujeito. De modo geral, meus interlocutores demarcam certa segregação social local apresentando-se como *nós, os do lado de cá da Igreja*, apontando para o lado do rio, por oposição a *eles, os de lá,* sinalizando o sentido oposto, onde se concentram os moradores mais recentes, no lado da costa marítima. "Já viu? Agora nós, do lado de cá, temos que deixar as nossas coisas por causa deles, do lado de lá", era o reclamo síntese do que acabara de acontecer.

Esse evento, descrito aqui como típico de outros acontecimentos cotidianos de Itacaré registrados durante o trabalho de campo, é relevante e significativo na medida em que sintetiza e articula um conjunto de memórias, relações, dinâmicas, espacialidades, temporalidades e conflitos que constituem o contexto das relações sociais da cidade desde que essa se tornou um dos principais destinos turísticos do estado da Bahia - especialmente a partir da pavimentação da rodovia estadual BA 001. Conforme é possível perceber ao tomarmos de maneira metafórica a mescla das sonoridades descritas, estamos diante de uma mistura de águas, arquiteturas, gentes, costumes, culturas, historicidades, músicas, estéticas, não sem conflitos, como evidenciou o evento descrito.

O confronto entre o arrocha e o reggae resume, na diferença de gosto musical, a separação estabelecida por meus interlocutores entre quem é *do lado de lá da Igreja*, espacialmente associado à costa Atlântica que banha a cidade e quem é de *cá da Igreja*, espacialmente associado à costa do Rio de Contas, importante afluente que tem sua nascente na Chapada da Diamantina, cruza o sertão baiano e encontra o oceano na Orla de Itacaré. Em suas margens residem majoritariamente os habitantes identificados por meus interlocutores como *nativos,* ou seja, os mais antigos da cidade, que buscam em suas águas o lazer e delas retiram a sobrevivência. Essa dualidade que marca a cartografia ecológica e social de Itacaré, embora perceptível a qualquer viajante mais atento e continuamente mencionada pelos meus interlocutores de pesquisa, precisa ser tomada com cuidado e só faz sentido se caracterizada em termos de relações, pois assim como as águas do rio e do mar se encontram e misturam no

cenário da Orla, também os habitantes locais, agentes públicos, turistas e investidores/moradores recentes se conectam e articulam na formação contemporânea da cidade.

Este capítulo tem por objetivo apresentar Itacaré a partir da dualidade etnográfica mar/rio, caracterizando as dinâmicas de produção da região e dos habitantes/visitantes que estão *do lado de lá da Igreja,* ou seja, do lado que coincide espacialmente com a costa marítima. Refletirei, especialmente, sobre o papel da pavimentação da estrada BA001 na produção e transformação do lugar, identificando as múltiplas relações que se (des)articulam na composição dinâmica da cidade contemporaneamente. O modo de vida dos moradores *do lado de cá,* conforme introduzido no evento síntese que inaugura esta discussão, será descrito e analisado nos capítulos posteriores, uma vez que constitui o problema central desta tese.

1.1. O reggae e o arrocha*:* produções e deslocamentos da alteridade

O reggae ouvido durante a conversa no bar vinha da região que meus interlocutores costumam identificar como *o lado de lá da Igreja,* classificação que remete à parte da cidade que dá acesso por terra à Costa Atlântica. Trata-se dos espaços onde mais se desenvolveu o turismo local desde meados dos anos 1970, embora o crescimento dessa atividade econômica, responsável por torná-la a mais importante da região, tenha se dado tão somente nas duas últimas décadas. Justamente nessa parte sul da cidade, estão as seis praias urbanas de Itacaré: Praia da Concha, Resende, Tiririca, do Costa, Ribeira e Siríaco. Na região, também se destacam duas ruas, consideradas os espaços comerciais turísticos por excelência – Pituba e Passarela da Vila -, nas quais estão alocados grande parte dos restaurantes, lojas de souvenirs, agências de turismo, bares gourmet, pousadas e outros estabelecimentos comerciais dirigidos em sua maioria por empreendedores vindos de outras regiões do país e até mesmo do exterior - principalmente do sul e sudeste brasileiros e da Europa.[3] Essa é a parte da cidade na qual se concentram, principalmente, turistas e empreendedores de diferentes regiões e

[3] Palmer, ao desenvolver uma pesquisa etnográfica em Itacaré, com o intuito de compreender o processo da criação da cidade como um local turístico a partir do escopo teórico da Antropologia, descreve as negociações entre políticas locais, grandes proprietários de terras e residentes locais no que se refere às reivindicações de direitos ao uso de espaços públicos. Segundo o autor, "In Itacaré, outsiders who have the cultural and economic capital to build tourism businesses have taken the lead in the commodification of place—its history and environment, by restoring old building, establishing private nature preserves, or tour guiding businesses" (PALMER, 2014: 14). No que se refere à procedência dos visitantes de Itacaré nos anos iniciais de consolidação do turismo, a etnografia de Couto (2007:54) informa que a maioria dos frequentadores eram paulistas, seguidos de capixabas, mineiros e brasilienses. No setor internacional, o predomínio era de europeus.

nacionalidades.

Figura 1: Mapa da cidade de Itacaré

Fonte: www.amoitacare.com – adaptado. Acesso em 1 de julho de 2020.

Figura 2: Vista aérea de Itacaré

Fonte: Google Earth. Acesso em 01 de julho de 2020.

Figura 3: Fotografia aérea de Itacaré

Fonte: Jornal Tribuna da Região. Acesso em 16/01/2019
(https://jornaltribunadaregiao.com.br/?p=38727)

Por oposição aos classificados por meus interlocutores como os *de lá* – em sua maioria chegados após a consolidação do turismo –, o *lado de cá* se identifica como sendo constituído principalmente por moradores estabelecidos há mais tempo na cidade, autodenominados *nativos,* ou ainda, os "*nascidos e criados* em Itacaré". Embora atualmente grande parte desses moradores desenvolva alguma atividade sazonal ou permanente no mercado do turismo, como veremos nos capítulos seguintes, eles mantêm relação estreita com dinâmicas sociais e econômicas em torno do Rio de Contas, dedicando-se em grande medida à pesca e à mariscagem, bem como à produção agrícola para consumo próprio, para o comércio ambulante ou para as pequenas feiras da região, além do cultivo de cacau.

Portanto, enquanto os "de lá" concentram suas atividades na costa marítima, em larga medida associadas ao turismo, é nas proximidades do rio que meus interlocutores, em sua maioria, construíram suas casas e onde convivem entre amigos e parentes. É onde também realizam suas festas, se reúnem nos momentos de lazer e crescem em meio a uma intensa convivência comunitária. Um modo de vida que em geral aparece na literatura acadêmica descrito como sendo o de uma pacata vila de pescadores, paraíso intocado que permaneceu isolado até sua descoberta pelos surfistas, aventureiros e posterior a chegada transformadora - ora mencionada como redentora, ora degradante - do turismo (CHIAPETTI, JORGE 2009; CHIAPETTI, RITA 2009; MELIANI, 2011; PALMER 2014).

Sem embargo, é importante salientar que apesar das duas partes da cidade apresentarem características díspares no que remete ao modo de vida, isso não pode ser compreendido como mera contraposição, pois apresenta uma série de dinâmicas intrinsecamente relacionadas e mutuamente constitutivas, produzindo movimentos ora de aproximação, ora de distanciamento, mas articulando-se na evidenciação do que é Itacaré, como demonstrarei ao longo desta tese.

A divisão de Itacaré entre o *lado de lá* e o *lado de cá* é, no entanto, uma recorrência no modo como meus interlocutores experimentam a cidade e localizam-se no espaço urbano, independentemente da posição ou função que nela ocupam. Algumas afirmações registradas em campo ajudam a caracterizar essa classificação.

Certo dia, por exemplo, me encontrei casualmente com Dona Salete, uma marisqueira idosa moradora do bairro Porto de Trás, localizado nas margens do rio, e a convidei para irmos ver o movimento da rua Pituba, uma vez que eu precisava comprar um souvenir para presentear um amigo que estava por chegar. Ela se recusou sob o seguinte argumento:

> Não vou não. Sente aí. Bora tomar uma [cerveja] aqui em Ricardo? Eu não gosto de ir pro lado de lá. Eu sou do lado de cá e fico sempre pra cá. Gosto mais daqui.

Noutra ocasião, na conversa que agendei com Dan para fins desta pesquisa – ele um homem de meia idade, morador do bairro ribeirinho Marimbondo - meu interlocutor narrava em detalhes sua trajetória profissional iniciada na construção civil no início dos anos 2000 quando era grande a demanda de trabalho na edificação das novas pousadas que iriam se instalar na cidade, hoje dedicando-se ao serviço de barman em um restaurante conceituado da Rua Pituba. Dan me contou cautelosamente sua preocupação em buscar uma qualificação técnica que atendesse às demandas do novo mercado do turismo, exaltando a criatividade que teve na invenção de receitas ao inserir o côco e o cacau na produção de bebidas alcoólicas que foram se tornando típicas da região. Acrescentando repetidamente os cuidados de higiene e técnicas de produção que faz questão de preservar como um diferencial de sua prática profissional, ele recordava com orgulho os campeonatos de drinks nos quais se destacou e que acrescentam um diferencial ao seu currículo. Em dado momento, no entanto, Dan fez uma breve pausa na narrativa exaltada de sua trajetória profissional para me explicar como "funciona" a cidade. Segundo ele,

> Aqui funciona assim, Itacaré é assim. Se você for do lado de lá, você vai ver

> as pessoas tudo misturadas. Entendeu? Gente diferente. Não é assim negro que nem nós. Simples. Mas tudo diferente. Um movimento estranho. Roupa diferente. Viu? Eu mesmo, só vou pra lá pra trabalhar só. Como aqui. Vou na praia no Pontal. Bebo em Ricardo na Orla, em Gagé, na praça ali. Só até ali. Só vou pra lá pra trabalhar. Sou aqui do Marimbondo desde que era pequeno. Moro na descida aí, no beco do meu pai. Meus irmãos moram aí também. Fui fazer o curso de drinks em São Paulo, no Senac lá. Fiquei lá pra aprender. Mas voltei aqui. Sou daqui, do lado de cá. Fico pra cá. Só trabalho pra lá. Vou pra lá, não. (Marimbondo, abril de 2019).

Tomando estas enunciações de forma comparativa, evidenciamos que, se na narrativa de Salete a dualidade *lado de lá/lado de cá* sinaliza espaços físicos e geográficos determinados que coincidem com o lado da costa marítima e o lado do Rio de Contas, no caso da afirmação de Dan, são acrescidas informações que nos levam a perceber como essa cartografia social da cidade vai se reafirmando em face de mudanças econômicas recentes à medida em que meus interlocutores reforçam relações de familiaridade e alteridade nos contínuos movimentos de adaptação ao novo mercado e na integração desse às suas dinâmicas sociais. Dan acrescenta ainda que estes marcadores de diferença que caracterizam as relações de distanciamento ou proximidade se inserem em um ambiente social e racialmente segmentado. Em suas palavras: "Se você for do lado de lá, você vai ver as pessoas tudo misturadas. Entendeu? Gente diferente. Não é assim negro que nem nós. Simples. Mas tudo diferente."

Ao estudar Itacaré na primeira metade dos anos 2000, período em que o turismo dava seus primeiros passos de expansão e consolidação mais sistemática na cidade, Couto (2007) lança mão das proposições teóricas de Elias e Scotson (2000) para reconhecer nessa nova atividade econômica um modo de reorganização simbólica e material do lugar, disparador de dinâmicas e tensionamentos que se assentam na cisão entre os moradores mais antigos da cidade - tanto a população ribeirinha, quanto os fazendeiros decadentes do cacau e seus descendentes - e aqueles recém chegados - seja no intuito de investir capital ou trabalho no mercado nascente, seja para estabelecer moradia em um lugar que promete um contato mais intenso com a natureza, como veremos a seguir. Informada por seus interlocutores de pesquisa, no entanto, apesar desta marcação positiva entre os que são estabelecidos no lugar e aqueles que estão chegando na cidade, a autora reconhece certa segmentação interna entre os *nativos* ao identificar os bairros mais antigos de Itacaré, Marimbondo e Porto de Trás, como "senzalas" urbanas, espaços de segregação racial negra que permanecem afastados de um turismo que desde aquele momento se apresentava como promissor. Ao descrever essas tensões relacionais, Couto sintetiza:

> A cisão que se anuncia entre os de dentro e os de fora, joga para a margem os outsiders porque não pertencem ao lugar, porque formam uma "mistura", um conjunto heterogêneo e difuso de pessoas com um passado desconhecido, unidas por laços sociais menos intensos que os estabelecidos e por isso definidas no plural. Mas se nos estudos de Elias e Scotson [2000], os estabelecidos se configuram como um grupo homogêneo, não se pode dizer o mesmo da situação social aqui analisada. Bem antes da construção da estrada, os segmentos sociais tradicionais locais já se apresentavam diversificados, posto serem formados por pescadores, agricultores, grandes e médios proprietários rurais, comerciantes etc., que também se autodesignavam "filhos de Itacaré" ou "filhos da terra". (COUTO, 2007: 200).

Em nossa pesquisa, realizada treze anos depois de Couto (2007), quando observa-se a consolidação do turismo como atividade econômica principal de Itacaré, as categorias *cá* e *lá* ainda indicam de alguma maneira a distinção social na qual lugar e segregação racial aparecem amalgamadas. Essas relações, porém, foram se diversificando na experiência dos sujeitos, deslocando os sentidos que mobilizam de acordo com sua trajetória e com a posição que ocupam em uma relação contextualizada. Nesse sentido, embora essas categorias permaneçam como marcadores importantes, como vimos na enunciação de Dan, reconheço que elas encerram em si uma rede de relações entrelaçadas que caracterizam tanto o pertencimento quanto diferentes movimentos entre determinados lugares e contextos. Desta maneira, as tomo neste trabalho como categorias cujos conteúdos são atualizados constantemente à medida em que elas mobilizam relações diversas em eventos, circunstâncias e conjunturas específicas e, portanto, estão em processos de constante redefinição[4]. Como se pode observar nas falas a seguir, meus interlocutores, embora mantenham a Igreja como marco de referência, manipulam as categorias "lá" e "cá" segundo o lugar de identidade ocupado pelo sujeito que fala. Vejamos alguns exemplos.

Em um dia corriqueiro e em meio a uma conversa espontânea, o padre local, comentando sobre a festa do carnaval que acontecera na semana anterior, produz uma fala emblemática:

> É assim, há dois Itacaré(s) de fato: o Itacaré aqui desta área da igreja... porque na verdade a cidade começou aqui, ali no lado, no Porto de Trás. A cidade começou ali. Então de lá para cá, até aqui, a igreja é justamente esse ponto onde se define. É um marco na verdade a igreja. É um marco. A Igreja São

[4] Como sinalizou Sahlins (1987 [1997]) ao analisar o retorno do capitão Cook às ilhas hawaianas em sua clássica obra Ilhas de História, os acontecimentos são signos historicamente organizados em estruturas de significados. Estas, por sua vez, se atualizam constantemente em eventos contextualizados.

> Miguel Arcanjo é um marco. Da igreja para lá é realmente outro Itacaré, ali é o lugar dos turistas. (Orla de Itacaré, abril de 2019).

Conforme podemos observar, o padre ressalta o papel histórico da Igreja Matriz como marco histórico de Itacaré e eixo articulador da cidade. "Aqui", na fala do padre, remete ao lugar historicamente ocupado pela liderança local, ao mesmo tempo que presentifica a herança do período colonial, uma vez que essa instituição, localizada em uma das colinas do centro do povoado, ocupou um lugar político fundamental desde o século XVIII, quando foi construída pelos jesuítas com a permissão e auxílio do governo imperial e cuja função era contribuir no fortalecimento das políticas da coroa Portuguesa, especialmente no que remete à organização econômica do lugar e à pacificação dos indígenas da região[5]. Essa parte da cidade condensa a maioria dos edifícios de funcionamento do poder público municipal, tais como a prefeitura, a câmara de vereadores e a delegacia de polícia. Foi também nos arredores da Igreja que até princípios dos anos 1990 residiu a elite cacaueira de Itacaré.

O núcleo urbano que se desenvolveu entre o Rio de Contas e seus dois portos - o da frente e do trás – e a Igreja Católica, carrega em sua própria denominação essa configuração histórica, uma vez que a localidade ficou conhecida pela articulação entre os nomes de seu santo padroeiro e do rio, São Miguel da Barra do Rio de Contas, denominação que vingou até princípios do século XX, quando recebeu a nomenclatura atual, Itacaré. A Igreja, somada à casa paroquial construída ao lado, são os únicos edifícios da época colonial que ainda permanecem.

[5] Para mais informações sobre a relevante presença indígena na conformação de Itacaré, ver Barros (2015). Em seu trabalho intitulado "Da letra da lei às práticas coloniais: arranjos e conflitos na sesmaria dos Jesuítas, 1700-1750", o autor apresenta um estudo histórico sobre a presença dos índios gueren na então chamada Capitania de Ilhéus na primeira metade do século XVIII, com ênfase na resistência indígena às políticas expansionistas da colonização imperial a partir do alargamento das fronteiras agrícolas e da escravização de mão-de-obra.

Figura 4: Igreja Matriz São Miguel Arcanjo

Fonte: a autora, em junho de 2019.

O que é interessante perceber na enunciação do padre é a maneira como ele se coloca em contexto. Se trata de um profissional que chegou a Itacaré apenas há alguns anos e focou seu trabalho religioso junto aos bairros mais antigos da cidade, aqueles em que vivem, preferencialmente, meus interlocutores de pesquisa. Assim, quando ele menciona o *lado de cá*, seu ponto de referência é a própria igreja, remetendo a população local, os moradores mais antigos, como os que estão *ali*, – "...ali no lado, no Porto de Trás. A cidade começou ali", diz ele. No entanto, quando vai falar do *lado de lá,* o espaço especialmente ocupado pelo turismo, ele se classifica entre os que são *do lado de cá*, produzindo uma identificação da Igreja com os moradores antigos. Conforme afirma: "Da igreja para *lá* é realmente outro Itacaré, *ali* é o lugar dos turistas". Assim, "cá" ou "aqui" indica, da perspectiva do sujeito, o que lhe é próximo ou familiar. Em contrapartida, "lá" ou "ali" remetem ao que é considerado distante ou estranho. Acompanhar, portanto, a mobilização contextual dessas categorias permite apreender a cartografia das relações sociais dos sujeitos e a forma como mobilizam experiências de identidade e alteridade.

Outras enunciações ilustrativas da atualização do conteúdo dessas categorias são encontradas nas afirmações de dois funcionários do município, entrevistados para fins desta pesquisa. Ambos têm uma dupla inserção social nesse contexto: são funcionários públicos,

trabalham em secretarias da prefeitura municipal; ao mesmo tempo, são *nativos,* identificam-se como "de cá", isto é, da região ribeirinha, incluindo-se, portanto, entre os moradores antigos.

O primeiro deles ocupa uma função de liderança na então Secretaria da Cultura, do Esporte e da Juventude, que no momento em que iniciei a pesquisa de campo em 2018, localizava-se na Praça do Canhão no final da Orla, próximo a desembocadura do rio, no sentido oposto à costa marítima. Depois de uma longa descrição sobre como meu interlocutor percebe Itacaré, classificando-se como alguém *nascido e criado* na cidade, portanto, morador desde antes da expansão turística, ele afirma:

> ...o pessoal do lado de lá, da igreja pra lá é outra cidade. Da igreja para cá é outra cidade. (Orla de Itacaré, abril de 2019).

É relevante acrescentar que este interlocutor mora com seus pais na Rua Pituba, portanto, do lado do desenvolvimento mais intenso do turismo. Sua família é moradora antiga da cidade, uma das poucas que não vendeu o imóvel quando o turismo começou a se expandir e mercantilizar essa rua que se tornou um dos polos turísticos mais significativos do lugar, uma vez que é o caminho principal que dá acesso às praias urbanas e o local que concentra os atrativos de lazer noturno para os turistas. Meu interlocutor, no entanto, se classifica como alguém do *lado de cá,* sinalizando assim que, já que ele não reside entre aqueles que considera como "iguais", o que define sua identidade não é o espaço físico, mas o universo de suas relações sociais.

A mesma classificação aparece na afirmação de Celso, morador do bairro Porto de Trás, considerado o primeiro bairro de Itacaré e localizado nas encostas do Rio de Contas, atualmente funcionário público atuante na Secretaria de Turismo. Neste caso, embora a referência aos termos classificatórios se dê de forma inversa, também insere o espaço de moradia como signo de identidade. Como a entrevista com ele foi feita na Passarela da Vila onde está situado o departamento no qual trabalha, apesar de meu interlocutor inverter a contraposição adverbial, uma vez que ele mesmo é um morador antigo da cidade – também ele *nascido e criado* no bairro –, o faz no sentido de situar-se e marcar pertencimento como alguém *do lado de cá da Igreja.* O sujeito que fala, aqui, vive entre "iguais", embora trabalhe no espaço do turismo:

> ele [o turista] quer saber a cultura da cidade como é a cidade. O casarão, as ruas, a igreja. Como é que é? Eu não tenho dúvida disso. Então a gente fica

> um pouco recuado, porque a gente é do lado de lá. Mas, hoje tem esse problema. Sei lá, 40% às vezes a galera leva o turista para lá, mas é pra levar mais ainda para reforçar a nossa cultura, para mostrar o que a gente tem de bom pra mostrar pro turista. (Secretaria de Turismo, agosto de 2019).

As enunciações aqui apresentadas nos permitem perceber ainda outro vetor que orienta o uso dessas categorias: a classificação *do lado de lá/do lado de cá* da Igreja remete a uma dualidade espacial que se constitui relacionalmente, mas também sinaliza uma perspectiva temporal, que diferencia aqueles que já viviam na cidade antes da pavimentação da rodovia e outros que chegaram depois, embalados pelo desenvolvimento intenso do turismo, seja com o intuito de se inserir no novo mercado que se apresentava, seja para desfrutar das benesses naturais que a paisagem oferece.

Como podemos perceber, o advérbio de lugar utilizado nesta classificação remete a distanciamentos, estranhamentos, diferenças e estabelece uma relação de alteridade. *Lá* configura-se a partir de ambientes nos quais é comum ouvir uma mistura de idiomas, performances, estéticas, cores, arquiteturas. Em contrapartida, o *lado de cá* é lugar de identificação pessoal, cuja população é marcadamente negra, "antiga" e ribeirinha, com quem se compartilha uma história comum.

1.2. Caracterizando a região turística da cidade: "o lado de lá"

A uma quadra da igreja no sentido leste da cidade, está a Passarela da Vila, uma pequena passagem onde não é permitido o tráfego de veículos. Com mesas esparramadas pela calçada, sob a sombra de coqueiros ou de decks construídos com madeira e folhas secas das árvores da mata Atlântica, os turistas descansam e comem depois de um dia de praia e passeios pelas paisagens idílicas de Itacaré.

Em uma noite do úmido mês de junho, por exemplo, a fachada do restaurante está enfeitada com bandeirolas da famosa festa junina nordestina, enleando estátuas étnicas orientais. Nas paredes, os quadros coloridos combinam com as toalhas de cores quentes e os lustres luxuosos. As lâmpadas fortes da coluna iluminam as garrafas de azeite de dendê e pimenta, que adornam o balcão. Uma mistura de elementos que remetem a contextos culturais diversos, compondo uma estética que, como afirmou Palmer (2014), se pretende rústica e, ao mesmo tempo, sofisticada. Complementa o cenário, uma mulher negra vestida com o traje branco caricato da baiana do acarajé, que oferece o tradicional licor de jenipapo produzido para a festa de São João enquanto convida os visitantes para experimentar a famosa moqueca baiana, o risoto de camarão ou então uma pizza. Do lado oposto da calçada, em outro

estabelecimento, o menino com cabelo rastafari e roupa praiana despojada se acerca às mesas para entregar o cardápio dos variados tipos de hamburgers artesanais, disputando público com a moça que aborda os turistas oferecendo "o melhor sushi da cidade". Mais à frente, o pequeno espaço todo adornado com a cor verde e as toalhas coloridas de chita parece ganhar a concorrência entre os turistas europeus ao insistir na comida vegetariana e vegana, enquanto delimita seu espaço contrastando com o bar de paredes pretas que oferece fastfood e transmite pela televisão as disputas antigas dos campeonatos de surf nas praias do Havaí.

Embrenhados nessa mistura de cheiros, cores fortes, símbolos étnicos e sabores, músicos locais tocam e cantam com voz suave e som baixo a conhecida Música Popular Brasileira[6], especialmente o samba e o forró, potencializando um cenário onde elementos da natureza tropical e a introdução da imagem do negro nordestino e da sua cultura como parte da paisagem vão desenhando um modelo de expressão do turismo que, embora cosmopolita, paulatinamente se intensifica em Itacaré, misturando-se a um contexto sócio cultural que evoca o tropicalismo brasileiro. Afinal, como bem o sintetiza Palmer (2014), se o nordeste brasileiro se constitui no imaginário nacional como uma região representativa das maiores contradições e desafios de uma nação construída sobre as políticas raciais de um colonialismo escravocrata e profunda desigualdade social (FREYRE, 1981), também é reconhecido como local de origem da cultura brasileira, uma vez que foi o primeiro centro político e econômico da colônia e, muitas vezes, é apresentado como o "outro" do sudeste moderno e desenvolvido, um reduto de artistas, poetas e escritores. Imagem de uma periferia econômica que é, ao mesmo tempo, um centro cultural e um lugar onde é possível encontrar certa brasilidade "autêntica", argumento que alimentou e, por vezes, ainda alimenta o mito da democracia racial. As obras do famoso escritor baiano Jorge Amado são um bom exemplo dessa produção imagética. Amplamente reivindicado como ícone da literatura e da cultura da Costa do Cacau - região turística da qual Itacaré faz parte – o autor corrobora com a construção desses estereótipos ao delatar em suas obras as agruras, pobrezas, violências e explorações do trabalho na pujante lavoura cacaueira de meados do século XX ao mesmo tempo em que exalta a mestiçagem, a sensualidade e a criatividade imbricadas na natureza cálida e exótica da Mata Atlântica e de seus personagens.

A Passarela da Vila termina na Praça dos Cachorros, onde os jovens jogam capoeira

[6] Quando me refiro à "Música popular brasileira", faço alusão especialmente a um de seus gêneros, o repertório musical associado ao Movimento Tropicalista.

e escutam o seu reggae, mesmo lugar que inaugura a Rua Pituba. Essa praça triangula um ponto de articulação entre a Passarela da Vila, a Rua Pituba e a Orla. No entanto, diferente da Passarela onde comumente os visitantes se sentam para apreciar a estética colorida de um nordeste caricato e a música que lhe acompanha, na Pituba, os turistas, quando não estão nos estabelecimentos comerciais, circulam em uma espécie de desfile em busca da lembrança encomendada, da roupa de banho com desenhos tropicais, do restaurante tradicional, da comida que combine com o sabor ou preço desejado. A Rua Pituba é a principal via de acesso às praias urbanas, fechada para tráfego de veículos somente no período noturno, conforme podemos perceber na figura abaixo. Adentrando a Pituba, portanto, o cenário de uma população negra ribeirinha tomando cerveja gelada ao som e ao ritmo do arrocha, paulatinamente vai cedendo espaço a um contexto quase que exclusivamente comercial, de tipo cosmopolita, constituído por surfistas, aventureiros, estrangeiros, gente do Sul e Sudeste brasileiro, entre outros, que circulam por entre as agências de turismo e as tantas lojas de alimentos, roupas e souvenirs ao som do samba, do forró e do reggae.

Nessa rua, os ícones de certa nordestinidade são acionados com maior veemência. O rosto pintado de preto do figurante anuncia de forma cômica a noite do forró e do samba no restaurante da esquina, de propriedade de uma família que há pouco chegou do Sudeste; o drink é servido dentro do fruto do cacau ou do côco; os bombons são produzidos a partir da pasta do cacau e do cupuaçu e recheados com as frutas tropicais locais; as lojas vendem redes coloridas, artesanatos em palha e madeira, miniaturas de pranchas de surf, coqueiros, pandeiros e berimbaus... lembranças que são feitas para recordar as praias, a mata atlântica, a tradicional cultura do cacau, do reggae e do surf. São imagens oficializadas de Itacaré, amplamente difundidas pelos empreendimentos turísticos.

Nesse cenário, a população ribeirinha passa quase despercebida, embora muitas vezes empregada nos serviços aos visitantes, mercado de trabalho que divide com migrantes chegados das cidades vizinhas, bem como surfistas e jovens viajantes que vieram se instalar na cidade em busca de emprego ou embalados pelo desejo hedonista de uma maior interação com a natureza. Ainda, vez ou outra se pode encontrar pessoas *nativas* de Itacaré passando discretamente com seus anzóis e redes de pesca, carregando pequenos cestos de peixe por debaixo das marquises das lojas, rente às paredes. São moradores das vielas que atravessam perpendicularmente a movimentada Pituba, as pequenas passagens escondidas entre uma loja e outra, que adentram o bairro e facilmente passam despercebidas ao turista distraído, envolvido na intensidade das cores, dos cheiros e dos sabores do comércio.

Figura 5: Rua Pituba no período noturno

Fonte: A autora, janeiro de 2019.

No vai e vem do intenso movimento dessa rua, uma personagem se sobressai, independente da época do ano ou da hora do dia. Se de um lado a população ribeirinha passa quase despercebida, de outro, os jovens de estilo hippie, com cabelos e pele queimados pelo sol, portando roupas leves, descalços ou de sandálias havaianas, comumente carregando suas pranchas coloridas no movimento dos treinos nas praias de Itacaré, se destacam na paisagem. A esses jovens, aos surfistas, é atribuída a façanha de "descobridores" das ondas paradisíacas escondidas na Mata Atlântica ainda na década de1970, quando chegar à então chamada *pacata vila de pescadores* não era uma tarefa fácil, dada a ausência de acesso pavimentado, o que, como vimos acima, veio acontecer tão somente vinte anos depois. Cleberson, morador do bairro Marimbondo e guia turístico de uma agência local importante, é contundente em suas afirmações a esse respeito:

> (...) e hoje você principalmente que veio de fora para conhecer Itacaré, você está aqui hoje por conta dos surfistas de Salvador. Se não fossem os surfistas de Salvador, do bairro da Pituba, Itacaré hoje demoraria um pouco mais a ser descoberto para o mundo. Só que nas décadas de 60 e 70 foram eles que chegaram em Itacaré e – porque surfista não tem tempo ruim pro lado de onda. Quando tem onda boa e perfeita naquelas épocas do ano que não chove, é porque passam as correntes de água quente aqui na frente, o que é setembro, outubro, novembro e dezembro, também a época das baleias, é ondas perfeitas. (Marimbondo, dezembro de 2019).

Esses visitantes chegados especialmente de Salvador, capital do estado, mas também de outros grandes centros urbanos do Brasil, se somavam aos chamados veranistas, os familiares dos fazendeiros de cacau, em sua maioria população das cidades vizinhas que também vinham à Itacaré no período de férias escolares, dando início a um turismo incipiente.

Segundo Meliani (2008), o surf nesse período estava fortemente influenciado pelos movimentos hedonistas dos hippies dos anos 60 e 70 que, em sua crítica ao consumismo capitalista, valorizavam lugares considerados periféricos em relação à sociedade moderna industrial, tendo na "conexão com a natureza", sua maior bandeira. Ao referir-se aos surfistas, Palmer (2014) acrescenta que ao instalarem-se na cidade adotando o reggae como marcador de uma identidade afro-brasileira, considerado sinal de resistência às hierarquias coloniais e raciais, esses jovens influenciaram fortemente a produção de uma imagem de Itacaré como o "Havaí brasileiro", ou seja, um paraíso tropical arquetípico, o Outro da sociedade de consumo, inaugurando, assim, um novo capítulo cultural e conômico na história da cidade. Ao associar a imagem do povoado a conceitos de natureza, simplicidade, beleza e liberdade, à possibilidade de desfrutar grandes ondas de águas quentes de praias não habitadas, escondidas à sombra da Mata Atlântica, alimentavam a noção de autenticidade em um local ainda não conectado ao capitalismo poluente. A realização de campeonatos de surf de diversas modalidades que seguem até a atualidade[7] e a publicação de informações nas revistas de viagem e periódicos desse esporte difundiram tais imagens de Itacaré no cenário nacional e internacional, celebrizando-o como *locus* de uma "natureza intocada"[8], conforme fica evidente

[7] Os campeonatos de surf começaram a ser realizados em Itacaré em 1995, intensificando-se até inserir-se no circuito internacional das disputas, o que aconteceu a partir dos anos 2000.

[8] Diegues (1996) problematiza a noção de "natureza intocada" afirmando que a ideia remete a um mito da sociedade moderna, uma vez que essa pressupõe a presença de áreas naturais protegidas como espaços desabitados, onde a natureza deve permanecer intocada para que seus atributos naturais e estéticos possam ser apreciados por visitantes. Segundo o autor, esse mito que muitas vezes incide sobre a delimitação de áreas de proteção ambiental, comumente confronta com as concepções e sistemas de manejo da fauna e flora das populações locais que habitam tais áreas e, por vezes, resultam em sua expulsão.

nas imagens que seguem:

Figura 6: Reportagem de uma revista de surf

Fonte: Revista Mahalo, 2 junho de 2011, p. 27.

Figura 7: Reportagem da Revista Azul

Fonte: Revista Azul, 22 de maio de 2016, p. 80-81.

É fato recorrente encontrar em Itacaré personagens diversos que chegaram à cidade embalados pelo desejo de sair dos grandes centros urbanos, de estabelecer um maior contato com a natureza e de buscar a vida simples e criativa no "paraíso" divulgado pela propaganda comercial. Jovens circulam pelas praias vendendo alimentos orgânicos ou artesanatos produzidos por eles mesmos em quartinhos nos quintais das pousadas ou em terrenos coletivos que foram adquiridos a baixos preços antes do *boom* imobiliário trazido pelo turismo. Idosos deixam suas casas e a proximidade de suas famílias nas capitais para instalarem-se em um espaço tranquilo e agradável depois da aposentadoria. Estrangeiros encontram na cidade um local estratégico para investimento e, ao mesmo tempo, tranquilidade. Profissionais liberais oferecem seus serviços em troca da possibilidade de manterem-se na cidade. Tentativas diversas de conciliação entre uma vida simples em uma paisagem cênica e a inserção no mercado promissor que se apresentava.

Ainda nos meus primeiros dias em Itacaré, por exemplo, fui levada por Ana, minha anfitriã, até uma chácara que está a aproximadamente oito quilômetros da cidade, nas encostas da BA 001. Nela encontramos um casal jovem formado por uma artesã carioca e um instrutor de esqui dos alpes franceses, que se encontraram pela primeira vez nos Andes argentinos

durante uma viagem de férias. Segundo o casal, desde que se conheceram, puseram-se em busca de um lugar tranquilo que reunisse cachoeiras, praia e calor. Nesse processo, instalaram-se em Itacaré em 2003, quando adquiriram a bom preço uma chácara com o intuito de construir uma casa com as próprias mãos, em meio à natureza, na expectativa de um ambiente sem poluição, onde pudessem desenvolver projetos agrícolas de agrofloresta e permacultura. Assim os encontramos: rebocados de barro em uma casa ainda não concluída, feita por eles mesmos com argila, em meio a uma clareira aberta na úmida Mata Atlântica. Ali, permaneciam relativamente isolados do movimento turístico, plantavam boa parte do próprio alimento e se protegiam de possíveis saques por detrás de um cão de guarda. "Ter uma vida simples. Acho que não tem nada melhor nesse mundo. Ser simples, porque o importante é ser", foi a forma como justificaram suas escolhas. Atualmente, o casal alterna seu tempo entre temporadas na França, com o intuito de reunir os recursos financeiros necessários para levar a cabo seu projeto em Itacaré, e temporadas no Brasil, empenhados na construção de sua casa e nas plantações em sua chácara.

O caso de Fernanda é diferente. Ela trabalhou na Educação Superior na capital mineira, nas áreas de biologia e genética, até conquistar a aposentadoria. Há alguns anos planejando dedicar-se ao serviço no turismo em algum lugar mais tranquilo do que a agitada capital, instalou-se na companhia de seu esposo em Itacaré em 1999, imediatamente depois da conclusão das melhorias na BA 001, onde construiu uma pousada localizada no Bairro Conchas do Mar, em sua segunda etapa de loteamento. Seu propósito, conforme me informou, era "tornar a vida mais simples e investir em uma cidade pequena, em meio à natureza". Durante vinte anos administrou a pousada, investiu na capacitação técnica dos *nativos* que contratava com exclusividade e participou dos fóruns e discussões em torno da consolidação do turismo em Itacaré. Atualmente, arrenda seu empreendimento para terceiros e alterna sua moradia entre a capital mineira e Itacaré. Segundo ela, essa escolha se deu porque agora a cidade já cresceu muito, o meio ambiente está sendo degradado e o acesso à saúde na cidade permanece precário.

Outros tipos de relações entre esses diferentes atores sociais que vão chegando e os moradores mais antigos de Itacaré também movimentam a cidade e incidem na constante atualização das relações classificatórias acima apresentadas. João, mestre de capoeira conhecido na cidade, chegou a Itacaré em plena crise do cacau na segunda metade dos anos 1980, atraído pelos projetos de reforma agrária que permitiam o acesso a terras na área rural da região costeira. Atualmente, mora na casa da família em uma chácara há poucos quilômetros do centro, nas encostas da BA 001. Em meados de 2018, casou-se com Cristina,

uma turista europeia que havia conhecido há três anos durante uma visita dela a Itacaré. Seu casamento aconteceu com os pés descalços, roupas brancas de tecido leve, em torno de uma mandala feita sobre a grama verde, com flores e frutos da Mata Atlântica, à sombra dos coqueirais. O cenário foi construído em uma chácara que o casal adquiriu para desenvolver projetos de saúde alternativa, a partir de técnicas e usos de elementos da natureza não industrializada. Dentre os elementos rituais do cerimonial, mulheres de diferentes países da América Latina e da Europa, adornadas com acessórios coloridos, carregavam objetos sagrados, tocavam instrumentos musicais autóctones de seus países e giravam junto com os noivos em torno da mandala de flores e frutos, produzindo um enlace matrimonial que teve seu ápice na troca de alianças. A essa cerimônia descreveram-na como o "sagrado feminino".

Figura 8: Casamento de João e Cristina

Fonte: A autora, outubro de 2018.

Alguns meses após o casamento, João deixou seu trabalho na portaria do grande empreendimento imobiliário que vem sendo desenvolvido na praia do Resende, como veremos a seguir, para acompanhar Cristina à Europa até que reúnam o dinheiro necessário para a abertura e manutenção do centro de saúde alternativa em Itacaré, onde pretendem se instalar definitivamente.

Enlaces semelhantes se multiplicam de diferentes maneiras entre os *nativos* de Itacaré e os recém chegados e fazem parte das conversas cotidianas que circulam pela cidade. Joaquim, cuja família mora no Bairro Marimbondo, tem uma filha com uma francesa que, ao

comprar duas pousadas no bairro Conchas do Mar, acabou instalando-se na região trazendo posteriormente seus pais e irmãos para o Brasil. Dona Neuza mora no Bairro Porto de Trás e sofre com a saudade de sua filha que se mudou para Portugal em busca de outros tipos de trabalho, motivada por um turista. Joana nasceu na Argentina e hoje está em Itacaré porque casou-se com um surfista que já morava na cidade e com quem teve dois filhos. Hoje divorciada, vende sanduíches naturais, pinturas em tela e artesanatos de sementes nas praias urbanas. É a forma que encontrou para manter-se "em seu paraíso", conforme comentou.

Não podemos desconsiderar que os ideais de valorização dos trópicos estão profundamente enraizados em perspectivas coloniais que, remodeladas no contexto de globalização do mercado, atualizam as narrativas de descoberta e exploração do exótico (COMAROFF E COMAROFF, 2009). Sem embargo, conforme apontam Couto (2007) e Palmer (2014), a chegada dos surfistas em Itacaré, motivados pela busca de ondas apropriadas à prática desse esporte, contribuiu para a construção de certo ativismo social filiado ao movimento ecológico no que se refere à valorização da natureza, defesa da preservação do meio ambiente e contraposição à sociedade de consumo. Inseridos nesse movimento de espectro histórico e social mais amplo, sua postura engrossou a demanda pela demarcação de áreas protegidas, criação de políticas públicas de manejo ambiental, inspiração de estilos arquitetônicos e estéticas visuais e um tipo específico de desenvolvimento do mercado de turismo que marca a identidade local – o Ecoturismo -, um argumento que tem se mostrado rentável economicamente na medida em que transforma a natureza em destacado produto comercial da região.

O processo de constituição da Rua Pituba como um dos lugares comerciais mais importantes para o turismo da cidade é representativo destas dinâmicas que envolvem os recém chegados, uma vez que de alguma maneira sintetiza a relação entre seu ativismo social, as demandas dos antigos moradores pelo direito do uso do lugar em um contexto no qual a função da propriedade se alterava drasticamente e os preceitos ambientais que paulatinamente construíam a imagem pública e mercadológica de Itacaré. A Pituba, além de ser o mais importante corredor comercial frequentado pelos turistas, é onde, do ponto de vista histórico, se observa com mais evidência a interação desses novos atores sociais com os pescadores e agricultores que habitam a região desde há muitos anos. A descrição das dinâmicas que incidiram sobre a configuração urbana de Itacaré, elaborada por Couto (2007), é aqui emblemática na caracterização destas interações. Diz a autora a respeito:

> Ao sul do Angelin, em direção ao caminho das praias, como fruto da

> contenda entre os posseiros e os proprietários da Fazenda Estrela, havia se constituído o bairro Pituba, reconhecido localmente pela complexa mistura de pescadores, surfistas e alternativos, que lhe dera origem e que, pela própria formação, o caracterizou como um bairro de acolhimento de outsiders, com um perfil próximo ao de seus moradores. Desse modo, hippies, artistas, pescadores, surfistas e alternativos em geral iam oferecendo os ingredientes para a composição de um bairro que aos poucos se tornou o ícone da integração local com seus casebres de pescadores, pousadas baratas e estabelecimentos comerciais rústicos situados no grande corredor. (COUTO, 2007: 220).

É importante destacar que Couto (2007) está olhando para Itacaré no período imediatamente posterior à pavimentação da BA 001, momento em que a cidade apresentava um crescimento acelerado do turismo, consolidando-se como um dos destinos mais importantes do cenário baiano, ganhando, ao mesmo tempo, crescente visibilidade nacional e internacional. Trata-se, portanto, do momento em que a cidade passou a receber grande fluxo de visitantes e novos moradores, sejam eles investidores do mercado de serviços, sejam viajantes em busca das melhores ondas ou maior contato com a natureza. Nas últimas duas décadas, porém, o Bairro Pituba protagonizou um processo de comoditização do espaço que resultou na valorização imobiliária da rua principal e sua destinação especialmente para o comércio de produtos e serviços voltados ao turismo, reconfigurando as relações entre os antigos e os novos segmentos populacionais e provocando uma nova divisão do espaço e do trabalho. Como consequência desse processo, os antigos moradores se deslocaram para as pequenas vielas perpendiculares que dão acesso a terrenos outros, mais escondidos e afastados do movimento, onde agora residem[9]. Esses são os que se recusaram a vender seus lotes e casas no momento em que o turismo mais se intensificara na cidade e, quando não, à medida em que o mercado nascente demandava seus imóveis, alienaram a parte mais rentável que dá acesso à rua principal, mantendo sua residência nos fundos.

A história da constituição da Rua Pituba está estreitamente relacionada com os bairros vizinhos, conhecidos como Conchas do Mar I e II, a antiga Fazenda Estrela, estes já localizados na região das praias e totalmente voltados para empreendimentos turísticos. É do conflito entre os proprietários dessa fazenda e seus posseiros que se forma a Pituba, até então um espaço de mata. Segundo Palmer (2014), Itacaré não pode ser compreendido sem passar pelos conflitos que envolvem a propriedade, especialmente os tensionamentos entre sistemas tradicionais de posse da terra e sistemas privados de investimento no uso do solo. É nesse

[9] Para mais informações sobre os conflitos que permearam o processo de constituição da Pituba como o centro comercial turístico mais importante de Itacaré, ver Silva (2014).

sentido que a Pituba e seus bairros vizinhos Conchas do Mar I e II - que até meados dos anos 1980 compunham uma grande extensão de terras ocupadas pela Mata Atlântica e habitada por diversos posseiros, com reduzido valor comercial, uma vez que o alto índice de salinidade do solo as fazia pouco rentáveis para a produção do cacau - são casos emblemáticos de conflitos envolvendo a ocupação do território antes da pavimentação da BA 001. Tensionamentos esses que se intensificaram com a chegada do turismo, e consequentemente, com o crescente valor econômico da terra na região da Costa Atlântica. Conforme sintetiza Couto (2007: 116), "por longos anos destinados aos cultivos e práticas de subsistência de uma reduzida população costeira, esta faixa litorânea se tornará motivo de muitas contendas quando a 'praia for inventada' para as novas funções da especulação turística".

A primeira investida dos proprietários da Fazenda Estrela contra os posseiros que nela residiam se deu ainda em 1986. Quatro anos depois, os moradores novamente foram atacados e, dessa vez, suas casas foram demolidas e as plantações incendiadas (COUTO, 2007). No mesmo período, a prefeitura de Itacaré recebia e avaliava um projeto de loteamento para a região, que se daria em três etapas: a primeira, hoje já concluída, correspondia à organização e comercialização do espaço que está em torno da Praia da Concha, a mais próxima do centro da cidade, articulada a esse pela Orla. Em seguida, a proposta abarcaria a parte mais afastada da praia da Concha e as praias do Resende e Tiririca e, por fim, praias do Costa e Ribeira. Tratava-se de um mega projeto imobiliário, que pretendia atrair investidores nacionais e estrangeiros de modo a protagonizar a implantação de um mercado de serviços aos visitantes atraídos pelas paisagens de Itacaré.

No entanto, os jovens surfistas que já estavam na cidade, alimentados pela crítica à vida agitada dos grandes centros comerciais urbanos e à sociedade de consumo, alimentavam expectativas e perspectivas distintas sobre o uso do espaço. Se associaram aos posseiros que habitavam a fazenda e, defendendo a bandeira política do "direito ao lugar" endossada pelos argumentos ambientalistas do desenvolvimento sustentável, desencadearam uma série de protestos e ações de resistência à implementação daquele projeto imobiliário, acusando-o de dificultar o processo de expansão urbana e desrespeito aos códigos ambientais. Numa tentativa de inibir os conflitos entre os grupos, a prefeitura local acomodou os moradores e jovens ativistas na região ao lado, a Pituba (MELIANI, 2011), facilitando-lhes o acesso e legitimando a ocupação da área. Assim, a Pituba foi se formando de maneira mais ou menos espontânea à medida que esses atores sociais ali estabeleceram seus novos espaços de moradia, muitos ainda hoje mantendo-se na condição de posseiros por não terem condições de custear a medição de suas terras, necessária ao reconhecimento cartorial. Paralelamente a

esse movimento, o bairro Conchas do Mar se configura de forma planejada, voltado para o mercado.Tendo como um dos principais atrativos a Praia da Concha, repleta de restaurantes e bares sombreados por grandes árvores e com um mar calmo e cálido, o bairro Conchas do Mar atrai a maior parte do público de visitantes de Itacaré, especialmente aqueles que viajam em família. Isso se dá em decorrência à sua desenvolvida infraestrutura, uma vez que ali se localizam as mais conhecidas pousadas da área urbana, inseridas em áreas florestadas, com uma arquitetura que permite contato mais próximo com a natureza, argumento comercial amplamente mobilizado pelo turismo da cidade.

As pousadas desse bairro são em sua maioria casas rústicas inseridas no meio da folhagem tropical, construídas com materiais provindos da Mata Atlântica, especialmente madeira, pedras e palhas, de modo a sugerir uma continuidade entre o espaço interno da pousada e a vegetação que a circunda. Os pisos, algumas vezes de cimento cru sem revestimento e as paredes por vezes propositadamente irregulares, cobertas com cores fortes e variadas, pautam uma estética ao mesmo tempo rústica e sofisticada que por vezes remete à simplicidade de um imaginário passado rural. A inserção de elementos étnicos de origens distintas, como estátuas orientais, máscaras, mandalas, filtros dos sonhos, artesanatos de palha e madeira, amplamente utilizados como adornos, constroem uma imagem que, embora eclética e cosmopolita, está claramente inspirada na exaltação estética do exótico. As grandes janelas de vidro e as coloridas varandas onde balanceiam as redes de tear ou chita e plantas penduradas, quase sempre voltadas para a mata ou para o mar, replicam a sensação de contato com a natureza.

Nas ruas do bairro, poucos são os caminhantes, com trânsito preferencialmente de veículos. Com grandes espaços vazios cercados pelos muros e cercas elétricas que protegem as pousadas, muitos visitantes que se hospedam nesse bairro não vão além da Rua Pituba. Por vezes, alguns sequer chegam à Passarela da Vila.

A Rua Pituba também dá acesso às demais praias urbanas, cuja infraestrutura é menos desenvolvida que o Bairro Conchas do Mar, uma vez que as últimas etapas do projeto de loteamento da Fazenda Estrela estão ainda em desenvolvimento, em grande medida porque o processo foi retardado pelos tensionamentos dos ativistas ambientais que seguem até a atualidade[10]. Essas praias recebem grupos de públicos diversos somando-se aos atrativos de

[10] Em minha última estada em campo, em meados de 2021, o último posseiro que ainda permanecia com a residência e o cultivo de roças e criação de animais nas terras de propriedade da antiga Fazenda Estrela perdeu na justiça o direito de posse e foi desalojado. Um acontecimento que intensificou a circulação de comentários e avaliações sobre o turismo entre os *nativos*.

mais fácil acesso em Itacaré.

Abaixo da Praia da Concha está a Praia do Resende, repleta de coqueirais que oferecem uma paisagem e um sombreado que a distingue das demais, o que, somado aos raros estabelecimentos comerciais instalados em construções provisórias de madeira e palha e, portanto, pouco estímulo ao consumo, faz dela um ícone da produção midiática de Itacaré como paraíso tropical, o Éden urbano local conforme descrito pelos guias de turismo que circulam na região. Segundo o informativo turístico distribuído pela prefeitura municipal, "a pequena enseada é composta por coqueiros, areia branca, piscinas naturais e boas ondas para o surf", e acrescenta, "um pequeno paraíso bem perto do centro da cidade". Valmir, que divide seu tempo entre o trabalho como guia turístico e como cuidador de carros há mais de dez anos na cidade, corrobora com a produção desta imagem a descrevendo como "um lugar de descanso cheio de coisa linda, como o jardim lá do Éden. Coisas que Deus deixou".

Figura 9: Praia do Resende

Fonte: A autora, outubro de 2018.

Foco de conflitos entre grupos ambientalistas e empresários que tentaram levar a cabo projetos de loteamento desde a década de 1990, atualmente a praia do Resende está sendo palco de um mega empreendimento imobiliário gerido pela Svea Empreendimentos Imobiliários. Segundo um dos engenheiros responsáveis pela obra, trata-se da exploração de uma área de 25 hectares em meio à Mata Atlântica e no topo da colina que desenha a praia e que lhe dá acesso. A construção resultará em um empreendimento misto residencial e hoteleiro, formado por doze moradias, com quatro bangalôs suítes com piscina e um núcleo central de área comum, e dois prédios destinados a um hotel-restaurante. A obra prevê ainda

a edificação de um bar com acesso aos turistas que frequentam a praia e investimentos na infraestrutura de acesso. Em meio aos tensionamentos com os grupos ambientalistas e parte da população local, especialmente aqueles que desenvolvem alguma atividade econômica na praia, a obra iniciada em 2018 já está em fase de conclusão. Porém, enquanto o hotel-restaurante já está apto e autorizado a receber hóspedes, o bar com acesso aos turistas que frequentam a praia está clausurado pela justiça e em disputa com os militantes do meio ambiente.

Separada da praia do Resende apenas por um pequeno complexo rochoso, está a Praia da Tiririca, considerada o espaço por excelência do surf, uma das mais famosas da cidade por ser o local onde se realizam os campeonatos nacionais e internacionais do esporte. Com uma infraestrutura comercial mais desenvolvida, pista de skate e slackline para treinar o equilíbrio necessário à prática do esporte, seu espaço circundante está completamente ocupado por restaurantes, bares, pousadas e escolas de surf, além dos vendedores ambulantes que diariamente para ali se dirigem a fim de vender comida e bebida, artesanatos e/ou alugar guarda-sóis e cadeiras. Em breve, esta praia contará também com um grande complexo esportivo, o Centro Municipal de Surf, que está em processo de construção. Esta praia é especialmente frequentada por jovens.

Na sequência, seguindo ainda pelas rochas metamórficas que circundam o mar, está a Praia do Costa, considerada perigosa para banho, quase sempre deserta ou ocupada por uns poucos turistas ou surfistas desavisados que ainda não ouviram as tantas narrativas dos guias e vendedores locais sobre acidentes e algumas mortes que ali aconteceram.

Por fim, a Praia da Ribeira, com uma estrutura de barracas e restaurantes mais consolidada, destino de muitos turistas oriundos das cidades da região, especialmente famílias com crianças, dado o pequeno riacho que desce a colina e desemboca no mar, acrescentando a opção de banhos de água doce. Uma particularidde dessa praia é que, seguindo pelo rio em direção à mata, muito próximo à faixa de areia, encontram-se pequenos bares e restaurantes construídos em alvenaria, que atendem aos visitantes que acedem a uma piscina que foi construída pela prefeitura municipal na década de 1990 a partir do represamento da água do rio. Escondida dentro da vegetação e quase invisível aos turistas, essa piscina é frequentada quase que exclusivamente pela população local, especialmente por moradores do bairro Santo Antônio, que fica na saída da cidade, já no caminho que dá acesso à BA 001. Este bairro foi formado a partir dos movimentos migratórios desencadeados pelo mercado do turismo depois da finalização da reforma da via e por trabalhadores que vieram para sua pavimentação.

1.3. BA 001: Itacaré e seus deslocamentos

Nesta sessão mostrarei em que medida a classificação espacial e sua cartografia social constantemente atualizada, conforme tematizado acima, se justapõe uma dualidade também temporal que divide a experiência dos moradores ribeirinhos entre antes e depois da consolidação do mercado do turismo e dos diversos atores sociais que com ele chegaram à cidade modificando a dinâmica urbana. Nesse caso, o marco temporal que articula um *antes* e um *depois* na experiência de meus interlocutores é a pavimentação da BA 001 em seu trecho norte, concluída em 1998, e a facilidade de circulação de pessoas, produtos e capitais que com ela chegou. Uma nova artéria viária que articulou Itacaré com o porto e o aeroporto de Ilhéus, incidindo fundamentalmente no modo de vida de seus moradores e na forma como se localizam, experimentam e classificam a cidade. Algumas enunciações recolhidas durante o trabalho de campo são aqui elucidativas:

> Antes da estrada isso aqui não era assim, era tudo muito diferente. Não era assim não. Era só peixe, caranguejo. Era outro Itacaré. (Salete, Porto de Trás, novembro de 2018).

> Você sabe como era isso? Antes da estrada? Não tinha trabalho não. Aqui mudou depois da estrada. Daí que veio tudo. Antes não tinha nada. Tinha algumas coisas. Mas não tinha nada. (Dan, Marimbondo, abril de 2019).

> Era um sossego isso aqui. Era bom! Mas era ruim também. Era bom, mas era ruim. Ruim porque não tinha tudo isso. Essas coisas tudo. Essas gentes. Mas era bom. A gente ficava só de boa. Só de boa antes da estrada. Eram outras situações. (Roberto, Marimbondo, abril de 2019).

> Antes era difícil. Muito difícil. Agora depois da estrada ficou mais fácil. A gente temos coisas. A senhora sabe como era isso aqui antes da estrada? Não sabe não? Nem queira saber. (risos). Tinha umas coisinhas boas. Mas nem queira saber. (Risos). (Maria, Marimbondo, novembro de 2018).

> Tinha as estradas. Mas as estradas era pra lá, pra aqueles lados. Eu mesma só ia de barco pra roça. Mas tinha as estradas. Só que depois dessa aí [BA001] as coisas ficou diferente. (Dona Filó, Porto de Trás, novembro de 2018).

Segundo Meliani (2011), até 1960, o transporte pluvial pelo Rio de Contas era o principal meio de acesso a Itacaré, excetuando apenas as precárias trilhas abertas pelos posseiros e ribeirinhos as quais por vezes entrecortavam a Mata Atlântica. Na década seguinte, dada a expansão da lavoura cacaueira na região, a abertura da BR 101 e a BA 655 criaram caminhos terrestres em direção ao interior da cidade – ao distrito de Taboquinhas e à vizinha

Ubaitaba - onde estava localizada a maioria das fazendas de cacau e a infraestrutura de escoamento do produto por meio dos atracadouros do rio e, principalmente, da estrada de ferro que conectava Ubaitaba aos pontos de sua distribuição nos mercados nacional e internacional. Mesmo com a crise da lavoura cacaueira que afetou todo o sul do Estado da Bahia no final dos anos 1980, resultante da queda do preço do cacau no mercado internacional e do fungo conhecido como Vassoura de Bruxa, que assolou as lavouras e impactou no adoecimento dos frutos, e mesmo com a consequente situação de relativo isolamento econômico de Itacaré, essas rodovias articuladas à economia cacaueira permaneceram sendo os principais meios para se chegar ao município até finais dos anos 1990. Informações que são aqui relevantes, porque permitem perceber que a BA 001, além de acrescentar uma importante via de acesso a Itacaré, também chega para inverter o vetor de movimentação da cidade, conectando-a não mais às dinâmicas sociais e econômicas que se dão nos entornos do Rio de Contas, mas prioritariamente à costa marítima.

É importante mencionar ainda que esse deslocamento da valorização econômica em direção à costa marítima, em detrimento das regiões interioranas de Itacaré, é resultado em grande medida de uma série de políticas do governo da Bahia, desenvolvidas a partir do início dos anos 1990, que visavam criar estratégias para reordenar a economia do Estado e, no caso específico de sua Região Sul, enfrentar a crise causada pela queda da produção do cacau que se manteve como principal atividade econômica até finais da década anterior. Tendo em vista a grande dimensão da região costeira no Estado, as estratégias das políticas públicas se concentraram na valorização do ambiente natural e na produção midiática voltada a lançar a Bahia no mercado do turismo investindo na divulgação e comercialização de sua paisagem, tendo em vista estudos realizados pelo próprio governo que apontaram para a existência de recursos cênicos e culturais significativos que se coadunavam com a oferta de mão de obra abundante e a custos relativamente baixos. Desse modo, já em 1991, o governo do Estado lançou o Plano de Desenvolvimento do Turismo na Bahia – PRODETUR, redesenhando e dividindo sua paisagem turística e cultural em sete áreas, de acordo com o que considerou as "identidades" historicamente construídas de cada uma delas: Costa dos Coqueiros, Costa do Dendê, Costa do Descobrimento, Costa das Baleias, Costa do Cacau – onde, juntamente com as cidades de Ilhéus, Ipiaú, Maraú, Una, Canavieiras, Uruçuca, Santa Luzia, Pau Brasil e São José da Vitória, está inserido Itacaré - e, no interior, a Chapada da Diamantina. Nesse movimento de criação e comercialização de regiões turísticas, o Estado desenvolveu e financiou, com a ajuda do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES - e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID - diversos projetos de infraestrutura

turística nas sete regiões. A pavimentação da BA 001 foi uma das obras mais importantes realizadas na agora chamada Costa do Cacau. Em sua primeira etapa, estendendo-se ao sul e ligando Itacaré a Ilhéus e, em um segundo momento expandindo-se para o norte, até a cidade de Camamu, de modo a articular um circuito turístico que une a Costa do Cacau à Costa do Dendê.

Sem embargo, esse turismo ecológico proposto e incentivado pelo plano estadual - o Ecoturismo, como é chamado em termos mercadológicos - traz em si um paradoxo. Conforme aponta Kent (2003), esse tipo de atividade econômica, ao mesmo tempo em que explora os ambientes naturais, depende de sua conservação e manutenção e, na medida do possível, da inalterabilidade das paisagens. Nesse sentido, de mãos dadas com os planos de desenvolvimento do turismo vêm as legislações ambientais que estabelecem áreas protegidas pelo Estado e criam regulações de acesso aos recursos naturais disponíveis. No escopo desse movimento, em 1993, foi lançado o decreto estadual 2.186, que criava a Área de Proteção Ambiental, APA Itacaré/Serra Grande, essa no município de Uruçuca, com o intuito de regular e articular as preocupações de preservacionismo natural que já vinham sendo pautadas pelos movimentos ambientalistas locais e pelos surfistas que frequentavam e paulatinamente passaram a se instalar na cidade – como vimos anteriormente no caso dos conflitos desencadeados em torno do loteamento da Fazenda Estrela para a criação do Bairro Conchas do Mar - e os interesses econômicos da indústria turística que passaram a se apresentar rapidamente à região. Segundo próprio decreto:

> Considerando que a faixa costeira compreendida entre a foz do rio de Contas e o riacho Sergi, nos Municípios de Itacaré e Uruçuca, apresenta características de relevante importância para a preservação ambiental, tendo em vista a presença de falésias rochosas associadas a remanescentes da Mata Atlântica e planícies costeiras com a presença de vegetação de restinga, além de importante ecossistemas marinhos, constituindo valioso patrimônio ambiental; considerando que a região, por suas características naturais de apreciável valor cênico, favorece o desenvolvimento do turismo ecológico, compatível com as exigências para o desenvolvimento sustentado da região; considerando, por fim, que, na forma da legislação vigente, a APA constitui o tipo de unidade de conservação mais adequada, a disposição do Poder Público, para o ordenamento das atividades econômicas, sociais e humanas no interior das áreas de interesse relevante para proteção ambiental; DECRETA: Art. 1º - Fica criada a Área de Proteção Ambiental - APA da Costa de Itacaré / Serra Grande, nos Municípios de Itacaré e Uruçuca, a qual se delimita ao Norte com o rio de Contas; ao Sul com o riacho Sergi (limite entre os Municípios de Uruçuca e Ilhéus), ao leste com o Oceano Atlântico, e a Oeste numa linha equidistante a 6km de preamar. (DECRETO 2186/93 – BA).

Na esteira dessas regulações governamentais, nos anos seguintes à criação da Área de Preservação Ambiental, acrescentam-se diálogos em torno da definição de Itacaré como Reserva Extrativista Marinha, regulamentando especialmente as atividades pesqueiras e extrativistas de crustáceos e madeira, realizada pelos moradores de forma artesanal, mas com a presença indesejada pelos locais de vários barcos industriais que vinham das regiões vizinhas. Essa nova legislação que muda a relação com os recursos naturais - Reserva Extrativista e Área de Proteção Ambiental – traz consigo também uma desigualdade quanto ao acesso a tais recursos, uma vez que prioriza a preservação ambiental e o turismo, reduzindo os espaços destinados à agricultura e ao extrativismo, até então a base da economia local.

Com os incentivos estatais para o desenvolvimento do turismo, a facilitação de vias de acesso à costa marítima e a produção de uma legislação que busca articular o fortalecimento do mercado e a exploração das paisagens com a sua preservação, a partir de meados da década de 1990, a faixa litorânea de Itacaré passa a ser objeto de cobiça imobiliária e atrativo de diversos investidores que se antecipam à valorização progressiva dos imóveis, não apenas próximo à sua área urbana como vimos anteriormente, mas também na área rural. A partir de dados imobiliários encontrados no cartório da cidade, Couto (2007:257) nos informa que mesmo antes da ampliação da BA 001, os anúncios de investimentos no mercado turístico por parte do Governo da Bahia fizeram com que as propriedades localizadas na faixa litorânea duplicassem seu valor monetário entre 1993 e 1997. Essas mesmas propriedades, quando avaliadas em 2006, no momento portanto em que o turismo se estabelecia como atividade econômica principal de Itacaré, obtiveram uma valorização que girava em torno de 800%.

Em meio a esse processo, rapidamente vão sendo inseridas entre os principais atrativos turísticos de Itacaré diversas pequenas praias emolduradas por complexos rochosos e por uma vegetação mais densa, muitas delas com acesso somente por meio de caminhadas em trilhas abertas na Mata Atlântica, o que reforça o imaginário idílico do turismo na cidade. As principais praias rurais inseridas no circuito turístico são: Engenhoca, Hawaizinho, Jeribucaçu, Arruda, Gamboa, Prainha e Itacarezinho. Nessas praias, os posseiros que habitam a região se somam à paisagem, acrescentando às suas atividades econômicas na agricultura e na pesca, o atendimento aos visitantes a partir da oferta de estacionamentos nas clareiras abertas na mata à entrada das trilhas e, principalmente, da construção de pequenas e precárias barracas para a comercialização de comida e bebida e, por vezes, aluguel de cadeiras e guarda-sóis. É muito comum vermos esses moradores indo e vindo das praias com seus carrinhos de mão cheios de madeira, plástico e palha para ampliar ou reformar as construções, ou então bujões de gás, isopores de bebidas e de peixes e crustáceos para servir aos visitantes. A

dificuldade de acesso, o visível limite econômico dos agricultores e pescadores da região que oferecem os serviços e sua pouca desenvoltura na atuação no mercado se somam à oferta de alimentos produzidos ou pescados por eles próprios e às características minimalistas de simplicidade e de improviso nas construções praianas para corroborar na invocação da imagem pública de Itacaré anunciada pelos primeiros visitantes já nas décadas de 1970 e 1980, como um lugar de estética rústica, que mantém uma beleza natural intocada, escondida e preservada, ainda não corrompida pela sociedade do consumo.

As imagens abaixo ilustram algumas das características descritas:

Figura 10: Quiosque na praia da Engenhoca

Fonte: A autora, dezembro de 2018.

Figura 11: Um dos quiosques da praia do Hawaizinho

Fonte: A autora, dezembro de 2018.

Figura 12: Únicos quiosques da Praia do Jeribucaçu

Fonte: A autora, dezembro de 2018.

Sem embargo, com acusações de favelização das praias, acúmulo de lixo e falta de apoio à infraestrutura e fiscalização por parte do poder público municipal, outro tipo de investimento tensiona a imagem do turismo na cidade. Trata-se dos grandes investidores nacionais e internacionais que vêm apostando na construção de resorts e na oferta de um turismo de luxo que, dada sua distância da cidade e a promessa de privacidade em meio a uma

paisagem cênica, tem crescido consideravelmente na região rural de Itacaré. Assim, abarcando a Prainha, próximo à entrada da cidade, está o resort São José, uma construção que se utiliza de uma antiga fazenda de cacau transformando-a em empreendimento turístico ainda antes da pavimentação da estrada, investimento de propriedade de investidores brasileiros.

O Txai Resort[11] e seu condomínio quatro estrelas também reutiliza uma antiga fazenda em uma área de 92 hectares localizada na Praia Itacarezinho. O resort que anuncia em sua página web "o luxo da simplicidade... a sofisticação de ser simples e despojado" é famoso por oferecer um serviço em bangalôs exclusivos e receber celebridades políticas e culturais tanto do Brasil quanto do exterior. Essa praia é a única que não possui barracas dos moradores locais ou vendedores ambulantes.

Na praia da Engenhoca, o Warapuru ergueu-se como investimento de um grupo de empresários portugueses que prometia o primeiro hotel seis estrelas da América Latina. Sua construção foi iniciada nos anos 2000 e atualmente está parada por causa de um embargo judicial que já dura mais de dez anos, resultado em grande medida da pressão dos movimentos ambientalistas da região. Segundo a advogada que assumiu a administração do empreendimento após o grupo investidor declarar falência, o projeto avaliado em 185 milhões de reais é formado por 51 unidades, entre o hotel, residenciais de luxo e áreas administrativas, que ocupam uma área de 49 hectares em meio à Mata Atlântica. Com as construções escondidas na vegetação densa das colinas que circundam a praia da Engenhoca e que oferecem as melhores vistas da paisagem, a obra já estava com dois terços da construção concluída quando o Ministério Público Federal impetrou uma Ação Civil Pública contra os empreendedores. Essa obra, inacabada, hoje decai em ruínas. Os vergalhões de ferro caídos nas encostas da trilha, os paredões de concreto que se elevam esverdeados pela umidade da mata e o mármore branco reutilizado pelos agricultores e pescadores para melhorar e ampliar as barracas da praia são imagens que remetem a esses tensionamentos entre preceitos ambientais, movimentos sociais, moradores locais e grandes investidores econômicos que disputam as paisagens, a imagem pública e a costa marítima de Itacaré desde a pavimentação da estrada.

[11] O Txai Resort foi recentemente (março de 2020) alvo de polêmicas depois de apresentar os primeiros casos públicos de Covid 19 no Brasil. Na época, uma festa de casamento com aproximadamente 500 convidados, animada pela cantora Preta Gil, deixou diversos de seus convidados infectados. O acontecimento foi registrado pelo jornal Folha de São Paulo com o título "Paraíso Abalado". (cf. EMILY ALMEIDA. Folha de São Paulo. **EDIÇÃO 166** | JULHO_2020).

Figura 13: Escombros da obra Warapuru no meio da trilha que dá acesso à Praia da Engenhoca

Fonte: A autora, dezembro de 2018

Figura 14: Vista da Praia da Engenhoca de cima dos escombros da construção Warapuru

Fonte: Ariana Guides (antropóloga), janeiro de 2019.

É importante ressalvar, que embora a classificação do espaço, conforme descrita na primeira seção deste capítulo, se apresente de certa forma imbricada nas dinâmicas da rápida e complexa implementação da indústria turística a partir da pavimentação da BA 001, essa dualidade classificatória antecede a ampliação da estrada e as transformações que com ela vieram a partir dos anos 2000. Em conversa com os moradores do Bairro Porto de Trás e do

Marimbondo - os bairros mais antigos da cidade que serão descritos de forma detalhada nos próximos capítulos -, a população que residia nos arredores da igreja matriz, o centro da cidade, região que até final dos anos 1980 era habitada em grande medida por uma elite branca cacaueira detentora dos principais cargos políticos do município e proprietária de significativas extensões de terra, bem como dos antigos casarões do cacau[12], e formava os classificados como *lado de lá*.

> Assim, era dividido, a gente não podia passar na igreja. A gente era pra cá. Da igreja para lá a gente não passava, de jeito nenhum. Pro Porto de Trás ali era a divisão, a igreja ali. O Porto de Trás via e fica olhando lá de cima. Eu nunca descia pra praça, porque eu era do lado de cá. Veja que coisa! (Celso, Porto de Trás, abril de 2019).

Nesse mesmo sentido, os esforços de Rui, também morador do bairro Porto de Trás, em suas tensas tentativas de manter os filhos na escola localizada nas proximidades da Igreja Matriz no *tempo de antes da estrada* - como o identifica meu interlocutor - é aqui elucidativa na medida em que menciona alguns fatores e diferenças sociais que sustentam a classificação êmica. Rui, homem negro, alto, de meia idade, pescador e marisqueiro, nos anos 2000 iniciou o trabalho como guia turístico. Conversou comigo na casa de sua irmã, já que a sua estava passando por uma reforma como intuito de ampliar espaço e alugá-la a algum novo morador da cidade. Atualmente, Rui pilota um pequeno barco a motor no qual leva turistas até a cachoeira do Cleandro, escondida na mata que circunda o Rio de Contas, em um caminho enfeitado por caranguejos, siris, guaiamuns e aratus, que motivam os visitantes enquanto fazem a lenta travessia pelo mangue. Vez ou outra, oferece o passeio também em uma antiga e tradicional canoa a remo. Sentado no chão, com a roupa molhada por causa do trabalho no rio, inicia sua narrativa com uma marcação temporal articulada pela BA 001, salientando que os jovens de hoje, diferente do que acontecia em seu tempo, quando ainda não havia a estrada, são "gente de sorte". A boa ventura, conforme a caracteriza meu interlocutor, é resultante tanto da possibilidade de acesso a bens de consumo - tais como celulares, aparelhos de som, alimentos industrializados – quanto a uma série de direitos sociais - como educação, transporte

[12] Couto (2007) revela dados alarmantes sobre a estrutura fundiária do município. Segundo a autora, "até 1995, 94% das propriedades fundiárias possuíam menos de 100 hectares e abrangiam apenas 44% das terras, enquanto os imóveis com mais de 110 hectares constituíam um grupo de apenas 6% dos estabelecimentos e ocupavam 56% de toda a área do município" (COUTO, 2007: 52). Sobre a relação entre políticas nacionais de Reforma Agrária e conflitos fundiários em Itacaré, ver também Palmer (2014).

e produtos culturais - que antes da ampliação da estrada eram de acesso limitado. Logo depois de demarcar essa diferenciação temporal, Rui passa a narrar sua experiência nos "tempos de antes da estrada", salientando as dificuldades que eles, a população negra ribeirinha que vive *do lado de cá,* encontravam na relação e no acesso aos serviços públicos oferecidos *do lado de lá*, naquele momento, nos arredores da igreja matriz, o centro da cidade.

> É isso. É por isso que hoje não, mas antigamente um dos moradores mais... – como é que se diz? Como é que se fala a palavra certa? Mais discriminados era nós do lado de cá, eram os moradores do Porto de Trás. Porque a gente sempre foi marisqueiro, sempre viveu do rio. Se na sala de aula podia ter 30 alunos, se tivesse um com cheirinho de sovaco era um neguinho do lado de cá, do Porto de Trás. Eu digo, com meu próprio filho. Ele chegava ali na escola, essa escola que está ali perto da Igreja, no lado de lá. Quando fez aquele prédio lá da Pituba, aquele prédio lá foi feito para os piores alunos de Itacaré. Eu digo porque eu sei da história. E aí naquela época, que eu nunca me esqueço, a diretora era do lado de lá. Naquela época tinha 22 alunos e meu filho foi retirado dali e mandado pra Pituba. Aí eu digo "gente"... a minha mulher chegou eu disse "olha, tiraram ele e botou na Pituba". Eu disse "quem tirou?". "A diretora". Eu digo "mas tem quantos alunos?". "Porque tem muito aluno, tem 22 alunos e tinha que tirar um". "E por que se tirou um, esse um tinha que ser o nosso, do lado de cá?". Abaixei o pé e fui bater lá. "Professora eu quero saber da Senhora, assim mesmo, porque no meio de 22 alunos tem que tirar um e esse um tinha que ser o morador do lado de cá, do Porto de Trás?". Aí eu apontei pra ela "por que que a senhora não tirou aquele ali?" – porque morava pra lá, entendeu? – " Por que que a senhora não tirou aquele ali? Por que é filho de rico?". Aí não deu certo não. E digo"outra coisa, meu filho não vai sair dessa escola. Se a senhora tirar ele dessa escola ele vai ficar sem estudar e eu vou ligar para secretaria e vou explicar tudo o que está acontecendo. Porque isso é racismo". E aí é e não é ... eu disse "é racismo sim". Aí no outro dia eu recebi a cartinha que era pra eu ir na reunião. "Seu filho vai continuar aqui". Eu digo "tá vendo? Meu filho continua ali". Aí também no ano seguinte eu já tirei ele de lá e já botei no outro colégio. Acabou a história. (Porto de Trás, abril de 2019).

Como fica evidente na enunciação de meu interlocutor, trata-se de uma classificação complexa cujas diferenças remetem não apenas ao lugar de moradia – o centro ou o bairro, mais especificamente o Porto de Trás – mas também relaciona dinâmicas, hierarquias e tensionamentos quanto aos tipos de trabalho e aos marcadores de raça e de classe.

Inserida nesse contexto de marcantes diferenças sociais e raciais decorrentes da história de colonização e concentração fundiária que constituíram a região da Costa do Cacau, a pavimentação da rodovia, longe de dissolver tais partições e tensões, as reposiciona e reconfigura situando a classificação *do lado de lá/do lado de cá*, com suas diversas implicações, de uma nova maneira: como vimos na seção anterior, no momento atual, o *lado*

de lá é composto pelas novas dinâmicas do contexto da expansão da indústria turística e dos diversos atores sociais que nelas interagem e *o lado de cá* é o espaço onde estão aqueles que residem em Itacaré desde antes da pavimentação da BA 001, denominados por meus interlocutores como *nativos,* sejam eles os antigos moradores dos bairros ribeirinhos, sejam eles ocupantes do centro da cidade.

Dentre esses, no entanto, acrescenta-se uma nova categorização identitária que produz uma diferenciação interna entre os *nativos* de Itacaré: aqueles que residiam no centro da cidade e nos bairros vizinhos, todos incluídos na categoria *nativos;* e outros que além de pertencerem ao grupo dos *nativos,* acrescentam a denominação *nascidos e criados no Porto de Trás* e/ou *no Marimbondo,* tais como Rui e Celso acima mencionados que, como demonstrarei nos próximos capítulos, acionam uma identidade racial e cultural para se posicionarem no novo contexto da indústria turística. Marcadores, portanto, a uma só vez, de espacialidades e temporalidades diversas e complexas que se deslocam no final da década de 1990 e incidem sobre a constituição de Itacaré na atualidade.

Outro elemento relevante que tanto as narrativas até aqui descritas, quanto a trajetória profissional de Rui nos informam, remete ao modo como essa nova via de acesso ao município inaugura um contexto diverso no universo do trabalho e do consumo, sendo para muitos sua primeira experiência de trabalho assalariado[13], já que até então a população da cidade se dedicava quase que exclusivamente à pesca, à mariscagem, à agricultura de subsistência, além do trabalho temporário na colheita do cacau ou nos cargos públicos disponibilizados pela prefeitura do município. Assim como eles, muitos moradores acrescentaram às atividades agrícolas e extrativistas, o emprego na construção civil, nas pousadas, restaurantes, bares, resorts, lojas e agências de turismo que se instalaram na cidade, seja de forma permanente, seja acrescentando esse novo tipo de emprego às dinâmicas sazonais que caracterizavam seus universos do trabalho.

Desse modo, se de um lado é comum ouvir de migrantes que se instalaram em Itacaré entre os anos 1970-1990 reclamos e protestos como avaliação das transformações que foram provocadas pela implementação do turismo, destacando a degradação ambiental e a falta de infraestrutura básica para absorver o rápido crescimento urbano como formas de "corrupção ou ameaças ao paraíso"[14], entre os *nativos*, a classificação temporal é mais comumente

[13] Embora desde 1990 os pescadores idosos começaram a receber o FUNRURAL, uma contribuição econômica do Estado a partir de seu reconhecimento como categoria profissional por parte da Federação da Pesca do Estado da Bahia.

[14] Segundo dados do IBGE, a proporção da população urbana na região passou de 61,19% em 1991, para 73,13%

caracterizada como um tempo que antecedia a construção da rodovia marcado por duras dificuldades econômicas, concentradas na falta de emprego e de dinheiro, na presença decadente de fazendeiros falidos e endividados e na impossibilidade de acessar bens materiais e de consumo, ainda que em uma localidade que contava com produção abundante de comida e ausência quase que total de criminalidade. Conforme sintetiza Juninho, atualmente proprietário de uma agência de turismo na cidade e também ele *nascido e criado* em um dos bairros ribeirinhos, mesmo contando com uma alimentação farta, a ausência de circulação de dinheiro os fazia viver uma experiência de "prisioneiros do paraíso":

> eu vi a transformação da cidade, da minha rua que na minha infância era toda de barro. Você vai vendo a transformação da cidade junto com ... mais ou menos junto com o turismo, depois da construção da estrada. A cidade é linda, mas era toda complicada porque as pessoas viviam da pesca e da prefeitura. Um prefeito muito bom pegava um salário-mínimo e dividia para duas ou três pessoas para empregar mais gente. Mas aí ele esquecia de pagar. Eu tenho a minha família do lado de cá, que é de agricultor e pescador. Então a gente via a transformação da cidade. No eu ter um peixe, e tem muito peixe aqui, muito camarão, muita lagosta. O povo tinha a farinha, mas as pessoas não tinham dinheiro para comprar. Não chegavam outras coisas. Então a gente não ... a cidade não ... então eu sempre brinco: "você está no paraíso, mas você está preso". Então um paraíso onde você está preso é inferno do mesmo jeito. (Juninho, Porto de Trás, agosto de 2019).

As transformações da cidade, conforme aparece na narrativa de Juninho, incidem também sobre outras dinâmicas interacionais aqui adjetivada por meu interlocutor como "complicadas" e que remetem às relações da população local com o poder público municipal, o que Couto (2007) chamou, na análise que produziu de Itacaré, de importantes alterações na arena pública e na produção de um novo mundo cívico que também resultam da chegada da BA 001. Retomando as palavras de meu interlocutor: "A cidade linda, mas era toda complicada, porque as pessoas viviam da pesca e da prefeitura. Um prefeito muito bom pegar um salário-mínimo dividir para duas ou três pessoas para empregar mais gente. Mas aí ele esquecia de pagar". Nesse sentido apontado por Juninho, ao ofertar postos de trabalho em larga escala, a indústria do turismo passa a compartilhar parcialmente da mesma base de poder da elite política local, uma vez que os postos de trabalho no serviço público nessa região são ferramentas de manutenção do poder.

Além disso, a oferta de emprego é o atrativo principal para a migração de um

---

nos anos 2000.

expressivo contingente populacional que, chegado de outras cidades da Bahia e, em menor quantidade, outras regiões do Brasil, passam a compor o eleitorado local, a demandar os serviços públicos e a disputar os postos de trabalho. Esses, em sua maioria, se instalaram nos arredores da Ladeira Grande, na saída da cidade que dá acesso à nova rodovia, o Bairro Santo Antônio. Com construções precárias que ficam visíveis aos turistas antes mesmo que eles acessem a cidade, o bairro é considerado a ferida exposta de Itacaré, indesejados tanto pelos ambientalistas, quanto pelos moradores locais[15].

Ainda, com a criação da Área de Preservação Ambiental e da Reserva Extrativista, os grupos ambientalistas se ampliaram e fortaleceram, acumulando cada vez mais estratégias de acesso a fundos não públicos e adquirindo um capital cultural mobilizado nas disputas pelo controle dos recursos naturais, de modo que rapidamente se instalaram na cidade como um novo grupo de poder. Em sua etnografia em Itacaré, Couto (2007) acompanha prioritariamente as dinâmicas desencadeadas nas novas arenas públicas da cidade, onde atores de diversos interesses e procedências, tais como Estado, empresários, ONGs nacionais e internacionais, agências ambientais, além da comunidade local, passaram a interagir entre si, fortalecendo a linguagem do associativismo em meio às mudanças sociais em curso, decorrentes dos impactos do turismo. Segundo a autora, embora já na década de 1970, alguns surfistas e ambientalistas tenham se associado aos moradores locais na disputa pelo direito ao uso do espaço, como no caso da contenda instaurada com a Fazenda Estrela, após a conclusão das obras na rodovia, o associativismo apresentou um grande e rápido crescimento, registrando mais de uma centena de entidades associativas em 2004, ano em que ela concluiu sua pesquisa de campo. Nesse processo de ampliação e diversificação das reivindicações que passaram a integrar as arenas públicas de Itacaré, o foco dos conflitos paulatinamente foi se deslocando das questões fundiárias que eclodiram nas décadas de 1970 e 1980 para a defesa de uma nova filosofia ambientalista agora amparada em uma legislação específica para a região - no caso, especialmente, dos recém chegados - e para as disputas em torno do direito à gestão e exploração econômica dos recursos naturais e paisagísticos e ao acesso aos novos postos de trabalho que se anunciavam e começavam a ser ofertados na cidade, no caso dos moradores locais. Para esses, a criação e afirmação de uma identidade como pertencentes a Itacaré era o argumento principal para reivindicar uma prioridade sobre as possíveis benesses do turismo e protegerem-se das ameaças que chegavam junto com a rápida instalação de empresários e

[15] O lugar que o Bairro Santo Antônio ocupa na cartografia social da cidade, da perspectiva dos moradores dos bairros Marimbondo e Porto de Trás, será apresentado de forma mais detalhada no Capítulo 3.

trabalhadores forasteiros. Um exemplo significativo desse processo pode ser encontrado na Associação Cultural Filhos de Itacaré que, segundo Couto (2007), foi criada ainda em meados da década de 1990 em meio aos anúncios públicos de investimento no turismo, com o objetivo de "manter unidos os *nativos* da cidade". Como o próprio nome sugere, a iniciativa tinha como argumento de base a produção de um coletivo daqueles que se consideravam os moradores legítimos, herdeiros de uma história e cultura comum e, portanto, com prioridade sobre o direito ao lugar.

Sem embargo, a heterogeneidade dos *filhos de Itacaré,* que se classificavam e diferenciavam entre os moradores dos bairros ribeirinhos e a elite cacaueira em decadência, conforme enunciou Rui, provocou a dissolução da associação no ano de 2002, fragmentando-se em coletivos menores. Os moradores do Bairro Porto de Trás se reuniram na Associação Filhos do Porto e, mais tarde, na Associação Cultural Tribo do Porto, como veremos no quinto capítulo desta tese. Outros se dividiram em associações de acordo com suas categorias profissionais, somando as duas associações de pescadores já existentes – Colônia de Pescadores e Aquicultores Z18 e Associação de Pescadores e Marisqueiras ASPERI - outros coletivos profissionais, tais como a Associação dos Guias, criada em 2000, dos Barraqueiros de Praias da Zona Rural, em 2001, dos Canoeiros do Rio de Contas, em 2002, dos mototáxis e dos lancheiros, mais recentemente. Organizações diversas da população *nativa*, como forma de resistir às ameaças estrangeiras e mobilizar uma gramática de reivindicações de direitos ao lugar e ao reconhecimento no novo contexto que se instaurou com a pavimentação da BA 001.

1.4. Orla: a produção de um centro histórico

Assim como os bares de Biguru e Ricardo, vários outros estão localizados na Orla da cidade, reconhecidos pelos nomes de seus donos ou administradores: bar de Rosângela, de Raul, de Secão, de Maraú, entre outros. Neles, estes personagens atendem aos clientes, preparam e servem a comida, se sentam à mesa dos frequentadores para ver o jogo de futebol, apreciar os jovens ouvindo e dançando sua música de *arrocha*, avaliar o movimento da rua ou participar das *resenhas* de fim de tarde. Se a Rua Pituba e a Passarela da Vila são os lugares mais frequentados pelos turistas nas atividades de lazer noturno, a Orla ocupa a mesma função para a população ribeirinha. Como vimos no evento que inaugura este capítulo, é corriqueiro ver grupos de amigos e parentes se formando de modo mais ou menos espontâneo à medida que os moradores caminham em direção a esta passagem para apreciar o pôr do sol, tomar uma cerveja gelada e petiscar alguma coisa.

Inversamente ao que ocorre na Rua Pituba, aqui os turistas pouco circulam, e quando isso acontece, se dá principalmente no período diurno no qual as pequenas embarcações os conduzem até as cachoeiras e manguezais do Rio de Contas, atrativos que paulatinamente vão ganhando espaço no circuito turístico da cidade. Os comentários sobre essa circulação, inclusive, entram de forma cômica nas *resenhas* dos moradores *antigos*, como por exemplo na ocasião em que eu conversava com Joaquim, ouvindo a história de sua trajetória profissional, para compor esta pesquisa. De repente, nossa conversa é interrompida. "Onde fica a Tiririca?", indaga seu amigo e vizinho de bairro reproduzindo satiricamente as perguntas que com frequência são feitas pelos visitantes. "É só pegar a balsa lá na rodoviária!", responde meu interlocutor às gargalhadas. "A balsa te deixa lá na frente", acrescenta. Como vimos na seção anterior, a graça está porque o acesso à praia da Tiririca se dá através da estrada que está na sequência da Rua Pituba e não há serviço de balsa em Itacaré.

A Orla é uma rua estreita e irregular, calçada de pedras em formato de paralelepípedo, elementos que se somam aos edifícios da Igreja e da casa paroquial como marcas fisicamente visíveis do colonialismo escravocrata que deu início ao povoado, quando a estrutura terrestre precisava conter tão somente o tráfico de pedestres e animais já que o mar e o rio eram as vias de acesso mais importantes. Nos arredores dessas edificações, estão algumas mansões de estilo neoclássico que tornam presente, ao mesmo tempo, a memória dos tempos em que Itacaré viveu uma economia pujante - o século XX - quando o cacau era considerado o "ouro negro" do sul baiano e sua fatídica decadência em meados da década de 1980, quando as lavouras cacaueiras foram assoladas pela praga fúngica Vassoura de Bruxa[16]. A história da cidade comumente aparece no imaginário local e nos veículos da mídia como um vetor que vai da fragilidade de uma economia colonial pautada na produção de alimentos para os escravos do Recôncavo Baiano e da capital Salvador à opulência cacaueira; em seguida, da grande crise dessa lavoura que deixou a cidade no atraso e isolamento ao turismo redentor.

[16] Sobre a história do processo de consolidação da cultura cacaueira no sul da Bahia no início dos anos 1900, sua expansão e fortalecimento ao longo desse século e a posterior crise que assolou as lavouras com a propagação da praga fúngica Vassoura de Bruxa em meados dos anos 1980 e que resultou na falência de seus principais proprietários, os coronéis do cacau e nas diversas mudanças nas dinâmicas sociais que movimentaram a região, ver BERTOL, 2008; CRUZ, 2014; FREITAS, 1979; RIBEIRO, 2011. Para uma leitura crítica da produção historiográfica que se dedicou às reflexões sobre a chamada "Civilização do Cacau" e dos processos que exaltaram o caráter desbravador e heroico daqueles que foram oficialmente considerados seus protagonistas em detrimento de certa negligência no reconhecimento e reflexão sobre a presença das populações indígenas e negras que também habitavam a região, ver MAHONY, 2007.

Inseridos nesse contexto de edificações que se comunicam estreitamente na composição do que é considerado o centro histórico da cidade, as ruas paralelas à Orla conformam o bairro central e acolhem os prédios principais da gestão pública, signos das relações que formam os sistemas de dominação local constituídos sob a influência histórica da elite cacaueira na Igreja e na política. Podemos encontrar os nomes das principais famílias produtoras do cacau na imagem de São Miguel, no sino da Igreja e nas ruas e praça que a circundam.

Os casarões do cacau dividem espaço, ainda, com construções menores do período da estagnação econômica, os tantos bares que funcionam também como lanchonetes e restaurantes, e outras mais recentes, algumas pousadas e casas que foram construídas já no contexto do mercado do turismo. Estas muitas vezes ocupadas por moradores, nacionais ou estrangeiros, que se instalaram na cidade depois da conclusão nas obras da BA 001 ou habitantes mais antigos que se deslocaram nos movimentos de adaptação do lugar às novas dinâmicas econômicas e sociais. Entre as mansões das famílias dos coronéis cacaueiros, inclusive, algumas praticamente abandonadas refletem a imponência decadente de um sistema econômico monocultor. Outras, reconfiguradas para o turismo, são sinais dos esforços de adequação ao novo contexto pelos quais passam os moradores mais antigos da cidade, inclusive sua elite local. A história do Casarão Verde, conforme me foi narrada por sua administradora, é aqui elucidativa tanto da opulência de tais construções que se pretendem a memória histórica oficial da cidade, quanto da sua transformação em equipamento turístico.

O Casarão Verde cumpriu durante muitos anos a função de casa de veraneio da família Soares, no período de turismo incipiente em Itacaré, quando era visitado quase que exclusivamente por surfistas aventureiros e fazendeiros ricos das imediações. A obra que foi construída no início do século XX e hoje funciona como uma casa de hospedagem aos visitantes é administrada por Marta, uma jovem que tem em torno de 30 anos e faz parte da quarta geração da família. Segundo ela, a casa de moradia da parentela ficava na cidade de Ubaitaba, a 50 km de Itacaré, onde possuíam uma grande e produtiva fazenda de cacau. O Casarão Verde, portanto, era ocupado somente nas férias escolares de verão.

Seu bisavô, Isaac Soares, foi descrito por minha interlocutora como um homem simples, que decidiu investir na construção somente depois de ser desafiado por outros fazendeiros locais que o acusavam de ser o único dos grandes produtores de cacau que ainda não possuía uma mansão na cidade. Ele, então, aceitou o desafio, propondo-se construir o maior e mais luxuoso casarão da Orla. Contratou um arquiteto francês, importou o revestimento para o piso de Portugal e outros artefatos de decoração de diferentes países da

Europa. Com esses elementos, edificou uma grande casa como signo da opulência dos projetos de modernidade que embalavam a elite branca local. Minha interlocutora acrescenta ainda que a fortuna acompanhou o nome da família por três gerações, a de seu bisavô Isaac Soares, do avô Clodenor Soares e de seu pai Clodenor Isaac Soares. A falência decorrente do adoecimento da lavoura cacaueira, no entanto, veio de forma repentina, sem ao menos dar tempo para a reação com outro tipo de investimento. Nas palavras de Marta,

> O dinheiro era tanto... tanto dinheiro que o cacau dava, que ninguém se preocupava com nada. Ele era até chamado de ouro negro. Nunca pensaram que um dia iam à falência. A falência parecia não ser uma realidade. Por isso muitos fazendeiros ficaram doentes depois disso, muitos venderam as fazendas assim... por centavos, alguns até se suicidaram. Porque era tanto dinheiro e, de repente, sem nada! (Orla de Itacaré, maio de 2019).

As memórias de sua infância, vivida em tempos de uma anunciada crise, já remetem a uma construção que se degradava paulatinamente e que, ao longo dos anos, foi praticamente abandonada pela família. Entretanto, com a consolidação do mercado do turismo e o crescimento da cidade, Marta reuniu suas experiências de viagens pela Europa na juventude e, com a ajuda do pai, assumiu o desafio de reformar a casa de veraneio da família Soares, transformando-a em um hostel aos moldes europeus para destiná-lo à hospedagem dos turistas. Na reforma, mesmo tentando manter o máximo possível os elementos originais, como a arquitetura modernista, os objetos de decoração vindos da Europa e muitos móveis que datam do início do século XX, uma mudança foi fundamental: a inversão da frente do casarão e de sua fachada, já não mais apontando para o centro da cidade em direção aos edifícios de gestão pública, mas agora orientado para o lado das águas ao que se soma a construção de um jardim com a propositada valorização de algumas espécies nativas da Mata Atlântica.

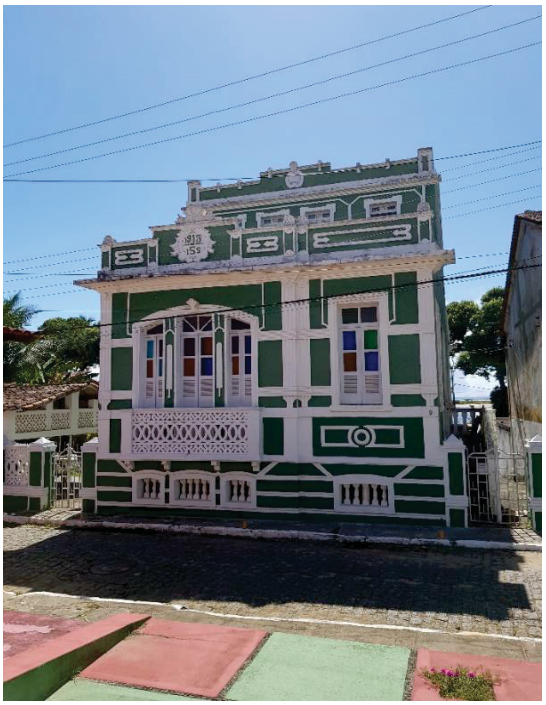


Figura 15: Antiga fachada do Casarão Verde,voltada para o centro da cidade.
Fonte: A autora, maio de 2019.

Figura 16: Nova fachada do Casarão Verde,voltada para as águas.
Fonte: A autora, maio de 2019.

Essa mudança da funcionalidade e da direção da fachada do Casarão Verde, agora voltada para o mar, reflete a dinâmica econômica local: a Orla, que se constituiu como um espaço desenhado pelos movimentos do cacau, agora foi reinventada pelas dinâmicas do turismo. Assim como essa edificação busca amalgamar, ao mesmo tempo, sua conexão com a história e a tradição e os valores e a estética demandados pelo turismo, outras mansões seguiram o mesmo movimento, ampliando suas sacadas, invertendo sua fachada em direção à água e acrescentando aos elementos modernistas de sua composição, outros de caráter mais rústicos, como espécies nativas da Mata Atlântica para adornar seus jardins. As cores fortes valorizadas nesse novo padrão estético, inclusive, hoje dão nome aos casarões. O Casarão Verde, o Casarão Azul, o Casarão Amarelo e o Casarão Rosa são os mais conhecidos.

Do outro lado do calçamento há uma estreita faixa de areia chamada Praia da Coroinha, onde descansam os diversos pequenos barcos daqueles que trabalham na pesca, na agricultura das roças da beira do rio ou no transporte de turistas, podendo, inclusive, o mesmo sujeito concentrar as diferentes ocupações. À frente, na outra margem do braço de mar que desenha a Orla, está a praia do Pontal, uma pequena península que, de um lado é banhada pelo

mar agitado, procurado pelos surfistas mais ousados e, do outro, pelas águas calmas da mistura do rio e do mar, muito apreciadas para banho.

Esta praia é frequentada quase que exclusivamente pela população ribeirinha, um reduto localizado na foz do Rio de Contas, afastado da convivência e dos altos preços do turismo. Aos fins de semana, o intenso movimento dos barcos cruzando cheios de gente entre a Coroinha e o Pontal também movimentam a Orla de Itacaré e dão conteúdo às *resenhas* satíricas dos frequentadores dos bares.

Na Praia da Coroinha, ainda, moradores locais ocupam os espaços vazios para jogar futebol, vôlei, futvôlei, correr, caminhar, ampliar o espaço dos bares com a inserção de mesas e cadeiras, ouvir música e dançar. Nela, também são organizadas festas como o carnaval, a fogueira de São João e a festa de Iemanjá, atividades cívicas como o desfile da comemoração do aniversário da Independência da Bahia e espetáculos propostos pela Secretaria de Turismo quando a frequência de turistas nesta via é mais intensa, como o Festival do Forró que acontece às vésperas da Páscoa, as festividades de Ano Novo e o Festival Gastronômico no mês de julho, por exemplo[17]. A Orla e seus movimentos, portanto, têm como característica fundamental ser o lugar do descanso, da festa e da brincadeira.

É importante acrescentar que, assim como o cacau, as dinâmicas da atividade pesqueira que antecederam a implantação dessa lavoura nos finais do XIX, como veremos em mais detalhes nos próximos capítulos, e que também caracterizaram fortemente a economia itacareense no período da estagnação econômica resultante da Vassoura de Bruxa nas últimas décadas do século XX, contribui na caracterização desse espaço. Neste caso, não apenas porque podemos observar pescadores circulando pela Praia da Coroinha com suas capturas, ou pela instalação de diversas peixarias nesta via, mas especialmente porque a Orla é uma artéria viária urbana que conecta as dinâmicas que se dão nas margens do rio àquelas do turismo na costa. De um lado, ela dá acesso ao porto que está na foz do Rio de Contas e que até a década de 1960[18] era o principal ponto de entrada e saída de pessoas e mercadorias e, do outro, está a Praia da Concha, que caracterizamos anteriormente. Quanto mais próximo do

[17] As festas de Itacaré e as dinâmicas sociais que as constituem serão melhor caracterizadas ao longo da tese.

[18] Segundo Couto (2007), embora ainda na segunda metade do século XIX, o porto da então Barra do Rio de Contas tivesse a função de drenar parte da produção cacaueira do vale para Salvador, ele perdeu sua importância estratégica em 1920, quando foi construído o porto de Ilhéus e a extensão ferroviária que o conectou a Ubaitaba e Aurelino Leal, estas importantes regiões produtoras de cacau. Sem embargo, o porto de Itacaré, permaneceu ativo até 1960, quando o assoreamento do rio já não permitiu mais o tráfego de grandes embarcações. Hoje ele é utilizado somente para pequenos barcos pesqueiros.

porto, entretanto, menores os preços dos produtos, mais precárias as construções e maior é a circulação e permanência da população negra ribeirinha de Itacaré.

A comparação entre dois restaurantes tradicionais da cidade pode ser aqui elucidativa. Do lado do porto, temos o restaurante de Rejane, mulher quilombola, *nascida e criada em Itacaré*, que serve comida tradicional. Muito frequentada pela população mais antiga da cidade, sua moqueca baiana é famosa e, no momento em que fiz minha pesquisa de campo, servida a um valor entre R$ 20,00 e R$ 25,00. Do outro lado, na saída para a Praia da Concha, Tia Dete tem um restaurante muito apreciado pelos turistas, porque serve a típica moqueca, anunciada como diferente porque produzida por uma mulher *nativa* de Itacaré. Neste caso, no entanto, o prato mais barato custa em torno de R$ 80,00.

É importante salientar ainda que em cada uma dessas pontas há uma Associação de pescadores: a Colônia Z18 na saída para a praia e a Asperi, do lado do porto, na foz do rio. Outras associações de trabalhadores, como os canoeiros e os lancheiros, por exemplo, também se reúnem cotidianamente nessa via. É comum vê-los sentados durante o dia, em pequenos grupos, conversando à espera do melhor momento para sair a captura do peixe, para atravessar a faixa de água levando moradores à praia do Pontal ou esperando a chegada do turista que contratará o passeio. Dessa maneira, a Orla de Itacaré também se configura como um importante local de trabalho. Como veremos nos próximos capítulos, trabalho e lazer/festa/brincadeira muitas vezes se embaralham na experiência de meus interlocutores, constituindo um modo de vida da população ribeirinha de Itacaré, tema central desta tese.

2 - NAS MARGENS DO RIO DE CONTAS: A COABITAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DE UM MODO DE VIDA

Os sábados são sempre dias muito agitados em Itacaré. Desde o amanhecer, se observa intensa circulação de pessoas pelas ruas da cidade. Nos fins de semana, se intensificam as atividades com a chegada de turistas. Para recebê-los, os supermercados e lojas abrem desde muito cedo e ampliam o anúncio de seus produtos e promoções. As barracas de praia aumentam o número de trabalhadores ocupados. Os restaurantes recrutam empregados temporários para auxiliar na cozinha, servir os comensais ou lavar os pratos. O mesmo ocorre nas pousadas que ocupam camareiras e faxineiras no trabalho aos fins de semana. Barqueiros e guias turísticos permanecem na Orla e se colocam à disposição dos visitantes para acompanhá-los a passeios pelas praias rurais, fazer trilhas em meio à mata, subir o Rio de Contas ou conhecer as inúmeras cachoeiras que integram os circuitos turísticos da cidade. O intenso barulho dos carros e das mototáxis divide audiência com o som do arrocha e do reggae que permeia os ambientes.

Sábado também é dia de feira. Apenas amanhece, os moradores se deslocam em direção à chamada Rua do Campo, onde encontram-se diversas barraquinhas, umas coladas às outras, construídas em madeira e cobertas com folhas de coqueiros ou pedaços de plástico. Nesse dia, elas estão voltadas à comercialização de produtos agrícolas, carnes, peixes, crustáceos, entre outros tantos alimentos oferecidos por produtores da região. Esses produtores, individualmente ou reunidos em comunidades quilombolas ou grupos cooperativos credenciados na Secretaria de Agricultura, Aquicultura e Pesca do município, alimentam esse comércio desde muito antes da pavimentação da rodovia e da expansão e consolidação do turismo no município.

Antes das reformas da rodovia BA 001, no entanto, a feira ocupava os espaços do centro da cidade, primeiramente na Orla e, depois, ao lado do Terminal Rodoviário. Atualmente, dado o processo de adensamento populacional do município, resultante da chegada de investidores e dos novos moradores atraídos pela indústria turística, a feira foi deslocada para um novo espaço. No primeiro semestre de 2021, tendo em vista o aumento expressivo de visitantes da feira para além da população local e o contexto de pandemia Covid-19 e as exigências sanitárias, sua estrutura passou por um processo chamado pela prefeitura municipal de Revitalização, com reformas e padronização das barracas e uniformização dos vendedores.

Esparramados entre os estreitos corredores que entrecortam as barracas oficializadas por meio da inscrição municipal, à entrada da feira, em seus arredores e, principalmente, circulando pelas ruas que unem o centro da cidade à Rua do Campo, os vendedores informais

oferecem seus produtos acondicionados em cestos, baldes, carrinhos de mão, carrocerias de camionetas, mesas, banquetas. Além dos frutos coletados na mata, dos gêneros agrícolas e das capturas do rio e do mar, eles vendem também alimentos processados apreciados pela população local, tais como polpas de frutas para sucos, sarapatel pré-cozido, carne de sol já curtida no sal, peixe e camarão seco, guaiamum cevado, acarajé, vatapá, quiabo pronto para o caruru, pimenta em conserva, maços de temperos, azeite de dendê, néctar do cacau, bolos especiais, entre outros.

O intenso movimento das manhãs de sábado em Itacaré e as interações que o constituem nos permitem perceber uma das particularidades de articulação da população local, especialmente os moradores ribeirinhos entre os quais realizei esta pesquisa, ao novo contexto instaurado pelo turismo, o que pode ser apreendido através das diferentes formas de sua inserção econômica nesse cenário, seja por meio de seu recrutamento para o trabalho nos equipamentos turísticos (restaurantes, pousadas, etc), seja por meio de dinâmicas que envolvem a circulação dos produtos agrícolas e aquáticos que esses trabalhadores tornam disponíveis para o consumo na região.

Dona Neuza, por exemplo, divide a semana entre os trabalhos domésticos e cuidados dos filhos na casa que construiu com seu esposo, colada à moradia de seus pais, em um bairro que está à entrada da cidade, e uma pequena chácara localizada nas margens do Rio de Contas, chamada por ela de "*nossa roça*". Segundo minha interlocutora, "às vezes estou pra lá (na roça), às vezes a gente tá pra cá (na cidade)".

Aos sábados de manhã, comumente acompanhada por um dos filhos, ela vem para o centro da cidade com seu carrinho de mão trazendo coisas da *roça* para comercializar. Quase sempre o carrega com mandioca, o produto que vende mais rápido. Com frequência também oferece banana da terra, jaca, jambo, abacate, manga e cajá, frutos sazonais disponíveis em certas estações do ano. Quando finaliza a venda do que traz em seu carrinho, Dona Neuza se desloca para a praia da Engenhoca, onde junta-se a seu esposo e a outros quatro moradores de seu bairro – um vizinho, a esposa dele e um irmão seu, que chegou do interior do estado para trabalhar na construção do Warapuru. Quando a obra foi embargada pela justiça, ele acabou se instalando definitivamente em Itacaré e fez da praia seu espaço de trabalho. Eles dividem uma barraca, improvisada com materiais encontrados na mata, além do aproveitamento dos restos de construção daquele complexo hoteleiro. Para a comercialização na barraca da praia, D. Neusa reserva peixes e siris que captura em seus trajetos pelo rio, nas idas e vindas da *roça*, produtos utilizados por ela no preparo de refeições para os turistas. Além disso, ela lhes oferece os frutos do coco e do cacau, coletados pelo irmão no sítio de um francês, onde aquele trabalha

durante a semana como caseiro, uma vez que o proprietário reside em seu país de origem. Com os frutos, D. Neusa também faz drinks que ganharam fama entre os visitantes por serem considerados sabores típicos "da Costa do Cacau".

João Carlos e sua família, por sua vez, aderiram ao trabalho na praia depois da reforma da rodovia. Eles são reconhecidos pelos moradores como os vendedores mais antigos da Praia de Jeribucaçu. Quando o fluxo turístico começou a aumentar rapidamente no final da década de 1990, eles moravam em uma das *roças* próximas a essa praia, que dista aproximadamente 15 quilômetros da cidade e cujo acesso é realizado a pé, por meio de trilhas na mata. Alguns proprietários na região abriram estradas até as proximidades da praia, mas mantém-se proibida a circulação de veículos e de pessoas não autorizadas. João Carlos e sua esposa oferecem peixe assado na praia, enquanto seus filhos acompanham os turistas pela trilha e oferecem bebidas aos caminhantes. Além disso, o terreno no entorno de sua casa, localizado à entrada da trilha, foi transformado em um estacionamento privado que hoje está sob cuidados de seu cunhado.

Aos fins de semana, também Aninha se junta a eles. Mulher sorridente e falante que sempre conta entusiasmada as agruras de caminhar todas as semanas pela trilha íngreme carregando o fogão, o bujão de gás e as mesas, cadeiras e guarda-sóis que utiliza no trabalho na praia. "Trago tudo nas costas. Tudinho. E no carrinho de mão aí. Oxe! E eu lá sou mulher de ficar pra trás, éh?", foi como sintetizou sua narrativa em uma das vezes que me contou sobre suas atividades de trabalho em Itacaré. Para Aninha, a reforma da rodovia representou possibilidade de retorno a Itacaré junto à sua família, já que quando jovem, mudara-se para Porto Seguro em busca de oportunidade de trabalho.

Para não concorrer com o negócio de seu vizinho João Carlos, Aninha se dedica à comercialização dos alimentos que não são disponibilizados por ele, como pequenos pedaços de carne assada e, principalmente, caranguejos e siris que captura no mangue do Rio Jeribucaçu, ao lado de sua casa. Aproveita também para ganhar algum dinheiro com o aluguel de guarda-sóis e cadeiras que aos poucos vai comprando com o que ganha na praia. Uma de suas filhas circula constantemente pelo lugar vendendo doce de coco preparado pela mãe. A outra, assim como os filhos de João Carlos, oferece bebidas aos turistas e os auxilia atuando como guia no trajeto da trilha. Aos sábados pela manhã, quando Aninha não está na praia, normalmente é porque a captura de caranguejos e siris foi mais abundante e ela aproveita o dia de feira para comercializá-los na cidade.

Diferente deles, Bia mora em um dos bairros ribeirinhos de Itacaré junto ao seu esposo e seus dois filhos e vai para a *roça* dos pais com menos frequência, apenas em ocasiões especiais de festejos ou reuniões familiares. Ela não se dedica à captura de crustáceos no mangue como

fazia sua mãe “nos tempos de antes da rodovia”, quando esta prática era uma importante atividade econômica para mulheres. Ela considera a tarefa muito difícil e desnecessária no atual contexto econômico da cidade. Segundo ela, atualmente há alternativas para se conseguir algum dinheiro além da mariscagem. Nas manhãs de sábado, por volta das 8h30, horário em que comumente as pessoas começam a voltar da feira com suas compras, ela instala duas mesas e algumas banquetas embaixo da grande árvore que faz sombra em uma das praças do centro da cidade. Sobre as mesas, dispõe panelas que trazem o vatapá, o caruru, o feijão de corda moído, os camarões secos, o vinagrete e o azeite de dendê onde frita os acarajés que comercializa aos passantes. Seu ponto de venda e seu acarajé são considerados pela população local como “tradicionais da cidade”.

Assim como ela, também Laura, uma vizinha sua, se dedica à venda de acarajés. Esta, porém, prefere comercializá-lo aos fins de tarde dos sábados e domingos, em uma pequena barraca instalada na Orla, onde a circulação de turistas pode ser maior. Quando Laura não está em sua barraca, a maioria das vezes é porque foi chamada para o trabalho temporário em alguma pousada ou restaurante da cidade, movimento que se intensifica durante os meses de verão. O mesmo acontece com seu filho, que dificilmente a auxilia na venda de acarajé, porque aos fins de semana, atende como garçom em uma barraca da Praia da Ribeira ou então assume diárias em algum restaurante que o ocupa na lavação dos pratos ou no serviço aos comensais.

Longe de serem excepcionais, histórias como essas que articulam lugar de habitação, parentesco, vizinhança, *roça,* circulação e comércio informal de alimentos e emprego intermitente, refletem experiências de trabalho e estratégias econômicas que se multiplicam na cidade. Seguindo estas pistas etnográficas e assumindo como ponto de partida algumas das transformações impactadas pela pavimentação da BA 001 e a consolidação da indústria turística em Itacaré – BA, busco analisar as redes de ajuda-mútua e as práticas de trabalho da população ribeirinha, especialmente a partir da experiência dos moradores dos bairros mais antigos, Marimbondo e Porto de Trás, com atenção voltada para suas formas específicas de inserção no novo cenário econômico.

Nesse capítulo, em diálogo com estudos antropológicos sobre modos de coabitação em regiões do Recôncavo e do Baixo-Sul baiano, assumo a categoria *casa* como foco de reflexão e, através dela, apresento uma descrição etnográfica dos bairros ribeirinhos e suas redes de moradia e de ajuda-mútua. O foco de análise se concentra na observação de como se articulam dinâmicas específicas de vida e formas de habitar, tendo em vista apreender as práticas econômicas dos moradores entre os quais realizei esta pesquisa.

2.1. Maribondo e Porto de Trás: apresentando os bairros ribeirinhos

A descrição acima apresentada sobre os movimentos dos dias de sábado, configurados pela presença de visitantes em maior quantidade, mas sobretudo, intensificados por essa significativa circulação de pessoas comprando e vendendo produtos alimentícios coletados na mata, cultivados nas roças ou capturados nos rios, no mar e nos mangues que contornam a cidade, tensiona, em certa medida, algumas das análises sociais recentes sobre Itacaré. Essas, em sua maioria, foram desenvolvidas a partir da segunda metade dos anos 2000, com o objetivo de avaliar os impactos da pavimentação da rodovia BA 001 e da consolidação do turismo na Costa do Cacau, região da qual, como vimos, a cidade faz parte. Tais investigações se pautam, em larga medida, em dados estatísticos que refletem o recente e rápido crescimento populacional da cidade e o consequente e desenfreado processo de urbanização e, no limite, de favelização de Itacaré. Ainda que diversos, esses estudos confluem ao apresentarem, a título de conclusão, de um lado a denúncia de exclusão social e espacial da população negra local, considerada *nativa* e, de outro, os crescentes índices de degradação ambiental observados em uma cidade que vende a imagem pública e comercial de um "paraíso natural".

Ferreira (2011), por exemplo, a partir do escopo teórico e metodológico da geografia, se dedica a produzir um diagnóstico socioambiental da expansão urbana em Itacaré a partir de sua emergência enquanto polo turístico. Para a autora, as recentes dinâmicas de produção do espaço urbano sem um planejamento estratégico resultaram em degradação ambiental e exclusão social da população local, levando-a a concluir que "resta a esta população (*local/nativa)* como única alternativa os 'pedaços' da cidade". (FERREIRA, 2011: 131). Da mesma forma, Bonfim e Tupinambá (2011), em análise centralizada na relação entre turismo e cultura, insistem no que chamam de impactos ambientais nefastos que essa atividade econômica tem produzido na região, especialmente relegando a população local às margens de seus possíveis benefícios. Estes autores concluem seu estudo apontando que Itacaré está se tornando, cada vez mais, um "paraíso perdido".

Itacaré é uma cidade que tem uma área em torno de 737,87 km², localizada no estratégico ponto de encontro entre duas das mais importantes regiões turísticas da Bahia, o final da Costa do Cacau - que, do ponto de vista do mercado turístico é capitaneada pela cidade de Ilhéus -, e início da Costa do Dendê, conhecida nacional e internacionalmente pela exuberância das praias da Península de Maraú. Segundo dados do IBGE (2010), até final da década de 1990, a cidade contava com uma população de pouco mais de dezoito mil habitantes,

sendo que apenas 23,19% desses eram residentes da área urbana. Uma década depois, os dados foram consideravelmente alterados, ultrapassando a marca dos vinte e quatro mil habitantes, sendo que mais da metade deles, 56,09%, foram classificados dentre a população urbana. No período atual, embora não tenhamos dados oficiais de censo, a estimativa do IBGE é que o fluxo do crescimento populacional tenha se mantido constante, atingindo a marca de mais de vinte e oito mil moradores.

Meliani (2011 a; 2011 b), ao propor uma análise em perspectiva geográfica sobre a reorganização espacial de Itacaré na primeira década posterior às reformas da rodovia e consequente intensificação do turismo, é um caso emblemático. Para ele, o caso de Itacaré ilustra um processo comum a diversas cidades que investiram na indústria turística, caracterizado fundamentalmente pela expansão urbana e a consequente degradação ambiental e precarização do trabalho. Além dos dados que refletem o crescimento do adensamento urbano, o autor destaca como impacto da pavimentação da rodovia o significativo aumento no número de hotéis e pousadas do município: entre 1990 e 2001, registrou-se acréscimo de cerca de 50%, atingindo na década seguinte um aumento em torno de 213%. Como consequência, na cidade houve uma reorganização espacial, que resultou em problemas de moradia e processos de favelização com a chegada de trabalhadores de outras regiões do estado e do país. Ao que se somam problemas de gestão municipal, como a falta de fiscalização no avanço do capitalismo sobre a exploração comercial da paisagem, precarização nos serviços de saneamento básico e deficiências na coleta e destino de esgoto e lixo urbano, com a inevitável contaminação dos rios, do mar e dos manguezais.

À sua crítica à produção estética e espacial de um turismo excludente, como consequência do processo de atração populacional gerada pela expectativa de trabalho e produção de espaços seletivos de uso da cidade, Meliani (2011 a.) acrescenta que essa atividade econômica relegou a população local à ocupação de vagas de emprego instáveis, desvalorizadas e muitas vezes precárias no setor de comércio e serviços, em geral funções de baixa qualificação e renda, controladas majoritariamente por capitais e empresários de outras cidades. Em contrapartida, as vagas mais bem remuneradas e que exigem maior qualificação, em sua maioria, são ocupadas por pessoas vindas de outros locais. Dessa maneira, se a expectativa da política pública desenvolvida pelo Estado da Bahia, o Prodetur/NE, era criar uma alternativa à crise regional da produção cacaueira e à estagnação econômica das décadas de 1980 e 1990, o turismo falhou, segundo esse autor, ao não apresentar oportunidades significativas de trabalho e renda para a população local:

> De maneira geral, a inserção do turismo produz espaços caracteristicamente urbanos, não apenas derivados da implantação da infraestrutura específica, mas também em decorrência de aspectos não controlados pela atividade, como a atração populacional que o turismo provoca enquanto promessa de emprego. Em Itacaré, a implantação do turismo tem gerado estruturas socioespaciais fragmentadas, formadas por espaços seletivos de uso turístico muitas vezes pleno de contatos com outros espaços desprezados pela atividade (...). Assim, a mesma ordem econômica que seleciona Itacaré como destino turístico, que direciona a aplicação de investimentos em infraestrutura e dinamiza o fluxo de turistas, determina o uso da terra: dos espaços valorizados como os locais de visitação e hospedagem, às encostas e baixadas ainda desvalorizadas, onde habita a maioria da população local, muitas vezes excluída das atividades turísticas. (MELIANI, 2011 b., p. 137-138).

No escopo dessas reflexões sobre os processos de exclusão da população *nativa* de Itacaré, no que se refere às dinâmicas econômicas da atividade turística, Chiapetti (2009), também a partir do escopo teórico da geografia, fundamenta sua análise em dados estatísticos por meio dos quais chama atenção para o "crescimento populacional desordenado, com muitos processos de favelamento na cidade e pressão nos já precários serviços públicos" (CHIAPETTI, 2009: 167). O autor acrescenta ainda outra preocupação, que endossa os argumentos da exclusão social, referente à privatização dos espaços de uso comum da população local, como as praias e rios, por exemplo, além de informações sobre a "estrangeirização do território". Analisando dados cartoriais de Itacaré, logo após a conclusão das reformas da rodovia, o autor nos informa que enquanto nos anos 1979/1980 apenas 6% das propriedades haviam sido adquiridas por estrangeiros, a década de 1990 apresentou um acréscimo de 23 % e, após a pavimentação da BA 001, isto é, na década de 2000, chegou-se a alarmantes 71% (cf. CHIAPETTI, 2009: 164).

Análises como essas, centralizadas na investigação da produção socioeconômica do espaço, são relevantes no sentido que denunciam desigualdades sociais e raciais aprofundadas em processos de expansão do capitalismo. No caso específico, lançando um olhar sobre os impactos que a pavimentação da rodovia e a expansão e consolidação da indústria turística tiveram não apenas na estética da cidade e uso seletivo da paisagem, como também, sobre o modo de vida da população local de Itacaré e o lugar que ela ocupa nesse contexto de implementação e desenvolvimento de mercado.

A ênfase na exclusão, na segregação socioespacial e na marginalidade, no entanto, dificulta a percepção de uma série de práticas e estratégias que são cotidianamente inventadas e vividas pelos moradores *nativos*, cuja invisibilidade nesse tipo de análise relega essa população local – em especial seus segmentos populares - a uma condição de passividade e quase inatividade. A ela nada mais resta, aparentemente, senão acomodar-se na invisibilidade,

às margens do turismo.

Os dados etnográficos que construí durante a pesquisa de campo, no entanto, nos mostram que o processo de urbanização da cidade de Itacaré não pode ser apreendido exclusivamente a partir de informações relativas à oferta de trabalho e ao adensamento populacional urbano, como ocorre na clássica explicação do êxodo rural como resultante inevitável do desenvolvimento da empresa capitalista nos centros urbanos. Olhar com atenção os dados censitários sobre a "evolução da população urbana e rural de Itacaré" disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)[19] nos ajuda a perceber a complexidade desse processo, não auferidas nas conclusões dos trabalhos acima mencionados. De acordo com esses dados, entre 2000 e 2010, a população total da cidade passou de 18.120 habitantes para 24.318 habitantes, o que significa que a população urbana cresceu em torno de 12%. Porém, no mesmo período, se olhamos para os números absolutos referentes à população rural, constatamos que essa se manteve relativamente estável, com 10.169 habitantes em 2000 e 10.676 habitantes em 2010. Logo, o adensamento urbano nesse caso não pode ser interpretado como resultado, a priori, do deslocamento da população rural para a cidade, como nos estudos "clássicos", mas está atrelada à recepção de novos moradores.

A descrição etnográfica da vida ordinária nos bairros ribeirinhos mais antigos de Itacaré, Marimbondo e Porto de Trás, e das interações sociais entre seus moradores, seus trânsitos constantes entre o bairro e a *roça,* assim como suas práticas ligadas ao turismo, acima indicadas, apontam para inserções plurais nas dinâmicas econômicas do atual contexto e para suas formas de estabelecer moradias em redes articuladas, entre outros, pela intensa circulação de alimentos. Práticas sociais que nos ajudam a compreender a complexidade das interações entre rural e urbano em cenários como esses, que não podem ser reduzidos à simples dualidade ou apenas sintetizados como processos excludentes de adensamento populacional das cidades, resultantes da implementação de capitais e novos mercados. Vejamos alguns dados etnográficos registrados por minha pesquisa:

Raramente a Praça do Marimbondo fica deserta durante os dias ensolarados de Itacaré. É imagem cotidiana ver as crianças se divertindo nos poucos brinquedos instalados no meio da

[19] Dados censitários atuais sobre número de pessoas, situação de moradia rural/urbano e classificação racial dos moradores de Itacaré seriam de fundamental importância para esta pesquisa. No entanto, a não realização do censo nacional previsto para 2020, por um lado, e a ausência de registros e dados oficiais no município estudado, por outro, coloca limites a esta reflexão. Vale lembrar que o último censo realizado pelo IBGE foi há mais de uma década, ainda em 2010.

calçada enquanto os adultos, sentados nos bancos de concreto e nas muretas que desenham os jardins, as observam e cuidam ao mesmo tempo em que se engajam nas divertidas *resenhas* que põem informalmente em circulação as notícias da cidade. Quase sempre há homens reunidos em duplas, produzindo e consertando redes de pesca estendidas entre a árvore do centro da praça e os postes de energia que lhes garantem a iluminação quando a noite se aproxima. Afinal, costuma escurecer cedo na região. Moradores locais que se dedicam à pesca passam por ali com frequência, observando essas redes, avaliando seu processo de confecção e oferecendo a um preço irrisório o excedente da pesca que não foi absorvido pelas peixarias do Forte e da Orla ou os crustáceos que capturaram em suas roças ou enquanto circulavam pelo rio em busca do peixe. Alguns personagens já conhecidos aparecem vendendo salgados e quitutes prontos para o consumo e com frequência se sentam na praça para descansar. Afinal, o grito já conhecido "Banana real do Pida. Se não pediu então Pida. Pida logo!" e o outro, "Olha o boooolo" emitido com veemência e certo gracejo pelos vendedores ambulantes da vizinhança, que se destacam com seus jalecos brancos na colorida paisagem, se somam às músicas de arrocha, às gargalhadas animadas das conversas dos adultos e aos gritos divertidos das brincadeiras infantis.

Nos finais de tarde, os trabalhadores do comércio, do turismo e dos serviços públicos indo e vindo da Rua Pituba, da Orla, do Bairro Central e da Passarela da Vila, se atêm para dividir com algum parente ou amigo que já está na praça, uma cerveja gelada vendida logo ali, no mais antigo bar do bairro - iconicamente chamado "Deixa-me viver" - ou nos demais estabelecimentos dos arredores. O contínuo movimento dos frequentadores entre essas instalações e a praça, carregando garrafas e latinhas de bebida ou então portando mesas e cadeiras para melhor se acomodar e abrir espaço para mais alguém que chega ao local, inclusive, faz com que esses ambientes se transformem um na extensão do outro, articulados pela intensa e animada circulação dos frequentadores[20]. Como no evento inaugural descrito no capítulo anterior, um a um, os moradores vão chegando e, de forma mais ou menos despretensiosa e não planejada, se somam na conformação de diversos pequenos agrupamentos que se ocupam com as *resenhas* de fim de tarde.

[20] Durante minha segunda inserção em campo, entre junho e setembro de 2021, em contexto de pandemia Covid-19, os movimentos da praça haviam diminuído significativamente, de maneira especial com a ausência dos mais velhos que já não se sentiam seguros para frequentá-la e das festas e brincadeiras coletivas dos moradores que foram totalmente suspensas. O lamento pela "morte da praça" e pelo "tempo chato" que estamos vivendo era uma constante na conversa que perpassava as *resenhas* de fim de tarde nos bairros. No entanto, já no final deste período, à medida que a vacinação avançava na cidade e alcançava também os adolescentes, o movimento da praça ia se reestabelecendo.

Figura 17: Praça do Bairro Marimbondo

Fonte: A autora, agosto de 2019.

O Bairro Marimbondo tem um formato peninsular margeado por duas ruas curtas que se encontram no contorno da praça, como se pode observar na figura acima. Trata-se da Rua dos Marimbondos, a mais antiga, e Rua Nova Brasília, de ocupação mais recente. Nessas duas vias, há diversas casas, umas muito próximas - quando não coladas – às outras. As habitações da Rua dos Marimbondos foram as primeiras construções do bairro, a partir das quais foram se instalando novas unidades ou as originais foram ampliadas, seja à medida em que outros moradores chegaram, em geral parentes que se acercam para trabalhar no turismo, seja como forma de investimento, nas quais as construções são aumentadas com o intuito de rentabilizá-las por meio da locação aos novos habitantes da cidade. Por vezes, a ampliação das casas ocorre em razão de casamentos e expansões familiares.

Nos fundos de uma dessas prolongações de casas que se estendem a partir da Rua Nova Brasília, encontra-se um porto onde circulam embarcações de pequeno porte, como canoas e lanchas, o que permite o acesso direto dos moradores do bairro ao Rio de Contas.

As construções que se prolongam em estreitos becos que se estendem perpendicularmente as duas ruas principais, permitem o acesso a incontáveis moradias, cujas dinâmicas sociais de construção e habitação são significativas na constituição das particularidades do modo de vida local e na sustentação de práticas econômicas específicas, conforme descreverei na próxima seção.

As casas que dão acesso à rua, em sua maioria, estão construídas no limite da calçada, quando não da própria via, sem deixar espaço para qualquer tipo de jardim, o que dá forma a uma paisagem diferente daquela da região da cidade onde se localiza a costa marítima, na qual a inclusão dos elementos naturais da flora atlântica são valorizados e possuem função estética relevante na produção da uma imagem pública do ecoturismo, amplamente comercializado em Itacaré. Conforme vimos no capítulo anterior, aquela região é reconhecida por meus interlocutores como o lugar dos turistas, e se constitui, em relação a esta, como uma alteridade.

Figura 18: Rua do Bairro Marimbondo

Fonte: A autora, fevereiro de 2019.

Aqui, entre os moradores ribeirinhos e suas casas coloridas, os elementos da mata atlântica são arranjados em uma estética diferente, na qual predomina uma variedade de alimentos, animais domésticos e instrumentos de trabalho que se encontram ordinariamente permeando as interações sociais que movimentam as moradias e seus habitantes. As dinâmicas de circulação de alimentos das manhãs de sábado se estendem, ainda que de forma menos

intensa, ao longo da semana. Seguindo estas pistas, encontramos, por exemplo, Dona Neuza, que quase todos os dias espalha pequenos peixes na mesa de madeira que coloca em frente à porta de sua casa, e os salpica com sal para que se conservem até os dias de pesca menos abundantes ou então, quando falta disposição para realizar a tarefa. Zezão improvisa sobre a calçada uma banqueta com um velho pedaço de tronco de árvore e nela se senta para consertar as grandes redes utilizadas por seu grupo de amigos na pesca de Rede de Arrasto[21], ao mesmo tempo em que se engaja na *resenha* com Joaquim, seu filho, que circula com um balde na mão oferecendo peixe fresco a alguns conhecidos mais achegados. A eles se soma Tereza, escorada em seu carrinho de vendedora ambulante todo enfeitado com cacau, um fruto que ela aproveita no tempo de colheita para vender aos turistas com o drink típico da região. Enquanto caminha no sentido da Rua Pituba, Tereza oferece salgados aos grupos de parentes e amigos do bairro que estão na *resenha*.

Seu Manoel cuidadosamente coloca frutas e legumes – abacates, cocos, caju, cupuaçu, cajá, manga, jaca, batata, mandioca, entre vários outros - na janela de sua casa ou na calçada para que intensifiquem o sabor enquanto apanham sol e, por vezes, presenteia algum amigo com os produtos que colheu em sua roça. As galinhas que estão na rua correm para esconder-se dos cachorros que chegam do mangue acompanhando Joana, umas das poucas marisqueiras que ainda se dedica a apanhar caranguejos depois que a nova legislação de proteção ambiental, que criou a Reserva Extrativista, dificultou a captura do crustáceo, delimitando o período de defeso, com a proibição de que ele seja capturado enquanto "está andando", o período de sua reprodução.

No Bairro Porto de Trás, localizado ao lado do Marimbondo, podemos perceber dinâmicas semelhantes. Ele foi primeiramente constituído nos arredores de uma única rua que une as margens do Rio de Contas ao centro da cidade. Essa rua tem início no pequeno porto que confere nome ao bairro, onde aportam as embarcações de pequeno porte dos pescadores, agricultores das encostas do rio e guias turísticos que ali residem. Recentemente, seguindo os processos de desdobramentos das construções e ampliações das moradias que constituem as experiências de habitação de meus interlocutores, como veremos a seguir, uma rua paralela vem sendo paulatinamente criada e ocupada, a chamada Rua Jamaica.

[21] A técnica de pesca conhecida localmente como Rede de Arrasto será descrita no quarto capítulo.

Figura 19: Bairro Porto de Trás

Fonte: A autora, agosto 2021.

Também nesse bairro, os moradores cotidianamente são encontrados sentados em grupos nas portas das casas, sobre a calçada, na beira da rua ou à entrada dos estreitos becos que abrem passagem para outras tantas moradias. Como a única forma de acesso oficial ao bairro é por essa rua, que o conecta com o centro, quase não há trânsito de veículos ou de pessoas que não sejam moradoras, parentes ou amigos dos que ali vivem. A exceção é um condomínio localizado no bairro, conhecido como Sítio de Fadul, onde casas maiores, embrenhadas na mata, com grandes janelas de vidro, contornadas por jardins e sacadas, estão sendo construídas na última década. Segundo informações que recolhi durante o trabalho de campo, o condomínio foi planejado e loteado por um surfista que chegou à cidade ainda na década de 1970, junto com outros jovens que vinham se instalar no "paraíso do surf". Fadul adquiriu uma pequena extensão de terra dentro do bairro e comercializou lotes a moradores que chegaram posteriormente, no contexto do turismo. O loteamento, no entanto, está um pouco afastado da rua principal e, embora seja essa que lhe dê acesso, passa praticamente despercebido aos olhos dos passantes. No entanto, quando algum transeunte com características diferentes dos moradores ribeirinhos circula por ali, rapidamente é classificado: "Esse aí eu não conheço, deve ser aí do Fadul".

Assim como na Praça e nas vias do Bairro Marimbondo, nas ruas do Porto de Trás, crianças gargalham e brincam sob o olhar atento dos adultos reunidos em pequenos grupos, sentados na calçada, entre bares, cervejas e *resenhas* e muitas vezes ao som do arrocha. Embrenhando-se nesse movimento, redes de pesca são consertadas, siris e caranguejos são

levados até a casa das marisqueiras para que elas façam o catado, castanhas de cacau ficam esparramadas secando ao sol sobre panos estendidos nas calçadas, mulheres e homens circulam com baldes e cestos de peixes, cordas de caranguejos, mãos cheias de frutas e legumes que acabaram de trazer das *roças*, mesas de comidas nas janelas, carrinhos de salgados e bolos indo para a Passarela da Vila e a Pituba ou comercializados ali mesmo, para vizinhos e parentes.

Essa é a imagem mais contundente ao se observar as ruas dos bairros ribeirinhos de Itacaré e as experiências ordinárias de meus interlocutores de pesquisa: uma população marcadamente negra, formada por pessoas engajadas em conversas entusiasmadas, permeadas por gritos e gargalhadas mesmo quando o conteúdo da *resenha* é sério. Nessas rodas de conversa, circulam os diversos e fartos produtos das roças, do rio, do mar e do mangue, junto com instrumentos de trabalho que podem estar sendo emprestados, vendidos, comprados, guardados ou consertados. Os dados etnográficos construídos durante o trabalho de campo nos mostram que os moradores ribeirinhos de Itacaré vivem embrenhados em animadas e dinâmicas misturas entre lazer e trabalho.

Tais dinâmicas relacionais se prolongam e são movimentadas nas e pelas habitações, nas formas como elas são construídas, vividas e pensadas nas dinâmicas cotidianas dos moradores nos bairros Marimbondo e Porto de Trás. A forma como meus interlocutores habitam o bairro e circulam entre moradias diversas é o tema da próxima seção.

2.2. Casas que se expandem

Durante o trabalho de campo, constatei que os moradores dos bairros estudados, quando indagados a respeito de suas percepções sobre a reforma da rodovia e as intensas mudanças que viveram na cidade nas duas últimas décadas, são unânimes em oferecer como primeira resposta a descrição das transformações pelas quais passaram suas casas. Narram em detalhes como suas habitações se transformaram de pequenas construções feitas de madeira e barro retirados da mata e com grandes quintais ao fundo, para casas maiores, expandidas, que se multiplicaram em outras tantas casas, construídas com tijolos e concreto, capazes de acolher filhos, netos, irmãos e demais parentes e amigos, sempre que desejado ou necessário e, por vezes, destinadas à locação para algum forâneo:

> Ah, essa rua não era assim, não. Aqui era tudo casinha. Poucas casas. Casinha pequena mesmo, assim de barro. Era tudo de barro. Mudou muito. Teve tanta mudança! (Gisele, Porto de Trás, maio de 2019).

> Mudou muito o turismo. Não é mais como nos tempos de antes. Mudou as casas. Assim, eu acho que melhorou muito. Acho que o que mais mudou assim foi as casas da gente. Era tanto menino aqui. Aqui mesmo, essa casa, era menino no mundo! (Risos). Nem cabia todo mundo. Agora expandiu muito. Tudo de bloco (tijolo), de cimento. Foi isso que mudou. (Maria, Marimbondo, maio de 2019).

> Rapaz... o turismo foi bom, não é? Tem gente que reclama, mas pra mim foi bom. Meus irmãos voltaram. Depois que mainha fez a casa dela aí de bloco, que meus irmãos voltaram... Construíram aí junto de mainha. Eu também vim morar de junto de mainha mais painho. Pra mim foi bom. Eu não reclamo não. A mudança mesmo... que você me perguntou, né, sobre as mudanças..., a mudança mesmo pra mim foi isso aí. (Tita, Porto de Trás, fevreiro de 2019).

> Até tem as coisas ruim. Tem mesmo, não vou mentir. As coisas ruins do turismo. Às vezes eu mesmo não gosto desse negócio aí de turismo. Mas o bom foi que as casas agora são de bloco. De antes não. Tudo pequena, tudo feita no barro. Era tanto barro que tinha que puxar pra fazer essas casas... Êta que já puxei tanto barro na cabeça! Juntava todo mundo pra buscar esse barro lá em cima no morro do cemitério! Os meninos tudo (Risos). (João, Porto de Trás, setembro de 2019).

Nas narrativas aqui selecionadas - algumas retiradas de conversas espontâneas sobre o bairro, outras dadas como resposta às minhas insistentes indagações a respeito de suas percepções sobre as mudanças dos últimos anos - a *casa* aparece na experiência de meus interlocutores como o principal signo de transformação resultante da consolidação da indústria turística. Essas enunciações apontam para a centralidade das casas na dinâmica dos bairros, apresentando-as como eixo articulador entre formas específicas de experimentar o mundo agora perpassado pelo turismo, os processos construtivos das habitações e as relações de parentesco e amizades que as movimentam. Nesta seção, apresento uma reflexão sobre os modos de habitar e, por meio deles, descrevo as moradias, seus processos de construção, a forma como seus moradores as habitam e por elas circulam em movimentos contínuos que constituem a própria noção de *casa*. Reflito também sobre as implicações desses movimentos na sustentação de práticas econômicas particulares, na produção de redes de socialidade e na sustentação e mediação da categoria identitária *nativo*. Como poderemos observar ao longo do texto, as relações entre as moradias dos bairros e seus habitantes nos permitem apreender as dinâmicas de co-dependência e apoio vital que marcam a experiência cotidiana de meus interlocutores e revelam as especificidades de seu modo de vida e de sua inserção no novo contexto econômico da região.

É importante ressalvar, desde já, que para esta reflexão, não assumo a noção e casa como uma definição a *priori*, como muitas vezes aparece, tanto na literatura quanto no senso

comum, enquanto unidade doméstica. Do mesmo modo, embora nas enunciações citadas percebemos que essa noção está diretamente articulada às relações de parentesco, também não se trata aqui de analisar os bairros ribeirinhos de Itacaré como "sociedades de casa", nos mesmos moldes apontados por Lévi-Strauss (1983) enquanto uma instituição social localizada de forma um tanto evolutiva entre sociedades de parentesco e sociedades de classe, que reúne em si descendência, hierarquia e herança, como se a casa em si mesma resultasse de certa objetificação do parentesco. Ou então conforme descreve Bourdieu (1999) em seu estudo sobre a sociedade Kabile, no qual o autor, embora chame a atenção para um sistema mais abrangente de relações sociais - o que o difere de Lévi-Strauss - acaba assumindo a casa como reflexo de uma ordem social e cosmológica mais ampla que, por sua vez, estrutura práticas sociais, seus valores e significados. A casa, para Bourdieu, se resume em uma organização física que além de refletir um mundo estruturado também é a instituição social responsável por produzi-lo. Conforme sintetizou Lenhard e Samanani (2020:12), tanto em Lévi-Strauss quanto em Bourdieu, "a casa é entendida, principalmente como um espaço onde a ordem social existente se perpetuou. Há certo ajuste entre o ambiente material da casa e a subjetividade de quem nela vive, cada um produzindo o outro[22]". A noção de casa tal como é experienciada e enunciada pelos meus interlocutores não aponta para uma unidade alcançada ou alcançável, mas apresenta um significado dinâmico, constituído a partir dos movimentos que a própria casa produz e sustenta. É, portanto, uma noção fundamentalmente relacional.

Sigo aqui as pistas elaboradas por Castem e Hugh-Jones (1995) em sua releitura dos estudos de Lévi-Strauss, na qual os autores propõem atentar para a infraestrutura das casas em diferentes contextos, observando a interrelação entre edifícios, pessoas e ideias. Trata-se de tomar as casas como lugares nos quais o cotidiano da vida se desenrola e cujas características são sempre dinâmicas e processuais. Desse modo, observá-las analiticamente torna possível apreender maneiras específicas de estruturar, pensar e experimentar o mundo. A escolha metodológica consiste então em "explorar algumas das características físicas das casas, ligando-as ao papel que elas, como corpos, passam a desempenhar como símbolos de grupos sociais. (CARSTEN e HUGH-JONES, 1995, p. 21). No caso específico aqui estudado, também como signo das intensas transformações sociais vividas pelos moradores desde a pavimentação da rodovia.

Quando circulamos pelos bairros ribeirinhos, percebemos que aos alimentos coletados

[22] Os textos citados ao longo da tese, que foram escritos originalmente em outros idiomas que não o português, são de tradução da autora.

no rio, produzidos nas roças e às atividades realizadas nas calçadas em frente às casas - elementos que, como vimos, dão forma e movimento à paisagem local - se soma uma série de materiais utilizados na confecção das moradias. Mesmo diante de casas que trazem inscritas as marcas do desgaste do tempo e que visivelmente foram construídas há muitos anos, com frequência observam-se montes de areia, tábuas, vigas de madeira, pedras, barras de ferro, tijolos e telhas. Elementos que dão materialidade às afirmações dos moradores nas quais coincidem os aportes positivos do turismo e a melhoria na infraestrutura de suas casas.

Evidentemente, esses bairros não estão alheios às relações mercantis instauradas na cidade e também eles se inserem, ainda que de forma periférica, nas novas fronteiras de expansão do capital. Parte desse material é utilizado para a ampliação das casas com o intuito de participarem no mercado de locação, destinando-as a novos moradores que chegam motivados pela expansão do mercado de trabalho no turismo ou a visitantes temporários, uma forma de valorização imobiliária e de geração de renda que vem crescendo exponencialmente na região. É frequente ver trabalhadores recém-chegados à cidade instalando-se em casas, quitinetes ou quartinhos alugados nesses bairros a um valor mais acessível do que aquele encontrado nas regiões central ou praiana. Da mesma maneira, servem a parentes, amigos e conhecidos dos moradores que vêm visitar a cidade e desfrutar de suas atrações turísticas. Ou ainda para o retorno de algum familiar que "agora tem trabalho na cidade", a forma claramente mais desejável de ocupação dos espaços, como veremos a seguir.

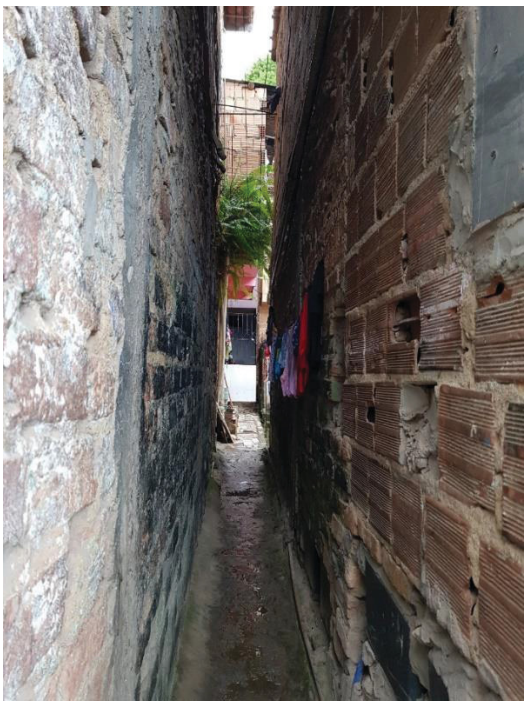
No entanto, ao adentrar os becos que se formam nas laterais das casas, estendendo-se perpendicularmente às ruas principais, o que se vê são moradias que se multiplicam, umas grudadas às outras, ampliando seu espaço útil para trás, para os lados e/ou para cima, dividindo o mesmo pátio, compartilhando o mesmo telhado ou a mesma parede. São casas em contínuos processos de construção, ampliação, reforma e negociação. Um beco dá acesso a outro e mais outro, expandindo-se em labirintos desenhados por casas, de modo que por vezes é difícil identificar onde termina uma moradia para dar início à outra. Cruzar um portão, normalmente, significa acessar diversas moradias, umas *puxadas* das outras, em casas que se *expandem,* conforme se referem a elas meus interlocutores, compartilhando o mesmo terreno em um lugar onde predominam sistemas tradicionais e precários de posse de terras.

As fotos abaixo, de um beco situado entre os dois bairros estudados e outro localizado no bairro Porto de Trás, com casas em diferentes estágios de construção, trazem uma imagem dessas dinâmicas.

Figura 20: Beco entre os bairros Marimbondo e Porto de Trás

Fonte: A autora, julho de 2019.

Figura 21: Beco de Joaquina, Bairro Porto de Trás



Fonte: A autora, agosto de 2021.

Essas dinâmicas habitacionais, embora sejam, em grande medida, as responsáveis pelos baixos custos de comercialização ou locação de casas nesses bairros se comparados aos valores cobrados nas outras regiões da cidade, não podem ser reduzidas a interesses puramente econômicos. Por um lado, sempre é possível *expandir,* e *puxar* uma moradia a partir de outra.

Construções que algumas vezes as vi sendo comercializadas por valores inferiores a cinquenta mil reais, ou destinadas ao aluguel de quem esteja disposto a inserir-se em tais dinâmicas. O que se vende ou aluga com frequência é “a casa do lado de...”, “em cima de...” ou “atrás de...”, expressões indicativas de que não são construções independentes ou autônomas, mas que só podem ser identificadas a partir das relações entre seus moradores ou proprietários. Essa interdependência entre as casas é formada e movimentada por relações sociais diversas que articulam e mobilizam parentes, amigos, alimentos, festas e trabalhos e, depois do avanço do turismo, também inquilinos, pessoas desconhecidas, locações e recursos financeiros. Minha própria experiência no processo de aluguel de casa na cidade quando lá me instalei para o trabalho de campo em suas duas etapas (primeiramente entre agosto de 2018 a setembro de 2019 e depois entre junho e setembro de 2021) é elucidativa dessas dinâmicas.

Quando cheguei a Itacaré, em agosto de 2018, para minha primeira inserção em campo, não conhecia ninguém que ali morasse. Ainda no caminho, a professora com quem eu dividiria nos próximos doze meses a disciplina de sociologia no Instituto Federal da Bahia - campus Ilhéus – localizado a 83 km de Itacaré - me ligou informando que sua prima alugava casas na região e que eu poderia procurá-la. A prima, uma profissional liberal mineira, da área do direito, que há anos vive na cidade, prontamente ofertou-me uma casa grande e mobiliada em um sítio embrenhado na mata atlântica. O sítio tem o formato de um condomínio com algumas outras moradias de mesma característica, localizado há dez quilômetros do centro. Nos últimos anos, tem sido uma prática de profissionais, que chegam para trabalhar na cidade, morar nesses lugares mais afastados que, embora propiciem fácil acesso ao centro e às praias, tanto urbanas quanto rurais, permanecem longe dos movimentos do turismo e “mais próximos à natureza”. Com ela fiquei hospedada por algumas semanas, enquanto buscava um lugar definitivo para morar, inserido entre a população local ribeirinha, como era de minha preferência a fim de realizar esta pesquisa.

Com este intuito, durante vários dias circulei sem sucesso por entre as imobiliárias locais. Essas, normalmente, preferem firmar acordos de aluguéis por curtas temporadas, uma vez que isso amplia a rentabilidade dos imóveis; outra alternativa consistia em sistemas de arrendamento, estabelecidos por meio de contratos para dez meses, de modo a reservar os períodos mais valorizados do verão – meses de dezembro e janeiro – para aluguel estabelecido em diárias, com pagamento adiantado, no valor total, em média, naquele momento, de R$ 15.000,00 por contrato (pelo período de dez meses), o que resulta em R$ 1.500,00 mensais. Esses imóveis reservados aos forasteiros que chegam à cidade estão localizados majoritariamente no bairro Conchas do Mar e seus arredores, na Rua Pituba ou na Passarela da

Vila, ou então em sítios mais afastados da cidade, como aquele que me foi oferecido a princípio.

Diante de minha insistente recusa a tais propostas, visto que pretendia estar próxima à população mais antiga da cidade, minha anfitriã me apresentou à Paula, moradora considerada *nativa*, isto é, identificada como "nascida e criada" em Itacaré, a qual teria as informações necessárias para me acompanhar na busca de um lugar para morar. Mais uma semana se passou e, mesmo com a assistência qualificada de uma *nativa,* as propostas de aluguéis se repetiam: sistemas de arrendamento em espaços próximos às praias e um tanto distantes da população local por meio de contratos reduzidos a dez meses.

Neste ínterim, uma trabalhadora do sítio onde eu estava hospedada comentou de forma um tanto tímida a respeito de uma amiga sua que há pouco havia chegado à cidade para trabalhar na propriedade ao lado, que conseguira alugar uma casa de fundos situada no conhecido Quilômetro Seis, um pequeno povoado formado a partir das políticas de Reforma Agrária das décadas de 1970 e 1980, localizado a seis quilômetros do centro da cidade, como o próprio nome indica, à entrada da rua que dá acesso à Praia de Jeribucaçu, uma das mais procuradas pelos turistas. Segundo ela, nesse local havia outras casas "nos fundos" e "na laje" para alugar e eu poderia me interessar por alguma delas. Mesmo contrariando minha anfitriã e sua amiga *nativa*, visitei a casa indicada. Sem encontrar sinais de outras opções que me permitiriam uma maior inserção entre a população local e diante das facilidades apresentadas pela proprietária do imóvel que não exigia contrato, permitia o pagamento mensal a um valor de R$ 400,00 e, portanto, muito abaixo daqueles até então propostos e a disponibilidade de alguns móveis que ela traria de sua casa da roça, optei por instalar-me ali mesmo.

Ao comentar minha decisão e anunciar a mudança, Paula se contrapôs veementemente com a seguinte observação:

> - Ah não. Então antes de alugar lá no Seis, você tem que ver a casa de minha irmã.
> - Mas ela está pra alugar?
> - Sim, está desocupada.
> -Onde?
> - Lá no Marimbondo. Não fomos lá ainda. Fica pra lá da minha casa. Mas vou logo dizendo. Fica longe lá da Concha, do lado de lá.
> - E por que você não me mostrou antes se já estamos há dias buscando, procurando aluguel?
> - Oxe, você é de fora. Pensei que queria ficar fora, que queria ficar pra lá mesmo.

A casa de sua irmã está localizada no Bairro Marimbondo, em cima da casa de seu sobrinho, no beco conhecido como Beco de Deco. Deco é um morador local que tem um

pequeno bar e distribuidora de bebidas em uma das ruas que margeiam o bairro, ao lado do qual se abre o estreito caminho que se ramifica em outros três becos delimitados por altos e longos paredões de tijolos vermelhos, a maioria sem revestimento e cujo nome é o ponto de referência para identificá-los. “Fica ali em um dos becos de Deco, ao lado do beco de Alemão”, é a forma de descrição do endereço onde encontrar os moradores que residem nas tantas casas que se prolongam a partir das divisórias delineadas pelos paredões. Entre esses moradores, grande parte são os próprios parentes de Deco, seus filhos, genros, noras e netos que, à medida em que foram estabelecendo relações conjugais, expandiram e multiplicaram a casa inicial. Como ele me mesmo descreveu em certa ocasião:

> Os meninos foram casando tudo, foi expandindo. Aí expandiu aí pra trás também. Pra cima também. Mas ainda falta terminar muita coisa. Falta bater a laje aí na casa de trás. Ainda cabe mais casas aí.

Ali, moram também vizinhos que adquiriram terrenos ao fundo em processos de divisão e comercialização dos quintais das casas mais antigas, principalmente no contexto recente que cada vez mais recebe “gente de fora” para trabalhar na cidade, como foi o meu caso.

Figura 22: Encruzilhada entre o Beco de Deco (com o portão ao fundo) e outros dois becos ao lado (o primeiro com a porta de madeira aberta e o outro com a porta fechada.

Fonte: A autora, outubro de 2018.

No final de um dos becos, um pequeno portão de ferro dá acesso à casa que acabei alugando nas mesmas condições e pelo mesmo valor que me foram propostos no Quilômetro

Seis. Ela está junto a outras três casas com as quais compartilha um pequeno pátio, o que era repetidamente mencionado como um privilégio em um lugar onde quase não existe mais espaço livre entre moradias que *se expandem*. Próximo ao portão de entrada, há uma casa térrea que em alguns momentos é utilizada como moradia por sua dona e em outros por seus familiares que vêm de Salvador para trabalhar, sobretudo na construção civil, quando então ela se muda temporariamente para a moradia de outro parente, seja na própria cidade ou na capital baiana. Sobre essa, se prolongam as paredes de outra casa que é de uma irmã da dona da casa de baixo, que se mudou para Salvador e comumente a aluga para jovens conhecidos da família que vêm desfrutar do surf em Itacaré durante os campeonatos e nas temporadas demarcadas pelo maior fluxo turístico.

No interior do terreno, a moradia que aluguei é uma extensão que se eleva sobre a casa de Tito, sobrinho da dona e de Paula, acessada por uma escada externa. As duas moradias já foram uma casa só. Porém, quando comprada pela tia e pelo sobrinho, foi dividida, de modo a possibilitar tanto a moradia do parente quanto a locação. No final do pátio, chama a atenção um portão de ferro diferente, todo enferrujado e atualmente clausurado, que dá acesso a outro beco tomado por uma vegetação rasteira e transformado em esgoto das habitações mais recentes, por isso, aparentemente desativado, que se estende no sentido oposto ao beco de Deco. Segundo meus vizinhos, há alguns anos esse caminho era a entrada principal às suas moradias, conectando-as ao Bairro Porto de Trás. Uma das paredes da casa que aluguei, inclusive, é a mesma de outra casa que lhe é colada e cujos moradores, embora pudessem sempre ser ouvidos, jamais os conheci, ou sequer os vi, pois o acesso a ela se dá somente por meio dos becos que a unem à rua principal do Bairro Porto de Trás. Pertence, portanto, ao outro bairro e fica invisível para os moradores do Marimbondo. Dessa maneira, como as escolhas atuais de meus vizinhos naquela ocasião eram por pertencer ao Bairro Marimbondo, eles optaram por clausurar aquele portão e transladaram seu acesso e endereço para o Beco de Deco.

Em minha segunda chegada para o trabalho de campo, entre junho e setembro de 2021, o processo de conseguir uma casa para morar foi mais rápido e simples, apesar da baixa disponibilidade de imóveis na cidade naquele período, um dos efeitos da Pandemia de Covid-19. Muitos foram os que, diante do imperativo sanitário de isolamento social e da transferência de seu trabalho para o sistema home-office, se transladaram temporariamente para Itacaré, o "paraíso baiano", em busca de um bom lugar para viver, aumentando significativamente o número de novos moradores. No entanto, dessa vez, eu já conhecia várias pessoas na cidade e podia acionar com antecedência minha rede de afinidades. Entrei em contato com uma pessoa conhecida do Bairro Porto de Trás, mencionando meu interesse em habitar por um período de

três meses em seu bairro e solicitando indicação de lugares para aluguel. Com uma resposta rápida e negativa, em um primeiro momento, minha interlocutora informou que no bairro não há imóveis disponíveis sob a justificativa de que muitos dos parentes das famílias que haviam deixado Itacaré em algum momento estavam agora em um movimento de retorno à cidade, reocupando as casas do bairro. Uma solução que ela me indicava era buscar alguma residência no Sítio de Fadul. No entanto, no dia seguinte a esse comunicado, ela entrou novamente em contato comigo e me informou que seu irmão acabara de construir duas quitinetes em cima da casa de sua mãe e que uma delas, com vista para os fundos, estava desocupada. Sua intenção era reservá-la para aluguel no sistema de diárias, principalmente nos feriados e fins de semana. Porém, como ele me conhecia desde minha outra estada em campo e me considerava uma pessoa "de confiança", aceitou ceder-me a casa já mobiliada a um valor mensal de R$ 700,00, por um período de três meses.

A casa que aluguei foi-me inúmeras vezes elogiada pelos parentes de meu anfitrião, por vizinhos e por amigos locais que me visitavam, sob o argumento de que eu era a primeira moradora – "Está novinha de tudo. Novinha mesmo. Você é a primeira a morar aqui"; "Rapaz, esta laje foi batida agora. Eu nem sabia. Ta novinha"; "Tu deu sorte heim. Pegou novinha, novinha mesmo!". Outra característica importante era que a quitinete estava situada aos fundos e tinha como vista, os quintais das casas do Porto de Trás e do Marimbondo, agora ocupadas por outras tantas casas já concluídas ou em construção. Contemplar aquela paisagem era ver esses intensos processos de expansão das moradias fazendo-se, movimentando-se, contornando e ocupando cada espaço livre que ainda resta. Muitas foram as ocasiões em que meus hóspedes olharam pelas janelas de minha casa esforçando-se para identificar quem possivelmente seria o morador de determinada casa ou o executor da construção em processo, a partir de suas relações com as casas mais antigas que estão à entrada das ruas, em cada um dos bairros.

Figura 23: Vista da janela da quitinete alugada no Bairro Porto de Trás – encontro dos fundos dos dois bairros estudados

Fonte: A autora, setembro de 2021.

Além de sua característica de novidade, as quitinetes também me foram narradas como fonte de tranquilidade para Gisele e Ronaldo, os pais de meu anfitrião, moradores da casa de baixo. O diálogo que estabeleci com eles em frente à sua casa em um fim de tarde qualquer é significativo no sentido de indicar os movimentos e sentidos que compõem a noção de *casa* nesse contexto:

> **Dona Gisele:** Aiai, estou tranquila agora! Agora sim, já posso dormir em paz! – Comentou comigo Dona Gisele.
> **Magda:** Por que Dona Gisele? O que lhe tirava a paz? Era porque teve que ir morar em outro canto, eh? – Lhe perguntei com certo tom de gracejo. Ao que o esposo interviu:
> **Seu Ronaldo:** Ela fala isso porque agora nosso filho tem a casa dele. Os dois filhos têm a casinha deles! Graças a Deus. Tivemos que ficar morando em outro canto por uns meses. Mas agora meu filho fez o canto dele. Não vai morar, mas é dele. Se um dia ele quiser voltar, ta aí.
> **Magda:** E a construção que eu vejo aí atrás? Não é dele?
> **Dona Gisele:** Não, aí já foi. Mas agora é dos meus netos. Não viu os meninos fazendo pirraça ali? São danados, eles. Ali são meus netos que moram mais a mãe deles.
> **Magda:** Não! Falo daquela casa que está sendo construída. Que tem só as paredes ainda.
> **Dona Gisele:** Ah, aquela é de meu sobrinho. Ele vai bater a laje também. Não sei se agora. Mas aquela ali no meu quintal é do meu sobrinho. Que ajudei a criar também. Aí está expandindo! Graças a Deus logo vai ter a casinha dele também" (Risos). (Porto de Trás, setembro de 2021).

Como podemos perceber neste breve diálogo, o sentimento de tranquilidade de Dona Gisele e Seu Ronaldo não resulta de seu retorno à casa como me pareceu em um primeiro momento - uma vez que precisaram passar alguns meses em uma casa alugada no próprio bairro enquanto o filho reforçava as estruturas da sua moradia para poder "bater a laje" e construir outra casa em cima. Mas é um sentimento que vem estreitamente articulado à certeza de que agora seu filho, "também tem a casa dele".

Primos entre si e pais de dois filhos, Dona Gisele e Seu Ronaldo há algum tempo se esforçaram por comprar um terreno aos fundos de uma casa vizinha, "na mão de outro nativo do bairro", e ajudaram a construir uma moradia para sua filha, na ocasião de seu casamento. Naquele momento, o filho tinha a própria casa, aos fundos e colada à sua, onde morava com a nora e os netos. No entanto, ao se divorciar, meu anfitrião deixou sua casa aos próprios filhos, e foi morar em outro bairro da cidade. Agora, porém, com as quitinetes, ele tem outra vez "a casinha dele pra quando quiser voltar". Além dessa construção, outra está sendo feita aos fundos de sua casa, a de um sobrinho que ela ajudou a criar e que "Graças a Deus também vai ter a casinha dele. Se vai morar nela não sei. Mas vai ter a casinha dele."

Assim como no caso da moradia de Dona Gisele e Seu Ronaldo, adentrar nos becos que se expandem a partir da casa mais antiga que está no limite da rua, sobre a calçada, desvela uma impressionante quantidade de construções em curso. Nesse cenário, a identificação das construções, se tratando de uma casa nova ou de uma ampliação ou reforma das casas mais antigas, torna-se borrosa e confusa. Uma casa dá origem a mais uma, e essa, a mais outra. Umas para trás, outras ao lado, outras ainda, acima, e mais acima. Dinâmicas que fazem com que todas as vezes que se entra em determinado beco, a paisagem já não seja mais a mesma, porque uma nova parede foi erguida, outra foi derrubada, outra está sendo reforçada para poder sustentar a laje que se eleva no segundo, por vezes terceiro, pisos.

Esses movimentos dos becos que se estendem para os fundos caracterizam o movimento de constituição dos próprios bairros. Assim, os moradores contam que o Bairro Marimbondo se originou a partir da Rua dos Marimbondos. É ali que moram os mais antigos. No entanto, à medida que as casas se *expandiram* para os fundos, acabaram por gerar a rua Nova Brasília. As duas vias juntas circundam a praça para conferir o desenho do bairro. Mais recentemente, também os moradores da Nova Brasília se expandiram para os fundos das casas, sobrepondo-se ao mangue e criando parte da chamada Baixa da Gia. Esta expansão mais recente compunha parte da vista de minha janela.

No caso do Porto de Trás, também as casas se expandiram chegando até o mangue e a

Baixa da Gia de um lado, e dando origem a outra rua, a Rua da Jamaica de outro. Dessa maneira, à medida em que os becos se estendem perpendicularmente às ruas principais dos dois bairros ribeirinhos aqui analisados, os articulam em um único contínuo espacial e se encontram na Baixa da Gia. Embora os moradores que residem na Baixa da Gia oscilem na forma como se identificam e definem seu pertencimento a um ou outro bairro - comumente coincidindo com as relações que estabelecem com os demais moradores do Marimbondo ou do Porto de Trás, ou então conforme o acesso que conseguem construir até a rua principal de um dos dois bairros, como vimos na descrição da localização da casa que aluguei no Marimbondo em minha primeira inserção em campo, na qual o portão velho e desativado inverteu o pertencimento e o endereço daqueles que ali residem - a Baixa da Gia paulatinamente está se constituindo como um novo bairro, já não mais Marimbondo, nem Porto de Trás.

Atentar para essa característica processual da constituição dos becos nos permite perceber que algumas casas têm um caráter fixo, identificável e permanente, enquanto outras são mais indefinidas, com fronteiras porosas e móveis. Ainda, os becos informam sobre a estreita articulação entre casas e parentesco. Assim, se a casa de Dona Gisele e seu Ronaldo é um ponto fixo e identificável por todos os demais moradores, falar sobre quais, quantos e quem são os moradores das demais casas que se estendem a partir da casa de referência é sempre um desafio. Quando é preciso encontrar alguém que mora nos becos, a indicação refere-se sempre a essas casas de referência: “no Beco de José, no beco de Dona Raquel, no beco de Dona Estela, no Beco de Beatriz...”, por exemplo. Porém, quando necessário informar precisamente em qual das casas do beco alguém reside, é uma tarefa muito mais difícil ou então as informações fornecidas são formuladas a partir de certa dúvida. O tempo todo encontramos pessoas perguntando umas das outras nas ruas do bairro ou gritando os nomes procurados ao adentrarem nos becos na tentativa de encontrá-las em alguma das casas. Nem mesmo o limite entre as casas é imediatamente reconhecível ou estável. Eles podem movimentar-se à medida em que se movimentam as relações entre as famílias ou os moradores.

A casa de referência é chamada “casa mãe” ou “casa-chefe” e comumente é habitada pelos mais velhos. Praticamente, todas as vezes que perguntei a alguém sobre a história do bairro, fui direcionada para falar com essas pessoas. Elas são consideradas as guardiãs da história local, sinalizadas como as legítimas para narrar sobre as dinâmicas do beco. Em alguns casos, esses mais velhos si quer permanecem morando na cidade, ainda assim seus nomes continuam sendo a referência de identificação da casa-mãe e sempre que podem retornam para passar algum período em suas residências. Quando isso acontece, essas casas costumam ficar cheias de gente, os moradores das demais casas a ela relacionada se encontram para as refeições

e festejos. Afinal, é a partir dessas pessoas e moradias de referência que, à medida em que se expandem e movimentam as relações familiares, também se expandem e movimentam os becos.

Sem embargo, é importante ressalvar que, embora becos, casas e parentes estejam intimamente articulados, de um lado as relações de parentesco não se reduzem à consanguinidade e ao casamento e, de outro, estão inseridas em dinâmicas que incidem sobre a própria categoria identitária de *nativo*.

Assim como as fronteiras entre as casas que conformam os becos são confusas e permeáveis, o mesmo acontece com o reconhecimento de quem é ou não parente em cada um dos bairros. "Marimbondo todo mundo é parente. Porto de Trás todo mundo é parente. E pronto, acabou!", foi como sintetizou – e de alguma maneira me dispensou – uma de minhas interlocutoras depois de um esforço que fizemos ao tentar desvendar e registrar a genealogia de uma das maiores famílias do bairro. Nas conversas cotidianas entre os moradores, é comum escutá-los empenhando-se em identificar uma ascendência comum entre os mais antigos, de modo a justificar parentesco com alguém.

São múltiplos os embaralhamentos e as formas de reconhecimento de um morador como um parente. A conversa gravada que fiz com Poliana em minha casa sobre a história de sua família é um exemplo significativo dessas dinâmicas. Ao lhe perguntar quais eram as pessoas do bairro com quem ela tinha alguma relação de parentesco, em meio a um diálogo cujo objetivo era compreender a cartografia social dos becos da rua em que mora, ela passou a mencionar uma longa e confusa lista de nomes por mais de cinco minutos, em um visível esforço por inserir todos os moradores do bairro em seu elenco de parentes. Em sua enunciação, começando pelo final da rua principal e tomando as casas-mãe como demarcadores de referência, foi descrevendo beco por beco, mencionando todos os moradores dos quais lembrava. Por vezes, ao esquecer de alguém, acrescentava:

> "Meu Deus do céu! É tanta gente. Espera, tem ainda fulano, fulano, fulano...". Ou então justificava seu esquecimento, "Ah, é que fulano casou com sicrana que é de lá mais pra cima, do outro beco. Depois separou e casou com a outra... então... É que aqui todo mundo casa com todo mundo também. Por isso é difícil! Você está entendendo? Dá pra entender?" (Gargalhada). (Porto de Trás, agosto de 2021).

Deixei-a seguir com a longa lista de nomes sem intervir até que ela recuou de seu esforço e concluiu: "Todo mundo aqui se é nativo, é parente. Todos são meus parentes". Com esta afirmação, Poliana associou seus parentes à categoria identitária *nativo*. A justificativa que minha interlocutora encontra para tal afirmação é o alto grau de endogamia entre os moradores,

principalmente em seu bairro, o Porto de Trás. A partir de então, ela seguiu comentando sobre histórias e anedotas que remetem ao período quando era criança, e como todos esses seus parentes exploravam e ocupavam os espaços do bairro, do rio e das roças, com destaque às brincadeiras, trabalhos e festas. São essas experiências de uma história e um território compartilhado que fazem deles, todos parentes. Ela terminou sua narrativa lamentando-se pela Pandemia Covid-19 e mencionando o quanto sente saudades de poder reunir todo mundo da rua que, na sua compreensão e experiência, é sua própria família. Continua encontrando cotidianamente essas pessoas, mas ainda assim diz "sentir saudades de ver sua família".

No dia seguinte, em uma conversa com Silvério em sua casa no Bairro Marimbondo, com o intuito de confirmar os argumentos de Poliana, lhe perguntei se todos os moradores de sua rua tinham algum laço de parentesco. Contrariando minha expectativa na resposta positiva, meu interlocutor me respondeu assertivamente: "Oxe, não! Não é, não! Aqui não é todo mundo da mesma família, não. Mas quem não é parente a gente transforma em parente". E seguiu explicando-me como dois moradores locais que, desde que nasceram, são também seus vizinhos no pequeno pedaço de terra que cultiva na roça no Quilombo João Rodrigues, são seus irmãos. "São mais que irmãos pra mim. Meus irmãos mesmo. Esses eu transformei em parente. E eles também me transformaram em parentes deles". Aqui, assim como na experiência de Poliana, o elemento responsável pela transformação dos conhecidos em parentes foi a proximidade espacial e, sobretudo, a experiência compartilhada cotidianamente na convivência ao longo dos anos.

Entre essas dinâmicas de embaralhamento do parentesco, soma-se ainda um terceiro elemento que as tornam mais complexas. Mesmo nos casos que se reconheça o parentesco por consanguinidade, sua identificação pode ser um tanto confusa. Muitos são os moradores que mantém entre si ligações parentais de diferentes tipos, conforme podemos perceber na enunciação de um morador do Marimbondo. Clóvis, em conversa me disse:

> João, por exemplo. João é meu tio e também meu primo. Ele é meu tio porque é irmão da minha mãe. Mas é meu primo também por causa da família de meu pai. Meu primo pro lado de meu pai, do pessoal lá do Fojo (Um quilombo localizado às margens do Rio de Contas). Agora não me pergunte como, porque aí já não sei. É complicado. Mas que é meu primo, ah, isso é. Primo e também tio. Entendeu? Não entendeu, né? (Risos) É assim mesmo. Aqui nós somos assim (Risos). (Marimbondo, setembro de 2021).

Outro exemplo semelhante vem da experiência familiar de Catarina. Ainda criança, sua mãe faleceu em um acidente e o pai, ao casar-se com uma turista, foi morar na Europa deixando-

a aos cuidados dos avós paternos. Ao me falar sobre sua família, Catarina ressalva:

> Aí meu pai pegou e doou um pedaço do quintal pra minha tia. Sabe minha tia aí da Baixa da Gia? Na verdade, a casa dela é aqui os fundos da casa de painho. Que ele pegou e doou pra ela. Aí agora ela... acho que vai construir em cima pro filho dela. Quando eu falo pai, falo do meu avô. Aí como eu moro com eles, aí meus pais verdadeiros eu chamo pelo nome e meus pais no caso, são meus avós. Eu chamo meus avós de pai. Pelo costume mesmo. Tem vezes que chamo meu pai biológico de pai também. Depende. Nem eu sei bem quando chamo. Depois você vê aí quando é um e quando é outro (Risos). (Porto de Trás, julho de 2021).

Os becos são, portanto, movimentados pelas casas e por esses emaranhados de parentesco. A categoria parentesco, aqui, é assumida em sua perspectiva prática, a partir da forma como é mobilizada pragmaticamente em circunstâncias específicas, nas quais meus interlocutores demarcam relações de proximidade e/ou afinidade pessoal. Ou, ao contrário, indicam um distanciamento contextual ou mesmo desejado, ainda que haja vínculo de consanguinidade, como aparece na enunciação de Catarina.

É importante destacar que as casas são expandidas, divididas, construídas, doadas, trocadas e vendidas em sua maioria entre os *nativos*, em grande medida, para acomodar os parentes. Dessa maneira, os becos e suas dinâmicas incidem diretamente na própria constituição da categoria *nativo* e se somam na caracterização dos moradores "do lado de cá" da igreja, ou seja, aqueles que se consideram os verdadeiros "filhos de Itacaré", os "nascidos e criados" em algum dos bairros ribeirinhos. Entre esses, porém, há diferentes formas e nuances de ser um *nativo.* Vejamos, a partir de um evento assumido aqui como um caso representativo, como essas categorias operam no cotidiano dos moradores pesquisados e, principalmente, no jogo de identidades que ganhou maior relevância com a expansão do turismo e a consequente chegada de muitos forâneos.

Naquele dia chuvoso de inverno, primeiro de agosto de 2021, me chamou a atenção que durante todo o dia, a rua principal do Porto de Trás apresentou movimento diferente do rotineiro. Embora essa rua do bairro fora sempre muito movimentada pela intensa vida comunitária de seus moradores, desde o início da Pandemia de Covid-19 e do apelo sanitário de isolamento social, poucos eventos coletivos foram realizados e, quando o foram, mantiveram-se restrito àqueles que frequentam alguma das casas-mãe. Todos os dias, é possível ouvir nas *resenhas* de fim de tarde, lamentos em relação à quietude da rua, à proibição dos festejos juninos, à ausência do samba e da gincana das crianças. Os moradores diziam sentir

saudades dos tempos de antes, lamentavam o silêncio, consideravam que a vida ficou tediosa e monótona.

Naquele dia chuvoso, no entanto, os passantes, curiosos, buscavam saber o que significava a grande tenda montada em frente da casa de Dona Nice. “Deve ser alguma coisa na família de Nice!”, comentavam alguns. “Será que foi a prefeitura que colocou?”, acrescentavam outros. “Não sei se é alguma coisa pro bairro ou pra eles. Às vezes, é só deles, do beco aí”, sondavam.

Já no final da tarde, a tenda foi sendo ocupada com os moradores do beco de Dona Nice que paulatinamente espalharam pelo bairro a notícia de que o movimento era porque um de seus parentes, Jack Godman, estaria competindo ao lado de Isaquias Queiroz, representando a canoagem brasileira nos Jogos Olímpicos de Tóquio. Na tenda, um grande telão e um projetor de imagem anunciavam que a competição olímpica seria assistida em comunidade. A esses equipamentos, se somava o remo do atleta pendurado em frente à casa de sua avó, como em um varal, muitas e coloridas medalhas de competições que conquistara durante sua carreira. Tambores, atabaques e pandeiros indicavam que se tratava de uma festa de caráter tradicional, em que a trilha sonora é comandada pelo chamado samba duro. Dona Nice, atenta, capitaneava todos os movimentos e arrumações e se encarregava de ressaltar aos passantes que o atleta festejado era um de seus netos e morador do beco que se expande nos fundos de sua casa.

No final do dia, já se ouvia comentar em diversas partes da cidade que o *nativo*, *filho de Itacaré*, e mais precisamente, *nascido e criado* no Porto de Trás, competiria naquela noite representando a Canoagem brasileira ao lado de Isaquias Queiroz. Alguns vizinhos da orla, do centro e do bairro Marimbondo – também *nativos* - anunciavam que haveria festa no Porto de Trás. Os vizinhos do Porto de Trás, por sua vez, comentavam sobre a festa da família de dona Nice. A transmissão ao vivo da competição aconteceria às 22 horas, horário de Brasília. À medida que a noite foi adentrando, uma barraca para a venda de tapioca foi montada pelos moradores do mesmo beco do atleta. “A família dele vai vender comida. Vai ter comida lá”, se comentava pela cidade.

Observar as várias dinâmicas e interações sociais que ocorreram durante a festa e a própria ocupação da tenda nos permite perceber diferentes níveis de sociabilidade que marcam os bairros Porto de Trás e Marimbondo e as variações práticas da categoria identitária *nativo.*

Logo na entrada da cidade, por exemplo, a prefeitura municipal instalou um outdoor grande voltado para quem chega pela rodovia anunciando “Jack Godman o menino de ouro de Itacaré”. Essa iniciativa sofreu duras críticas por parte de alguns moradores e outros participantes da Canoagem de Itacaré sob a justificativa de que a prefeitura pouco ajudou o

atleta em sua trajetória e agora tentava apropriar-se de seu nome e imagem para projetar a cidade no mercado do turismo. Ouvi o seguinte comentário de um vizinho sobre os acontecimentos da noite: "Itacaré? Jack é de Itacaré? Sim, ele é. Mas pra falar certo tem que dizer que ele é um *nativo* de Itacaré. Entendeu? Jack é nosso, ele é *nativo.*"

À noite, durante a festa, a avó, os tios, os irmãos e alguns primos apareceram vestindo uma camiseta com a foto de Jack remando a canoa olímpica e a inscrição de seu nome ao lado de uma frase que afirmava: "mais um passo para o futuro". A camiseta desenhava, ainda que de forma silenciosa, quem é seu círculo mais restrito, o pessoal de seu beco, de sua família. Eram eles que portavam a camiseta, tocavam os instrumentos de percussão, puxavam a cantoria dos sambas e coordenavam a dança. Eram eles, portanto, quem ocupavam a tenda e tinham acesso à casa de Dona Nice, dois espaços que delimitavam a festa. Embora o anúncio fosse que "a festa é da comunidade", claramente comunidade aqui, não se referia à Itacaré como um todo, nem mesmo ao Porto de Trás, mas aos moradores que mantinham alguma relação mais próxima e se articulavam em torno da casa de dona Nice.

Os moradores dos outros bairros também considerados *nativos* assistiam ao movimento de fora da tenda, buscando abrigo da chuva mais ao longe, embaixo das marquises das casas da rua. Em sua maioria, manifestavam a importância de estar ali para acompanhar um *nativo* de Itacaré que estava representando o Brasil nas Olímpiadas do Japão. Entre os moradores do Bairro Porto de Trás, repetidamente havia uma ressalva: Jack é um *nativo* sim, mas ele é *nascido e criado* no Porto de Trás. Para os ocupantes da tenda, a ressalva se refinava ainda mais, e ele era continuamente mencionado como "gente nossa, daqui do povo de Dona Nice". Alguns moradores das casas imediatamente vizinhas à tenda, inclusive, reconhecendo que se tratava de uma festa da família de Dona Nice, fecharam suas portas e janelas muito cedo naquela tarde e desapareceram do movimento na rua.

Em dado momento da festa, uma das moradoras do Bairro Marimbondo, já um tanto embriagada pela cerveja, entrou na tenda e quis participar da dança. Não conseguiu. Foi discretamente rechaçada sob o argumento de que "a festa era da comunidade". Seu reclamo ao sair, no entanto, invocava "Jack é *nativo*. Que comunidade que nada. Ele é *nativo*. A brincadeira é pra todos os *nativos*."

Os pequenos grupos formados nesse momento inicial do evento voltaram a se reunir em uma única e pequena multidão quando o canal de esportes anunciou o início da competição. Gritos eufóricos e fogos de artifício agora animavam a festa e aumentavam as expectativas. Todos reconheciam que Jack e Isaquias eram, agora, o Brasil em Tóquio. Todos queriam assistir seu representante *nativo*. Os jornalistas da prefeitura tiraram fotos para divulgar nos meios de

comunicação oficial os feitos do *filho de Itacaré*. Aqueles que portavam as camisetas ocuparam as cadeiras da tenda ou se aglomeraram em frente à porta da casa de Dona Nice para ver seu parente, alguém de *seu povo, nascido e criado* no Porto de Trás. Os demais se aproximaram o máximo que puderam da tenda para acompanhar a performance do *nativo*. Todos se uniram em um só grito, acompanhando os competidores da raia 4, Jack Godman e Isaquias Queiroz: "Hey... Hey... Hey... Hey...". Os gritos eufóricos e ansiosos se mantiveram durante toda a prova, aumentando a intensidade a cada remada dos competidores. Só cessaram quando a dupla cruzou a linha de chegada garantindo a vaga da canoagem brasileira nas quartas de final. Aplausos, muitos aplausos. Os *nativos* moradores de outros bairros se retiraram. Os *nascidos e criados no Porto de Trás* seguiram a festa até a madrugada. Todos voltariam a se reencontrar na frente da casa de Dona Nice na próxima etapa da competição.

O evento aqui descrito aponta para diferentes nuances, significados e usos que a categoria identitária *nativo* pode compreender ao ser apropriada por diferentes agentes, agrupamentos ou instituições tendo em vista a produção de diferenças entre aqueles que, em outros contextos, são vistos e mencionados como iguais. Indica ainda, ao contrário, diferentes formas de como a categoria *nativo* é mobilizada em determinados contextos para produzir englobamentos, como no caso de seu uso político por parte da municipalidade identificando Jack Godman como um *filho de Itacaré.* Trata-se, portanto, de uma categoria eminentemente relacional que define, em diferentes circunstâncias e escalas, quem é de Itacaré, da família ou do bairro, sempre tomando como referência quem são os considerados moradores *mais antigos*.

O evento aponta também para o movimento de redes e sub-redes domésticas e para suas conexões com redes sociais mais amplas conforme o contexto. Ele nos mostra como moradores em questão compartilham e movimentam casas e becos, articulando por meio destas redes de identidade, proteção e ajuda mútua. Como exemplo, vale minha própria experiência em campo: tornei-me moradora local na medida em que aluguei uma casa em um beco aí permanecendo por doze meses, de setembro de 2018 a setembro de 2019. Paulatinamente, fui sendo inserida em uma rede de relações com outras casas e moradores. Todas as vezes que precisei permanecer na cidade de Ilhéus por causa das exigências de meu emprego, por exemplo, fiquei hospedada, sem nenhum custo adicional, na casa da dona do imóvel que eu alugava em Itacaré. Fui convidada para todas as festas da família e para muitas confraternizações com seus amigos. Portei chaves de casas diversas de seus parentes, as quais estava autorizada a ocupar em caso de necessidade não prevista e deixei diversas vezes as chaves de minha casa a seus cuidados. Com eles me engajei nas *resenhas* de fim de tarde. Entrei nas rotas de circulação de comidas, festas, passeios e trabalhos. Pouco a pouco, fui me tornando

alguém que "já é de casa", como ouvi inúmeras vezes e que por isso podia chegar, dormir e comer em diferentes casas mesmo sem ser convidada.

A experiência de morar nos bairros ribeirinhos e me inserir em uma de suas redes de relações permitiu-me vivenciar como os processos de construção das habitações produzem e são objeto de formas diversas de ocupação, criando e movimentando relações que, ao mesmo tempo em que constituem essas moradias, são por elas mobilizadas. As casas, tal como são vividas pelos moradores dos bairros ribeirinhos, além de articular relações entre aqueles que vivem nos becos e no bairro, também se estendem para os que estão fora, os que vão e voltam por razões diversas, sejam elas estudo, casamento, trabalho, etc. Nesse sentido, se essas redes de relações têm sua dinâmica movimentada pela casa, elas também são dinamizadas por contextos e articulações diversas de trabalho e capacitação nos quais se inserem seus membros. Aqueles que vão e voltam criam novos laços, oportunidades e, em muitos casos, novas casas.

Dessas redes, partem proteção, atenção, ajuda mútua, contato e cuidado que as articulam com outras diversas casas, de modo que elas movimentam um complexo universo relacional que cria lugares de vida e de identidade. No entanto, é importante ressaltar que, assim como informa a parede-meia que dividi com vizinhos que jamais cheguei a conhecer, a proximidade física que forma as vizinhanças, embora seja importante uma vez que reúne pessoas que compartilham espaços de produção do cotidiano, não é o único critério para o estabelecimento desses contextos relacionais.

É recorrente entre pesquisadores, que se dedicam à compreensão de modos de vida da população negra que habita a região costeira da Bahia, destinar atenção para os emaranhados de casas que ali se constituem e sua relevância enquanto redes de apoio vital aos moradores, uma vez que elas articulam muito mais que um melhor aproveitamento de materiais de construção ou simplesmente um padrão estético particular. Cito abaixo alguns exemplos.

Em um estudo entre moradores que ocupam os bairros populares da cidade de Cachoeira, no Recôncavo Baiano, Marcelin (1996, 1999) analisa os circuitos familiares e formas simbólicas de construção do cotidiano de famílias negras, tomando como premissa que se trata da produção de contextos domésticos herdados dos sistemas das Plantations açucareiras que marcaram o período escravocrata do nordeste brasileiro e que estão na gênese do fato sociológico do Brasil enquanto nação. Com foco na experiência familiar dos agentes e suas circulações entre a periferia das cidades estudadas e a periferia de Salvador, a capital baiana, o autor aborda preferencialmente o lugar social dessas famílias na hierarquia sócio-étnica nacional. Para a realização desse estudo, metodologicamente, o autor volta a atenção para as casas e seus moradores e ressalva que as habitações, como construções estratégicas da produção

de domesticidade, não podem ser pensadas como unidades isoladas. Ao contrário, nesse cenário, a casa só existe no contexto de uma rede de relações domésticas que a produz continuamente. A partir dessa constatação, o autor propõe o conceito de Configuração de Casas, através do qual é possível apreender a casa enquanto prática, ou seja, como um espaço pensado e vivido em interrelação com outras casas que também participam de sua produção, tanto no sentido simbólico, quanto concreto. Nesse sentido, uma configuração de casas não é algo que aparece ao observador de forma imediatamente identificável, pois, como indica minha experiência de busca por uma moradia em Itacaré, a proximidade física não é característica determinante na produção de uma configuração de casas. Afinal, dividir a parede ou o pátio com os vizinhos, embora seja relevante, não significa necessariamente estabelecer com eles relações de troca, entreajuda e/ou cuidado. Para identificar redes de moradias que sustentam a vida local, é preciso rastrear as relações que as constituem e que delas partem movimentando e produzindo mutualidades diversas. Conforme aponta o autor,

> A configuração de casas não se refere a um conjunto imediatamente localizável. Ela não corresponde a um conceito de família extensa. Trata-se de uma conceitualização, por meio da categoria cultural "casa" de *processos relacionais* entre agentes familiares originários de várias casas. [...] A configuração de casas dá conta de um espaço cujas fronteiras são paradoxalmente confusas (do ponto de vista do observador) e nítidas (do ponto de vista dos agentes), no qual se dá um processo contínuo de criação e recriação de laços de cooperação e de troca entre as entidades autônomas [as casas]. (MARCELIN, 1999: 37).

No escopo dessas reflexões, João Pina-Cabral e Vanda Silva (2013) se dedicam a etnografar as dinâmicas de cuidado e criação de crianças e, a partir delas, compreender de que maneira se concebe a noção de pessoa entre moradores de Valença, cidade localizada no Baixo Sul Baiano. Ao analisar as narrativas e experiências dos sujeitos, os autores identificam um caminho que indica certa noção de pessoa marcada tanto pela partibilidade quanto pela singularidade, ambas produzidas em contextos domésticos plurais que se articulam entre si. Nesse caminho reflexivo e com a atenção voltada para as formas de moradia, de constituição do espaço e das relações domésticas, os autores encontram-se com as proposições de Marcelin (1996, 1999) e nelas se apoiam para formular a noção de Vicinalidade, por meio da qual reconhecem nas formas particulares de coabitação, nexos relacionais que unem o tecido da vida social, provocam a ação dos sujeitos e dinamizam solidariedades. No entanto, da mesma forma que em Marcelin (1996,1999), esses autores ressalvam que as vicinalidades não podem ser confundidas com vizinhanças, uma vez que ela não remete exclusivamente à proximidade

física. Trata-se, antes, de zonas de tecido habitacional formadas através da intensa interação entre as pessoas, articuladas pela mutualidade entre casas aparentadas que criam e movimentam redes de contato, cuidado e atenção (PINA-CABRAL e GODOI, 2014).

Formas semelhantes de produção habitacional e de relações de mutualidade entre casas aparentadas identificadas por esses autores foram encontradas em Itacaré, na região em que concentrei minha pesquisa de campo. Nos bairros ribeirinhos, a circulação de pessoas, materiais de construção e alimentos sustentam e movimentam importantes práticas econômicas dos moradores.

Encontrei Rutinha em sua casa, que fica no final de um beco do Bairro Porto de Trás. Eu estava em minha segunda tentativa de localizá-la com o intuito de conversar sobre sua trajetória de vida e sua experiência como marisqueira, uma vez que foi por meio dessa atividade que, como me disse em certa ocasião, construiu sua vida e criou os seus filhos. Só consegui localizá-la porque me fiz acompanhar de Felipe, um amigo em comum. A primeira vez que agendei uma conversa com minha interlocutora e a busquei, as informações que eu tinha sobre a localização de sua casa não foram suficientes para identificá-la, pois não precisavam qual era o beco e, uma vez que o localizei com indicações de outras pessoas que por ali conversavam, não sabia qual das moradias era a sua.

Ao informá-la sobre minhas dificuldades e as razões de minha demora, Rutinha explicou, com certa comicidade, como se formou a rede de moradias da qual participa. Segundo ela, em sua casa moram também sua filha - que vez ou outra dorme ali, quando não fica em outra casa - e alguns netos. Esses, porém, nem sempre estão presentes, porque às vezes preferem almoçar em outra casa do mesmo beco, mais à frente, onde há outras crianças para brincar. As crianças com quem brincam não são parentes, mas como seus pais moram no bairro há muito tempo, "já são de casa", uma vez que ela sempre troca comidas e oportunidades de trabalho com eles. Conforme a enunciação de minha interlocutora:

> Eu levo um catado [de siri, caranguejo ou lagosta] pra lá, eles trazem um camarão pra cá. Levo uns doces pros meninos. Assim vai. Outro dia mesmo o senhor lá veio aqui e levou meu filho pra trabalhar com ele numa obra aí. Tem vez que a criançada tá por aqui também. Come aqui. Dorme aqui. Fica zoando tudo aí. Mas eu não gosto muito, não. Deixa eles pra lá mesmo (risos). (Porto de Trás, abril de 2019).

Como podemos perceber na enunciação de Ritinha, as configurações de casas são importantes vias de circulação de comida – "eu levo um catado pra lá, eles trazem um camarão para cá" –, assim como de cuidado das crianças. Ao adentrar os becos, é recorrente encontrar

pessoas portando pequenas porções de uma grande variedade de alimentos de uma casa para outra, chegando ou saindo de alguma habitação para participar de refeições cotidianas ou à procura de alguma criança. Por entre paredões avermelhados de moradias quase sempre inconclusas, a imagem de certa precariedade das construções emendadas e remendadas, muitas vezes com divisórias improvisadas feitas de cortinas, ocupadas com mobiliários e assessórios comumente muito simples e corroídos pela maresia, com prateleiras e ganchos de ferro espalhados pelas paredes sustentando objetos, se mistura à flagrante abundância de comida e bebida. Sempre há comida de sobra para aqueles que participam das redes de relações e, portanto, estão autorizados a chegar sem convite e sem aviso prévio.

A comensalidade e o cuidado das crianças são atividades assumidas coletivamente entre casas aparentadas, majoritariamente desenvolvidas pelas mulheres. Essa circulação a princípio não monetária de alimentos, por vezes, também se transforma em relações monetarizáveis, como vimos no exemplo do dia de feira descrito na inauguração deste capítulo. As dinâmicas de compra e venda de gêneros alimentícios e o estabelecimento de parcerias financeiras se estendem para além dos sábados, permeando o cotidiano dos becos e articulando suas casas aparentadas por meio das relações entre os moradores dos bairros. Esse mesmo vizinho de Ritinha, por exemplo, quando a captura de siris e caranguejos é abundante, leva os crustáceos para que ela prepare o catado, quebrando-os e extraindo sua carne. Mais do que a própria captura do crustáceo, atualmente é essa atividade da extração da carne que caracteriza o trabalho de uma marisqueira em Itacaré. Uma vez embalado, o produto é comercializado entre vizinhos, amigos e parentes a um valor entre R$ 30,00 e R$ 50,00 o quilo, e o resultado da venda, dividido entre todos os envolvidos no processo.

Ritinha já morou na primeira casa, aquela que está mais próxima à saída para a rua, junto com seus pais e irmãos, quando era criança. Na juventude, partiu para o Rio de Janeiro para trabalhar como empregada doméstica, porque, segundo ela, “não aguentava mais esse mangue”, uma vez que desde criança acompanhava sua mãe na captura de crustáceos para ajudar a alimentar os irmãos. A escassez de outras opções de trabalho na cidade durante os anos de estagnação econômica, exceto a pesca e a mariscagem, havia afastado também seu pai, que foi para Salvador em busca de emprego e nunca mais voltou, permanecendo na capital com a nova família que lá formou.

Quando Ritinha retornou à Itacaré, depois de alguns anos, deixou sua irmã na casa da frente e *puxou* uma ao lado para si, utilizando-se da mesma parede. Segundo minha interlocutora, depois os irmãos foram se casando, saindo, voltando, construindo, vendendo... Todos foram se deslocando mais para dentro ou para fora do beco à medida em que as relações

familiares se expandiam, movimento da rede de relações que se reflete no modo de construção das casas, *puxadas* umas das outras.

Um de seus filhos, seguindo esses movimentos relacionais, decidiu *bater a laje* em uma das casas. Um evento que foi narrado por ela como "uma festa só, os homens tudo ajudando. Ai, ai! Depois, uma moqueca daquelas!", e assim outra casa foi construída em cima da sua. Pouco depois, o irmão vendeu a parte de cima da casa dele, outra *laje foi batida,* e mais uma moradia se fez.

Ritinha, no entanto, justificando que "não se dá" muito com alguns desses parentes, preferiu *puxar* sua moradia mais para o fundo e, conforme me comunica "já não vejo mais muito eles não. É eles lá e eu cá. Sem muita conversa". Para concluir, acrescenta,

> Da outra vez, quando você vier e não me encontrar aqui não é porque eu trabalho não. Não trabalho mais não. Às vezes cato caranguejo, algum siri, lagosta que João [um conhecido do bairro] me traz do mangue ou do mar aí quando ele pega. Ele pega e não quer catar, então traz aqui e eu cato e aí vendemos às meias. Mas não trabalho mais não. Se não me acha aqui é porque fiquei lá pro lado da casa de Tina. Sabe Tina, lá no começo da rua que desce pra Orla? Fico ali às vezes. (Porto de Trás, abril de 2019).

Dona Lúcia também "não trabalha mais" e passa as tardes sentada tomando sol na frente do comércio de seu filho, que fica na entrada do beco onde mora. Dali, ela presta atenção na brincadeira das crianças que se divertem na rua. A conheci em um fim de tarde, sentada nos degraus da casa de uma amiga, engajada nas *resenhas* com os vizinhos. Em outra ocasião, quando tentei visitá-la, não foi difícil encontrar sua casa. Entrei no beco ao lado do estabelecimento comercial e chamei na casa de porta azul, como me havia indicado. Uma senhora que me atendeu prontamente chamou os moradores da casa do lado perguntando: "-Lúcia tá aí, menina?". Ao que a resposta foi definitiva: "-Tá não. Ela tá em Armando tem semanas já. Ali, moça, naquela casa amarela". De fato, a encontrei no local indicado. A visita que eu pretendia, no entanto, foi adiada para a semana seguinte, quando então ela voltaria para sua casa e, segundo sua avaliação, "tem menos menino e fica melhor pra conversar".

A conversa que agendei com Salete também foi interrompida inúmeras vezes pelas crianças que entravam e saiam de sua casa e por sua filha que parecia ansiosa em negociar como ficaria a ocupação das três construções existentes no terreno "agora que meu irmão voltou também e ainda trouxe a mulher". O filho voltou para Itacaré depois de alguns anos em Salvador. Ele trabalha como construtor e foi chamado por um vizinho, que também é seu primo, para auxiliar na reforma de uma pousada localizada na Praia da Concha. Ele então decidiu,

conforme me informou a mãe,

> **Salete:** ...voltar pra cá. Tentar fazer a vida aqui. Tinha saudade daqui, aí agora que apareceu esse trabalho aí voltou. Depois ele vai ser guia[turístico], construir outra coisa aí, sei lá. Alguma coisa. Ele conhece tudo aí, as praias tudo. Oxe! Ele pode ser guia se quiser.
> Ao que interrompeu a filha:
> **Sua filha:** Ele não quer ser guia, não, mãe. Ele não gosta desse negócio de guia. Não gosta de acompanhar os gringos, não.
> Salete, então, concluiu:
> **Salete:** Oxe, se não aparecer mais nada não vai ser guia, menina? Vai ser sim. Se não tiver mais nada vai ser guia. Ou outra coisa também. Não sei, não. Mas sempre tem alguma coisa. Uma pescaria, uma obra, alguma coisa. Se quiser ficar aqui é só ficar... Aqui sempre aparece alguma coisa. (Porto de Trás, abril de 2019).

Até a ocasião do retorno do filho, Salete morava em uma das ruas principais do Bairro Marimbondo, na casa da frente. Atrás, outras duas casas estavam ocupadas: uma delas pela filha, que residia ali desde que nascera seu primeiro neto, há dezenove anos; na outra morava o filho que acabara de chegar de Salvador. Nossa conversa foi um tanto conturbada, porque justamente naqueles dias, Salete estava se mudando para a casa dos fundos para deixar a filha na casa da frente, enquanto o filho recém-chegado terminaria a reforma para poder ocupar a casa do meio. Enquanto isso, também ele morava com a mãe.

Acompanhando o movimento dos becos, é possível perceber que, assim como no caso de Salete ou então dos sentimentos de tranquilidade manifestados por Dona Gisele e Seu Ronaldo, descritos anteriormente, um dos incentivos para a expansão das casas é garantir um lugar para que os filhos permaneçam próximos aos pais ou então tenham um lugar para retornar sempre que quiserem ou precisarem. São muitos os casos em que os filhos viajaram para o sudeste brasileiro ou para Salvador em busca de trabalho, mesmo assim deram continuidade à construção de uma casa no beco de seus pais. O mesmo acontece em alguns casos mais recentes, nos quais os filhos e netos se casaram com turistas de outras regiões do país ou, inclusive de outros países, e deixaram a cidade acompanhando seus cônjuges. São essas, em sua maioria, as casas disponíveis para aluguel enquanto seus proprietários não voltam. O retorno à cidade, no entanto, é sempre mencionado como uma grande e desejada expectativa pelos que ali permaneceram e como uma possibilidade pelos que saíram. Nesse sentido, a consolidação do turismo na cidade e a ampliação de postos de trabalho, ainda que precários, incentivaram esses sentimentos, essas esperas e, por vezes, os retornos dos filhos aos becos dos pais. Esses movimentos, inclusive, incidem sobre a afirmação e a especificidade, entre os *nativos,* de que Itacaré é um *paraíso*, diferentemente da exaltação às belezas naturais valorizadas entre os

turistas. Conforme a enunciação de Dona Gisele em outra ocasião:

> Isso aqui é um paraíso. Itacaré é um paraíso mesmo, como dizem. A gente não chamava nossa cidade assim. Mas o pessoal chama assim, de paraíso, e é mesmo. Aqui tem fartura. Esse rio tem muito peixe, muito siri. E ainda mais agora, que os filhos da gente podem ficar aqui. Podem voltar pra aqui. A gente expande as casas e eles voltam. Porque agora se quiserem tem trabalho aqui também. Não precisa mais ficar saindo. Tem muita gente voltando aí. (Porto de Trás, agosto de 2021).

Essas experiências de moradia e constantes movimentos de seus ocupantes, a exemplo do que observaram Pina Cabral e Silva (2013), indica que um sujeito sempre pode habitar mais de uma casa ao mesmo tempo, dentro de um universo de casas aparentadas, vicinalidades ou configurações de casas. Ainda que uma casa seja ponto de referência de uma moradia definida e conhecida – como a de Rutinha, de Dona Lúcia e as crianças, de Salete – da mesma forma que no caso de Joaquina, os habitantes continuamente circulam por entre moradias. Produzindo continuidade de uma casa para outra, de seus movimentos podemos inferir que a *casa* só existe enquanto articulada às redes de pessoas a partir das quais são produzidas. Ainda, como vimos, a ampliação da oferta de postos de trabalho e das possibilidades de comercialização dos produtos e maior circulação de dinheiro resultante da consolidação do turismo, longe de desarticular esse modo específico de vida e habitação, acabou intensificando os movimentos e as trocas entre as casas aparentadas, construindo Itacaré como *um paraíso* também para os *nativos*.

Estas dinâmicas, inclusive, incidem sobre o processo de adensamento populacional sinalizado pelas análises sociais desenvolvidas em Itacaré depois da pavimentação da rodovia. Muitos moradores que haviam saído da cidade para buscar trabalho na capital Salvador, no sudeste brasileiro ou em outras localidades, encontraram na expansão turística uma possibilidade de retorno e conquista de um posto de trabalho ou de conseguir algum dinheiro na volta para a cidade. A análise das narrativas de meus interlocutores sobre suas trajetórias de vida indica que, entre os moradores mais velhos, a saída de Itacaré em busca de trabalho - em sua maioria de trabalho doméstico como cuidado de chácaras e fazendas, limpeza de casas e de carros, cuidado de crianças e jardinagem – era mais comuns e prolongada. Atualmente, os jovens tendem a deixar a cidade para partir em busca de qualificação e experiência profissional, majoritariamente em serviços turísticos ou na construção civil, e retornam em pouco tempo com a expectativa de conseguir uma melhor ocupação na cidade.

Desse modo, em diálogo com Marcelin (1996, 1999) e Pina-Cabral e Silva (2013),

percebemos que nos bairros ribeirinhos de Itacaré, as casas não são unidades autônomas, circunscritas e individuais. Ao contrário, suas fronteiras são permeáveis e flexíveis de modo que, por meio da circulação de pessoas, de coisas e de oportunidades temporárias de trabalho e de ganhar algum dinheiro, uma faz parte da constituição da outra, encontrando-se, portanto, em constante processo de fazer-se e manter-se mutuamente como sugerem os dados etnográficos aqui apresentados. Elas são, ao mesmo tempo, ponto de referência e processo inacabado de produção e de construção, singulares e plurais. Ninguém as planeja como completas e acabadas. De uma casa sempre pode prolongar-se outra e desta, mais uma, em um contínuo encadeamento de moradias que cria complexos universos relacionais em que a vida dos moradores próximos se misturam e se realizam. Da mesma forma, é possível a uma pessoa sair por algum tempo para trabalhar em outra cidade e no retorno a Itacaré encontrar facilmente, a um baixo custo ou sem custo nenhum, lugar para morar, uma vez que as pessoas pertencem, ao mesmo tempo, a contextos domésticos diversos, como vimos no caso do filho de Rutinha. Estas formas de coabitação permitem que as pessoas circulem com maior facilidade entre diferentes tipos de atividades econômicas.

A possibilidade, sempre em aberto, de ampliar espaços de moradia e de coabitação sustenta, portanto, tipos diversos de práticas econômicas ao oferecer segurança para uma população que circula constantemente em busca de trabalho, capacitação profissional e melhores condições de vida. Dan foi estudar em São Paulo, assim que formado como barman, voltou para o beco do pai, no bairro Marimbondo. Rutinha foi trabalhar como empregada doméstica no Rio de Janeiro. Não gostou da experiência, voltou a morar no Porto de Trás. Rui, quando jovem, ficou anos trabalhando em um *lava-car* em Vitória da Conquista (Bahia) e quando percebeu que "aquilo era só exploração", voltou a Itacaré para construir seu *puxado* atrás da casa de sua irmã. Dessa maneira, a coabitação não apenas sobrevive à mobilidade dos sujeitos, mas lhe dá sustentação. A possibilidade sempre em aberto de ir e vir permite que os sujeitos invistam em seus interesses econômicos, tanto partindo em busca de novas profissões, habilidades e competências, quanto o aventurar-se na busca de dinheiro em outros lugares. Possibilidade alimentada pelo fato de que, após a consolidação do turismo e consequente aumento de postos de trabalho, especialmente na área de serviços, o retorno à cidade vem aumentando.

Como eventos sempre coletivos, fazer um *puxado* ou *bater a laje* frequentemente mobiliza a vicinalidade e termina em festa e celebração. Como comentou Rutinha sobre um dos *puxados* de seu beco que guarda na memória: "foi uma festa só, os homens tudo ajudando. Ai, ai! Depois, uma moqueca daquelas!". Muitas foram as vezes que acordei de madrugada ouvindo

gritos entusiasmados e gargalhadas de homens do bairro. “Acho que estavam *batendo laje* ali no beco de...”, era a explicação que vinha no dia seguinte[23].

Ao se planejar uma construção, uma série de negociações são disparadas para definir quem vai ceder a parede a partir da qual será *puxada* a nova casa, como vai ficar a organização dos espaços do terreno compartilhado e quem vai se somar à entreajuda para o próprio ato da construção, tanto com trabalho quanto com a cessão de materiais e, por vezes, até móveis. Esse é um dos momentos centrais da vida local, quando as relações e dinâmicas de cooperação são atualizadas. Afinal, dividir a parede e o espaço para uma nova casa é também permitir aos seus moradores que participem do cotidiano uns dos outros, compartilhando sons, cheiros, movimentos e redes de relações o que, de certa forma, é sinônimo de dar a conhecer suas intimidades. Logo, as casas e as configurações de casas se constituem também enquanto espaços de constituição dos próximos (MARCELIN,1999).

Os critérios de proximidade, porém, não podem ser reduzidos ao parentesco, muito embora a consubstancialidade seja um fator expressivo na produção das vicinalidades, conforme é possível perceber nos exemplos citados, uma vez que comumente as casas são *puxadas* de outras de familiares próximos. Entretanto, com frequência podemos perceber parentes que não fazem parte da mesma configuração de casas e outros, que sem pertencer à mesma família, passam a integrá-la por meio de um circuito de amizades, o que relativiza o princípio da consanguinidade. Inclusive, é importante acrescentar, seguindo as pistas de Pina-Cabral e Silva (2013), que nesse contexto em que a vida conjugal tende a ser móvel, especialmente numa determinada fase da vida, os constantes movimentos de aproximação e distanciamento dos laços matrimoniais são disparadores de reestruturações das vicinalidades, pois, à medida que um dos cônjuges deixa de participar de determinada rede de casas aparentadas e passa a pertencer a outra, ambas as redes se modificam. Além disso, muitas vezes são eles os nexos que articulam duas ou mais vicinalidades.

Da casa partem, portanto, pessoas, comidas, serviços, oportunidades de trabalhos e amizades. Estes elementos são a própria matéria-prima das relações. São eles que fazem as casas partíveis e, além dos movimentos dos sujeitos, é por meio deles que uma moradia participa concretamente na constituição da outra. À medida em que estas são disponibilizadas e postas em circulação, as relações são atualizadas e as proximidades, constituídas. Da mesma maneira, quando esta circulação é negada, as relações entre os sujeitos ou entre as casas são colocadas

[23] Os sistemas de trabalho em Mutirão foram descritos e analisados por autores que se dedicaram à compreensão da campesinidade no Brasil. Ver, por exemplo, Antônio Cândido (1964) e Otávio Velho (1987).

sob suspeita e podem, no limite, serem rompidas. Assim, os encadeamentos de associações tornam-se visíveis e concretos por meios dos mutirões, das festas, da inserção de parentes e amigos em redes de trabalho, dos processos de construção das casas, do compartilhamento de produtos, da entreajuda e do cuidado mútuo. É a cooperação ou a negação dela que movimenta os circuitos de trocas e coparticipação.

Uma das formas cotidianas de se ver essas relações em movimento é na comensalidade. É frequente ver as pessoas passando nas casas umas das outras, levando o que capturaram no rio ou colheram na roça para comer juntas. Todas as festas familiares são comemoradas, sempre há motivo para reunir-se, comer e beber juntas. Assim, se duas ou mais pessoas de uma configuração de casas fazem aniversário na mesma semana, elas serão realizadas no dia da comemoração natalina, ainda que para isso seja necessário organizar várias festas em um espaçamento curto de tempo. É sempre possível que no sábado ou domingo se faça uma festa maior reunindo todas as comemorações da semana, mas essa não substitui nem inviabiliza pequenas festas anteriores. Caso a criança ainda não tenha completado seu primeiro ano de idade, as comemorações tornam-se mensais, sempre no dia que rememora seu nascimento. A essas celebrações natalinas, outras comemorações se somam: dia dos pais, das mães e dos avós; formaturas; conquista de um trabalho; cura de uma doença mais grave; chegada de um amigo ou parente que veio de mais longe para estabelecer-se em Itacaré ou para uma visita, ou ainda partida deles para outras cidades; conclusão de uma construção; uma grande captura no rio ou no mar ou a pesca de algum peixe mais raro na região; a sextas-feiras que marcam o início do fim de semana; os sábados que são dias de reunião de amigos e parentes por excelência; as terças-feiras, que é o dia de folga dos trabalhadores das pousadas e restaurantes; a quarta-feira, que tem jogo do Flamengo, entre outras tantas. Isso sem citar as diversas celebrações maiores e os calendários cívico e religioso, organizados pelas igrejas, pelos terreiros de candomblé, pelas escolas ou pela prefeitura municipal, que também são celebradas com veemência[24].

Nesses festejos familiares, os convites são dispensáveis. As pessoas vão passando ao longo do dia nas casas de que participam, portando alguma comida ou bebida. Todos sabem que havendo comemoração, encontrarão algo especial para comer e haverá alguém que já chegou ou que logo se somará na produção da festa. Assim como nas resenhas de fim de tarde,

[24] As festas públicas e manifestações culturais que são chamadas pelos moradores ribeirinhos como “brincadeiras”, bem como o lugar que elas ocupam em certa recuperação romântica da cultura negra após a implantação do turismo, serão tema central no quinto capítulo desta tese.

também aqui um a um os moradores vão chegando e formando grupos de comemoração e socialidade.

Minha experiência de inserção em uma vicinalidade específica e a observação de como os gêneros alimentícios circulam por ela são elucidativas. Em certa ocasião, já passavam das duas horas da tarde de um sábado de sol quando recebi uma mensagem no celular indagando: "Hei bonita, você não vem? Tá todo mundo aqui". A indagação vinha ilustrada por uma foto de pessoas conhecidas, aquelas com quem comumente nos encontramos em outros eventos ou nos fins de tarde da Orla e da Praça do Marimbondo. Percebi pela imagem e pelos adornos colados à parede que lhe servia de moldura que se tratava do aniversário de Luiza, a mãe de Felipe, que é amigo de Tito e, esse, sobrinho de Paulinha, aquela que me alugou a casa que pertence a sua irmã. Desde que chegara na cidade, meu carro ficava estacionado sobre a calçada da casa onde moram Luiza, seu filho Felipe, sua filha, uma neta e, por vezes, seu pai, quando ele não está na roça. Como a maioria das moradias ficam nos becos, é comum que os carros fiquem nas ruas, próximos a casa de um amigo ou parente que ali reside, para que seja por eles olhado e cuidado. Por meio dos movimentos do meu carro, eles acompanhavam também meus movimentos, sabiam quando eu estava ou não na cidade, a que horas chegava em casa e, muitas vezes, me aguardavam com algum produto da roça ou do rio como presente ou me ofereciam alguma refeição por eles preparada, imaginando que por estar chegando do trabalho, eu estaria com fome. Nesse dia de festa, no entanto, embora eu soubesse da data e da comemoração porque ouvi a notícia circulando pelas *resenhas* da praça, não recebi o convite e, portanto, não compareci. A indagação que recebi naquela tarde, porém, veio seguida de uma forma de intimação "Venha! Venha logo tomar uma [cerveja]". Quando cheguei e diante de meu aparente constrangimento pela demora, a aniversariante exclamou: "E precisa de convite, mulher? Você já é de casa".

O cardápio do almoço da festa de Luiza era variado e servia a gostos diversos. Havia frango assado para quem não come peixe. Havia lagosta grelhada, presente que um amigo que trabalha na pesca reservara para a data, moqueca de camarão oferecida por outro e catado de siri, que um parente trouxe da roça. As pessoas que eu não conhecia faziam parte de uma rede de casas aparentadas que conectava a moradia de Luiza com seus familiares e amigos que, assim como ela, fazem parte do Quilombo João Rodrigues e moram, ao mesmo tempo, neste e na cidade. Alguns tem sua moradia no Marimbondo mesmo, outros no Porto de Trás e há ainda os que residem no Bairro da Passagem.

Como podemos ver a partir dessa comemoração, as casas e os sujeitos podem participar, ao mesmo tempo, de mais de uma configuração de casas e funcionam como nexos

que articulam os emaranhados de moradias. Em algumas moradias que têm uma posição de referência dentro de determinadas redes, como a de Luiza, esses grupos se entrecruzam e, por vezes, se confundem. Dessa forma, a influência das relações disparadas por uma moradia vai se sobrepondo em identificações que podem ser plurais e copartícipes de diferentes configurações relacionais. Um morador de uma casa pode pertencer a determinada rede de relações enquanto outro pertence a uma rede diferente. Ambas as redes, porém, participam na constituição daquela casa, produzida justamente por esta pluralidade relacional que cria locais de vida e identidade.

2.3. Uma gente que *se expande*

As noções de configuração de casas (MARCELIN, 1996) e vicinalidade (PINA CABRAL E SILVA, 2013), além de apresentarem ferramentas analíticas importantes na apreensão dos processos relacionais que incidem na constituição das moradias - e, por meios delas e da maneira como as pessoas as coabitam, como vimos, indicam a dinâmica da própria formação dos bairros ribeirinhos de Itacaré -, nos levam a rastrear também as ações dos sujeitos na produção de vínculos que sustentam e movimentam a vida social.

A observação dos espaços, relações sociais, atividades e circunstâncias nas quais os nexos relacionais se produzem é fundamental para a reflexão e apreensão do modo de vida de meus interlocutores. Como mencionei no início deste capítulo, nos bairros ribeirinhos de Itacaré, casas e becos *se expandem* para a rua. Diferente do que apontam alguns dos estudos clássicos da sociologia brasileira, aqui, rua e casa, bem como os valores morais que esses espaços criam e mobilizam, não estabelecem entre si uma relação de dualidade e oposição (cf. DAMATTA 1987). Ao contrário, há entre eles uma complexa complementariedade por meio da qual um penetra e se *expande* no outro. A rua, por meio de comentários e burburinhos que resultam da observação e avaliação atenta dos moradores entre si e de suas movimentações, adentra nas casas e nos becos e esses, por sua vez, por meio das festas, das *resenhas* e da circulação das pessoas, se expandem e ocupam as ruas e calçadas.

Aproximo-me aqui das etnografias de Thomas Cortado (2019), em seu estudo no loteamento Jardim Maravilha, na periferia do Rio de Janeiro e, especialmente, de John Comerford (2014), que analisou práticas de observação, narração e movimentações dos moradores entre casas diversas na Zona da Mata Mineira.

A partir de questionamentos sobre os significados da casa e sua interrelação com o

imperativo da mobilidade, necessária à manutenção da própria existência no contexto das classes populares brasileiras, Cortado (2019) defende a hipótese de que há um agenciamento, no sentido deleuziano do termo, que articula pessoa-casa-rua e que mobiliza discursos, afetos e movimentos que unem esses três termos no contexto de urbanização da periferia do Rio de Janeiro.

Para Cortado (2019), a mobilidade nas classes populares possui três sentidos fundamentais. Do ponto de vista das práticas nativas, as casas são espaços de circulação física de pessoas, com importantes trânsitos de parentes, filhos, vizinhos etc. Junto a isso, há uma mobilidade existencial, uma vez que em grande medida, o que movimenta as pessoas e, por meio delas, as casas e as ruas, é a necessidade de dar conta da própria existência e da manutenção do seu modo de vida. Ao lado dessas duas mobilidades, o autor propõe pensar um terceiro tipo, que recupera o caráter afetivo das movimentações das classes populares. Ele sugere atentar para a maneira como os sujeitos agenciam seus afetos, sobretudo os desejos de mudar de vida, produzindo relações e articulações entre corpos, afetos e discursos, o que chama de mobilidade intensiva.

Os moradores do Jardim Maravilha no Rio de Janeiro, estudados por Cortado (2019), iniciaram a ocupação do espaço até então considerado rural, ainda na década de 1950. Trinta anos depois, a prefeitura assumiu o compromisso de implementar infraestrutura urbana, com a disponibilização de serviços de água, energia elétrica, saneamento básico, abertura e pavimentação de ruas e disponibilização de serviços de educação e saúde. Políticas públicas percebidas pelos seus interlocutores de pesquisas como demasiado morosas uma vez que, embora tenham levado “progresso” ao novo bairro, no momento em que fez sua investigação, o lugar ainda contava com problemas sérios como esgoto a céu aberto, falta de asfalto e redes clandestinas de luz e água.

A partir da análise da narrativa dos moradores sobre seu bairro, o autor identificou que a categoria êmica “progresso” produzia uma estreita relação entre pessoas, casas e rua e temporalizava a experiência de seus interlocutores. De um lado, as mudanças na infraestrutura urbana, por meio de grandes obras, dividiam o tempo de modo extraordinário e espetacular entre o atrasado e o evoluído. Muitas vezes, inclusive, introduzindo rupturas no tempo vivido pelos moradores. Por outro lado, os processos longos de autoconstrução das moradias, que “vão melhorando aos poucos” com muito esforço e “sacrifício” daqueles que as habitam, inseriam uma temporalidade contínua que se configurava por meio de muitos aperfeiçoamentos da vida cotidiana. É na sincronia entre esses dois movimentos que a narrativa do “progresso” encontrava relevância e integrava a percepção de seus interlocutores, sobre tudo o que estava

acontecendo. Por meio das narrativas do "progresso", os moradores do Jardim Maravilha compreendiam seu mundo como um lugar onde "tudo acontece aos poucos", como uma sucessão de esforços e sacrifícios.

Dessa maneira, segundo o autor, seus interlocutores sincronizavam as transformações da rua e do bairro com as transformações das próprias casas e de si, enquanto sujeitos que se "sacrificavam" pelo "progresso". Tratava-se, portanto, de uma percepção que os agentes têm de si mesmos no tempo, constituída pela expectativa de melhorar de vida, em um contexto marcado pela articulação significativa entre a rua, as casas e as pessoas.

Comerford (2014), por sua vez, produziu uma etnografia do que chama de "mundo de andanças", na Zona da Mata Mineira, um contexto no qual os moradores estão o tempo todo se deslocando entre as casas, tanto nas circunstâncias ordinárias de suas práticas cotidianas, quanto extraordinárias na ocasião de festas, velórios e férias. Para além de descrever a circulação das pessoas por entre as moradias, o trabalho do autor é interessante, porque explora as possibilidades analíticas de articulação entre as intensas e contínuas movimentações de seus interlocutores e as narrativas que lhes são indissociáveis, por meio das quais também circulam considerações e julgamentos morais que incidem sobre o estado das relações entre as pessoas em cada momento específico. É na performance das movimentações e nas práticas de observar e comentar os movimentos alheios que se dá a proteção ou ruptura das relações. Conforme o autor, a proposta consiste em:

> ... tematizar a problematização cotidiana das movimentações, realizada por práticas de observar, bem como de comentar, narrar, ironizar ou criticar as movimentações, práticas estas que são modos de impelir ou impedir movimentações e associações entre casas, ao mesmo tempo em que contribuem para um autoconhecimento reflexivo das relações em jogo nesse universo social e para a formação de sujeitos morais específicos. Em vez de tomar como ponto de partida classes predefinidas de movimentação ou deslocamento (inter-regional, rural-urbano, transnacional, sazonal, de retorno, etc.) e variáveis demográficas, econômicas, geográficas, culturais ou políticas definidas de antemão em busca de causas dos deslocamentos, o artigo procura identificar os termos em que tais movimentações se colocam no cotidiano mais ordinário, ou em alguns momentos de movimentação tidos como extraordinários, como as festas e férias. Busca-os nas maneiras de chegar e sair nas casas, de se movimentar nos caminhos, de dar a ver ou a conhecer suas andanças próximas ou distantes, regulares ou extraordinárias, e de transformar o que se viu e viveu em narrativa. A movimentação é foco de atenção e expectativa, e se faz indissociavelmente de narrativas que tematizam inclusive as causas dos deslocamentos. O artigo busca analisar tais movimentos e narrativas como formas de sociação, bem como identificar as maneiras de governar os movimentos de si, dos seus, e dos outros, a partir das casas. (COMERFORD 2014:110).

Em diálogo com essas reflexões de Cortado (2019) e Comerford (2014), no contexto estudado em Itacaré, percebemos que as casas, os becos e as ruas se estendem e interpenetram, tanto em circunstâncias extraordinárias de festas e comemorações - como no caso da tenda instalada em frente à casa de Dona Nice na torcida pela canoagem brasileira nas Olimpíadas de Tóquio, conforme fora descrito na seção anterior – quanto nas dinâmicas cotidianas das *resenhas*, que continuamente movimentam as ruas e praças dos bairros ribeirinhos.

No que se refere às circunstâncias extraordinárias, por exemplo, com frequência são colocadas sobre a calçada mesas com comidas de festa, instaladas caixas de som e pendurados nas paredes e janelas balões coloridos (ou bandeirolas de São João, ou enfeites mais usuais em aniversários de adultos), em comemorações que acontecem ali mesmo na rua, em frente à alguma das casas de referência. Em cada celebração, há sempre um investimento estético na produção do ambiente. Assim como o varal de medalhas penduradas no remo de Jack Godman produzia uma extensão entre a casa de sua avó e a tenda instalada na rua do Porto de Trás, os adereços que vez ou outra saem das moradias e prolongam-se sobre a calçada e a própria rua funcionam como extensões dos becos e das casas. Quando isso acontece, os outros moradores que passam por ali observam e avaliam o movimento, identificam que a festa é da família de fulano ou sicrano, e se acercam ou não a ela de acordo com a relação que tem com essa vicinalidade específica. Acontecimentos como esse são frequentes. O tempo todo, há festa para se organizar, participar e comentar nas *resenhas* de fim de tarde.

Para além dessas comemorações de foro doméstico, as redes de relações que constituem os becos também ocupam e movimentam as ruas durante festejos de caráter mais coletivo. É importante sinalizar de antemão que os moradores estão o tempo todo lisonjeando-se do movimentado calendário de festas da cidade que apresenta grandes e animadas celebrações a cada dois meses, aproximadamente. A todo tempo, as pessoas estão comentando e se preparando para a festa que está por vir, conforme podemos perceber em algumas das afirmações que ouvi em campo:

> Itacaré não para, velho! Isso é bom demais. Sempre tem alguma coisinha aqui pra gente ir! Itacaré não para, não. Não para! (Marimbondo, dezembro de 2019).

> Aqui tem que ser assim, Magda, sempre no movimento! Termina uma já começa a se preparar pra outra. Força aí. (Marimbondo, junho de 2019).

> Se tem lugar que os nêgo gosta de festa é aqui. E não tô falando da Bahia, não. Aqui em Itacaré mesmo. Se tem chorria, tô lá (Risos). (Porto de Trás, julho de 2021).

Algumas das festas do calendário oficial são coordenadas pela Igreja Católica, consideradas festas mais tradicionais, como o Dia de São Miguel Arcanjo, em 29 de setembro e os nove dias de celebração e oração que lhe acompanham. No dia do santo, um grupo de pessoas sai de frente à igreja ao amanhecer, por volta das cinco horas da manhã, com uma bandinha de música e fogos de artifício, chamando a população para os festejos. É a alvorada de São Miguel Arcanjo. Aos poucos, os moradores da cidade se somam formando uma pequena multidão que circula pelas ruas centrais da cidade anunciando que o dia da festa chegou. O movimento segue com gente perambulando pela rua, bebendo, se reunindo em pequenos grupos nas calçadas e nos bares da Orla até à noite.

Outras comemorações são movimentadas pelos adeptos ou simpatizantes do candomblé, como as refeições de Cosme e Damião, em 26 de setembro, e de Santa Bárbara, em quatro de dezembro, momentos em que também há intensa movimentação na preparação e partilha do tradicional Caruru - um prato preparado a partir de quiabo, frango e vatapá e, por vezes, acompanhado também de caramelos, pipocas e amendoins. Os candomblecistas animam ainda a festa de Iemanjá, que acontece em dois de fevereiro na Praça no Canhão, no lado do Porto da Orla, essa com a presença marcante também de turistas que se somam aos moradores nas oferendas levadas ao mar.

É também na Praça do Canhão que dia dois de julho inicia e termina o cortejo de Catita, mulher cabocla e personagem histórico, ícone da chamada "independência do Brasil na Bahia". A data rememora a saída do exército português do estado no ano 1823 – "a verdadeira independência", como dizem - um ano após a declaração oficial da Independência no Brasil. A imagem de Catita, uma figura meio negra, meio índia, permanece o ano todo exposta em uma sala com portas de vidro localizada na praça. No dia dois de julho, feriado estadual, os moradores se fantasiam de personagens da história e figuras simbólicas do evento e saem em cortejo pelas ruas da cidade, seguindo um veículo aberto com a imagem de Catita acompanhada de uma figurante especial que veste roupas semelhantes às daquela. Todos os anos, os moradores ficam curiosos e espalham rumores pelos bairros na tentativa de descobrir "quem será a Catita do ano" e, depois do cortejo, se ocupam em conversas que avaliam a animação e a semelhança ou não da figurante principal com a imagem que representa.

As duas organizações de pescadores da cidade – A Associação Asperi, localizada nas proximidades do Porto da Orla e a Colônia Z 18, que fica do outro lado dessa via, na saída para a Praia da Concha – também comemoram seus santos padroeiros. No dia 29 de junho, a imagem de São Francisco sai em procissão da Colônia Z 18 e, acompanhada pelos seus associados,

segue até a sede da Asperi para comemorar seu santo padroeiro, São Pedro. No dia quatro de outubro, é São Pedro que se movimenta com seus protegidos pela Orla a fim de comemorar o santo padroeiro da Colônia Z 18, São Francisco. Também nessas ocasiões, meus interlocutores se organizam para acompanhar as procissões e os festejos que seguem.

Nos últimos anos, a Secretaria de Turismo do município produziu um calendário de eventos, de caráter comercial, a fim de movimentar o turismo local atraindo visitantes além dos meses mais cobiçados do verão. O Festival de Forró é um desses eventos. Ele acontece às vésperas da Festa da Páscoa, tendo como atração, artistas conhecidos nacionalmente que fazem shows gratuitos na Coroinha, a praia da Orla. No mês de julho, coincidindo com as férias escolares do sul e sudeste brasileiro, acontece o Festival de Sabores, no qual restaurantes oferecem pratos e drinks considerados típicos da Costa do Cacau a um preço reduzido, além da exposição de artesanatos e espetáculos com músicos locais. Mais recentemente, Itacaré vem sediando o Réveillon Nº 1, evento que consiste na realização de shows privados de alto padrão, animados por artistas de fama internacional. Essa festa resulta em 100% de ocupação da capacidade hoteleira da cidade e provoca muito movimento entre os moradores locais, tanto no que se refere à expectativa quanto à abertura de postos temporários de trabalho e intensificação da comercialização de produtos pesqueiros, quanto à possibilidade de se conseguir, por meio da compra ou de certas articulações, entrada para um ou mais desses shows.

A Associação de Surf também participa do calendário oficial e tem sua festa. Durante o mês de setembro, acontece o Festival do Surf, com competições nacionais e internacionais de várias modalidades do esporte e shows diversos são contratados, especialmente de reggae, para animar as praias da Tiririca e do Resende[25], as mais utilizadas na prática desse esporte.

Essa cronologia das festas permeia e movimenta o cotidiano de meus interlocutores. Trata-se de marcadores de uma temporalidade que pertence à vida das pessoas, permeando as improvisações cotidianas e movimentando os bairros e seus moradores por meio das expectativas, dos planos e das conversas que desencadeiam. As festas de São João e de Carnaval, as mais apreciadas e esperadas no calendário festivo local, são exemplos significativos de como isso acontece. Descrevo aqui essas relações em movimento durante os dois festejos, destacando os enlaces que se produzem entre os moradores dos bairros estudados e a forma como são constituídos os agrupamentos que se expandem das configurações de casas

[25] Nos anos 2020 e 2021 a Pandemia Covid-19 provocou alterações significativas no calendário de eventos de Itacaré, com importantes prejuízos financeiros aos empreendimentos turísticos e à arrecadação do município. No entanto, ao não se tratar do foco de reflexão desta tese, não me deterei na análise desses dados. Cabe aqui apenas sinalizar o intenso movimento que mobiliza a cidade e seus moradores nos diferentes eventos.

para a rua.

Como já nos é conhecido, os festejos juninos são famosos em boa parte do nordeste brasileiro e, é claro, também diversos municípios da Bahia atraem grande número de foliões de outras regiões do Brasil e do exterior. Apesar de ser uma das mais importantes cidades turísticas do estado, Itacaré não faz parte desses circuitos de festas de grande atração, tendo em tais festejos, um engajamento quase exclusivamente da população *nativa*.

As duas festas juninas mais movimentadas na cidade acontecem há mais de cem anos e são realizadas, simultaneamente, nos dois bairros ribeirinhos aqui estudados. Nos dias 23 e 24 de junho, tanto o Bairro Marimbondo quanto o Porto de Trás realizam suas festas - o Arraiá da Bananeira e o Arraiá do Porto, respectivamente. Assim que terminam o Festival de Forró e os festejos de Semana Santa e Páscoa, a associação de moradores de cada um desses bairros inicia uma série de programações com diversos eventos envolvendo muita música, comidas e bebidas com o intuito de reunir os vizinhos e angariar fundos para a realização da festa. Como ambos realizam suas comemorações juninas no mesmo dia, sempre num final de semana, o que temos aqui é um período de competição entre os bairros: é preciso preparar os melhores eventos que antecedem a festa, para que se possa atrair um número maior de participantes e arrecadar uma boa quantidade de dinheiro. É comum ouvir dos moradores ponderações sobre qual bairro teve a melhor festa em determinado ano. A produção histórica de disputas e competições entre os dois bairros será caracterizada em detalhes nos próximos capítulos.

Nesses pequenos eventos que antecedem a festa principal, se contrata um paredão de som para tocar arrocha na praça do Marimbondo ou no palco do Porto de Trás e ali os membros das respectivas associações e demais colaboradores locais aproveitam para vender alguma bebida e comida. Se faz roda de samba. Exibe-se capoeira. Preparam-se marmitas de caruru (sempre acompanhado de vatapá e frango) aos sábados. Organizam-se equipes para pedir ajuda aos estabelecimentos comerciais locais. Integram-se comissões para recorrer à prefeitura tentando aumentar o valor financeiro que ela disponibiliza a cada bairro para investimento na festa. Pede-se aos empresários, apoio para a instalação de uma tenda, um palco, a contratação de um bom equipamento de som e a remuneração de bandas locais que tenham fama na região. Enfim, pluralizando os eventos, faz-se todo o esforço possível para reunir as condições de realização da "melhor festa". Afinal, é pela qualidade da música que os foliões escolhem de qual evento participar, se Marimbondo ou Porto de Trás. Com frequência, no dia da festa, dada a proximidade entre os dois bairros, os moradores circulam entre um e outro emitindo avaliações e comparações entre ambos, comentários e ponderações que continuam animando as *resenhas* por muito tempo depois que as comemorações terminam.

O dinheiro arrecadado, no entanto, em sua maioria, vem dos próprios moradores dos bairros, que são os que concorrem e consomem os produtos oferecidos nesses eventos. A ornamentação da rua e da praça fica por conta do trabalho em mutirão realizado às vésperas, ao qual todos os que quiserem podem se somar. Para isso, não há convocação prévia, anúncio formal ou horário agendado. O que se percebe é um movimento centrípeto de moradores que sabem que todos os anos, às vésperas da festa, se enfeita a rua e a praça. À medida em que percebem que aumenta a circulação de ornamentos, de comentários informais e de pessoas deixando os becos em direção ao local da festa, se confirma que a reunião e o trabalho estão acontecendo. "É só seguir o movimento", como dizem.

No dia do evento, diversos moradores abrem as janelas e portas de suas casas onde dispõem pequenas mesas para a comercialização dos tradicionais licores de coco, cacau, cupuaçu, jabuticaba e jenipapo, e alimentos produzidos ali mesmo, em suas casas, por grupos de parentes ou amigos. Os recursos arrecadados com a venda desses produtos pertencem a quem os produziu e comercializou. Os moradores aproveitam este momento de movimento mais intenso e adensado, para conseguir algum dinheiro, muitas vezes, com o intuito de ter algo para gastar na própria festa, com comidas e bebidas de outros. Ou então angariar dinheiro para os eventos comerciais propostos pela Secretaria de Turismo e empreendimentos voltados aos visitantes.

Sempre há, também, uma barraca central da associação de moradores comercializando bebida para repor custos que não foram previstos ou cobertos pelos eventos preparatórios. Caso sobre algum dinheiro da associação, ele será utilizado em outras comemorações ao longo do ano, como o Dia das Crianças, das Mães, dos Pais, dos Avós, aniversário do bairro, para citar alguns exemplos.

Nas festas juninas, também é possível perceber as relações entre as moradias das diferentes configurações de casas em ação. Faz parte das dinâmicas de preparação da festa, a conformação de agrupamentos de pessoas que se comprometem a sair juntos para a rua no dia principal e permanecer juntos apreciando os atrativos. Para que os agrupamentos sejam devidamente identificados, escolhem algum acessório que os particularize. Uma das identificações mais significativas é a confecção de roupas de chita, conforme podemos observar na figura que segue. Por vezes, há ainda apresentação e competição entre grupos de dança de quadrilha.

Figura 24: Grupo na festa junina do Bairro Marimbondo

Fonte: A autora, junho de 2019.

Nas festividades juninas, as ruas do Marimbondo e do Porto de Trás são ocupadas por diversos e coloridos agrupamentos de parentes e amigos. Vez ou outra, alguns desses agrupamentos estendem bandeirolas coloridas desde suas portas e janelas e realizam sua festa particular em frente ao seu beco ou a alguma casa de referência, "a festa do nosso grupo". Essas, quando acontecem, são realizadas dias antes dos festejos oficiais, para que todos possam participar de ambos os acontecimentos.

Os movimentos das relações que constituem as configurações de casas também podem ser percebidos na produção e mobilização dos bloquinhos de carnaval. Durante a festa carnavalesca, para além dos trios mais famosos, nos quais boa parte dos moradores dos dois bairros participa conjuntamente, existem diversos pequenos blocos que vão se constituindo ou se desfazendo à medida que as relações se deslocam. Há o bloco das vedetes, das pedritas, das mulheres maravilhas, das flores trepadeiras, do grupo da zumba, das desconcertadas, bloco do tchuco, entre outros tantos. Cada bloquinho escolhe um dos dias festivos para sair à rua devidamente caracterizado e integra de forma não oficializada e mais ou menos improvisada a programação principal. Uma multiplicidade de cores, adereços, personagens e uniformes dispostos em diferentes agrupamentos, seguem os carros de som, as bandinhas ou os trios elétricos pela Orla. Todo ano, é possível aparecerem novos bloquinhos ou desaparecer algum que em outros anos comparecia no desfile. O movimento de surgimento ou desaparecimento dos bloquinhos de carnaval acompanha as dinâmicas relacionais dos becos e casas, produzindo

mapas temporários e circunstanciais dos enlaces que estão acontecendo entre os moradores.

A história do Bloco do Tchuco, formado por alguns moradores do Bairro Porto de Trás, é elucidativa desses movimentos. Conforme me contaram há uns quatro anos, estava um grupo de moradores sentado na calçada em uma *resenha* de fim de tarde quando um visitante já conhecido, parente de outra moradora que reside no final da rua, passou e interpelou-os: "E aí, já estão tudo tchuco?"

A interpelação provocou muita graça no grupo e por algum tempo permaneceram relembrando e comentando o acontecimento até que um deles teve a ideia de transformar aquele pequeno agrupamento de amigos e parentes no Bloco do Tchuco. Fizeram então alguns acordos, dentre os quais não aceitar gente de fora, para poder manter a ideia original restrita aos parentes e amigos, escolheram a cor da camiseta para se destacar e não se confundir com os demais bloquinhos e definiram os procedimentos para a compra da bebida e concentração no dia escolhido para a brincadeira. Em 2019, já somavam três anos de desfile e acrescentaram aos seus festejos também o São João do Tchuco, que acontece no dia anterior à festa junina oficial do bairro, e o Ano Novo do Tchuco na passagem de um ano a outro.

Figura 25: Concentração Bloco do Tchuco no Bairro Porto de Trás

Fonte: Arquivos do bloco (facebook.com), acesso em novembro de 2021.

Dinâmica semelhante acontece nos blocos carnavalescos maiores. Turma do Gueto, por exemplo, é um grande bloco que desfila há mais de dez anos. No carnaval de 2019, reuniu aproximadamente 300 participantes dos diferentes bairros de Itacaré, embora insistam que a organização e a concentração acontecem no Marimbondo e, por isso, o protagonismo é desse bairro.

Com o intuito de acompanhar as mobilizações em torno da festa de carnaval em minha

primeira inserção em campo, tentei por diversos meios, sem sucesso, conseguir efetuar a compra da camiseta que me autorizaria a participar do bloco. Na semana do carnaval, no entanto, Felipe chegou em minha casa com a camiseta desejada, uma caneca personalizada e doze fichas de vale-cerveja a um valor de R$ 60,00. Perguntei como ele havia conseguido se há mais de um mês eu estava tentando fazer a aquisição e por diversas vezes me informaram que as camisetas já se haviam esgotado. Ao que ele me respondeu:

> Nada menina. Tem lá ainda. Eles ainda não te conhecem. Gente de fora dá muita confusão. Cheguei lá e disse que você morava aqui em cima de Tito e que era de nosso grupo. Tem camiseta lá. (Marimbondo, fevereiro de 2019).

Nesse dia, para que "nosso grupo" fosse identificado em meio aos demais participantes do bloco que estariam portando a mesma camiseta, foi decidido que cortaríamos as mangas e a customizaríamos fazendo nós na cintura e na gola. Assim ficaríamos identificáveis na multidão, iguais entre nós e diferente dos demais.

Nos recortes etnográficos aqui apresentados, podemos perceber que nas festas e nos densos períodos de intervalo entre elas - quase sempre embalados por intensas expectativas e preparações - proliferam estratégias de associação em vários níveis, muitas vezes difíceis de acompanhar etnograficamente, principalmente porque o pertencimento e a abertura a determinada configuração relacional em um período específico limita o acompanhamento das dinâmicas que mobilizam outros círculos de pessoas. Ainda assim, a partir das festas e das diferentes estratégias de associação que através delas se desencadeiam, podemos ver as casas e becos, enquanto nexos relacionais, espraiando-se pelas ruas da cidade.

As imbricações entre casa-beco-rua e seus movimentos, no entanto, não se reduzem aos eventos extraordinários até aqui descritos. Inspirada no trabalho de Comerford (2014), passo a atentar agora para as dinâmicas ordinárias da vida nos bairros, às improvisações cotidianas e às acepções nativas acerca das relações locais, para descrever um modo de vida em que, além das casas e becos, as pessoas também se *expandem.* Há, nos bairros ribeirinhos de Itacaré, uma estreita relação entre casas, ruas e pessoas.

Como vimos desde o início desta tese, os moradores dos bairros estudados cotidianamente se reúnem em pequenos grupos na Orla, na praça ou na frente das casas em movimentadas e ruidosas *resenhas. Resenhas,* de modo geral, são narrativas coletivas, formas engraçadas e performáticas de comentar a vida, rememorar os acontecimentos seus e dos demais e avaliar os movimentos dos becos e das ruas e das pessoas que por eles transitam. Nessas conversas entusiasmadas, comumente aos fins de tarde, muitas vezes embaladas por alguma

embriaguez, os moradores compartilham as impressões que formulam sobre si mesmos, sobre os outros e sobre a cidade explicitando tanto as proximidades quanto suas seletividades na constituição de laços sociais.

Ao lançar um olhar atento a esses agrupamentos de conversação, percebemos que fazem parte das práticas cotidianas observar, avaliar e comentar o que acontece e se movimenta pelas ruas. Nos bairros ribeirinhos, todos observam e são observados, comentam e são comentados. É pela circulação dessas conversas que se identificam mapas dos movimentos das pessoas, de seus enlaces e de seus agrupamentos. É por meio delas que se sabe quem está se deslocando, quando, com quem e para onde, ainda que esses padrões sejam sempre provisórios, uma vez que as relações nunca se estabilizam por completo. É também nas *resenhas* que se emitem opiniões e julgamentos morais sobre o lugar e sobre as pessoas.

Eu mesma, muitas vezes durante o trabalho de campo, diante da necessidade de conhecer ou encontrar algum de meus interlocutores, me deparei com indicações que apontavam para certos padrões de deslocamento:

> Agora, se você quiser mesmo falar com fulano você tem que ir ao fim de tarde lá na banca do peixe. Ele sempre está lá.
>
> Ah, você está falando de fulana? Ela é difícil heim! Ela não gosta de falar muito assim essas coisas. Mas ela anda sempre com sicrana. E sicrana é só ir bem cedo na praça do Marimbondo que ela está lá. Não viu uma senhorinha ali vendendo verdura? Ela está sempre lá.
>
> Pra encontrar fulano só de tarde, depois que ele volta da roça. Sempre lá por quatro... cinco e pouca passa aqui por frente. É só ficar aí que você vê ele. Sempre vejo ele passar aqui neste horário.
>
> Eu tenho o telefone dele, mas não adianta não. Não adianta ligar pra ele. Pra encontrar ele mesmo só na terça. Fim de semana ele tá sempre lá na Orla atrás dos turistas. Por causa do barco. Ele trabalha com barco. Então só terça-feira mesmo. Terça é melhor. Na casa dele. Sabe o beco ali em frente à escola? Ali pra dentro é a casa dele.

Além de narrativas, as *resenhas* são, elas próprias, movimentação. Nesses agrupamentos de fim de tarde – mais intensos aos finais de semana e feriados -, pessoas chegam e saem trazendo alguma notícia, novidade ou envolvendo-se no que já está sendo comentado. Muitos são os que perambulam entre um grupo e outro dentre seus afetos, atualizando e atualizando-se sobre a vida social dos bairros e da cidade o que, consequentemente, intensifica também a produção e circulação de narrativas com avaliações e ponderações sobre os assuntos comentados. Da calçada, em frente às casas e reunidos em grupos, gritam chamando uns aos

outros, trocando provocações jocosas e circulando informações.

Em um contexto no qual o movimento é elogiado e desejável, a animação precisa ser anunciada e exibida, atuando como um atrativo para aqueles que perambulam pelas ruas e se deslocam entre agrupamentos diversos. Para além de música alta, gritos e gargalhadas que podem ser vistos e sentidos à distância, essa mecânica das interações sociais se intensifica com uma grande quantidade de fotos, vídeos e mensagens que são enviadas, publicadas e mostradas nas redes sociais, muitas vezes instantaneamente ao acontecimento. Quanto maior a movimentação em um local específico, maior o potencial de atração de outros moradores. Existe, inclusive, uma expressão que compõe certa teoria nativa das relações mobilizada para dar conta de uma animação diferenciada, a *chorria*. Quando em determinada rua ou beco, uma casa está muito animada e movimentada, ou seja, quando a *resenha* está boa, então ali tem *chorria.* E se é assim, a tendência é que aqueles que têm alguma relação com aquela vicinalidade se somem para participar e adensar o movimento.

O diálogo que registrei certa tarde na Praça do Marimbondo demonstra como esses espaços interacionais são mobilizados e as motivações que neles reúnem as pessoas:

> - Oxe mulher, ainda está aí éh? Você não cansa dessa praça não? (Risos). Vá pra casa. (Risos) – disse Joana, uma professora que acabara de sair da escola ao cumprir seu turno, à sua vizinha e amiga que estava sentada na Praça do Marimbondo.
> - Aqui ainda. Acredita? Cada resenha hoje! (Gargalhada)
> - Sempre, né bonita? Só babado! (Gargalhada)
> - E não é? Babado mesmo as últimas do secretário aí.
> - Já chego! Conta tudo (Risos)
> - Lógico! Esperando pra ver se compro um peixe também da mão de João. Deu muito hoje no Pontal. Tem uma semana que mainha [mãe] não para de falar em moqueca.
> - Sim. E pra isso a tarde toda aí eh? Pra um peixe? (gargalhadas)
> - Lógico! E eu tô morta? Parei tomar uma e fiquei. Desde aquela hora (Risos). Acredita? Hoje tô a fim.
> - Lógico né meu bem! (risos) Eu mereço isso?! (gargalhadas)
> - Venha.
> -Já chego tomar uma [cerveja]. Quero saber. Vou ali e volto.
> -Viu.

Acompanhando interações como essas, ao longo da pesquisa de campo, percebi que as pessoas falam umas das outras sempre percebendo-as e mencionando-as a partir dos contextos relacionais domésticos dos quais participam. Ao observar a relação entre os moradores do Marimbondo com aqueles do Bairro da Passagem - que inevitavelmente atravessam pela praça para acessar suas moradias - por exemplo, ou então entre os *nativos* e algum habitante recente do próprio bairro que como eu são ocupantes principalmente das casas que se ampliaram para

o arrendamento a partir da chegada do turismo, é possível identificar algumas características das dinâmicas interacionais que constituem Itacaré na atualidade, embrenhadas em tramas relacionais que articulam a população *nativa* aos forâneos.

Muitas vezes, os recém-chegados são identificados e descritos de acordo com o tipo de relação estabelecida com os *nativos* conhecidos a partir dos quais são localizados em determinadas redes de moradias ou nos agrupamentos que com frequência se reúnem para as *resenhas*. Desse modo, são integrados na ciência e experiência social local que compõem suas trajetórias. A descrição de alguns diálogos que expressam os esforços de reconhecimento e inclusão dos forâneos nas redes de relações também é reveladora das dinâmicas interacionais que movimentam esses bairros.

No entardecer de uma quarta-feira, em minha primeira estada em campo, eu mesma sempre classificada localmente como uma pessoa de fora, chegava de meu trabalho em Ilhéus e, ao cruzar pela praça, fui chamada por uma moradora do bairro com quem já havia compartilhado alguns momentos, que dividia a mesa e a garrafa de cerveja com um senhor que até então me era desconhecido:

> - Hei amiga, bora? Venha! – ela indagou.
> - Cansada querida. Vou ali deixar as coisas e volto. – Foi minha resposta.

Enquanto eu me distanciava da praça em direção à minha casa, ouvi o questionamento de seu amigo,

> - Quem é essa?
> - A professora aí. Que mora na casa de Laura, irmã de Paula.
> - Aquela que anda com o filho de Luizinha?
> - Ela mesma. Que chegou aí com Dona Ana ano passado.
> - Ah. Já sei. Que mora em cima de Tito?
> - Essa mesma.
> - Viu.

Nessa mesma tarde, depois que retornei à praça aderindo ao convite de minha conhecida, o grupo já havia sido ampliado, sendo em torno de cinco pessoas em nossa mesa. Um dos integrantes então, gentilmente, foi até o bar de Seu Joel pegar mais uma cadeira e, no retorno, ao avistar uma conhecida que passava do outro lado da rua em direção ao Bairro da Passagem, indaga:

> - Paty?

- Viu.

A mulher seguiu seu caminho. Porém, na mesa da praça onde fazíamos a *resenha*, a conversa se estendeu:

- Quem é essa, menino? (Risos). – Perguntou Val.
- Oxe, pois é a mulher de Fábio, ali do Porto de Trás.
- Oh! Mas tá [está] indo pra Passagem!
- Não vê que estão morando lá?
- E isso? Que Fábio é esse?
- Oh ela. Tá louca éh? (Risos). O Filho de Benzinho, de Dona Tica, mulher!
- Que começou trabalhar lá no [restaurante] Lua Cheia?
- Deve ser. Ela tá trabalhando pra lá mesmo. Sempre vejo ela indo pra lá.
- Viu.

Outras formas muito comuns de reconhecimento que compõe as experiências ordinárias de meus interlocutores são mais rápidas, passageiras e quase sempre permeadas pela sátira e por uma indagação provocadora. Certo dia, reunidos na porta de Luizinha, por exemplo, Olívia, uma mulher que nasceu na cidade e tem sua família toda morando entre o Bairro Marimbondo e o centro, que comumente se soma a nossas conversas de fim de tarde, passa pela praça:

- Que pressa é essa, Oli? – grita de longe Felipe.
- E esse cabelo todo doido, mulher? (Gargalhada) – Acrescenta Marcos.
Ela segue seu caminho com passos rápidos, ri alto e responde também com um grito:
- Kiuuuu!
- Ói, a bonita é ela? – Retruca, ainda, Marcos às gargalhadas.
Ao que Felipe sintetiza aos reunidos na porta, sorrindo:
- Essa Oli é brincadeira, menina?
Todos gargalham e a conversa segue normalmente, como antes da intervenção repentina para a saudação.

Essas formas de cumprimento e de chamar a atenção dos passantes se repetem interminavelmente todos os dias, com gritos de interpelação que circulam pelas praças, ruas, calçadas ou até mesmo direcionados para dentro das casas e becos. Quando se trata de um desconhecido, a conversa se estende tomando o tempo necessário para situá-lo relacionalmente. Quando quem passa é alguém conhecido, é comum que a saudação se dê de forma rápida e suscinta, preferencialmente com tom jocoso, como uma sequência ritual que cotidianamente atualiza as relações: alguém passa, é chamado provocativamente por outra pessoa pelo nome ou apelido e, ao reconhecê-la, responde: “Viu” ou “Kiuuu”.

As respostas *viu* e *kiu* remetem ao ato de ver, ou seja, de estar ciente de outrem. Fato que é de grande relevância em um contexto no qual as pessoas o tempo todo observam-se mutuamente. Como vimos, as reuniões para a *resenha* acontecem comumente nas praças, bares ou em frente às casas, nas ruas e calçadas, espaços onde se pode ver e ser visto. Nesses, inclusive, é comum que as pessoas envolvidas nas conversas mudem de posição ou levantem-se para conseguir uma visão mais clara e completa dos deslocamentos dos outros. Quando identificadas, essas movimentações são comentadas e avaliadas. As *resenhas,* assim, são também importantes mecanismos de controle social. Também é comum escutar reclamos daqueles que moram mais ao fundo dos becos, lamentando-se que "não podem ver nada", "nunca ficam sabendo de nada". Neste sentido, as casas-mãe ou casas de referência, a partir das quais se estendem os becos, são também locais privilegiados de observação e, portanto, os mais ocupados pelas *resenhas* de fim de tarde. É nelas que os moradores, preferencialmente, se reúnem. No entanto, essas casas, ao estarem mais próximas à rua e apresentarem uma movimentação mais densa e animada, são também os espaços que atraem uma maior observação e comentários dos demais. Elas são sempre vistas e narradas.

A própria arquitetura das casas remete a essas dinâmicas de mostrar-se e esconder-se que atravessam a mecânica da vida social. As moradias, em sua maioria, possuem uma pequena sala na frente, à entrada. As pessoas que passam pela rua estendem um olhar despretencioso para dentro dessas salas, e por vezes se acercam às portas e janelas, a fim de cumprimentar os moradores, quando os veem. Esses, ao tomar ciência do cumprimento, respondem retoricamente *viu* ou *kiu,* em conversas quem nem sempre se prolongam para além disso. Quando os moradores não querem ser vistos, no entanto, escondem-se dentro das casas, aos fundos, onde se localizam o quartos e as cozinhas. É nas cozinhas, longe da rua e das observações alheias, onde se reúnem os íntimos, aqueles que *são de casa*.

De forma semelhante, quando os moradores não querem participar das movimentações em dado momento, ou melhor, quando desejam não ser vistos observando o que acontece na rua, entram em suas casas e fecham as janelas e portas da sala que, na maior parte do tempo, permanecem abertas. Ou ainda, quando passam em frente a uma moradia com cujos habitantes se tem algum conflito ou se está ciente de algum acontecimento ou notícia sobre os quais não se quer comentar – um trajeto muitas vezes inevitável dado que cada bairro estudado é formado por apenas duas ruas, conforme descrevemos no início deste capítulo - a estratégia é evitar que os olhares se cruzem, deixar de ver, como uma forma de evitar a relação. Evadir o olhar da direção das casas e dos grupos reunidos ou deixar de responder satiricamente quando é chamado, inclusive, é comumente interpretado como um sinal de que ali há um conflito

explícito ou em potencial e um risco para a relação. Impressões como essa impulsionam ainda mais a atenção dos envolvidos, necessária para desvendar e avaliar a condição dos enlaces em jogo.

Nas salas, à entrada, há sempre um pequeno altar com santos católicos ou entidades do candomblé (às vezes ambos), a depender da adesão religiosa dos moradores. Segundo meus interlocutores, a função das entidades é evitar as afrontas do *mal* e da *inveja*, que vêm junto com os olhares de pessoas de fora mal-intencionadas, que desejam algum infortúnio para os que ali habitam, ou então de curiosos que não têm nenhuma necessidade de "ver pra depois ficar falando por aí".

O que temos nos diálogos recriados, então, para além de formas particulares de reconhecimento, é a explicitação de dinâmicas interacionais que não apenas identificam as pessoas, mas que as localizam e inserem em determinado contexto e, por meio desse, passam a ser identificadas e narradas como sujeitos locais.

Nessas movimentações contínuas, de *resenha* em *resenha,* por entre becos e casas, as pessoas também se *expandem*. É frequente ouvir nas narrativas entusiasmadas de fim de tarde histórias sobre ocasiões nas quais determinada pessoa saiu para fazer alguma coisa e não voltou para casa no prazo previsto porque se *expandiu. Expandir-se,* nesses casos, reflete o envolvimento das pessoas com as movimentações da rua e dos outros moradores de tal modo que chega a alterar completamente seus planos e itinerários. Histórias assim são repetidas inúmeras vezes como acontecimentos desejáveis, sempre permeadas por piadas e gracejos: os meninos que foram comprar carne na feira e, quando chegaram em casa, já era outro dia e a carne havia estragado; a mulher que saiu pra buscar coentro largo para temperar a moqueca do almoço e voltou pra casa só no horário da janta; a outra que foi apenas tomar o café da manhã na vizinha com o intuito de saber se ela estava melhor de uma dor no pé e retornou para casa apenas às três horas da manhã. Dessa forma, em um contexto no qual o movimento é um valor, *"eu me expandi",* em situações diversas, pode ser uma justificativa plausível ao atraso ou ausência a um encontro ou atividade previamente agendados.

"*Não se expanda muito*", é a orientação para indicar quando se quer que alguém retorne logo. Um conselho que, ao indicar certo controle social sobre os movimentos alheios, parece pertinente diante da proliferação de estratégias de associação em diversos níveis. É fácil e até esperado mudar os percursos previamente traçados em Itacaré. Se multiplicam pelas ruas e casas exemplos como este: alguém chega com a notícia de que ganhou um peixe, chama a outra pessoa que encontrou na rua e facilmente a convence a ir para a casa de uma terceira, a fim de cozinhá-lo para o almoço. Fotos do peixe sendo preparado são enviadas instantaneamente pelas

redes sociais a outros que fazem parte do mesmo "grupo". Ou então os conhecidos que passam pela rua são chamados e convidados. Essas pessoas, ao tomar ciência da reunião, sempre que podem e desejam, desviam seu percurso e se somam à refeição. Com mais gente, a caixa de som é logo instalada e provavelmente alguém traz outras comidas e alguma cerveja para acompanhar o prato. A casa fica animada. Quem passa ali por perto e observa a animação, se tem intimidade para se acercar à cozinha, ou seja, se é alguém *de casa,* entra sem avisar e se soma ao movimento. Alguns chegam apenas no intervalo do trabalho para o almoço. Outros que têm o tempo livre, podem *expandir-se,* por vezes, estendendo-se até a madrugada ou então juntando-se a outra movimentação que se deu em outro lugar e sobre a qual ficaram sabendo de alguma maneira.

Com o intuito de elucidar de forma representativa como se dão essas interações e consequentes *expansões*, descrevo a seguir um dia de muito movimento em Itacaré. Em uma sexta-feira à noite, Paula e eu deixamos combinado que tomaríamos juntas o café da manhã no dia seguinte para depois irmos fazer compras, talvez na feira. Ela queria me apresentar lugares bons e baratos para a compra de alimentos, um tipo de conhecimento local apreciado e valorizado: é preciso saber "na mão de quem se compra", como veremos em detalhes nos próximos capítulos.

No dia seguinte, porém, antes de sair de casa, recebi uma mensagem afirmando que nos encontraríamos na casa de Tânia e que, dali, iríamos para a Associação Asperi, na Orla, porque tratava-se do dia de São Pedro, o padroeiro dos pescadores. É tradição que se realize uma festa nessa data. Porém, devido à Pandemia Covid-19, todos os festejos da cidade haviam sido suspensos há mais de um ano, o que gerou muitas lamentações dos moradores reclamando da "falta de movimento" e do quanto a cidade "está parada". Ainda assim, mesmo sem anúncios públicos, todos sabiam que ia ter "um movimentozinho na Asperi", como informou minha interlocutora.

De fato, os moradores dos bairros foram chegando, reunindo-se em pequenos grupos e ocupando uma tenda que havia sido instalada em frente à associação. Os agrupamentos, aos poucos, foram crescendo, aumentando em número de integrantes e na intensidade da animação, com conversas em voz alta, gargalhadas e, por fim, uma caixa de som que foi acrescentada ao local para a transmissão musical. Ao se aproximar o meio-dia, as lideranças da associação distribuíram gratuitamente algumas garrafas de cerveja, porções de moqueca de arraia e de camarão frito. A festa estava montada, era "uma *resenha* só".

O *movimento* era constituído, em grande medida, por pessoas que gritavam umas às outras por entre as mesas, com provocações jocosas e muitas gargalhadas:

> - E aí sua ridícula? Como vai você? Seus meninos? Quanto tempo que não te vejo! (Gargalhadas)
> - Agora vem falar comigo? Saia já daqui. Kiuuuu. (Gargalhadas)
>
> - Olha aí o decote dela – uma mulher comenta levantando de sua cadeira, se acercando e passando as mãos sobre o decote da amiga.
> Isso aqui sim é potência. (Gargalhadas)
> - Viu amiga? Toda durinha aqui.
> - Kiuuu. (Gargalhadas)
> - Imagina isso aqui quando era jovem.
> -E eu não sei. Kiuuuu. (Gargalhadas)
>
> - Ih, agora foi. Ele começou a dançar. Olha o passinho, olha o passinho... E rebola ainda. Todo feito na ginga. Hahaiiii
> - Essa aqui é do nosso tempo! Lembra, não?
> - Ah se aquele clube falasse, meu compadre!!
> (Gargalhadas de todos)

Ficamos por horas envolvidas entre essas dinâmicas e narrativas até que eu comentei que estava com fome. Embora a associação de pescadores tivesse distribuído alguma comida, não era suficiente para tanta gente que foi se acercando.

Já passava do meio-dia. Paula, dizendo-se com fome também, sugeriu que fôssemos ao Quiosque do Porto, um pequeno bar de moradores do Porto de Trás, localizado do outro lado da Orla, na saída para a Praia da Concha. A comida servida ali é muito apreciada pelos *nativos* e, além disso, sempre é possível encontrar-se com alguém conhecido que também frequenta o local. Enquanto Paula, Tânia e eu íamos em busca de comida, elas chamaram mais uma pessoa para somar-se ao grupo: “Chama Val, aí. Chama Val. Ela deve estar em casa. Diga pra ela ir lá pro Quiosque do Porto”.

Val apareceu em alguns minutos, justificando que não sabia que ia ter movimento na Asperi. Depois chegou também Noca com uma de suas filhas. Por lá ficamos mais algumas horas na *resenha*, comendo, combinando uma possível viagem para a Península de Maraú (Barra Grande), onde Val tem uma casa, avaliando a situação amorosa de um casal conhecido e bebendo cerveja. Passado algum tempo, Paula lembra de outra pessoa:

> **Paula:** E Joana, menina? Cadê ela?
> **Tânia:** É mesmo, cadê ela que não apareceu. Não é mulher de pescador essa descompreendida? (Risos)
> **Paula:** E não é? Como é que não vem comemorar São Pedro?
> **Val:** Liga pra ela, liga pra ela. Talvez ela não saiba. Eu mesmo não sabia dessa *chorria.*
> **Tânia:** Oxe, claro que sabe! Joana sabe sim, mulher. Se ela é mulher de pescador. Sabe sim. Tem alguma coisa aí que ela não veio.

Paula então ligou para Joana, que comunicou que estava junto com outras duas pessoas conhecidas no bar de Secão, também na Orla, há uns 400 metros do Quiosque do Porto. Seguimos então para o bar indicado para juntar os grupos. Afinal, quanto mais gente, mais conversa, mais barulho e maior a animação. Já era fim de tarde. Noca, no entanto, não quis se somar, porque estava em conflito com uma das integrantes do outro grupo. No entanto, discretamente e de forma sucinta, disse que ia na casa da mãe e depois voltava: "Vou ali em mainha e volto". Não retornou.

Mais algumas horas no Bar de Secão e decidimos ir para casa. No caminho, porém, em frente a um dos becos da subida da Orla, havia uma fogueira em comemoração a São Pedro. Paramos novamente saudando a uma de suas moradoras:

> **Paula:** Tá boa, Dona Lucia?
> **Lucia:** Boa toda. Gostosa!
> **Paula, Joana e Val respondem em coro:** Kiuuuu! – seguido de gargalhada de todas.
> **Tânia:** E Lucia é brincadeira, menina?

Fomos convidadas para entrar na casa onde encontramos um espaço adornado com bandeirolas coloridas para a festa de São João, que aconteceria nos próximos dias, e comidas tipicamente juninas: milho cozido, amendoins, biscoitos e licor, muito licor. Minhas interlocutoras e seus amigos começaram a tomar licor e lembrar das coisas que faziam quando eram jovens: com quem namoravam, onde se escondiam, como eram as festas no clube. Combinam fazer uma festa aos moldes antigos quando passar a pandemia. Fazem planos de como será a comemoração, quem será convidado, onde vai acontecer. Ficamos ali mais algumas horas na *resenha*. Já era madrugada!

No meio da conversa, percebi a falta de Tânia e perguntei por que ela não havia entrado na casa. Ao que me responderam que deve ser porque há algum tempo ficou magoada com os comentários de alguém que mora no beco de Lucia. Por isso, diante do convite para entrar na casa, discretamente seguiu adiante.

Notamos também que Joana o tempo todo permaneceu segurando uma sacola de pano vazia:

> **Paula:** E essa sacola, menina? Não solta ela, não?
> **Val:** É mesmo. O tempo todo agarrada na sacola. Sim, carrega o que aí dentro, Joana?
> **Joana, rindo muito responde:** É a sacola da feira mulher. Não é sábado hoje?

> Então, é a sacola da feira. Me deixa!
> **Val:** Mas você é descompreendida mesmo! Não tem vergonha, não? A feira é de manhã cedinho, não a essa hora. A essa hora tem feira, Joana? Olha pra Joana! Vê se pode! (gargalhada)
> **Joana:** Sim, é isso. Saí pra feira cedo e me expandi. (Gargalhadas)
> **Lucia:** Até essa hora, sua doida?
> **Joana:** Fui nada! Nem fui na feira. Olha aqui onde estou. Não falei que me expandi?
>
> Todas riem muito.

Como podemos perceber, a partir da descrição de um dia de *movimento*, à medida que as pessoas circulam *expandindo-se* pelas casas, ruas e becos, também intensificam as *resenhas,* ou seja, a produção de narrativas com observações e avaliações dos enlaces e dinâmicas sociais. Nessas narrativas, como parte do movimento, percebe-se uma certa performance do conflito, com repetidas provocações públicas e jocosas que devem ser devolvidas no mesmo tom e é desejável que mantenham uma característica lúdica. Avaliações sobre a firmeza dos corpos tanto masculino quanto feminino, a desenvoltura para a dança, o compromisso ou generosidade para o compartilhamento de cerveja, os casos amorosos atuais ou antigos, as memórias dos tempos de antes da rodovia, as aventuras vividas com os turistas, com os parentes ou amigos, o combinado para alguma refeição ou festejo coletivo – sempre com um tom alto de voz e perpassados por gritos e gargalhadas - são algumas das principais narrativas que constituem as *resenhas.* Por vezes, em tom mais discreto e com voz baixa, esses assuntos são julgados a partir das moralidades que também são movimentadas nas *resenhas*.

Sem embargo, se por um lado as interações cotidianas são permeadas por provocações jocosas que aqui chamei de performance do conflito, as relações conflitivas de fato são preferencialmente tratadas com discrição, camufladas e circulam tão somente no formato de burburinhos e fofocas nos espaços mais privados das casas e becos. Vez ou outra, quando um dos envolvidos assim o desejar, alguns conflitos são tornados públicos. Nessas ocasiões, também eles são gritados uns aos outros na rua ou exibidos nas redes sociais, seja como enfrentamento e provocação, seja como narrativa jocosa circulando em *resenhas* que desdenham do inimigo, em inimizades que podem ter tanto um caráter momentâneo quanto permanente.

Vale acrescentar ainda que essas dinâmicas e movimentos continuamente flexibilizam compromissos e agendamentos considerados de menor importância. Com facilidade, se marca e desmarca algo com alguém, sem necessidade de justificativa detalhada. Se aparece alguma coisa mais animada, urgente ou interessante para fazer, os planos são alterados e os itinerários redirecionados. Seguem alguns diálogos registrados durante o trabalho de campo que mostram

essas justificativas sendo ativadas:

Situação 1:

Joana, despretensiosamente, encontra na rua o pedreiro com quem combinou uma reforma em sua casa:

> **João grita de um lado da rua**: Hey Joana, não esqueci de você não, viu? Essa semana vou lá ver o serviço que você pediu. Não esqueci não. É que tive umas coisas aí. Acabei me *expandindo.* Fica de boa! Eu vou.
> **Joana responde, acenando com a mão e gritando do outro lado**: Viu!

Situação 2:

Duas pessoas (para mim desconhecidas) se encontram na fila do Banco:

> **Homem**: O menino ainda não levou as coisas lá pra você não?
> **Mulher**: Rapaz, levou não.
> **Homem**: De hoje a segunda-feira ele leva, viu?
> **Mulher:** De hoje que estou ligando no seu WhatsApp. Mudou de número, foi?
> **Homem:** Nada. Não esquente a cabeça com isso. De hoje a segunda. (respondeu já saindo com a bicicleta, distanciando-se de sua interlocutora).
> **Mulher:** Viu. (a resposta que encerrou a conversa).

Situação 3:

Há meses tento conversar com Antônio, um barqueiro *nativo* e morador do Bairro Porto de Trás que trabalha no transporte de turistas. Agendamos diversas vezes, mas a conversa nunca aconteceu. Encontro Antônio na rua com frequência. Sempre que cruzamos o olhar, ele me dá uma desculpa rápida seguida de uma afirmação de que a conversa sobre minha pesquisa acontecerá. Em uma ocasião:

> **Antônio:** Fica na paz, Magda. Viu? Fica na paz. A gente vai conversar. É que tô na correria aí. Aquele dia estava na correria, por isso não vim.
> **Magda:** Quando Antônio? Esperei mesmo aquele dia. Quer marcar um horário?
> **Antônio:** Vamos marcar sim. Deixa só eu ver como vão ser os corres aí. Tô no corre do motor do barco. Te ligo. Te ligo, pode ser?
> **Magda:** Viu! Aguardo.

No outro dia, novamente nos encontramos no mercado:

> **Antônio:** Não esqueci, não. Não pense que estou enrolando. Viu? Hoje ligo pra você.
> **Magda:** Vou esperar.
> **Antônio:** Viu!

Para concluir, é preciso ainda ressaltar que nas *resenhas* e nos encontros ocasionais entre si, o tempo todo meus interlocutores estão planejando e organizando trabalhos, comemorações, refeições comuns e viagens, que muitas vezes nem chegam a ser feitas. Do mesmo modo, sempre estão esquivando-se dos combinados, *expandindo-se* para outros tantos encontros e eventos que se proliferam pelas ruas dos bairros. Porém, como vimos nos diálogos acima, esses planejamentos não são esquecidos, uma vez que sempre que voltam a encontrar-se em seus deslocamentos por entre as casas, nas ruas e becos, rememoram o planejado com certo ar de compromisso, como uma pendência que precisa ser levada a cabo. Dessa forma, sempre há muitas coisas planejadas e não executadas e, ao mesmo tempo, sempre muitos encontros e comemorações (às vezes, tarefas e trabalhos) em potencial como possibilidades latentes de *chorria* e diversão. Nesse contexto, o movimento, então, além de ser uma importante prática que dinamiza o modo de vida local, é também um contínuo devir.

3. MARCAS INDESEJÁVEIS

Os bairros de Itacaré já não estavam mais tão coloridos naquela manhã do domingo, 4 de julho. Haviam passado dias suficientes desde a comemoração de São João (23 e 24 de junho) para que as costumeiras bandeirolas e demais enfeites fossem retirados das calçadas e das portas e janelas das casas. O ano de 2021 foi a segunda vez que as medidas sanitárias da Pandemia de Covid-19 adotadas pelo estado da Bahia e pelo município proibiram acender fogueiras na porta das casas e realizar as tradicionais festas do Marimbondo e do Porto de Trás com o intuito de conter as aglomerações. Ainda assim, durante todo o mês de junho, lojas e barraquinhas de vendedores ambulantes enfeitaram a cidade espalhando e comercializando bandeirolas, roupas de chita, bombinhas e rojões para crianças, fogos de artifício, licores e muita comida. Das casas, mesmo entre reclamos das medidas sanitárias e sem a previsão da fogueira, as bandeirolas se estendiam ocupando e adornando os becos, as calçadas e a rua. O mesmo nas escolas, comércios e repartições públicas. Durante todo o mês de junho, a cidade parecia respirar São João.

Naquele domingo 4 de julho, porém, quase tudo já havia sido retirado. Sobrara apenas, como resquícios da festa e dos encontros familiares que aconteceram, as roupas tradicionais estendidas nas calçadas secando ao sol e o estrondo das bombinhas e rojões das crianças que tornavam o ambiente ainda mais ruidoso que de costume, ao misturar-se aos cumprimentos e *resenhas*.

Foi um estouro como esses de bombinhas e rojões infantis que ouvi quando estava voltando para casa no fim de tarde. Não reagi, afinal eram barulhos muito recorrentes desde o início de junho! Meus vizinhos, porém, reagiram de forma inusitada. Saíram em disparada, desfazendo rapidamente os pequenos grupos reunidos nas calçadas e adentrando nas casas, aos gritos:

> Olha os pipocos! Olha os pipocos!
>
> Abre a porta. Pelo amor de Deus abre a porta
>
> Não saia desse beco, não. Olha os pipocos!

Assustada e surpreendida por esse movimento que eu nunca havia presenciado antes, também corri para dentro de casa. Em seguida, o bairro se aquietou. Foram aproximadamente 15 minutos de um silêncio nada comum aos fins de tarde. Depois, aos poucos, os moradores foram novamente ocupando as ruas, reunindo-se em pequenos grupos, espalhando por entre

casas e becos, sussurros amedrontados. Poucos eram os que riam do acontecido e quando o faziam, eram repreendidos pelos demais. Não tinha motivo de graça! No momento dos estrondos, a maioria acreditou tratar-se de tiros de arma de fogo. Foi por isso a correria. Mas voltamos todos para a rua, aliviados. Dessa vez eram apenas bombinhas e rojões das crianças que, ativados dentro de uma lata, intensificaram o estouro que produziu tamanho susto.

Ao acercar-me à rua, Dona Gisele e suas amigas comentavam o ocorrido. Com a voz trêmula e suave que indicavam tratar-se de uma temática assustadora e conflitiva, mostraram-me marcas de tiros nas paredes de suas casas e na de seus vizinhos:

> Essas marcas aqui vieram depois da rodovia. De antes não existia isso. Isso aqui veio com o turismo. O terror. As bagaceira [referindo-se à droga] que pega os menino tudo. Primeiro pega os menino da gente, da comunidade e depois mata. Isso aí é coisa desse turismo aí. Veio depois disso. A gente correu por isso daí. Porque já aconteceu. Várias vezes já aconteceu. Não foi não? Foi sim. Foi assim, sim. Ficou as marcas assim. Nas casa daqui da frente tudo. No beco aí também. Lá atrás no quintal aí do lado. Ficaram essas marcas aí na gente. De olhar as marcas chega dá tristeza. Saudade dos meninos! Dos nossos meninos! Meninos que brincavam aqui na rua e que tiveram que ir embora. Meninos que a gente viu crescer. Que dava comida. Veja, essas marcas tudo aí. Aqui, tiro. Aí oh, tiro também.

Descrevo esse episódio emblemático para caracterizar outro signo da vida local mencionado por meus interlocutores como uma consequência na pavimentação da rodovia e implementação do turismo: a violência. Um elemento que, como indica a narrativa descrita, deixa marcas indeléveis nas memórias, nas casas e nas gentes: “Ficou as marcas assim. Nas casas daqui da frente tudo. No beco aí também. Lá atrás no quintal, aí do lado. Ficaram essas marcas aí na gente”.

Embora as casas operem enunciações e memórias dos moradores dos bairros ribeirinhos enquanto ícones das mudanças positivas ocorridas nos últimos anos - em grande medida porque o movimento que as constitui incita e abre a possibilidade para permanência ou retorno dos parente, como vimos - a violência aparece aqui como seu oposto complementar, que suscita argumento crítico em relação ao novo contexto econômico instaurado na cidade, uma intrusa que exige que *os meninos* dos bairros precisem ir embora sem perspectiva de retorno. Para meus interlocutores, a violência, principalmente aquela causada pelo tráfico de drogas – *essas bagaceiras tudo* – é mais um agente externo que chega para se instalar na cidade:

> Quanto acontece uma atrocidade aqui, não é nativo. O pessoal fala... ‘o povo de Itacaré’. Mas é o povo de Itacaré? Não é o povo de Itacaré. São os de fora. Eles vêm desovar a violência aqui. Matam, estupram. Mas não é ‘o povo de Itacaré’, os nativos no caso. (Moradora do Marimbondo, junho de 2021).

> Meu menino mesmo... que eu tenho três no caso. Mais uma menina, quatro. Mas meu menino não mora mais comigo (Chora). Se envolveu aí em coisa que não devia, nessas bagaceira aí que veio com o turismo, sabe? Aí precisou ir embora. Iam matar ele, menina! Não gosto que falem. O pessoal comenta, mas não é pra falar. Deixa ele lá. Mas que iam matar ele, ah isso iam mesmo. Mata mesmo! Já mataram uns aí. (Moradora do Porto de Trás, maio de 2019).

> Era pra ele voltar. Tem a casinha dele aí. Ele que fez. Bateu laje e fez. Mas não pode. Não vai mais voltar. Já quiseram pegar ele aí. Saiu até escondido. Saiu fugido. Saudade danada desse menino! (chora) Os outros volta, se quiser voltar, volta. Arruma serviço e volta. Mas esse aí não vai poder mais não. (Morador do Marimbondo, agosto de 2019).

Desde a pavimentação da rodovia BA 001, Itacaré viveu ciclos de maior ou menor onda de violência, causada principalmente pelo tráfico de drogas. Em meados dos anos 2000, tiroteios que ocorreram na Orla, alguns durante eventos turísticos, veicularam uma imagem negativa da cidade, incidindo fortemente no mercado do turismo, deixando-o em crise. A partir de então, houve um investimento maior do estado em policiamento, controle de visitantes e campanhas de conscientização que alavancaram novamente o mercado.

Para os moradores, esses acontecimentos trouxeram consigo, além do medo, a exigência de que *os meninos* dos bairros, ao envolverem-se com o tráfico, fossem obrigados a sair da cidade para evitar a morte. São vários os casos de assassinato de jovens registrados nos bairros ribeirinhos, ou então, histórias de fugas e desaparecimentos. Situações essas sempre narradas como causa de preocupação e tristeza, que provocam choro e desânimo. Alguns moradores não saem mais de casa e não participam das festas e *resenhas*, porque estão tristes e desanimados, com saudades dos *meninos* que se foram.

Em um contexto no qual a possibilidade de sair e voltar está sempre latente e constitui um modo de vida, a necessidade de fuga daqueles que já não podem mais habitar entre seus parentes e amigos se instaura como um dos maiores desafios da existência, uma fissura nessas redes de proteção e em tudo que elas mobilizam.

A partir dessas experiências, meus interlocutores foram construindo uma nova geografia da cidade, na qual são dois os espaços urbanos classificados como perigosos: o Bairro Novo (oficialmente chamado Bairro Santo Antônio) e o Bairro da Passagem, ambos de formação recente e com maior densidade demográfica. Nas memórias e ponderações que circulam entre meus interlocutores, são as gangues desses dois bairros que ao disputarem entre si o controle do tráfico de drogas, se ramificam e *expandem* pela cidade, adentrando no Marimbondo e no Porto de Trás e recrutando seus *meninos*. Uma dinâmica que, paulatinamente,

os está transformando de bairros onde em outros tempos as portas e janelas permaneciam dia e noite abertas, para situações em que precisam ser trancadas e protegidas com grades de ferro.

Há entre o Bairro Novo e a Passagem, no entanto, diferenças significativas continuamente explicitadas. Como vimos no primeiro capítulo, o Bairro Novo originou-se preferencialmente a partir de trabalhadores que chegaram para as obras da rodovia e posteriormente para o trabalho no turismo e se instalaram na cidade. Ainda que se trate, em grande medida (embora não somente), de moradores de cidades do entorno, esse bairro entra na experiência de meus interlocutores como lugar de gente desconhecida e, por isso, como espaço perigoso, por excelência. Muitos, inclusive, sequer conhecem seu território, porque nunca tiveram motivos e coragem para frequentá-lo.

O Bairro da Passagem, ao contrário, integra a experiência social de meus interlocutores e entra nos circuitos de convivência, venda, troca e *expansão* que movimentam as configurações de casas. Muitos são os seus parentes que, por motivos diversos, foram morar nesse lugar, constituindo-o como um desdobramento dos bairros estudados. O Bairro da Passagem está localizado nas margens do Rio de Contas e forma, com o Marimbondo e o Porto de Trás, um continuum espacial. Lá também tem um pequeno porto onde são deixadas as embarcações de pescadores e moradores. A existência de um espaço específico para aportar pequenas embarcações em cada um desses três bairros facilita o trânsito de pessoas e produtos entre eles - e deles com as roças como veremos no próximo capítulo -, uma vez que estão conectados também pelo rio.

O Bairro da Passagem foi mencionado na maioria das entrevistas que realizei para esta pesquisa e quase sempre tem referência e participação nas *resenhas,* entrando nos circuitos cotidianos que movimentam os *nativos* de Itacaré. Nele, são realizados campeonatos de futebol e muitas festas com paredões de som. É um lugar onde sempre tem *chorria.*

A Passagem, lugar de parentes e amigos, é rememorada, fundamentalmente, como um espaço de muita água, historicamente utilizado como lugar de trabalho, fonte de renda e de recursos. Meus interlocutores lembram com frequência que ali havia o banheiro dos homens e das mulheres, aonde eles iam para tomar banho. Também estavam espalhadas inúmeras fontes de água. Alguns moradores ou agrupamentos de casas, inclusive, tinham a posse de determinadas fontes onde buscavam água para consumo doméstico e lavavam roupas para si e os seus, assim como para famílias mais abastadas da cidade, que remuneravam pelo serviço. Havia muitos recursos nesse lugar, como caranguejos, guaiamuns, peixes, frutas e barro para a produção de tijolos e telhas. Conforme me foi mencionado: “Era uma riqueza espetacular aquilo tudo ali”.

No entanto, com o avanço do turismo - que, como mencionou Joaquim “são coisas que vem se espalhando como rastejo de pólvora” - e a comercialização de terrenos, o espaço foi sendo privatizado e, consequentemente, seus usuários foram afastados. Minha interlocutora descreve como foi a experiência dos moradores da seguinte maneira:

> Começaram a cercar nossas fontes, a fechar nossas fontes. Aí a Passagem foi se distanciando de nós. (...) A Passagem foi ficando cada vez mais longe. Que nós brincávamos na fonte. Bebíamos água da fonte. Outros iam pra tomar banho. (...) Era mata, trilha, com muito caranguejo, muito pé de caju. (Estela, Porto de Trás, agosto de 2021).

Essas experiências e narrativas de um mundo que vem se tornando cada vez mais monetarizado e violento, incidem sobre as ponderações que meus interlocutores estão construindo sobre seu passado, nas leituras que fazem de sua trajetória social, dinâmicas que se intensificaram a partir da chegada e instalação de tantas pessoas e elementos desconhecidos. Cada vez mais outras violências, articuladas principalmente ao universo do trabalho, são mobilizadas para rememorar uma história marcada pelo passado escravocrata, pela exploração na produção do cacau e pela desigualdade social. Temporalidades diversas que se misturam e articulam na produção da experiência presente.

Descrevo aqui um evento interessante e de grande repercussão. Em meados de 2006, nas escavações de uma reforma na estrutura de saneamento básico de uma rua que passa ao lado da Igreja São Miguel, no centro de Itacaré, encontraram-se ossos humanos. O espaço foi demarcado como sítio arqueológico e a descoberta está ainda sendo estudada pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e outros centros de pesquisa. Não se sabe ao certo de quem se trata. A rua foi clausurada e no local foi instalada a imagem de uma santa, formando certa extensão da Igreja. A reflexão sobre esse acontecimento particular feita por um historiador *nativo*, morador do Bairro Marimbondo, é um exemplo significativo de como a articulação narrativa de diferentes tipos de violência e períodos históricos se mistura nas reflexões e posicionamentos de meus interlocutores no cenário atual. Retomarei esse tema no próximo capítulo.

> Teve uma época que Itacaré estava muito violento. Não sei se você estava aqui nessa época e ouviu falar. E um dia, eu dando uma aula, me surge assim um bordão de repente. De repente me surgiu uma coisa assim. Eu disse “Como é que uma cidade ela pode ir pra frente se as pessoas passam em cima de seus mortos?”. Então era aquilo ali. Agora uma coisa que deveria ser investigado: aqueles ossos pertenciam a quem? Eram negros? Existe uma teoria de que na construção da Igreja, que era um período ainda de escravidão, que muitos negros morreram e o lugar mais próximo para enterrar era de junto da Igreja.

> Creio até que Itacaré não tinha cemitério. Claro, isso é uma hipótese, mas eu acho que é provável. (Marimbondo, agosto de 2021).

4. "AQUI A POBREZA NÃO TEM OUSADIA": ENTRE O BAIRRO E A *ROÇA*

Foram inúmeras minhas tentativas de conversar com Estela. A conheci na Praça do Marimbondo, em um fim de tarde depois do trabalho, há poucos dias de minha chegada à cidade. Na semana seguinte ao encontro, ela me acompanhou em uma caminhada pelos bairros estudados, mostrando com cuidado e atenção suas expansões: os becos, o Sítio de Fadul, os comércios, as casas dos moradores mais antigos e das lideranças locais, o Centro Cultural, os portos da Nova Brasília (Marimbondo) e do Porto de Trás e, por fim, o morro do cemitério e a vista linda que ali se descortina dos bairros ribeirinhos e do Rio de Contas que os contorna. Ali mesmo combinamos de conversar mais detalhadamente, nos próximos dias, sobre as famílias dos moradores e as dinâmicas dos bairros. O que, de fato, não aconteceu.

Sempre a via circulando entusiasmada pelas ruas. Na maioria das festas às quais eu concorri, lá estava ela dançando, sorrindo, animando os demais. "Estela é babado, menina, ela fecha mesmo!", "Estela está em todas!", é como ouvi diversas vezes meus interlocutores referindo-se a ela. A filmam, comentam, circulam seus vídeos pelas redes sociais. Sua popularidade se deve, em grande medida, à sua personalidade cômica, mas também à eloquência de sua narrativa e à desenvoltura com que circula entre diferentes agrupamentos e configurações de casas. Onde tem *chorria,* é provável que lá esteja ela.

Como vimos no capítulo anterior, a articulação entre os deslocamentos das pessoas e a atividade narrativa que essas movimentações incitam é o que produz as *resenhas*, uma das mais importantes dinâmicas da vida social nos bairros ribeirinhos de Itacaré. Desse modo, quanto mais um sujeito circula por entre *resenhas*, como narrador participante ou como assunto, mais ele é visto e comentado, o que o torna conhecido e popular.

O interesse que Estela manifestou reiteradas vezes pela minha pesquisa -, chamando-a, inclusive, de "nossa pesquisa" - somado ao seu pertencimento a uma família que há gerações habita o Porto de Trás e sua intensa vida social me levou a considerá-la, logo de início, uma interlocutora fundamental. Uma das dificuldades de inseri-la na pesquisa de forma mais sistemática, no entanto, decorre do fato de Estela estar sempre no *movimento*, cheia de coisas interessantes e urgentes para fazer. Agendamos uma conversa inúmeras vezes, trocamos contato telefônico e nos conectamos pelas redes sociais. Sem sucesso! "Você vai me encontrar por aí, no movimento", era como comumente terminava nossos combinados ou justificava suas ausências e esquivos. Repetidas vezes, no entanto, reiterava sua disposição e interesse em colaborar: "Sim, e quando vamos fazer aquelas atividades de nossa pesquisa?".

A encontrei muitas vezes na rua, em suas idas e vindas dos diversos trabalhos que

desenvolve: faz a limpeza de um estabelecimento público, oferece serviços de massagem, faz faxina, cuida de crianças e idosos, atende em um quiosque na Orla, ajuda sua mãe a catar siri e, em algum momento, trabalhou também na educação de jovens e adultos, uma ocupação que ela sempre gosta de mencionar. A essas atividades, atualmente, somou o curso de uma graduação a distância em um polo universitário recentemente instalado em Itacaré. Esses deslocamentos por diversos tipos de trabalhos, por vezes no mesmo dia, são acompanhados também por mudanças frequentes de lugares de moradia: a vi morando no Bairro Marimbondo, na ladeira do hospital (Centro), na Passagem e no Porto de Trás. Neste bairro, o Porto de Trás, Estela tem sua laje, onde um dia construirá a casa no beco de sua mãe. É também este o lugar no qual ela diz se sentir mais acolhida, segura e cheia de coisas e possibilidades para fazer. Conforme sintetizou em algum momento:

> Mesmo quando moro em outro lugar é aqui me sinto em casa, aqui estou em casa, é a minha casa. Já fui pra São Paulo, pra Salvador, pro Marimbondo, pra Passagem, pra cá e pra lá. Nem sei dizer pra onde tanto eu fui. Mas é aqui que me sinto de verdade em casa. Aqui estou segura. Aqui sempre tenho o que fazer. (Porto de Trás, agosto de 2021).

Em um desses encontros ocasionais que tive com ela, já na minha última semana em campo, enfim combinamos um café em minha casa, que deveria acontecer meia hora depois de termos nos cruzado na rua. Desta vez, ela apareceu com disposição para a conversa sobre "nossa pesquisa", salientando que não poderia me deixar ir embora sem sua contribuição. Assim que liguei o gravador, antes mesmo de fazer qualquer comentário ou indagação, Estela entrepôs uma ressalva:

> Antes de você começar, deixa eu falar uma coisa importante. Antes de vocês chegarem, antes do turismo, nós já tinha o nosso movimento. Nós temos uma prioridade bem diferente do que o povo comenta. Porque antes dos anos 80, antes dos 70, por aí, a gente já tinha o nosso movimento aqui, o nosso movimento cultural, para as roças, para os mangues, no rio, em tudo. É da nossa ancestralidade. Nós tinha os nossos babados, o nosso bate tambor. Aqui, assim, em nossas casas, nas nossas roças, nos nossos quilombos. A gente já existia aqui. (Porto de Trás, agosto de 2021**).**

Como vimos no capítulo anterior, a noção de *casa* tal como é mencionada e vivida por meus interlocutores articula e movimenta o *bairro* e a *roça.* Ancorada na *casa* como categoria social fundamental no contexto estudado e em interpretações nativas como essa, mencionada por Estela, que refletem sobre o contexto de mudanças instaurado pelo turismo, do qual eu e minha pesquisa fazemos parte, observei que para compreender as redes que sustentam a vida

local é fundamental atentar também para os movimentos sobre os quais minha interlocutora está apontando na enunciação descrita, ou seja, a relação dos moradores dos bairros com as *roças*. É por meio desses trânsitos pelo Rio de Contas, entre o bairro e a *roça,* que a *casa* assume um significado mais amplo, uma vez que são deslocamentos cotidianos que mobilizam diferentes níveis de compartilhamento de trabalho, de recursos e de lazer em um contexto no qual, ao mesmo tempo em que as relações se tornam cada vez mais monetarizáveis, o consumo compartilhado - principalmente de alimentos - é um elemento fundamental da co-residência. Ainda, a relação que Estela estabelece entre "nosso movimento" como algo da "ancestralidade" invoca elementos da história local recuperados na interpretação e experiência dos processos contemporâneos.

As *roças* por onde circulam meus interlocutores, em sua maioria com acesso pelo Rio de Contas, pertencem a territórios quilombolas demarcados e certificados nas últimas décadas, mais precisamente, a partir dos anos 2000. Itacaré tem atualmente sete comunidades remanescentes de quilombos certificadas pela Fundação Palmares: Fojo, Água Vermelha, João Rodrigues, Santo Amaro e Porto do Oitizeiro, que foram certificadas em 2006; Serra da Água e Porto de Trás receberam a certificação mais recentemente, em 2010. As *roças* e o Rio de Contas - que é sua referência geográfica fundamental -, portanto, além de marcarem a composição e organização social da população local, como demonstrarei ao longo deste capítulo, também identificam o perfil racial dos moradores e suas práticas de produção da vida no atual cenário da expansão da atividade turística. Ainda, conforme é possível perceber na afirmação de Estela, os movimentos que integram as *roças* e os bairros acionam uma interpretação contemporânea do passado. Conforme afirmou minha interlocutora: "Porque antes dos anos 80, antes dos 70, por aí, a gente já tinha o nosso movimento aqui, o nosso movimento cultural, para as roças, para os mangues, no rio, em tudo. É da nossa ancestralidade. (...) A gente já existia aqui."

Neste capítulo, apresentarei, em um primeiro momento, uma descrição dos trânsitos e relações entre os bairros estudados e as *roças* quilombolas. Descreverei as diferentes formas como os alimentos coletados no rio e nas *roças* circulam e se inserem nas movimentações cotidianas dos bairros e permitem a mobilização de estratégias de inserção econômica no turismo. Refletirei ainda sobre o modo como essas dinâmicas incidem na constituição da noção de *casa* e na formação de uma territorialidade negra em Itacaré. Na segunda parte, a atenção se voltará para as interpretações que os moradores fazem do passado, às suas formas particulares de lidarem com a história e experimentarem o tempo, enquanto sujeitos e grupo social.

Conforme apontou Sahlins (1986 [2008]), a relevância etnográfica consiste em atentar

para as formas como os agrupamentos que estudamos organizam a situação atual em termos de passado, pondo em diálogo eventos contemporâneos com estruturas anteriores. Neste caso, a relevância não está na história em si mesma, mas na forma como nossos interlocutores experienciam empiricamente o passado no momento presente e inserem a percepção do tempo na contextualização do mundo em que vivem, adicionando força e significado às experiências sociais em curso. Ainda que o diálogo com estudos historiográficos seja relevante na discussão que segue, o intuito deste capítulo é apresentar etnograficamente as modulações culturais da história, interpretando as formas nativas de pensar e narrar o passado (SAHLINS, 1987).

4.1. Entre o bairro e a *roça*

Na experiência de meus interlocutores, rural e urbano não se separam. É comum encontrar pessoas que circulam entre o *bairro* e a *roça* em um constante vai e vem, carregando móveis, materiais utilizados nas construções, comida, amigos e parentes para ajudar nos trabalhos, passear pelo rio, adensar a comensalidade e a festa. O que podemos perceber ao observar os moradores dos bairros ribeirinhos é que, juntamente com a abundância de produtos agrícolas e capturas do rio, que circulam diariamente constituindo e mobilizando estéticas e relações diversas, como vimos na introdução do capítulo anterior, há um trânsito contínuo de pequenas embarcações subindo e descendo o Rio de Contas, levando uma população que habita, simultaneamente, o *bairro* e a *roça*.

Assim, se vão para a roça as telhas para a cobertura da casa, vêm desta para o bairro as madeiras para os reparos das janelas. Se a televisão vai para lá, o poste para a antena vem para cá. O saco de cimento vai, a tábua vem. Se o filho ficou descansando na quietude da roça, o pai e a mãe vieram para participar dos festejos da cidade. Se alguém é convidado para a festa de aniversário, a pergunta é necessária: “Vai ser aqui mesmo ou na roça?”. Quando se aproxima o Dia dos Pais, das Mães ou qualquer outra data comemorativa, é prudente esclarecer aos possíveis convidados: “Mas esse ano não vamos fazer lá na roça, não. Vai ser aqui na rua”.

Essa intensa e cotidiana circulação de bens, utensílios, materiais, alimentos e pessoas entre a casa do *bairro* e a casa da *roça* indica que, assim como não podemos reconhecer as categorias *casa* e *bairro* enquanto unidades fechadas em si mesmas, como vimos até aqui, também a *roça* só pode ser apreendida por meio de processos relacionais a partir dos quais está em contínuo e recíproco movimento de criação e recriação. Dessa maneira, a *casa* articula o *bairro* e a *roça,* e vice-versa, sendo ambos vividos e pensados nesta inter-relação.

O diálogo rápido que estabeleci com uma moradora do Bairro Porto de Trás quando

procurei por uma de minhas interlocutoras, Joaquina, na casa que me indicou como sendo sua moradia, demonstra como essas relações acontecem:

> **Magda:** Boa tarde. Tudo bem? – perguntei a uma moradora para mim ainda desconhecida ao me aproximar da casa onde Joaquina mora no bairro.
> **Moradora:** Tudo bem – me respondeu em voz baixa e com pouco entusiasmo a desconhecida sentada em uma banqueta em frente ao beco onde mora.
>
> Insisti na indagação:
> **Magda:** A senhora sabe se Joaquina está em casa?
> **Moradora:** Tá sim.
>
> Diante dessa resposta bati na porta, chamando minha interlocutora. Porém, enquanto a chamava, fui interrompida pela moradora:
>
> **Moradora:** Ah não. Não está aí, não. Ela está em casa lá na roça.
> **Magda:** Mas esta é a casa dela? Ela me disse que morava aqui – Voltei a indagar um tanto confusa com as informações.
> **Moradora:** Sim, mora aí também. E lá na roça. Ultimamente ela está indo bastante pra roça. Mais fácil encontrar ela lá que aqui.
>
> Outra moradora do bairro a quem eu já conhecia, sentada nas escadas da casa de sua mãe localizada mais à frente, ao ouvir a conversa gritou:
>
> **Tita:** Não, mas ela vem. Não sei se hoje. Mas ela está vindo bastante também. Venha outro dia que ela vai estar aqui. Ela está vindo pra casa.

Conforme o diálogo indica, nesse constante movimento de ir e vir, Joaquina mora ao mesmo tempo no *bairro* e na *roça*, e cada uma de suas casas, embora sejam pontos permanentes de referência, se constituem também enquanto lugares de passagem. Na forma como o diálogo se estabelece, seu conteúdo, que se resume a informar os deslocamentos de minha interlocutora que ao mesmo tempo em que vai para *casa* quando se dirige para a *roça*, volta para *casa* quando retorna ao *bairro*, produz uma extensão entre ambas as moradias, tornando suas fronteiras permeáveis e porosas.

Esses trânsitos dos moradores pelo Rio de Contas são fundamentais, porque põem em movimento uma economia local baseada na circulação de alimentos diversos que são reunidos em comemorações e festas, trocados, doados e vendidos aos vizinhos, amigos e familiares que estão na cidade. Os produtos trazidos das roças são também fundamentais na constituição de vínculos e na mobilização das redes de apoio e ajuda mútua que constituem as configurações de casas.

Em minha segunda inserção em campo, tive a oportunidade de observar as dinâmicas

das *roças* de forma mais sistemática. Nos dias sete e oito de julho de 2021, dias em que a chuva intensa do inverno deu uma trégua, acompanhei seu Chico e sua filha, Fernanda, nos afazeres de sua *roça.* No primeiro dia, saímos do bairro por volta das sete horas da manhã com destino à *roça de baixo*, que pertence à família há três gerações. Levamos conosco apenas um pedaço de carne para o almoço, algumas cervejas, baldes para carregar a colheita de frutos ou os peixes e crustáceos que poderíamos pescar e o facão de seu Chico. Nosso ponto de partida foi o porto do bairro Porto de Trás, de onde navegamos pelo Rio de Contas em uma canoa movimentada com pequeno motor de rabeta, por cerca de dez minutos até o outro lado do rio, onde está o Quilombo Santo Amaro. Dali, caminhamos afastando-nos da margem, cruzando roças e casas que pertencem a outros moradores, alguns sem residência no bairro.

Na paisagem que se descortinava pelo caminho, por entre coqueirais e mangues, as pranchas velhas de surf que serviam de brinquedo para as crianças, as cadeiras de praia e guarda-sóis utilizados nas moradias e as inúmeras garrafas de cerveja acomodadas formando pequenas muretas que dão sustentação às flores dos jardins e aos canteiros de condimentos são indicadores de como este universo das roças negras quilombolas e o mundo do turismo estão profundamente conectados.

A *roça* de seu Chico é herança deixada pelos seus pais. Eles possuíram uma *roça* de cacau na cidade vizinha, Ubaitaba, nos tempos em que o fruto tinha um bom valor de mercado. Porém, em um momento de crise da produção cacaueira, a venderam e compraram uma porção de terras no Quilombo Santo Amaro *na mão* de um conhecido da família. Foi essa que deixaram a seus filhos, dividindo-a entre os herdeiros. Os processos de herança entre os moradores, tanto na cidade com a criação de novas moradias a partir das mais antigas, quanto nas *roças* pela divisão do território familiar, têm como consequência a multiplicação das propriedades. Fernanda fez questão de me acompanhar por entre as terras de seu avô, agora divididas, lembrando histórias de sua infância e sinalizando os diferentes moradores e proprietários da região e os tipos de relação que estabelece com cada um deles:

> **Fernanda:** Ali é a roça de minha tia. Tá vendo aquela casinha ali. É de minha tia, irmã de meu pai. Ela está ainda construindo. A casinha de trás já é do filho dela que também está fazendo. Viu aquele monte de tijolos lá? Ali vai ser a casa de meu primo. O outro filho dela não gosta de roça. Mas esse meu primo aí gosta, aí está fazendo a casinha dele também. Já pegamos muita manga ali. Depois daquele pé de caju tá a rocinha de meu tio, que mora lá na rua também. Na rua lá do Porto de Trás. Tá vendo aquele pé de caju?
> **Magda:** Não conheço caju. (Risos). Acredita? Não sei não.
> **Fernanda:** Oxe, não conhece caju, mulher? (Risos) É verdade isso? Não tem caju lá de onde você vem? Aqui caju é lama. Igual côco, dendê, jambo... Aqui isso é lama!

> **Magda:** Não. Lá de onde eu venho não tem caju. É muito frio, não produz caju.
> **Fernanda:** É frio lá? Vixe! Não gosto de frio, não. Então venha cá. Esse aqui oh (mostra o pé de caju). Ali é a rocinha de meu tio. Ele tá na cidade agora. Mas vem pra cá. A roça dele vai até lá em cima, onde tá o mangue da roça de Val. Val você sabe?
> **Magda:** Sei. Conheço ela.
> **Fernanda:** Então, essa rocinha de meu tio vai até lá. Do lado de lá do mangue está Val. Aí aqui pra baixo era de outra tia, mas ela vendeu pra João. João ali, de junto da casa de dona Joaquina. Do lado de onde você tá morando agora, aquele beco? Ali. Vendeu pra eles. Tipo assim, em usufruto, sabe?
> **Magda:** Ah, sei quem é. Nunca consegui falar com ele. (Risos). E olha que tentei, heim. Mas sei quem é.
> **Fernanda:** Ele não quis falar com você, foi? Ele tem vergonha. (Risos). Mas João é gente boa, menina. Vou levar você lá. Ele é gente boa. Meu amigo. Bora lá ver a roça de João? Ver como é que está. Ele não tem vindo mais pra roça. Está triste. Anda tão triste meu amigo! Dá até dó! Ele era uma festa só. Mas desde que o neto dele levou uns tiros, uns pipoco aí e teve que sair fugido, ele está triste. Ficou sozinho e ficou triste, coitado. Nem pra roça ele vem mais. Só lá naquele sofá dele. Ele adorava vir pra roça. Tava sempre aí. Mas agora... com esse menino, bateu a tristeza e abandonou.

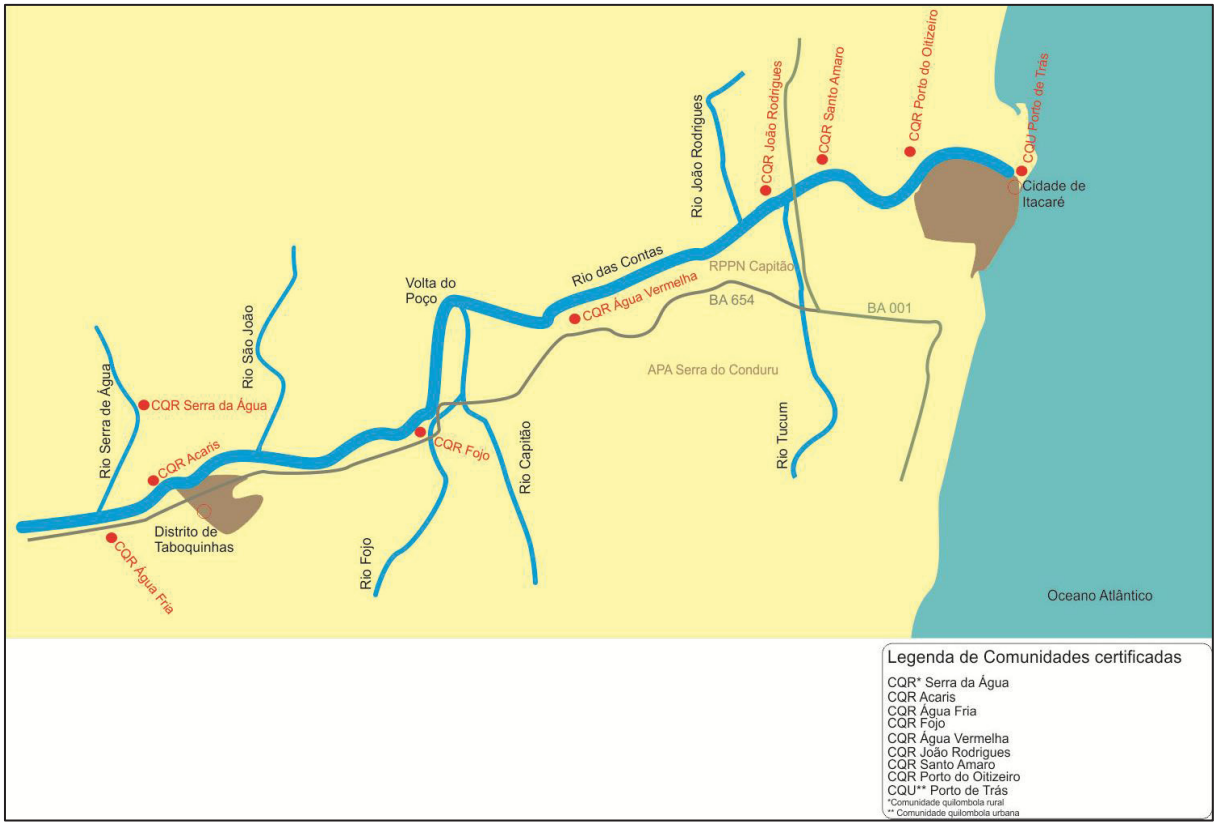
As roças visitadas nesse dia estão localizadas próximas umas das outras, em sua maioria pertencentes a parentes e amigos, que compartilham uma proximidade territorial tanto nas *roças* quanto nos *bairros*. As relações e trânsitos entre as *roças* e delas com os *bairros,* compõem a paisagem do rio e formam uma geografia nativa que vincula os sujeitos e os territórios. São terras recebidas em herança ou então vendidas, compradas, doadas ou trocadas, em sua maioria, entre moradores já conhecidos entre si que compartilham uma história comum. Conectadas por caminhos que cruzam os areais e os mangues característicos dessa região de foz de rio, onde está localizado o Quilombo Santo Amaro, ou então pelas plantações de cacau e cupuaçu, como no caso do Quilombo João Rodrigues – os dois quilombos mais relevantes para esta pesquisa, porque têm relação estreita com os bairros estudados, como veremos na próxima seção - as *roças* formam uma paisagem e um território em movimento. Assim como nos *bairros,* também nas *roças* as moradias são em sua maioria casas inconclusas que estão o tempo todo sendo construídas, reformadas e emendadas; ainda, as próprias *roças* estão sendo vendidas, compradas, doadas, divididas ou trocadas. Outra característica importante é que não há nenhuma cerca que delimite os espaços, o que faz com que o limite entre as *roças* seja impreciso, ainda que sempre reconhecido e mencionado pelos moradores. De um lado, as pessoas que o tempo todo circulam por ali para acessar o rio e os abundantes recursos que ele oferece e os animais que perambulam livremente entre as *roças* tornam as fronteiras porosas e flexíveis nas andanças cotidianas. De outro, o pé de caju, a árvore maior de cacau, o mangue... são elementos que delimitam e produzem fronteiras, referências importantes nos casos de

venda, doação ou troca.

São diversas as histórias de permutas, monetárias ou não, entre as roças localizadas nos diferentes quilombos de Itacaré, transações que se estendem também para outras cidades da região. A família de Léo, morador do Marimbondo, por exemplo, trocou com família de conhecidos uma roça de cacau no Fojo por outra no João Rodrigues com o mesmo cultivo. Mateus se instalou no Porto do Oitizeiro (lugar conhecido também como Povoação) depois de ceder um pedaço de terra no Santo Amaro para um parente seu. Recentemente, ele comprou uma *roça* na cidade vizinha de Camamu, onde um amigo e compadre cultiva dendê. Mateus, porém, nunca chegou a morar nessa cidade, porque, na sua compreensão, fica longe demais dos filhos que permanecem em Itacaré. José mora hoje entre o João Rodrigues e o Bairro Marimbondo, em um "pedaço de chão" que trocou com Capitão Andrade - grande proprietário de terras da década de 1980 - dentro do mesmo quilombo. Bentinha, moradora do Porto de Trás, no momento está sem *roça*, porque vendeu o pedaço que lhe pertencia no Quilombo Santo Amaro para um sobrinho. No entanto, já está vendo um "lugarzinho" no Porto do Oitizeiro que quer comprar "na mão" de outro parente. Ela também já ouviu falar de uma roça que seria da família de seu pai no Quilombo do Fojo, mas nunca se interessou por reivindicá-la. Dona Tata tem uma roça no Santo Amaro, que era de seus avós maternos, e outra no Porto do Oitizeiro, que pertencia à família de seu pai. Há anos ela pensa vender uma das roças, mas ainda não se decidiu com qual delas deseja permanecer.

Os trânsitos entre as *roças* e os bairros estudados e essas contínuas transações entre *roças* formam em Itacaré uma territorialidade negra que, assim como *casas* e *becos,* está sempre em movimento. O mapa elaborado por Jeanes Larchert (2013) mostra a territorialidade quilombola em Itacaré e ajuda a compreender a importância do Rio de Contas na conexão entre os quilombos:

Figura 26 – Mapa das Comunidades Quilombolas de Itacaré, certificadas pela Fundação Palmares



Fonte: Jeanes Martins Larchert, 2013.

Em sua pesquisa, Jeanes Larchert (2013) se dedica a avaliar o que chama de práticas de resistência de comunidades negras rurais quilombolas em seus processos educativos, concentrando sua atenção na avaliação das relações que se dão em torno da escola do Quilombo do Fojo, em Itacaré. Ancorada em teorias pedagógicas e na sociologia da educação, e propondo uma revisão cuidadosa dos processos históricos de lutas e políticas dos movimentos quilombolas no Brasil - que se dão, segundo a autora, em contextos de hegemonia de um sistema de educação autoritário e eurocêntrico que se pretende único e universal -, Larchert argumenta que na comunidade quilombola estudada a questão cultural da ancestralidade faz parte dos diálogos cotidianos dos moradores e aparece como eixo organizador de todo o território, sobretudo por meio dos processos de divisão de terras e herança. Avaliando depoimentos de memórias familiares, a autora conclui que é na tríade família, território e identidade que se apoia o sentimento de pertença dos moradores do Fojo. Acompanhando a relação dos moradores desse quilombo com outros territórios do entorno, a autora conclui que:

> ... o fluxo das famílias dentro do território quilombola de Itacaré resulta na formação das comunidades hoje existentes. Além das comunidades

> certificadas pela Fundação Cultural Palmares existem as reconhecidas pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e participantes da reforma agrária. Esse movimento de reterritorialização possibilitou a demarcação das famílias negras e seus modos de vida em todo o território. O cenário sociocultural deste território estabelece uma rede de trocas históricas ultrapassando largamente os limites dos municípios de Itacaré, Maraú e Camamu. O povo negro habita essa região formando uma única rede social e econômica inserida entre o mar e a mata Atlântica. (LARCHERT 2013, p. 134).

Na roça de seu Chico, uma pequena casa de alvenaria inconclusa, formada por dois cômodos, é o ponto de apoio para passar o dia. Há, ao lado, outra casa sendo construída para Fernanda e seus filhos. Aquela, porém, ainda não está em condições de ser habitada. Quando concluída e com acesso ao serviço de energia elétrica e internet, minha anfitriã pretende passar mais tempo na *roça,* voltando eventualmente para o *bairro*. Fora da casa, à entrada, uma mesa feita de madeira retirada do mangue serve como apoio para deixar a comida distante do alcance dos cachorros, das galinhas e de uns poucos porcos que circulam livremente por entre as *roças*. Ao lado da mesa, pendurados em árvores, ficam os baldes e bacias onde são transportados os crustáceos e os frutos levados da *roça* para o *bairro.* Dentro da casa, há uma bancada feita de barro, que sustenta o fogo onde é preparada a comida, uma pia, um tonel de óleo vazio utilizado como mesa e dois colchões enrolados e amarrados com um barbante. As paredes, azuis por fora e empretecidas por dentro pela fumaça e fuligem do fogão, sustentam alguns utensílios de cozinha como panelas e talheres, além de anzóis, redes e siripoias utilizadas para a pesca.

Quando chegamos na *roça*, o primeiro que fizemos foi caminhar pelos arredores da casa, montando armadilhas para guaiamuns. Estas são pequenas caixas de madeira onde são colocados pedaços de fruta, especialmente limão e jenipapo, porque são frutos que têm um cheiro mais intenso, instaladas em frente a um buraco cavado no chão, possivelmente pelo crustáceo que se pretende capturar. Em seguida, abrimos alguns cocos verdes coletados nos arredores da casa. Tomamos a água e comemos a polpa. Depois, seguimos no passeio por entre as roças vizinhas, cruzando manguezais, coletando uns poucos crustáceos e colhendo frutos: mangas, jenipapos e cocos de dendê. Seu Chico, que não nos acompanhou sob a justificativa de que tinha outros afazeres, recolheu a lenha para o fogo.

No retorno à casa, Fernanda buscou hortelã, coentro, cominho e limão, que utilizou para temperar a carne que havíamos levado, assando-a no fogão, entre as brasas. Ferveu também os crustáceos que coletamos pelo caminho – ostras, siris e aratus - temperados com os cocos de dendê. Por fim, colocou esses alimentos em uma panela, acrescentando farinha de mandioca e fazendo uma farofa. Estava pronta a refeição. No final da tarde, por volta das 17 horas, meus

anfitriões recolheram mais alguns cocos verdes para me presentear, para comercializar na cidade e retornamos para o bairro.

No dia seguinte, o destino era outro, chamado por seu Chico e Fernanda de *roça de cima*, distante quinze minutos de canoa a partir do porto do Porto de Trás. Esta *roça* antigamente também era de sua família, mas foi vendida a um espanhol há alguns anos, já no contexto de expansão do turismo na cidade. Segundo seu Chico, nessa *roça* há muitos pés de cacau e o trabalho para mantê-la é maior, algo que em sua idade avançada não quer mais fazer. Sem embargo, desde que a vendeu ao gringo, como ele chama seu comprador, permaneceu encarregado do cuidado das terras e do cultivo do cacau em troca de um salário que, somado a sua aposentadoria de pescador, é a renda com a qual vive junto à sua esposa.

Na *roça de cima* não há casa construída, por isso dessa vez Fernanda levou a farofa pronta para o almoço. A casa de madeira que ali havia foi desfeita depois da venda, e levada para a *roça de baixo,* sendo depois, substituída pela construção de alvenaria que ainda está em andamento. No caminho, uma parada na *roça de baixo* para alimentar os animais, conferir as armadilhas instaladas no dia anterior e recolher os crustáceos capturados. Na *roça de cima*, armamos novamente as ratoeiras para os guaiamuns e pescamos vários siris com a siripoias lançadas no rio. Colhemos cocos, cacau, jenipapo e cana-de-açúcar. Esses produtos são importantes para Fernanda, uma vez que ela soma o dinheiro que consegue com a venda dos frutos da *roça* e do catado de siri ao auxílio do Bolsa Família que recebe do Governo Federal. Nesse dia, a canoa voltou para o *bairro* cheia de recursos.

Figura 27: Casa na *roça*

Fonte: A autora, julho de 2021.

Figura 28: Armadilha de Guaiamum

Fonte: A autora, julho de 2021.

Na caminhada que Fernanda e eu fizemos por entre as *roças*, fomos ver a casa de João, conforme aponta o diálogo anterior, uma construção recente improvisada com madeira encontrada nos mangues e telhas levadas de uma casa que foi desfeita no bairro. Ali, um acontecimento interrompeu a dinâmica do passeio, um susto enorme! Ao entrar na casa, fomos surpreendidas por uma grande cobra jiboia, medindo em torno de um metro e meio de comprimento, dormindo em uma cadeira. Saímos em disparada de volta para a casa de Seu Chico! O susto e o medo da cobra foi o assunto que animou nossa refeição. Como disse Fernanda: *"Uma resenha só!"*. A partir da *resenha* do medo que tivemos da jiboia, o acontecimento cômico que agora nós tínhamos em comum, foi possível conectar outra conversa que levou minha anfitriã a compartilhar sua história. Em certo momento do nosso almoço, Fernanda interrompeu as gargalhadas provocadas pela história da cobra e, em tom mais intimista, indagou:

> **Fernanda:** Você gostou de mim?
> **Magda:** Oxe, claro! desde que éramos vizinhas no Marimbondo. Da outra vez que morei aqui, lembra?
> **Fernanda:** Sim! É que você nunca chegou assim para conversar muito comigo.
> **Magda:** Naquele tempo eu trabalhava muito! Ia pra Ilhéus todos os dias. Não conseguia vir assim, pras roças. Quando eu voltava, de tarde, vocês também já tinham voltado pro bairro. Mas sempre vi vocês ali na frente de casa, no fim de tarde.
> **Fernanda:** Ah, ali é uma resenha só. Cada resenha! Eu tinha vergonha de te trazer para a roça.
> **Magda:** Por quê?
> **Fernanda:** Porque sim. Você quer ouvir minha história? Vou te contar minha história então.

Minha interlocutora passou, então, a narrar as agruras e aventuras de sua vida, concentrando-se, sobretudo, nas histórias sobre seus filhos: a menina que foi levada para São Paulo pela avó paterna, mas que sempre volta, o menino que é atleta da canoagem, o outro que foi embora porque se envolveu com o tráfico de drogas. Contou-me também sobre seus amores e seus medos, falou de suas decepções.

Depois de contar, emocionada, essas histórias, Fernanda voltou-se para mim e perguntou: "E sua história? Qual é sua história?". Naquele momento percebi que enquanto enchíamos nossos pés de lama caminhando pelo mangue e fugindo da cobra que estava na casa de João, havíamos produzido uma conexão diferente. Ela também queria saber de meus amores, de meus sonhos interrompidos e de meus recomeços. Ela estava interessada em minhas histórias. Na conversa que surgiu a partir da *resenha* da cobra jiboia, fomos incorporando temas de foro íntimo, tornando nosso diálogo cada vez mais denso e com ares de confidencialidade, em uma conversa que se estendeu até o retorno à cidade. A partir de então, ela começou a chamar-me de "amiga", a frequentar minha casa, presentear-me com alimentos que coleta na roça e a convidar-me para as reuniões e festas que frequenta. Fui inserida em seu grupo de *resenhas*, entre seus amigos e parentes.

Nesse dia, ao chegar de volta ao *bairro*, Fernanda se deteve em frente à casa de seu amigo João e me chamou para dar continuidade à *resenha.* Ali contou sobre a cobra que estava em sua casa e repetiu inúmeras vezes, às gargalhadas, a forma como nos assustamos e corremos em fuga. Ao ouvir as risadas e perceber a movimentação, outras pessoas se acercaram à roda de conversa. Fernanda então desistiu da venda dos crustáceos que havíamos capturado na *roça* e preparou ali mesmo, na cozinha de João, os siris e guaiamuns*,* acompanhados de pirão feito com o caldo do cozimento dos crustáceos e a farinha de mandioca. Os que se acercaram comeram um pouco, enquanto ouviam entusiasmados o relato do susto que levamos e passaram

a repeti-lo quando alguém diferente chegava. Uma conversa que continuou se espalhando pelas ruas do bairro animando as *resenhas* nos dias seguintes.

Em meio às risadas, João sinalizou que tinha algo para me contar. Entrou em sua casa, pegou a roupa do Bicho-Caçador - manifestação cultural importante para o bairro sobre a qual eu já havia manifestado interesse em outras ocasiões -, estendeu-a na rua e se deteve contando-me detalhadamente sobre sua liderança na organização desse cortejo ao longo dos anos e sobre a história de sua família como morador do bairro. Antes desse acontecimento, durante minhas duas inserções em campo, diversas vezes tentei conversar com ele ou alguém de sua família sobre este tema, mas não obtive sucesso. “Ele é meio matuto, nunca quer conversar com ninguém, nem adianta insistir”, me diziam outros moradores. Neste dia, no entanto, em meio à *resenha* da jiboia, a conversa aconteceu. Estamos, mais uma vez, diante de uma narrativa cômica e satírica que conduz a uma conversa de foro íntimo sobre histórias pessoais e familiares. Mais uma das potencialidades das *resenhas.*

Como podemos perceber a partir da descrição da visita à roça de Seu Chico, os movimentos para a *roça* dinamizam o *bairro*, e vice-versa. Todos os dias, produtos e histórias que transitam pelo Rio de Contas mobilizam os moradores locais em uma intensa rede de trocas, que produzem e sustentam laços de amizade, parentesco, apoio e ajuda mútua. As histórias são transformadas em *resenhas*, fortalecem e aprofundam os vínculos ao mesmo tempo em que atualizam as moralidades e os mecanismos de controle social. Os produtos trazidos, por sua vez, além de adensar a comensalidade coletiva como os crustáceos com pirão compartilhado em frente à casa de João, também são comprados, vendidos, trocados e doados. No caminho do porto do bairro, aonde os moradores chegam nas embarcações trazendo coisas da *roça* até os *becos* nos quais residem, as pessoas são vistas e os produtos que carregam são identificados, avaliados e comentados. Alguns diálogos que observei no cotidiano do bairro ilustram essas dinâmicas.

Diálogo 1 - Certa vez, vi um rapaz chegar com um balde na cabeça. Uma senhora sentada à porta de sua casa iniciou o diálogo:

> **Senhora:** É o que aí no balde, menino? Parece pesado isso aí! (Risos)
> **Rapaz:** É lagosta.
> **Senhora:** Está inteira, é? Vai vender?
> **Rapaz:** Não tá não. Só cabeça aqui. O filé deixei lá embaixo, no porto. Entreguei na peixaria.
> **Senhora:** Vai levar em sua mãe?
> **Rapaz:** Sim, vou deixar em mainha.

Senhora: Diga a ela que guarde um quilo de catado pra mim. Amanhã passo buscar.
Rapaz: Viu!
Senhora: Tá quanto o catado de sua mãe?
Rapaz: Tá R$ 30,00 ainda.
Senhora: Viu!

Diálogo 2 - Em outra ocasião, logo ao amanhecer, Tonho voltava do rio com a rede de pesca nos ombros e o remo e um balde nas mãos em direção à sua casa, no Bairro Marimbondo. Ao vê-lo, sua vizinha indaga:

Vizinha: Ei bonitinho, tá chegando do Rio, eh?
Tonho: Chegando agora. Estava no corre. Passamos a noite no rio.
Vizinha: Como é que está?
Tonho: Rapaz, até que tá dando alguma coisinha.
Vizinha: Tá tendo o que aí no balde?
Tonho: Hoje deu robalinho e umas tainha.
Vizinha: Tá grande a tainha? Deixa eu ver.
Tonho: Tem uma aí que dá mais de quilo e meio. Olha ela aí. Acho que deve dar quilo e meio mais ou menos. Tá boa ela.
Vizinha: Guarda pra mim?
Tonho: Viu! Mas é pra hoje? Tem que pegar hoje mesmo.
Vizinha: Mais tarde passo.
Tonho: Quer tratada? (limpa, sem as vísceras e escamas)
Vizinha: Precisa não. Eu trato depois.
Tonho: Viu!

Diálogo 3 - No mesmo dia da conversa entusiasmada sobre a cobra jiboia em frente à casa de João, enquanto ainda estávamos na *resenha,* Joaquina viu Pedro chegar com um saco cheio de coisas na casa de sua mãe, Tata, que mora no beco ao lado. Indagou:

Joaquina: É coco aí seu descompreendido?
Pedro: Ói... eu mereço! (Risos)
Joaquina: Sim, é côco aí? Fale logo.
Pedro: É sim! Quer o que com côco a essa hora, mulher? Vai convidar?
Joaquina: Deixe de conversa e me dê dois aí. (Risos) E esses peixinhos miúdo no balde? Não vai vender, não?
Pedro: Não, esse aí vai pra casa. (Risos). Nós também temos que comer, não é não?
Joaquina: (Risos) Óia ele. Tá bom então, já chego aí. Vá fritando que já chegou aí. (Risos)

Joaquina vai então em direção à sua casa com os cocos na mão. Ao vê-la, outro morador a interrompe para perguntar.

Morador: Vai aonde com tanta pressa, a bonita? Nem olha mais pros pretos. Lá ela! (Risos)
Joaquina: Vou ali deixar isso. – respondeu mostrando os cocos.

> **Morador:** Tá bonito esse coco. Pegou de quem?
> **Joaquina:** Comprei aí, n'istante. Comprei na mão de Pedro. Acabou de chegar ele.
> **Morador:** Ah, vou ver com ele mais tarde.
> **Joaquina:** Não tem mais coco em sua roça, não eh? Fica só namorando ele. Nem pra pegá coco serve mais. (Risos)
> **Morador:** Lá ela. Tem sim. É que esta semana não fui. Não deu pra ir.
> **Joaquina:** E pro leite de coco da muquequinha tem que dar um jeito, não é não? Senão a mulher fica doida. (Risos) Aí não dá pra ficar sem.
> **Morador:** É isso! (Risos)

Fernanda é conhecida nos bairros estudados por comercializar catados de siris e caranguejos, uma comida muito apreciada na dieta local. Como podemos observar nos diálogos registrados, muitos dos moradores locais vendem, uns aos outros, os produtos trazidos da *roça*. As pequenas placas penduradas em frente às casas indicam o produto disponível no dia: catado de lagosta, ostras, peixe miúdo, peixe graúdo, siris, caranguejos, coco, cupuaçu, cacau, mel de cacau, jenipapo, caju, temperos... Em outras casas e becos, a indicação em placa é desnecessária porque todos sabem qual o produto que se vende por ali. Bastam alguns dias morando nos bairros e observando os movimentos e comentários dos moradores com seus sacos, bacias e baldes para saber que se compra coco seco *na mão* de Tata, coco verde com Seu Chico, peixe miúdo com Joana, catado com Joaquina, sua irmã e Fernanda. Embora esses produtos sejam adquiridos *na mão* dessas pessoas específicas, como mostram os diálogos, eles mobilizam uma rede maior de pessoas, como os rapazes que trouxeram o balde de lagosta na cabeça para o catado ou o saco de coco seco, por exemplo.

Dinâmicas comerciais como essas fazem com que saber na *mão de quem comprar* seja um conhecimento local relevante. Quem não domina essas informações é considerado uma pessoa ingênua e desinformada e corre o risco de adquirir produtos de baixa qualidade e, ainda mais importante, a um custo elevado, considerado *preço de turista.* Para evitar comprar *como um turista*, é importante ser visto circulando por entre as configurações de casas e suas *resenhas*, de modo a ser localizado nas tramas relacionais que classificam os moradores locais. Em minha experiência em campo, sempre que eu mencionava a necessidade ou desejo de comprar alguma coisa, meus interlocutores mais próximos se preocupavam em indicar *na mão* de quem eu deveria comprar, muitas vezes acompanhando-me em um esforço de me tornar conhecida e localizável em determinadas redes de relações. Meu desconhecimento dessas tramas relacionais e uma certa ingenuidade na mobilização dos recursos locais era sempre para eles uma preocupação. Vale ressaltar ainda que identificar quais produtos circulam por determinado beco abre a possibilidade de ganhar alimentos ou compartilhar alguma refeição, dependendo do nível de relação que o sujeito estabelece com outras pessoas que circulam pela configuração de casa

em questão. As pescas mais abundantes ou de alguma espécie mais rara de peixe, com frequência, se transformam em comida compartilhada, *resenha* e festa.

Dentre as atividades mais importantes de sustentação econômica dos moradores dos bairros Marimbondo e Porto de Trás estão a pesca e a mariscagem. Ainda que cada vez menos meus interlocutores se autodefinam como pescadores e marisqueiros, localizando essas atividades em um passado recente ou então as remetendo a alguns personagens mais conhecidos que vivem exclusivamente da pesca - uma vez que paulatinamente eles estão se engajando nas novas atividades disponíveis -, o tempo todo é possível vê-los circulando a caminho do rio e do mar portando redes de pesca, anzóis, baldes e cestos de peixe, cordas de caranguejo e siris e emitindo avaliações sobre as condições das águas, contando histórias de grandes capturas ou de tentativas frustradas. Além disso, na cidade existem duas associações de pescadores e uma de marisqueiras. A Colônia Z-18, instituição que agrupa a maioria dos pescadores e das marisqueiras locais porque medeia o direito à aposentadoria e ao Seguro Defeso aos pescadores profissionais, contava, até setembro de 2021, com 320 associados.

A tabela que segue traz uma relação entre os tipos de pesca que são praticados em Itacaré, se elas acontecem no mar ou no rio, quais as espécies capturadas, os artefatos utilizados e o valor aproximado de comercialização em setembro de 2021:

Mar/rio/ mangue	**Artefato**	**Período**	**Espécie**	**Valor R$/Kg**
Mangue	Siripoia (artefato circular feito de arame ou madeira com uma rede em formato de coador. Na parte de cima, há ripas de madeiras cruzadas formando uma cruz onde se amarra a isca). Manzoá (caixa retangular feita de madeira ou pvc, coberta com uma rede com uma pequena abertura na parte superior. É deixado no mangue como armadilha por no mínimo um dia.	Ano todo	Siri	30,00 (catado)
	Captura com a mão.	Ano todo	Siri Caranguejo Aratu Sururu Ostra Lambreta Moreia	30,00 (catado) Ostra crua - venda individual na praia Moreia – consumo próprio

				Lambreta vende por dúzia
	Canicinho (um pequeno caniço encontrado no mangue onde se amarra um fio de nylon curto com uma isca na ponta. Quando o aratu prende na isca, puxa-se o caniço e joga rápido o crustáceo dentro de um balde).	Ano todo (mas não é muito capturado por causa da dificuldade de captura e o tamanho menor que o siri, além de pesar pouco. Não compensa a venda)	Aratu	30,00 (catado)
Rio	Tarrafa	Entre junho e agosto (períodos de muita chuva)	Tainha Capareba Robalo Sardinha (maio e junho)	15,00 – 20,00 (Estes peixes são separados para consumo familiar e para venda)
	Caçuero (pesca de Calão. Com a canoa se faz um cerco com a rede, deixando a canoa no meio do cerco. Os tripulantes batem com o remo na água para espantar o cardume que fica preso na rede).	Ano todo	Cangauá (tainha grande) Cambriaçu (robalo grande) Cabeçudo	15,00 a 25,00 (Peixes maiores, de maior valor de mercado e comumente vendidos nas peixarias).
	Caniço Paradinha (linha de mão com a isca na ponta que vai sendo puxada e movimentada continuamente).	Ano todo	Robalinho Barbudinho Carapicu Mirucaia	Para consumo da família. Às vezes é vendido seco a R$10,00 o prato.
Mar	Linha de mão com anzóis maiores (de dentro do barco e em águas não tão profundas).	Ano todo	Vermelho (os tipos menores) Olho de Boi Badejo Beiju-Pirá Guaricema	18,00 a 20,00
	Arrastão (rede de malha fina amarrada a duas hastes laterais do barco de pesca, que se arrasta pela lama do fundo do mar. Localização de lance de rede via GPS que localiza as capturas).	Verão e inverno, exceto período de defeso	Camarão Peixes miúdos	Camarão sete barbas – 5,00-7,00 Camarão Rosa: 17,00-20,00 Camarão Pistola: 30,00-37,00
	Espinhel ou Linha de Espera (linha horizontal com vários anzóis de diferentes tamanhos amarrados em outras linhas ligadas a ela no sentido vertical – formando	Mais comum no inverno – período de mais chuva	Atum Bonito Dourado Caranha	10,00 – 15,00 15,00 17,00

	uma cortina de anzóis. Aproximadamente 100 anzóis por espinhel) Deixa vários dias no mar (profundo). Barco com 3 ou 4 tripulantes.		Vermelho (os tipos maiores que recebem outros nomes: Vermelho do Olho Amarelo, Ariocó, Guaiuba, Dentão, Caranha e Caióba)	17,00-20,00
	Calão ou Rede de Arrasto (principalmente na praia do Pontal e na Ribeira). Aproximadamente 100m de rede. Há 4 grupos em Itacaré.	Verão (principalmente por causa das espécies que se deseja capturar)	Bicuda Cabeçudo Xaréu Sororoca Cavala Cambriaçu Peixe miúdo de várias espécies Muamba (Peixes pequenos, pouco apreciados para consumo e de pouco valor de mercado, como a Sardinha, por exemplo)	10,00-15,00 15,00 10,00-12,00 15,00 20,00 8,00-10,00 2,00
	Rede de Emalhe Rede de Espera (próximo às pedras)	Ano todo	Xaréu Cabeçudo Arraia Bagre Peixe-pena Vermelho (Ariocó) Soroca/Cavala Cação	10,00 – 20,00 8,00-10,00 15,00
	Manzoá	Inverno (julho, agosto e setembro)	Lagosta	Valores se movimentam de acordo com a quantidade do pescado e o fluxo do turismo

As relações que movimentam as configurações de casas formam também grupos de pesca, uma vez que comumente o que define o tipo de pesca que se vai praticar é o tipo de embarcação que se tem acesso, pela propriedade ou pela relação que se estabelece com algum

possível proprietário. As pescas no rio são realizadas com embarcações menores e mais simples, como canoas e lanchas, sendo acessada por uma quantidade maior de pescadores não profissionais. As pescas no mar exigem embarcações maiores e mais equipadas e pertencem, em sua maioria, aos pescadores profissionais. Esses, no entanto, mobilizam junto aos seus amigos e parentes a tripulação que vai contribuir na atividade. A pesca de *Rede de Arrasto*, como é designada localmente, é um excelente exemplo de como as redes de relações constituídas nas *casas, becos e roças,* ao mesmo tempo em que movimentam a atividade da pesca, são por ela mobilizadas.

A *Rede de Arrasto* é uma pesca que acontece na Praia do Pontal e precisa de aproximadamente quinze homens. A Praia do Pontal é conhecida local e informalmente como a *praia dos nativos.* Trata-se de uma pequena península formada por uma ponta de areia que tem um dos lados margeados pelas águas calmas formadas pela mistura do mar e do Rio de Contas, uma vez que aí está a sua foz. É a paisagem que observamos desde a Orla. Do outro lado da península, ao contrário, o mar é bastante agitado, o que atrai poucos turistas para além dos surfistas mais aventureiros. As duas margens distam aproximadamente 300 metros em si. Essa distância, no entanto, pode variar de acordo com o movimento da maré, com a quantidade de areia trazida pelas águas e com a incidência de chuvas em determinado ano.

A pesca da *Rede de Arrasto* acontece nas águas agitadas do mar do Pontal (mais raramente também nas praias da Tiririca e da Ribeira). Uma pequena canoa com quatro tripulantes sai da margem portando uma grande rede de aproximadamente 100 metros. Na canoa, três tripulantes remam mar adentro, sendo um deles o *mestre,* assim reconhecido porque é o responsável por manter a embarcação estável e por avaliar a distância máxima que ela atingirá em relação à margem. Esta distância depende da avaliação da agitação das ondas do mar e do comprimento da rede. Comumente, é também o *mestre* o proprietário da rede e da embarcação e aquele que decide a data e aciona seus amigos e parentes para a realização da pesca. O único tripulante que não está no remo é o *contramestre*, mais conhecido como *afundador*, uma vez que é o responsável por ir largando e afundando a rede no mar à medida que a canoa se distancia da costa. A rede permanece sempre ligada à margem de onde a embarcação partiu por meio de uma corda comprida e pesada. Quando o *mestre* avalia que a rede foi toda estendida ao mar, orienta sua tripulação para que reme no retorno até a margem, distante alguns metros do ponto de partida. Quando a canoa se aproxima da chegada, o *afundador* se atira ao mar portando outro grande pedaço de corda que une a outra ponta da rede à margem. A agitação das águas do Pontal e o peso da corda exigem que ele seja alguém com força, destreza corporal e bom nadador, de modo que nem todo mundo está apto para a função.

Nas margens, no mínimo cinco homens aguardam em cada um dos lados do trajeto. Um grupo sustenta a corda deixada à saída da canoa e, do outro lado, outro grupo aguarda a chegada da corda trazida pelo *afundador.*

Uma vez que os dois grupos estejam em contato com a corda, começam a puxar a rede que foi jogada ao mar, de forma sincronizada. É a *marcha da puxada*. A sincronia é marcada pelo movimento das ondas e embalada por gritos diversos e satíricos, mais especialmente pela indagação "Vai"... "Vai"..., de modo que todos puxem a corda ao mesmo tempo. O movimento das águas e o cardume que foi capturado pela grande rede, somados ao peso da própria rede e das cordas que a mantém unida à margem, exigem muita força dos participantes. Muitos, inclusive, enrolam a corda em torno do corpo para que ela não seja arrastada para dentro do mar pelas ondas fortes e, principalmente, pelos peixes capturados. Com a canoa em terra novamente, os tripulantes se unem na puxada da rede e do possível cardume atrapado. Os olhares de todos se dividem entre acompanhar os movimentos do grupo que está do outro lado da corda para não perder a sincronia e olhar o mar, sempre na expectativa de uma grande pesca. As imagens abaixo ilustram o posicionamento dos pescadores na *Rede de Arrasto.*

Figura 29: Pesca de Rede de Arrasto I

Fonte: Mestre de Capoeira Bico Duro, acervo pessoal.

Figura 30: Pesca de Rede de Arrasto II

Fonte: Mestre de Capoeira Bico Duro, acervo pessoal.

Como essa técnica pesqueira exige integração e sintonia entre os pescadores que dela participam, há pouca variação entre os homens que compõem cada grupo da *Rede de Arrasto,* e esses, comumente, são recrutados entre amigos e parentes em uma configuração de casas específica.

No entanto, como é um tipo de pesca coletiva, que exige muita força e, por isso, muita gente, quando outros moradores ficam sabendo que a *Rede de Arrasto* está acontecendo no Pontal, se deslocam para lá para ajudar a *puxar a corda.* São os chamados *piajeiros*. Se no grupo de pescadores comumente há apenas homens adultos, os *piajeiros* podem ser tanto homens quanto mulheres, de diversas idades, inclusive idosos. À medida que os *piajeiros* vão chegando, com baldes e sacolas vazias nas mãos, também se somam na puxada da corda. A motivação para participar parte da premissa de que se colaboram com a pesca, em caso dela ter um resultado positivo, levarão peixe para casa. Afinal, todos os que trabalham têm direito a seu *quinhão.* Por vezes, aparecem ainda pessoas que ficam apenas na plateia, sem disposição para se somar à puxada da corda. Também eles têm a intenção de levar algum peixe para casa. São os chamados *xepeiros.* No entanto, mesmo que diante de uma pesca abundante que permite que quem esteja na *xepa* possa levar algum peixe, os *xepeiros* não são bem-vindos e seus nomes circulam de forma pejorativa entre as *resenhas*, mobilizando conflitos. Ninguém quer ser chamado de xepeiro, e quando o é, comumente nega o título com veemência ou evade da conversa com certo gracejo. Isso se dá, sobretudo, porque ao mesmo tempo em que há uma compreensão local de que não se deva negar comida a ninguém, a recusa ou morosidade na colaboração com os trabalhos coletivos é mal avaliada e pode resultar em tensionamento ou, no

limite, quando a atitude é repetitiva, no rompimento das relações.

Uma vez que a rede e, possivelmente, o cardume capturado já estejam na margem, os tripulantes da canoa iniciam a divisão do que foi pescado. Essas pescas costumam ser abundantes, somando entre 200 e 500 kg de peixe, uma vez que, segundo meus interlocutores, nesse local, os cardumes se detêm para alimentar-se do óleo deixado pelas sardinhas, o chamado *engodo.* Há relatos de mais de uma tonelada de peixes recolhidos em um único dia de pesca.

Dos peixes capturados, são separados dois ou três cestos com os animais menores, para que sejam distribuídos entre os *piajeiros*. Desse modo, todos que apareceram por ali, independente da hora – se no começo ou ao final da pesca – e da atividade que realizaram para colaborar, têm direito a participar da distribuição da captura. Uma vez que os integrantes do grupo da *Rede de Arrasto* tenham tirado o que levarão para suas casas, os demais peixes são comercializados nas peixarias da Orla e o dinheiro da venda rateado em duas metades: uma para a tripulação do barco, uma vez que é ela que enfrenta os perigos do mar, e outra para aqueles que ficaram na margem segurando a corda. Cada grupo divide entre seus membros o valor correspondente. Quando a pesca é farta e as peixarias não conseguem absorver todos os peixes, o que acontece com certa frequência, o excedente é vendido a um preço abaixo do valor de mercado para os demais moradores dos bairros. Rapidamente a notícia da grande pesca se espalha em burburinhos por entre as redes domésticas e aqueles que desejam o produto se acercam à praça, como podemos ver na figura a seguir. Desse modo, ainda que a pesca inicie com um grupo formado a partir de determinada configuração de casas, à medida em que avança, outros moradores também vão participando dela, ainda que com engajamentos variados.

Figura 31: Peixes pescados na *Rede de Arrasto* sendo vendidos na praça do Bairro Marimbondo I

Fonte: A autora, agosto de 2019.

Figura 32: Peixes pescados na *Rede de Arrasto* sendo vendidos na praça do Bairro Marimbondo II

Fonte: A autora, agosto de 2019.

Os produtos trazidos da roça e as práticas de pescaria, além de movimentarem a economia e a troca de produtos nos bairros ribeirinhos, especialmente alimentos, desencadeiam estratégias de inserção dos moradores no mercado recentemente ampliado pela indústria turística. Esse novo contexto aumentou as possibilidades de trocas comerciais, sejam elas permanentes ou eventuais, com os restaurantes e pousadas, os turistas que visitam Itacaré e os novos moradores que se instalaram na cidade. São em grande medida os gêneros alimentícios trazidos da roça que movimentam os dias de feira e o comércio de rua. São eles também que permitem a muitos dos moradores inserirem-se no mercado das praias, das trilhas ou dos centros comerciais que acolhem majoritariamente os visitantes.

As formas plurais de inserção econômica da família de Pedro e Neuza, moradores antigos do Bairro Marimbondo, são elucidativas dessas dinâmicas.

Também com eles não foi fácil conseguir conversar sobre esta pesquisa. Já era a terceira vez que eu procurava o casal que me havia sido indicado por um de seus filhos, com a justificativa de que eles estão entre os moradores mais antigos da cidade e, por isso, poderiam

descrever com maior precisão e detalhes como era o local antes da pavimentação da rodovia, uma informação que meus interlocutores insistiam ser importante para a investigação que eu estava fazendo. Em minhas duas tentativas anteriores, embora houvéssemos sinalizado em comum acordo um dia determinado e o melhor horário para a conversa, ela não aconteceu porque eles estavam na *roça*, e a filha Juliana, que com eles reside na casa do bairro, nunca sabia informar ao certo quando iriam retornar.

> Como eu te falei aquele dia, meu pai mais minha mãe são assim... vai e vem o tempo todo. Morando sempre pra lá, morando pra cá também. É difícil de encontrar eles. Você deveria ir lá na *roça.* Ou vir aqui quando eles estiverem. Quando ver eles aqui tem que vir, porque logo vão. Mas dizer quando vão estar aqui em casa, eu não sei não. Aí é difícil... Eles não param, não. (Marimbondo, outubro de 2018).

Em certa ocasião, diante da dificuldade do encontro causada pelo trânsito dos moradores e vendo minha insistência em procurá-los, Juliana propôs que fizéssemos um passeio para a *roça* no fim de semana. Assim, enquanto eu cumpriria minha insistente agenda de pesquisa, ela aproveitaria para colher cacau e coco que às vezes comercializa na Rua Pituba, além de pegar uns guaiamuns para a festa de aniversário do namorado. Ela me fez o convite:

> Tô precisando juntar um dinheiro aí. Aí bora pra lá. Eles estão lá. Tem dias que não vêm. A *roça* é bom também pra sair aqui da muvuca. Muvuca é bom, mas a *roça* é bom também. Vamos? Você vai gostar. (Marimbondo, novembro de 2018).

Para a viabilização do deslocamento até a *roça*, contactamos um de seus irmãos que trabalha na Orla como piloto de lancha no transporte de turistas para a cachoeira de Cleandro, a mais visitada no Rio de Contas. Providenciamos o óleo do motor da embarcação, ampliamos o convite a mais dois filhos de Pedro e Neuza e definimos um momento na manhã de sábado, logo depois de fazer a feira, para partir para a *roça*. No entanto, na véspera, fui informada que nossa ida à *roça* estava sendo cancelada, pois o casal estava de volta à sua casa, no bairro. Se eu quisesse manter a viagem, seria apenas para buscar os frutos necessários à semana de comercialização na Pituba.

Ficamos na cidade e, desta vez, consegui me encontrar com meus interlocutores. Iniciei a conversa somente com Pedro, uma vez que Neuza se ocupava de salgar os peixes miúdos que capturou durante o trajeto pelo rio para deixá-los secando em uma mesinha na entrada da casa. Quando ela se somou a nós, porém, diante de tantos imprevistos no processo de encontrá-los,

curiosa perguntei-lhes:

> Ah, então agora vocês estão morando na roça? Juliana tinha me dito que vocês estavam aqui. Por isso fiquei procurando vocês aqui. Um bocado de vezes apareci aqui. Ela disse a vocês?

Pedro franziu a testa, balanceou a cabeça e manifestou certo desconforto diante de minha indagação, parecendo não a ter compreendido. Então voltei a perguntar:

> Vocês estão morando onde agora?

Ao que os dois me responderam ao mesmo tempo, sobrepondo-se as vozes:

> **Neuza:** Nada! A gente mora aqui mesmo.
> **Pedro**: Isso. Moramos lá na roça.

Diante de minha visível confusão com esse embaralhamento de informações que a princípio me pareceram contraditórias, Pedro então passou a me explicar sua situação de moradia:

> Nós moramos aqui e lá. Eu me aposentei aí pela colônia dos pescadores. Isso tem uns anos já. Alguns anos. Aí ficamos mais lá agora que tem luz, televisão, tem liquidificador, tem tudo. Ficamos aqui também. Moramos aqui. Trazemos cacau, coco aí pra vender na Pituba. Que Juliana gosta disso de fazer os drinks dela pros turistas. Ela (aponta para a esposa) às vezes vende esse peixe seco aí também. Mas não é muito, só quando o bicho pega [quando precisa de dinheiro], quando quer comprar alguma coisa. Camarão que às vezes tem também. Tem mandioca também, abacate... mas não é muito, não. Você nunca viu um homem baixinho assim vendendo aí no beco? Nunca viu, não? É meu filho. Ontem mesmo tava ali em Deco vendendo cajá cum balde. Você disse que mora ali no beco de Deco, na casa da filha de Santino? Ele que vende se a gente traz. Nós já tá velho, tá deixando disso. Na roça, no rio... tem fartura. Não tem dinheiro, mas tem fartura. Aí, como aqui pobreza não tem ousadia, nós pega a fartura e faz dinheiro. (risos). As festas mesmo, aí os aniversários, nós gosta de fazer pra lá. Aí junta todo mundo. Quem não tá pra lá, vai. Pega um barco aí de algum conhecido e vai. Os vizinhos aí tá sempre indo pra lá, pra aqueles lados na pesca aí. Mata uma galinha, um guaiamum, peixe sempre tem... (Marimbondo, dezembro de 2018).

Como podemos perceber na enunciação de Pedro, a *roça*, além de ser referência de habitação tanto quanto a casa do bairro, é lugar de "fartura", entendida como possibilidade contínua de se conseguir algum dinheiro com a venda dos produtos cultivados ou coletados no

rio e na mata, seja para turistas, seja para os próprios vizinhos. Os produtos que a *roça* e o Rio disponibilizam em "abundância" lhes possibilita "viver bem", mesmo sem dinheiro[26]. Mais ainda, a fartura das colheitas e coletas permite fazer dinheiro quando necessário, seja por meio da comercialização desses produtos a vizinhos e parentes ou, se buscam ganhos maiores, fazendo vendas para restaurantes, peixarias e turistas. Essas transações comerciais são desejadas e mobilizam grandes esforços de meus interlocutores, sobretudo diante do imperativo de dar conta de outras necessidades, como por exemplo o acesso a bens de consumo que circulam cada vez em maior quantidade na cidade, ou então para propiciar a participação em festejos e serviços dos equipamentos turísticos que são sempre monetarizados.

Assim, sua filha, que em 2018 tinha um emprego permanente em uma lanchonete da Rua Pituba, quando estava desempregada, se dedicava a vender drinks de coco e cacau, produtos obtidos na *roça.* Atividade que ela ainda realiza quando precisa ou deseja dinheiro extra. Durante algum tempo, quando estava conseguindo somente emprego temporário aos fins de semana, Juliana ocupou-se também de pescas noturnas junto ao seu marido, negociando depois os peixes capturados com as peixarias da Orla.

Outro dos filhos do casal, todas as vezes que leva ou busca os pais na *roça* pelo trajeto do rio, aproveita para "esticar a rede e jogar a siripoia". Depois vende o que capturou nas peixarias ou restaurantes da cidade, ou os entrega a alguma marisqueira conhecida para que ela faça o "catado" que será comercializado aos próprios vizinhos nas ruas do bairro e o dinheiro dividido entre os dois que trabalharam no processo, ou ainda reúne amigos e parentes para refeições coletivas e comemorações familiares. Uma forma de ganhar algum dinheiro que complementa a renda conquistada com sua atividade principal que é o transporte de turistas em passeios de barco pelo Rio de Contas nos dias em que os pais não utilizam a embarcação para deslocar-se entre suas moradias.

Outro exemplo interessante sobre a relação entre a *roça* e o *bairro* e sua incidência nas inserções dos moradores no universo econômico do turismo vem da família de Goti. Na ocasião de minha primeira inserção em campo, eu soube que há muitos anos, Goti havia conseguido a

[26] Marshall Sahlins (1972), ao estudar populações cuja economia estava baseada na caça e na coleta, afirma que essas economias nativas não podem ser avaliadas a partir das lógicas da carência que sustentam os preceitos economicistas das sociedades de mercado. Ao contrário, o autor chama a atenção para os materiais e recursos que existem em abundância nos espaços que sustentam e nutrem esses agrupamentos humanos, e que podem ser acessados livremente por qualquer pessoa e sem envolver grandes esforços. Trata-se de sociedades que não se explicam segundo princípios da utilidade, mas, ao contrário, por meio de uma lógica da "abundância". Embora os moradores dos bairros ribeirinhos de Itacaré não estejam alheios às lógicas e movimentos do mercado (ao contrário, o turismo se espalha rapidamente e cada vez ocupa mais espaço, seja no âmbito mercantil, seja ideológico), suas práticas se aproximam das reflexões apresentadas por Sahlins e não podem ser explicadas somente por classificações mercadológicas que contrapõem riqueza e pobreza.

liberação da Marinha e da Secretaria Municipal do Meio Ambiente para gerir uma barraca de praia, junto a sua esposa e alguns filhos, na Praia do Pontal. A conhecida “Barraca Descubra” era muito frequentada pelos moradores dos bairros ribeirinhos para passar os finais de semana ou realizar comemorações diversas, sobretudo festas de aniversários. Uns levavam sua cerveja no isopor para diminuir os gastos, outros consumiam do que ali era vendido. A especialidade da barraca era peixe miúdo frito, que a família de Goti pescava ali mesmo, e cervejas e caipirinhas a um preço menor do que o encontrado nas outras praias da cidade. “Aqui é a praia dos nativos”, sempre mencionavam. Aos finais de semana, a música alta tocando *arrocha,* o intenso movimento dos barcos e pessoas cruzando da Orla e dos portos dos bairros ribeirinhos para o Pontal eram indicadores da animação da barraca de Goti.

Quando voltei para minha segunda inserção em campo, passado pouco mais de um ano, a barraca de Goti já não existia. Ao lado de seu estabelecimento, a aproximadamente uns 300 metros, um empreendimento turístico instalou um espaço concorrente chamado Iemanjá. Com as proibições de festas na cidade por causa da Pandemia Covid-19, agora é a noite de forró na Iemanjá - localizada do outro lado da Orla com acesso exclusivo de barco e, portanto, longe da fiscalização sanitária - que movimenta as embarcações carregadas de turistas.

Desde então, Goti e sua família começaram a ser pressionados a retirar sua barraca. Mesmo diante da mobilização dos moradores ribeirinhos que fizeram campanhas “O Pontal é nosso”, abaixo-assinados e reuniões de lideranças locais com a prefeitura, a Barraca Descubra não resistiu à pressão e, mediante uma pequena indenização, retirou-se do Pontal. Diante do fim da fonte de renda, a família de Goti foi residir na *roça,* no Quilombo João Rodrigues, em um pedaço de terra cedido pelo pai de sua esposa.

Figura 33: Barraca Descubra na Praia do Pontal.

Fonte: A autora, março de 2019.

Conforme podemos perceber ao longo desta seção, a *roça* e o bairro são produzidos, em grande medida, a partir das circulações de pessoas e produtos, especialmente alimentos, através do Rio de Contas. O Rio – importante e farta fonte de recursos - é o elemento articulador entre esses dois espaços e, assim como a noção de *casa,* os torna intimamente imbricados. Não se trata aqui de afirmar simplesmente que os moradores possuem uma *casa* no *bairro* e outra na *roça*, ou que moram simultaneamente nas duas casas, como se cada uma delas constituísse uma unidade doméstica em si mesma que vez ou outra é ocupada pelos seus moradores. A *casa*, tal como a compreendemos aqui, é um modo de habitar que implica, simultaneamente, o *bairro* e a *roça*. Ambos, *bairro* e *roça,* assim como os constantes movimentos de pessoas e produtos que circulam entre eles através do Rio de Contas é o que constitui a *casa* enquanto moradia.

Essas experiências de moradia e constantes movimentos de seus ocupantes entre o *bairro* e a *roça* constituem o eixo operador das relações entre as casas aparentadas. Ainda que uma casa seja ponto de referência de uma unidade doméstica definida e conhecida, os habitantes continuamente circulam por entre moradias, tanto entre o *bairro* e a *roça,* quanto entre casas de parentes e amigos que residem na cidade, produzindo continuidade de uma casa para outra. Acompanhando seus movimentos, podemos inferir que as moradias só existem como "*casa*" enquanto articuladas às redes de pessoas a partir das quais são produzidas.

Os produtos que circulam entre esses lugares, em trocas monetárias ou não, também articulam *bairro* e *roça*. Contudo, é importante perceber que, uma vez que esses bens tendem a

circular entre casas de uma mesma vicinalidade, o fazem sem romper os marcos e fronteiras sociais locais que delineiam os becos. Esses produtos, porém, também acessam e criam outros circuitos de circulação para além das configurações de casas específicas, tanto quando são destinados a estabelecimentos comerciais da cidade como as peixarias, os restaurantes e as pousadas, quanto quando transformados em pratos típicos e bebidas para os turistas.

Como vimos no segundo capítulo, nas circunstâncias em que essa circulação de bens extrapola o universo das relações entre *parentes,* como nos casos de comercialização dos produtos da roça aos turistas nas barracas das praias, pode haver certa concorrência entre os próprios *nativos.* Nesses casos, no entanto, são comuns alguns cuidados para que uma iniciativa de transação comercial com os visitantes não se sobreponha à outra, seja referente ao tipo de produto oferecido, seja na localização dos pontos de comercialização.

No entanto, como o caso da Barraca de Goti no Pontal explicita de forma exemplar, essas relações econômicas cada vez mais também extrapolam as relações dos *nativos* entre si. E quando se trata de uma relação de mercado entre "desiguais", a competição capitalista é disruptiva e, por vezes, arrasadora. Diante da competição com outro empreendimento semelhante de um *não-nativo* na praia do Pontal, o destino de Goti, mesmo contrariando seus parentes e amigos, foi a impossibilidade de continuar com seu negócio e o consequente retorno para a *roça.*

Assim, por um lado a ampliação da oferta de postos de trabalho e das possibilidades de comercialização dos produtos e maior circulação de dinheiro resultante da consolidação do turismo, longe de desarticular esse modo específico de vida e habitação, acabou intensificando os movimentos e as trocas entre as casas aparentadas. Por outro lado, porém, a indústria turística impõe limites e conflitos aos moradores *nativos*, criando um contexto no qual as benesses dos novos impulsos econômicos estão longe de alcançar a todos.

4.2. "A gente somos mais gente do rio": estreitando relações entre *bairro* e *roça*

Os trânsitos contínuos entre os bairros ribeirinhos e as terras quilombolas e a estreita relação dos moradores com o Rio de Contas constituem uma territorialidade negra que dá sustentação às experiências sociais que movimentam *casa, beco, rua e roça.* Embora a ideia de uma territorialidade negra tenha um caráter englobante, é importante ressalvar que assim como na experiência de meus interlocutores, a noção de *casa* não se reduz a uma unidade doméstica, território tal como compreendido aqui não é uma mera continuidade geográfica. Trata-se de espaços e movimentações que se articulam entre si, constituindo um modo particular

de vida, que sustenta redes de trocas, mobiliza práticas sociais e econômicas específicas e medeia a forma como os moradores se relacionam com os forâneos e com as novidades do contexto instaurado pelo turismo. Essa territorialidade negra, como afirmou em certa ocasião um de meus interlocutores, constitui uma *gente que é do rio* em meio a um contexto de valorização pública das dinâmicas comerciais mobilizadas pela proximidade ao mar:

> A gente gosta mais do rio. A gente não vai muito pro mar. Quando a gente vai pro mar, vai pro Pontal. E o Pontal não é só mar. O Pontal é rio também. É mar, mas é rio. A gente somos mais gente do rio. (Clóvis, julho de 2021).

Enleada nessas dinâmicas do *rio* e da *roça*, a categoria identitária *nativo,* embora tenha um caráter abrangente que se estende a todos os nascidos em Itacaré - especialmente as famílias que habitam a cidade desde os tempos de antes das reformas da rodovia BA 001 – e incide sobre a relação desses com os novos moradores da cidade, como vimos até aqui, quando se trata das relações cotidianas entre os moradores, as dinâmicas e movimentos das *roças* e do *rio* conferem a essa categorização modulações significativas. Durante a pesquisa de campo, pude perceber que quanto mais estreito é o vínculo que articula determinada pessoa e seu grupo à *roça*, mais frequente e incisiva é a mobilização da categoria *nativo* para identificá-la ou diferenciá-la dos demais. Inseridos nesse contexto e dada a sua proximidade com a *roça*, os bairros Marimbondo e Porto de Trás são sempre mencionados e classificados, tanto no discurso público quanto nas enunciações informais cotidianas, como os *bairros mais nativos* de Itacaré. Uma conversa espontânea que tive com dois moradores ribeirinhos ilustra essas mobilizações e modulações circunstanciais da categoria *nativo*. Certo domingo, vi dois homens pescando em uma canoa de madeira, movida a remo, vindo em direção à costa, na Praia da Concha. Curiosa, me aproximei para fotografá-los e perguntei:

> **Magda:** Vocês são daqui de Itacaré?
> **Interlocutor 1:** Somos nativos.
> **Magda:** De qual bairro?
> **Interlocutor 1:** Não, a gente somos nativos.
> **Interlocutor 2:** Nativos mesmo. Raiz.
> **Magda:** Sim. Entendi. Eu conheço um pouco Itacaré. Mas de que lugar vocês são?
> **Interlocutor 1:** Nativo mesmo moça, da roça. A gente vem do Santo Amaro. Conhece? Conhece, não. (Risos)
> **Magda:** Conheço. Eu moro no Porto de Trás.
> **Interlocutor 2:** Ah, então conhece Itacaré mesmo. Somos dali também. De perto do Centro Cultural.
> **Interlocutor 1:** Moramos ali.

Através deste diálogo, podemos perceber que ser nascido em Itacaré faz uma pessoa ser considerada *nativa,* porém é a relação com a *roça* que faz de alguém *nativo mesmo, raiz.* Embora essa seja uma característica que o Marimbondo o Porto de Trás compartilham, é importante ressaltar que, quando se trata da relação entre ambos, esses bairros se identificam com distintas comunidades quilombolas. Enquanto os moradores do Porto de Trás se articulam em sua maioria com as *roças* que estão localizadas no Quilombo Santo Amaro e no Porto do Oitizeiro, mais conhecido como Povoação, os habitantes do Bairro Marimbondo são majoritariamente pertencentes ao Quilombo João Rodrigues. Conforme apontou Poliana durante nossa conversa:

> Então, da ponte pra cá fica o quilombo [Santo Amaro], o nosso. (...) Já pra lá fica o grupo do Marimbondo. Entendeu? Que já é outro grupo, outra etnia, não é mais familiar. Mas somos vizinhos de coisas de preto, de babado. Então é isso a nossa vida. (Porto de Trás, agosto de 2021).

Como mostra a afirmação de minha interlocutora, essa identificação com quilombos diferentes, se de um lado aproxima os dois bairros como vizinhos em *coisa de preto*, o que discutirei mais detalhadamente na próxima seção, de outro lado serve como marcador que identifica e delimita as redes de relações entre os moradores e pontua certa relação de alteridade entre o Marimbondo e o Porto de Trás. Atentar para a história de constituição de algumas *roças* nesses quilombos ajuda a identificar semelhanças e diferenças entre os bairros. Vejamos:

O quilombo Santo Amaro e o Porto do Oitizeiro ou Povoação são os territórios localizados mais próximos aos bairros ribeirinhos. Para acessá-los, basta de cinco a dez minutos de navegação pelo rio com lancha a motor ou canoa de remo. A partir dos bairros estudados, seguindo pela mesma margem do rio, está a Povoação e, ao cruzá-lo, localiza-se o Santo Amaro. Com um solo ora arenoso ora lamacento, nos dois lugares a vegetação é formada principalmente por coqueirais, pés de dendê e algumas frutas, como mangas e cajus. Há o cultivo de roçados, com pequenas plantações de verduras, legumes, tubérculos e temperos. Por estar muito próximo à foz do rio, essa região possui inúmeros manguezais e é rica na produção de crustáceos. Dessa forma, a principal atividade realizada pelos moradores para a manutenção da vida, no que se refere à relação com as *roças*, consiste na coleta de frutos, captura de peixes e crustáceos e produção de óleo de coco e de dendê, como vimos na experiência de Seu Chico e Fernanda descrita na seção anterior. Poliana expressa a estreita conexão dos moradores do Porto de Trás com esse ambiente:

> O nosso espaço é tomado por manguezal. Tem o manguezal do... tem os nomes que a gente dava. Tem o Mosquitinho, tem o Baiacu – tinha o Baiacu -, tem o Coiudo, tem o Tesourinhas. Então cada mangue tem um nome. Todos os mangues estão aqui na lateral ao lado do Pontal. Porque o Pontal todo era manguezal. Com uma onda que voltou as areias que estavam do lado de lá que formou aquele banco de areia ali no Pontal. Aquele areal. Mas tudo ali era manguezal. Era mangue dessa área aqui nossa até lá o João Rodrigues, até aquela ponte. Lá já é outra coisa.

Rosivaldo tem sua *roça* nesta área de mangue, na Povoação. Conforme ele me informou, a Povoação consiste em uma área de aproximadamente 40 hectares localizados na beira do rio, em terra controlada pela Marinha do Brasil e abriga em torno de 50 famílias. As terras que se localizam mais adentro, distantes da margem, não pertencem à comunidade quilombola e, em muitos casos, foi adquirida por estrangeiros – os gringos – principalmente no período posterior à pavimentação da rodovia. O mesmo aconteceu com um terreno ao lado de sua casa, vendido recentemente para um norueguês que está construindo um empreendimento à beira do rio com o intuito de receber turistas. Uma iniciativa que corresponde com o Plano Diretor Municipal que incluiu a área como espaço destinado à expansão turística, um avanço comercial que vem rápida e significativamente ocupando as margens do Rio de Contas.

Conforme me contou Rosivaldo, seus avós moravam inicialmente no Santo Amaro, mas largaram a terra e se estabeleceram na Povoação. Sua mãe nasceu nas proximidades de onde hoje ele tem a sua casa. O pai, estivador, veio da região de Cairu, uma cidade-arquipélago localizada ao norte de Itacaré. Já idosos, os avós retornaram para o Santo Amaro, onde morreram deixando uma terra em herança. Rosivaldo, porém, desistiu dessa herança em benefício de um parente, escolhendo estabelecer-se na Povoação. Assim, a maioria dos moradores que residem entre esse quilombo, o Santo Amaro e o Porto de Trás, são considerados, de diferentes maneiras, seus parentes.

Apesar do assédio de possíveis compradores, sobretudo estrangeiros, interessados em suas terras localizadas estrategicamente na beira do rio, Rosivaldo vem aproveitando a expansão da atividade turística para alavancar um restaurante familiar, que está construindo anexo à sua casa. Por um lado, o projeto do restaurante está sustentado em uma ideia de valorização das tradições negras quilombolas, com a oferta de um cardápio de comidas típicas locais baseadas no coco, no dendê e nas capturas do rio e do mangue. Comida preparada por sua esposa e sua irmã e servida em mesas pequenas dispostas em um pátio de chão batido. Há, no restaurante de Rosivaldo, um investimento em uma paisagem da tradição, com casas construídas de barro, recuperação dos manguezais que as circundam e plantio de árvores e frutos

típicos da região. Como ele gosta de afirmar: “Quem vem aqui, tem que ver as coisas nossas”. Nesse espaço, meu interlocutor mora junto à sua esposa, sua irmã, o neto e a esposa e um bisneto.

Por outro lado, a construção do restaurante tem como objetivo tornar a família e seu modo de vida economicamente viável, inclusive criando as condições para que os demais filhos e netos possam retornar para Itacaré. Além de um empreendimento econômico promissor que pode vir a garantir renda para toda a família, o restaurante está sendo pensado, mencionado e construído como um espaço para descansar e para reuniões festivas e familiares.

> Ai, ai... neguinho chega aqui e diz: “Bote um preço”, com aqueles carrão. (...) Ave Maria! Tem gente que sentava aqui, almoçava aqui e já botava o preço. É muito dinheiro! Mas eu não tenho aqui pra vender. Aqui é pros meus meninos tomar banho, minha mulher pescar. Todo dia ela pesca aí, joga a rede. Todo dia ela pesca. (...) Os filhos de Ilhéus também estão se arrumando pra voltar. (Rosivaldo, junho de 2021)

Figura 34: Roça e restaurante de Rosivaldo na Povoação I

Fonte: A autora, junho de 2021.

Figura 35: Roça e restaurante de Rosivaldo na Povoação II

Fonte: A autora, junho de 2021.

Seguindo rio acima, entre os quilombos Santo Amaro e João Rodrigues, Miguel e Dora também transformaram sua *roça* em um restaurante que oferece comidas típicas tanto aos turistas, que cada vez mais circulam pelo rio, quanto aos moradores locais. O casal reside na região há 36 anos. Desses, durante 12 anos, trabalharam e moraram na roça de cacau de um estrangeiro, localizada a poucos quilômetros de onde hoje eles têm seu restaurante. Depois, outro forâneo comprou essas terras e os manteve empregados por mais 8 anos, doando ao final desse período, um pedaço de aproximadamente 1.500 metros de *roça* para Miguel e Dora em reconhecimento pelos serviços prestados.

Dora é filha de uma família que foi grande proprietária de terras que estão próximas à praia de Jeribucaçu. No entanto, por se tratar de um solo salobro e arenoso e, por isso, impróprio para a produção de cacau, que dominava a economia de Itacaré no período, e sem ter conhecimento dos processos de implantação do turismo que já estavam em curso, sua família vendeu, a preços baixos, aquelas roças.

Atualmente, Miguel e Dora têm duas *roças:* uma pequena plantação de cacau e outros frutos no pedaço de terra que foi doado pelo estrangeiro e a *roça* na beira do rio, onde está o restaurante, comprado por eles mais recentemente. Diferente dos esforços de Rosivaldo por manter uma estética que invoca certo tradicionalismo das roças negras, o restaurante de Dora e Miguel é uma construção de alvenaria, colorida e adornada com plantas da mata atlântica e

objetos étnicos variados, formando uma paisagem cujos padrões estéticos se aproximam daqueles mobilizados nos espaços de maior circulação turística, nas praias urbanas e nas ruas Pituba e Passarela da Vila, como vimos no primeiro capítulo[27].

Imagens 36: Restaurante na roça de Miguel e Dora

Fonte: A autora, junho de 2021.

[27] Os restaurantes de Rosivaldo e de Miguel e Dora, bem como as casas de outros moradores ribeirinhos que compõem o material desta pesquisa, foram atingidos pela grande enchente do Sul da Bahia em dezembro de 2021 e, na maioria dos casos, perderam grande parte do que possuíam. Com a ajuda do Estado, instituições filantrópicas, empresários, doadores externos e demais moradores da região, quando finalizei o trabalho, estavam em processo de reconstrução.

Figura 37: Banheiro enfeitado com plantas da Mata Atlântica – Restaurante de Miguel e Dora

Fonte: A autora, junho de 2021.

O Bairro Marimbondo, por sua vez, "tem a cara do João Rodrigues", como me informaram em diversas ocasiões. O Quilombo João Rodrigues fica um pouco mais distante dos bairros ribeirinhos se comparado à Povoação e ao Santo Amaro, em torno de vinte a quarenta minutos de navegação com lancha a motor, subindo pelo Rio de Contas. Por causa da distância e do custo considerado elevado do óleo da lancha e do combustível, ou então do grande esforço necessário para movimentar uma canoa de remo, o trânsito dos moradores do Marimbondo entre o *bairro* e a *roça* é menos cotidiano. Embora transitem com frequência, é comum permanecerem em um ou outro lugar por tempo indeterminado, por vezes até semanas e meses. As terras desse quilombo são férteis e propícias à agricultura e aos roçados, ocupadas, sobretudo, com plantações de cacau. Mas há também uma diversidade de frutas, tubérculos e verduras, especialmente nos períodos depois do inverno, quando finda a época de chuvas mais intensas. Longe da foz do rio, embora a pesca de peixes e siris seja uma atividade importante, a ausência de manguezais restringe o acesso a outros tipos de mariscos.

A experiência de Eliseu e a história de sua *roça* é um bom exemplo de como se constrói a relação entre o Quilombo João Rodrigues e o Bairro Marimbondo. Nascido ali mesmo, perto

das terras onde hoje reside com sua esposa - essa vinda da região do Quilombo do Fojo - Eliseu herdou a *roça* da família de sua mãe. O pai nunca teve terras e passou a vida trabalhando como diarista em plantações de cacau de outras pessoas.

Meu interlocutor conta que foi criado com a avó materna e, durante sua infância, ao ser acometido por uma enfermidade desconhecida, passava parte do tempo na *roça* ajudando a família e outra parte na cidade, no Bairro Marimbondo, para tratamento de saúde. Mesmo afirmando reiteradas vezes que sua vida foi sempre na *roça,* em sua memória, ambos os lugares são mencionados como casa, lugar de moradia e de proximidade com os parentes. Conforme afirma:

> **Eliseu:** Porque quando eu nasci, aquele Marimbondo já estava feito. Era meu avô, era meus tios, era todo o João Rodrigues (Risos). Tinha nossa casa ali. Por isso que chamam Marimbondo. Era tudo família. Tudo família! (...) Era todo mundo. Tia Tita que morava lá do outro lado que o marido dela chamava Abelardo. Aí pronto, aí foi indo a família. Quando chegava o tempo de festa – que até hoje tem a novena do povo do Marimbondo – aí tinha a novena do pessoal da roça, de São Miguel.
> **Magda:** E por que chama Marimbondo?
> **Eliseu:** Porque era tudo família. Se tivesse uma briguinha, já sabe... Andava tudo em bando. Eu vejo contar dessa maneira.

Em algum momento de sua adolescência, a mãe decidiu permanecer mais tempo no bairro para que sua irmã pudesse estudar. Ele, então, voltou para a *roça* e pediu à sua avó um pedaço de terra para fazer uma casa para si:

> Essa roça é assim... porque quando eu me entendi por gente, que eu fiquei rapaz, aí eu pedi um lugarzinho à minha avó, um cantinho. Que ela tinha botado um saco de mandioca aí. Depois que eu tinha uns 12 pra 14 anos pedi pra ela se me dava pra modo de eu fazer uma casa. Aí ela me deu. Eu era solteiro ainda e ela me deu. E eu nem fiz a casa pronta. Tava na metade, cobri a metade. Fiz de barro...

Foi nessa casa na roça de sua avó que conheceu sua esposa com quem teve 15 filhos, dos quais criou apenas 10. Durante boa parte de sua vida, dedicou-se ao trabalho de fazer *carriagem,* carregando na canoa produtos, mantimentos e materiais entre as *roças* da região*,* dessas para os bairros ribeirinhos de Itacaré e para as cidades vizinhas de Maraú e Camamu. Em dado momento, apareceu em sua *casa* um coronel da polícia, chamado Capitão Andrade, proprietário de grandes extensões de terra na região. Alguns de meus interlocutores contam que boa parte do Bairro da Passagem era de sua propriedade e foi por ele loteado e doado ou vendido a alguns dos moradores, muitos com família no João Rodrigues. Na ocasião, Capitão Andrade

ofereceu a Eliseu uma permuta entre a *roça* que ganhou de sua avó e outro pedaço de terra nas proximidades, localizadas à beira do rio, sob a justificativa de que se tratava de terras mais férteis, com roça de cacau já plantada e com melhor acesso. É essa a *roça* onde atualmente meu interlocutor mora junto à sua esposa. Muitos de seus filhos, genros, noras e netos também se instalaram nas proximidades adquirindo ou ocupando roças quilombolas. Juntos dedicam-se à plantação de cacau para a comercialização e à pesca, à coleta de frutos e à produção de roçados para a subsistência.

Manoel Cupim também tem sua *roça* no João Rodrigues, no qual atua, junto a seus filhos, como as principais lideranças da associação quilombola. São aproximadamente 18 hectares divididos entre plantações de cacau, roçados com verduras, legumes e tubérculos e árvores frutíferas diversas. Segundo ele, foi "no cacau" que criou seus filhos. Algumas vezes vendendo sua *roça fechada*, quando recebe determinada quantidade de dinheiro antes do cacau ficar maduro, comprometendo-se a entregar a totalidade da produção ao comprador. Outras vezes, e essa é a forma mais comum, vendendo a castanha seca nas barbaças de cacau depois da colheita.

Sua *roça* é uma parte dos 102 hectares de terras que seu pai deixou em herança aos filhos. Graças a isso, sua casa está rodeada por outras moradias, de irmãos e sobrinhos que também se dedicam ao cacau e, em alguns casos, ao cupuaçu. As cercas, nesse ambiente, são necessárias apenas para delimitar a estrada principal de entrada ao quilombo e servem de controle à chegada de gente desconhecida. Entre as roças, somente caminhos feitos em meio ao cacau pelas andanças dos moradores. Estar em sua casa é encontrar-se o tempo todo com alguns de seus parentes que circulam por ali. Motivo que levou meu interlocutor a investir em uma nova construção de alvenaria e a ampliar e duplicar sua cozinha para abrir espaço para os visitantes: há a cozinha grande da casa de alvenaria e a cozinha pequena de fogão de barro acoplada aos fundos. A casa de madeira, onde antes residia, foi destinada à sede da Associação Quilombola. É nesse local que acontecem as reuniões e festejos, sobretudo as tradicionais comemorações de Santo Antônio, famosas nesse quilombo.

Segundo Manoel, seu pai teve uma grande quantidade de terras se comparado a outros moradores da região. Essas terras, porém, resultam de uma vida de *quase escravidão,* de trabalho árduo e contínuo a um coronel que, ao ir embora, entregou-lhe o direito de posse. Como afirma:

> Aqui comprou. Foi mais do que dinheiro. Trabalhou muito pra um coronel aí. Sorte que ele deu essa área a ele. (...) Meu pai era quase um escravo desse

> coronel aí. (Quilombo João Rodrigues, agosto de 2021).

Seu pai teve doze filhos em dois casamentos e mais um filho adotivo. Antes de morrer, à medida que os herdeiros iam constituindo uma nova família, ele foi também repartindo e distribuindo a terra entre todos, um movimento que constituiu o próprio quilombo. Terras que depois foram sendo novamente repartidas, vendidas, compradas, doadas e trocadas, em dinâmicas que se espraiaram para além da família, formando a configuração atual do João Rodrigues. Alguns de seus irmãos se deslocaram para o Marimbondo para que as crianças pudessem estudar e não voltaram mais, desfazendo-se da terra. A educação dos filhos e netos é uma justificativa recorrente para longas permanências no bairro. Outros permaneceram com a *roça,* dividindo o tempo entre os dois espaços. Mais recentemente, para o descontentamento de meu interlocutor, se intensificou o processo de venda das terras na região. Como afirma Manuel:

> Porque aqui, não tinha rico aqui, não. Não tinha branco aqui, não. Mas a gente não se declaramos. A gente em vez de se apoiar, se renegamos. Então foi chegando gente, foi chegando gente. Foram vendendo, foram vendendo... Aí vieram os gringos.

Como forma de se contrapor a essas dinâmicas econômicas de comercialização de terras quilombolas, Manuel Cupim manifestou a toda sua família que quer ser enterrado em sua *roça,* justificando com o argumento de que terra onde tem corpo de gente morta é mais difícil de alguém "de fora" se interessar. Afirma que tem essa vontade registrada em documento, já que seu maior desejo é que as terras de seu pai permaneçam sendo de seus filhos, sobrinhos e netos.

Figura 38 – Casa de Manoel Cupim com a cozinha de barro acoplada aos fundos - Quilombo João Rodrigues

Fonte: A autora, agosto de 2021.

Figura 39 – Manoel Cupim e sua esposa Maria andando por entre a roça de cacau – Quilombo João Rodrigues

Fonte: A autora, agosto de 2021.

Figura 40 – Sede da Associação Quilombola João Rodrigues

Fonte: A autora, agosto de 2021.

Essas diferenças nas relações que os moradores dos bairros Marimbondo e Porto de Trás estabelecem com as *roças* – que incluem distâncias, organização do tempo, tipos de produção e, em alguns casos, inclusive, diferenças de renda, uma vez que o cacau pode ser mais rentável que o marisco, embora com safra restrita a uma ou duas vezes no ano - são marcadores que sustentam certa performance do conflito e de disputa entre os bairros, como vimos, por exemplo, nas festas de São João. Embora eles compartilhem práticas e experiências cotidianas comuns, tais como costumes alimentares, formas de construção das casas e de coabitação, manutenção das *roças,* estratégias de inserção no mundo do trabalho, produções culturais, entre outras, é recorrente ouvir entre os moradores dos dois bairros, marcadores de diferenciação, inclusive de rivalidade e concorrência. Conforme afirmou José, morador do Marimbondo: "Diz que tem parente no Porto de Trás, mas não tem nenhum tipo de intimidade. Não somos inimigos, claro! Mas não tem muito afeto".

Um exemplo interessante desses conflitos performatizados são as narrativas a respeito das festas que aconteciam antes das mudanças ocasionadas pela reforma da rodovia. Os moradores contam que existiam dois blocos de carnaval: o Bloco do Porto de Trás, que se chamava "Primeiro Nós" e o do Marimbondo, que se chamava "Deixa eu Falar". Como podemos perceber, os próprios nomes dos blocos invocam certa primazia para o bairro em questão e indicam uma disputa. Durante a preparação das festas, os moradores confeccionavam as fantasias escondidos em suas casas e becos, mostrando-se aos demais somente no dia do

desfile. A partir da exibição pública dos foliões, os comentários que se espraiavam pelas ruas dos bairros, sobretudo satirizados nas resenhas, se ocupavam de avaliar qual bairro tinha construído a melhor fantasia e a melhor performance naquele ano. As narrativas dos moradores são interessantes a esse respeito:

> Quando chegava época de carnaval tinha muita, muita festa, muita batucada. Tinha "Primeiro nós" e "Deixa eu falar". "Primeiro Nós" era do Porto de Trás. "Deixa eu falar" era daqui do Marimbondo. Era rival. Quando fazia a roupa ficava oculto. Nenhum podia saber da cor da roupa que o outro ia usar. (...) E aí meu marido, ele tocava violão. Aí chamavam ele pra tocar, menina. Era uma festa que... Eita! Quando saía essa batucada, pensa! Um saía e o outro saía também. Um ia por uma rua e o outro ia pela outra. Era pra se mostrar. Cada qual o seu. Depois ficava junto. E tinha as resenhas, que você sabe como é esse negócio. E aí era uma festa! Era uma festa! Hoje em dia não tem festa nenhuma. (Rosana, Marimbondo, agosto de 2021).

> Era "Deixa eu Falar" e "Primeiro nós". "Primeiro nós" era aqui. (Risos) Aí comprava as fantasias. A de lá era amarelo e azul. A daqui era verde e branco. Aí saía, levava o estandarte. (...) No fim tinha briga, o lado de lá e o lado de cá. (Marcia, Porto de Trás, agosto de 2021).

Essas disputas entre os bairros, embora nas festas apresentassem em sua maioria um caráter performático constituído pelos atos de produzir as diferenciações às escondidas, depois mostrar-se aos demais e, por fim, comentar e avaliar as performances em *resenhas* divertidas e entusiasmadas, quando se tratava das relações cotidianas, podia implodir em brigas e disputas reais, por vezes corporais. Poliana conta que:

> A gente [Porto de Trás], nós vendíamos caranguejo. Assim, de manhã vendíamos peixe, das seis às sete horas vendia o peixe e ia pra escola às oito. (...) Enquanto isso os meninos de cá, do Marimbondo iam muito pescar. E quando era meio-dia nós vínhamos pra casa pra vender o caranguejo. Pegava às cinco da tarde, quando terminava de catar, pra vender até às seis da noite esse caranguejo. E os meninos chamavam a gente de caranguejeiro, que a gente só fedia a lama, só vivia no mangue e fedia à lama. Nós fedíamos à lama na escola, mesmo depois de tomar banho. E nós: "Ah, e vocês que são um bando de Marimbondo? Marimbondo pica, mas não machuca e caranguejo aperta e arranca o pescoço". (Gargalhada). Às vezes tinha umas brigas na escola por causa desta questão de caranguejos e marimbondos.

Atualmente, a localização dos bairros desencadeia também algumas dinâmicas diferentes entre seus habitantes. Como vimos, o Porto de Trás é acessado exclusivamente pela rua que o conecta ao centro da cidade, ou então por meio de transporte hidroviário, que aporta no pequeno porto localizado na foz do rio, de modo que esse permanece relativamente reservado à circulação de visitantes e turistas. Já o bairro Marimbondo é um local de considerável trânsito

de veículos e pedestres, especialmente porque dá acesso a outro bairro populoso, que se consolidou a partir da implementação da indústria turística e do adensamento urbano pelo qual Itacaré passou nas duas últimas décadas. Localizado mais ao norte e igualmente ocupando as encostas do Rio de Contas e do seu manguezal, essa localidade é conhecida como o Bairro da Passagem. Local de moradia que se formou, tanto a partir de desdobramentos da população *nativa* em seus movimentos de adaptação ao novo contexto, como vimos, quanto pela acolhida de forâneos que vieram se instalar na cidade recentemente, de modo que muitos dos que ali residem participam de forma ativa das redes de relações mobilizadas nos bairros ribeirinhos. Dessa forma, embora tanto o Marimbondo quanto o Porto de Trás vem convivendo cada vez mais com dinâmicas que estão fora de sua rede costumeira de relações e que inclui o estabelecimento de vínculos com gente de fora, o Porto de Trás o faz com menor intensidade.

Essas diferentes dinâmicas desencadeadas pela articulação dos bairros com a cidade resultam em experiências urbanas distintas e impactam de maneiras diferentes uma mesma territorialidade. No processo de produção desta pesquisa, pude observar que enquanto os moradores do Marimbondo comumente se apresentaram como trabalhadores e discorrem sobre seus esforços constantes de adaptação ao mercado do turismo, exibindo cursos e habilidades, conforme vimos na experiência de Rui, descrita no primeiro capítulo, os moradores do Porto de Trás se apresentam como detentores de uma autenticidade original dentre os *nativos* e berço da cultura de Itacaré*,* o que os estimula, desde a consolidação do novo mercado na cidade, a investir na produção de uma identidade local através da valorização das manifestações culturais negras e da invocação à ancestralidade. Em 2006, inclusive, o Bairro Porto de Trás foi reconhecido pela Fundação Palmares como um quilombo urbano. Não à toa, a placa que indica o acesso ao bairro leva a inscrição "Centro Cultural", um tema que dada sua relevância será retomado no quinto capítulo desta tese.

4.3. "Mas somos vizinhos de coisas de preto": o movimento da ancestralidade

Apesar de meus interlocutores salientarem a existência de diferenciações significativas entre si no que se refere à relação que os dois bairros estudados mantêm com as respectivas *roças,* como discuti até aqui, suas experiências convergem quando se trata de relatos sobre a origem desse território negro quilombola. Conforme a enunciação de Poliana, que dá título a esta seção, o que os torna vizinhos, e por vezes, parentes, são "as coisas de preto". E essas, por sua vez, estão estreitamente relacionadas com os "movimentos da ancestralidade". Retomo aqui a enunciação de minha interlocutora que inaugura este capítulo:

> Antes de você começar, deixa eu falar uma coisa importante. Antes de vocês chegarem, antes do turismo, nós já tinha o nosso movimento. Nós temos uma prioridade bem diferente do que o povo comenta. Porque antes dos anos 80, antes dos 70, por aí, a gente já tinha o nosso movimento aqui, o nosso movimento cultural, para as roças, para os mangues, no rio, em tudo. É da nossa ancestralidade. Nós tinha os nossos babados, o nosso bate tambor. Aqui, assim, em nossas casas, nas nossas roças, nos nossos quilombos. A gente já existia aqui. (Poliana, Porto de Trás, agosto de 2021).

Como afirma Poliana, a população ribeirinha de Itacaré vive à sua maneira desde muito antes da chegada do turismo, o que significa que além de apresentar um modo de vida específico, com experiências e práticas sociais comuns aos moradores dos dois bairros, se legitima através do recurso à noção de ancestralidade. A menção a uma mesma origem, o Quilombo do Oitizeiro, e a valorização dos antepassados na demarcação de tempos e espaços, assim como na configuração das redes de parentesco e moradia é recorrente na forma como eles interpretam e vivem o mundo.

A pesquisa de Balkenhol (2014) no contexto pós-colonial holandês pode ser aqui metodologicamente relevante. Interessado em compreender de que maneira as representações mais gerais do Estado Holandês e suas políticas do patrimônio material se relacionam com os contextos nos quais são negociadas e rearticuladas as subjetividades políticas no cotidiano das pessoas negras desse país, o autor propõe seguir as narrativas de identidade e pertencimento como traços, rastreando as ressonâncias locais da história em cotidianos concretos. Segundo o autor, rastrear os traços é assumir uma perspectiva não linear da história, de modo que ela não possa ser entendida fora dos modos de percepção estabelecidos no presente. Rastrear aponta para uma maneira de compreender o que as pessoas fazem com o que o passado lhes deixou: corpos, emoções, outros materiais e modos de socialização e relações culturais.

Na esteira dessas reflexões, defendendo uma antropologia da história como estratégia de contraposição às perspectivas coloniais da história ocidental padrão, Palmié e Stewart (2016) chamam a atenção para a necessidade de desenvolver alguma sensibilidade etnográfica à pluralidade de alternativas locais de produção do passado, manifestas na prática dos agrupamentos que estudamos, atentando para a maneira como eles o representam de um jeito que considerem importante e convincente em seus contextos sociais específicos. Para isso, nos alertam os autores, o etnógrafo deve atentar para a heterogeneidade cronológica não como forma de poluição anacrônica da história, mas como possibilidade da multiplicidade de experiências. Trata-se, então, de não decidir sobre o reconhecimento da história por razões conceituais definidas a priori, mas de abrir-se a uma investigação etnográfica que esteja sujeita

à multiplicidade, pois é justamente a experiência pessoal do passado que, quando reencenada no presente, a torna significativa.

Ao rastrear (cf. BALKENHOL, 2014) as experiências e práticas de meus interlocutores, foi possível perceber que as diversas narrativas sobre a origem dos bairros Marimbondo e Porto de Trás, embora coincidam no reconhecimento do Quilombo do Oitizeiro como o agrupamento primeiro que, por meio de sua dispersão, deu origem aos *bairros* e às *roças* ribeirinhas, se desdobram em três diferentes histórias.

Uma dessas histórias conta que há muitos anos, na foz do Rio de Contas, naufragou um navio carregado de pessoas trazidas da África para serem escravizadas nas lavouras de mandioca localizadas em Itacaré. Os negros que estavam no navio, diante do naufrágio, aproveitaram para fugir pelas margens do rio, embrenhando-se na mata e vivendo do que ali podiam pescar, coletar e plantar. A abundância de recursos do rio e da mata são sempre elementos valorizados nessas narrativas. Alguns fugitivos foram pegos pela polícia imperial que saiu em caçada. Os mais espertos e resistentes, porém, debandaram-se rio acima, reunindo-se em agrupamentos espalhados por toda sua margem até a Chapada da Diamantina e misturando-se aos indígenas que habitavam a região. À medida em que a perseguição policial enfraqueceu, muitos se instalaram na foz do Rio de Contas, onde hoje se localizam os bairros Marimbondo e Porto de Trás. Rui e Dona Gisele narram essa história da seguinte maneira:

> Porque conta a história do Porto de Trás que os negros, os mais velhos... que os negros vieram pelos navios, que fugiram e que se esconderam aqui no Porto de Trás. (Rui, Porto de Trás, abril de 2019).

> Isso aqui, essa rua, era um quilombo. Quilombola. Dos escravos fugidos. Aí vieram e se acomodaram um tanto aqui nessa rua, um tanto lá onde é aquele esgoto d'água e depois foram subindo rio acima. E aí o que foi fundado primeiro foi essa rua aqui. (...) Eles vieram pra aqui. Pra aqui e pra lá pro Marimbondo. Aí depois eles foram subindo o rio. Foram subindo o rio e deixando as raízes atrás. (Gargalhada). Deixando as raízes atrás. E aí ficou essa mistura aqui. Essa mistura de escravo, com índio. Isso aqui que é o Porto de Trás. (Risos) (...) Eles foram subindo e deixando a raça. (Gargalhada). Mas foram subindo por aí. Fugidos. Sempre fugidos. (...) Meu avô era descendente de escravos, minha avó era de índio. Misturou. Aí ficou essa mistura aqui. (Dona Gisele, maio de 2019).

Invertendo o vetor da movimentação dos desertores, uma história diferente é contata pelos meus interlocutores, ainda que mais raramente. Para alguns, o Marimbondo e o Porto de Trás se formaram a partir de famílias negras que foram descendo pelo Rio de Contas, fugindo de fazendeiros e jagunços, até chegar à sua foz, na cidade. Nesse trajeto de descida do rio em

direção ao mar, muitos dos negros fugitivos ocupavam-se do transporte de pedras preciosas desviadas da exploração imperial e comercializada com piratas que navegavam a região. Nesse processo, à medida em que fugiam e ampliavam seus agrupamentos e famílias, foram ocupando as terras, plantando roçados, cultivando cacau e expandindo territórios em toda essa parte ribeirinha de Itacaré.

É interessante salientar que os moradores que contam esta versão da história, em sua maioria, têm seus antepassados nos quilombos que estão rio acima, mais distanciados do centro da cidade, como o Fojo, Serra D'Água e João Rodrigues. Assim, a forma como organizam sua memória e narrativa histórica atualiza o próprio movimento feito pela família nas trocas e comercializações entre roças. São famílias que, ao longo das gerações, vieram descendo pelo rio até instalarem-se na cidade.

A narrativa mais recorrente, porém, remete o protagonismo da ocupação do espaço ribeirinho e da fundação da cidade à rebeldia e resistência dos negros fugidos que formavam o Quilombo do Oitizeiro. Essa vem se tornando, cada vez mais, a narrativa pública de apresentação dos moradores dos dois bairros aos visitantes, à mídia e aos gestores públicos. Ela é repetida nas ruas, mobilizada em reinvindicações políticas, contada às crianças e ensinada nas atividades do Centro Cultural.

Segundo meus interlocutores, o Quilombo do Oitizeiro era o segundo maior agrupamento de negros do Brasil, ficando atrás apenas de Palmares. Com sua sede na região hoje conhecida como Povoação ou Porto do Oitizeiro e seus moradores ocupavam toda a área de foz do rio. Com o avanço das tropas policiais do império no início do século XIX e a consequente dispersão e fuga dos negros desse quilombo que avançaram pelas margens do rio até a Chapada da Diamantina, permaneceram no Marimbondo e no Porto de Trás aqueles que foram mais espertos, corajosos e resistentes, os que de fato enfrentaram a briga, a guerra, e venceram a ofensiva do estado. São eles, portanto, que inauguram o nascedouro de Itacaré. Como ouvi em diversas ocasiões: "Não podemos esquecer que Itacaré nasceu aqui, com a gente aqui do Marimbondo e do Porto de Trás". Ou ainda: "Itacaré existe porque a gente ficou aqui. Não fugiu, não. Permanecemos aqui". A narrativa do mestre de capoeira Comprido, um de meus interlocutores, em resposta a viajantes que estavam produzindo um curta-metragem sobre "o paraíso que não vê", é contundente na mobilização desses argumentos. Vejamos:

> Eu estou aqui no bairro que é o berço, né, o primeiro bairro de Itacaré. Então o Quilombo do Oitizeiro, que é o maior quilombo depois de Palmares era concentrado aqui, nessa parte aqui (mostra com o braço todos os lados do bairro). Entendeu? Aquele morro ali estava ali a base de Cangaçuri que era a

> base do quilombo. E aqui está a resistência. Quando invadiram o quilombo, lá por 1800, por aí, aqui foi resistência. Ficaram mais perto da cidade. Os outros dispararam pelo rio, subindo rio acima aí, lá em Taboquinhas. Você vê que tem parente aí até a Chapada [da Diamantina]. Entendeu? Te contei essa história, né? Porque os negão correram aí, onde tinha rio era negão correndo. Os negão medrosos que a gente chama. Poh, correram demais! (Risos) Correram muito, poh, a guerra foi aqui. (Risos). Entendeu? E no final foi que não houve nem resistência. Que de Ilhéus veio os outros negão avisar que iam invadir: "Oh, tá lá, a capitania tá lá que vai invadir aqui amanhã". Então eles se dispersaram antes. E aqui ficou a galera que não corre, não. (Gargalhada). Então quero ver. Então ficou aqui o Porto de Trás, a galera dessa rua. Que era uma ruazinha tudo com casinha de barro e com o tempo começaram a fazer casinha de tijolos. Que tinha uma associação ali de mães, que era a maternidade. Aí foram fazendo as casinhas e mudando. Aí tem o outro, o Marimbondo. Marimbondo também é resistência aqui, oh. Que é gente quilombola também. (Comprido, Porto de Trás, em depoimento no curta "Quilombo da Resistência, Itacaré – BA).

Rosivaldo, ao contar-me a história do lugar onde mora, a Povoação, corrobora com os mesmos argumentos:

> Esse lugar aqui da Povoação era chamado Quilombo do Oitizeiro. Era o segundo maior quilombo do Brasil. Só perdia pro quilombo de... como é o nome? Dos Palmares. Então, praticamente os quilombos aqui que era mais ou menos duas mil pessoas que vinha desde Ilhéus até Cairu. Até Cairu carregando escravo comprado. Então se aportaram aqui, nessa Povoação. Fugia de lá e vinha pra aqui. Esta é a história recente. Depois que veio isso aqui. Mas antes disso aqui veio o Quilombo do Oitizeiro com mais ou menos dois mil negros. E eles se moviam muito. Eles já iam daqui até o Recôncavo Baiano levar... vender farinha, vender banana já naquela região. Entendeu bem? Então esse ciclo existiu. Era tudo negro fugido. Não era negro livre, não. Negro fugido. (...) Então quando eles estavam aqui, eles não eram mais só desse lugar da Povoação. Eles já se movimentavam... já abrangiam todo esse vale aqui do Rio de Contas. Desde aqui até a região de Taboquinhas. Então eles já dominavam o Rio de Contas. Até mais ou menos a região de Taboquinhas. Só que eles cresceram tanto que em 1800 e pouco já, aí o governo mandou os homens aqui pra pegar os chefes. Aí conseguiram pegar muita gente, mas os chefes não prendiam. E aí você tem o pessoal daqui até a cidade do Rio das Contas. Tudo somos nós, o pessoal daqui. Fugidos... fugidos... Aqui ficaram só os filhos. Ou pessoas que o governo não tinha interesse de pegar. Queriam pegar os chefes, mas não conseguiram pegar os chefes. Então depois disso aí, só depois disso aí é que vem os ciclos. O ciclo do Pau Brasil, que é normal. Depois veio o ciclo da cana-de-açúcar. Mas como aqui nosso vale é pequeno produziu pouco e eles caíram fora. E quando eles saíram, [os negros] foram assumindo esse lugar. Os negros foram subindo... subindo, e tomaram conta de tudo. Só que depois foram vendendo. Mas se você subir aí só tem negro. Os brancos que têm é porque compraram. Mas 90% dessa população nossa daqui é uma população de negros. (Povoação, junho de 2021).

Como podemos perceber nas narrativas, embora meus interlocutores apresentem

versões diferentes da história, elas convergem em apresentar a origem dos dois bairros como agrupamentos formados por negros que, embora não fossem totalmente livres, também não eram escravos. A categoria utilizada por eles é de "negros fugidos", caracterizados como aqueles que de um lado debandaram das relações de escravidão que dominavam as cidades vizinhas, especialmente Cairu e Ilhéus, e de outro, resistiram às ofensivas da polícia imperial. Como afirma Rosivaldo: "Era tudo negro fugido. Não era negro livre, não. Negro fugido". Ainda, por outro lado, ao permanecerem e enfrentarem a hostilidade do império, O Marimbondo e o Porto de Trás são mencionados por seus moradores como surgidos da "resistência" à perseguição policial, como vimos na afirmação de Comprido.

Porém, ao mesmo tempo que essas reconstruções narrativas convergem ao serem apresentadas como atos de legitimação dos moradores ribeirinhos de Itacaré, elas também tensionam entre si. Como podemos observar nas enunciações de Rosivaldo e Comprido, meus interlocutores confrontam os negros que "fugiram" do enfrentamento com a polícia imperial àqueles que permaneceram na região e resistiram aos seus perseguidores – os fortes. Nesse confronto de narrativas relativas à origem da população negra local, a dispersão provocada pela fuga dissolve a identidade, enquanto a resistência que caracteriza os bairros Marimbondo e Porto de Trás, a fortalece. São esses bairros, portanto, vividos e narrados como os herdeiros dessa ancestralidade da resistência e do enfrentamento.

4.4. Tensões em relação à historiografia oficial

As narrativas que recriam a história local a partir da experiência de meus interlocutores, não podemos desconsiderar, são enunciações que se inserem e são mobilizadas em cenário de expansão turística. No contexto de crescente relação com aqueles que chegam de fora - sejam eles visitantes, moradores ou investidores - as histórias contadas por meus interlocutores sobre seu passado e a sua origem deslocam, ainda, o foco narrativo oficial que enaltece o papel da elite cacaueira na construção da história regional da Costa do Cacau para sua própria história de luta e resistência, com vistas a marcar seu lugar protagônico no cenário político e econômico nacional. Abre-se aqui um outro campo de disputas narrativas que tensiona a historiografia oficial que foi produzida sobre a região.

Estabelecer diálogo com as questões relativas aos processos de constituição da região hoje conhecida como Costa do Cacau, mais especificamente da Barra do Rio de Contas onde está localizada a cidade de Itacaré e os bairros estudados, é fundamental tanto para a compreensão da maneira como meus interlocutores mobilizam argumentos históricos, como

também das características e da forma como se estruturam as relações sociais na atualidade. O destaque nesse contexto de discussão são as práticas econômicas da população negra ribeirinha.

A importância do comércio de alimentos na configuração das particularidades do modo de vida da população negra ribeirinha de Itacaré antecede não apenas a implantação do turismo, mas a própria lavoura cacaueira que dá nome à região e cujos monumentos e símbolos foram se constituindo como elementos históricos oficiais, comercializáveis no atual cenário econômico. A historiadora brasilianista Mary Ann Mahony (1996 e 2007), uma das primeiras pesquisadoras a sistematizar a problemática da construção de uma tradição narrativa sobre as terras do cacau, nos alerta que a produção da historiografia oficial sobre a região está fundamentada em um mito de origem que diverge da narrativa de meus interlocutores. Neste caso, a noção de origem se distancia das práticas e experiências negras, uma vez que mobiliza e ostenta ideias de progresso, modernidade e republicanismo como valores inerentes à implantação da cacaicultura. Desta forma, carrega a pretensão de consolidar discursos que se contrapõem ao passado escravocrata da aristocracia imperial, especialmente os proprietários das grandes lavouras canavieiras da capital Salvador e de seu Recôncavo, que se ergueram sobre o trabalho cativo.

Para a autora, o mito de origem oficializado na academia e no Estado se constituiu por meio de narrativas que buscavam produzir a identidade de parte da elite regional – que a literatura denominou como os "novos ricos" – no intuito de legitimá-la social e politicamente, ostentando a bravura dos plantadores de cacau e seu pioneirismo heroico. Diferentemente das famílias aristocráticas canavieiras que haviam recebido terras do Estado e se constituíram a partir da exploração de mão-de-obra cativa, os "novos ricos" foram apresentados como homens que "não herdaram grandes fortunas, não possuíam grande número de escravos e, com poucas exceções, não tinham conexões de parentesco legítimo com as famílias poderosas, nem da Bahia, nem do Brasil" (MAHONY, 2007: 747).

O processo de transformação da identidade de uma elite regional ascendente em história oficial, portanto, se dá através do negligenciamento de desigualdades raciais decorrentes do colonialismo escravocrata que marcou o povoamento da região, produzindo, ao mesmo tempo, justificativas à concentração fundiária e de renda que sustentou a economia cacaueira da Bahia ao longo do século XX. Segundo a autora, até os anos 1980, a tradição narrativa produzida sobre a região se dedicava quase que exclusivamente a contar a história desses homens brancos, fortes e aventureiros, que trabalharam muito e, com seus próprios esforços, desbravaram as matas virgens do sul da Bahia para transformá-las em fortes e promissoras plantações de cacau. A ênfase nas adversidades enfrentadas por esses "desbravadores" e o superdimensionamento

de seu “pioneirismo heroico” enfraquece, de um lado, o reconhecimento da marcante presença de famílias aristocráticas na região, que consolidaram seu patrimônio a partir da exploração de trabalho escravo e da concentração fundiária, inclusive iniciando uma incipiente produção de cacau ainda no período imperial e que, mesmo com as transformações inauguradas pelo republicanismo, mantiveram intactos seu poder e privilégio calcado na exploração da mão de obra negra não remunerada ou sub-remunerada.

De outro lado, a produção historiográfica oficializada também deixa de considerar o protagonismo da população mestiça, cabocla e negra, que neste período, conforme aponta Mahony (2007), formava cerca de 80% da população da Comarca de Ilhéus, da qual a Barra do Rio de Contas fazia parte. Essa era constituída especialmente de pequenos produtores, em muitos casos lavradores ex-escravos, que por não acessar os caminhos do comércio do cacau controlados pela elite produtora, nem as políticas de crédito agrícola disponibilizadas pelo governo, uma vez que não possuíam títulos de terras, complementavam sua renda familiar prestando trabalho temporário nas grandes propriedades.

Lima da Cruz (2014) e Ribeiro (2014), também historiadores, ao seguirem as problematizações propostas pelas pesquisas de Mahony (1996 e 2007) e atentando para a significativa presença de uma população negra na região, afirmam que é preciso reconhecer que a mão de obra recém liberta permaneceu sendo utilizada pelas lavouras cacaueiras por vários anos, inclusive porque não houve significativa migração dessa população para outras regiões do país após a abolição da escravatura, uma vez que os trabalhadores agora livres foram recrutados para as novas plantações. Ou seja, a zona do cacau recebeu mão de obra liberta dos canaviais da capital e do Recôncavo baiano, que naquele momento estavam em decadência, assim como de outras regiões do nordeste brasileiro, especialmente do estado de Sergipe.

Muitos ex-escravos residentes na região possuíam experiência na plantação de roçados acoplados às grandes fazendas, em alguns casos inclusive no cultivo do próprio cacau, o que, no contexto pós-abolição da escravatura, lhes permitiu aventurarem-se a ampliar ou abrir suas próprias roças embrenhadas na mata. Além disso, passaram a exigir pagamento pelos dias trabalhados em plantações de cacau que cultivavam nas terras de seus ex-senhores em seus dias de folga.

Dessa forma, conforme afirma Lima da Cruz,

> Obviamente, se os “desbravadores” impulsionaram o desenvolvimento regional, fizeram isso utilizando mão-de-obra cativa e, no pós-abolição utilizaram trabalhadores semi-assalariados, muitos deles libertos de várias partes do nordeste. Portanto, afirmamos com segurança: foi o “suor” e o

> "sangue" de muitos negros e negras que forneceram as bases da identidade e da riqueza na zona cacaueira da Bahia. (LIMA DA CRUZ, 2014: 40).

Instigada por esse debate em torno das produções narrativas sobre as terras do cacau e dos processos de obscurecimento da participação de parte da população local nesse processo, a historiadora Valdineia Sacramento (2008), pesquisadora *nativa* de Itacaré[28], se dedicou à investigação de documentos históricos referentes à Vila da Barra do Rio de Contas. Ao reconstruir alguns dos movimentos de povoação dos bairros mais antigos da cidade a partir do exame de padrões de rebeldia escrava da região durante o período imperial no século XIX, a autora nos mostra como se deram os processos de constituição de um campesinato negro na região e, a partir dele, o desenvolvimento de feiras e outras organizações socioeconômicas constituídas por comunidades de fugitivos e compartilhada por escravos, libertos e livres das vilas que se localizam nas margens férteis do Rio de Contas, região dos chamados Mocambos do Borrachudo: Camamu, Ilheus e Maraú, além da atual Itacaré.

Seu trabalho explora a tênue fronteira entre uma economia escravista e outra caracterizada pela produção agrícola baseada na policultura, cultivada por agrupamentos de negros que constituíam arranjos sociais diversos e complexos que incluíam escravos, fugitivos e libertos, enredados em teias de relações de solidariedade, comércio, conflitos e proteção, que não podem ser reduzidos ao clássico modelo de Palmares.

Segundo a autora, enquanto a capital Salvador e seu Recôncavo se caracterizaram pela utilização de mão de obra escrava na grande e rentável lavoura açucareira, a Vila da Barra do Rio de Contas foi designada pelo império para a produção de mandioca e outros gêneros alimentícios com o objetivo de alimentar os grandes planteis de escravos recrutados para o trabalho nas áreas monocultoras. Essa divisão econômica criada pelas políticas imperiais enfraqueceu os senhores de terras da Vila, uma vez que os isolou do mercado mais rentável do açúcar. Sem condições para a posse de um extensivo número de trabalhadores e em meio a um contexto no qual se multiplicavam os casos de rebelião negra na região[29], esses senhores da Vila tinham a necessidade de contar com a cooperação dos negros, um processo que resultou em contornos particulares da escravidão local. Possuindo poucos escravizados e com dificuldades de alimentá-los e mantê-los nas fazendas, já que muitos debandavam para os

[28] Valdineia Sacramento nasceu em Itacaré em um dos bairros mais antigos da cidade, onde reside ainda hoje. Em sua carreira acadêmica, tem se engajado na revisão da produção histórica sobre a Costa do Cacau, especialmente na produção e avaliação de dados referentes à presença e protagonismo da população negra na região.

[29] Sobre rebeliões de escravos no sul da Bahia, ver Stuart Schwartz (1988 e 2001).

mocambos ou quilombos que estavam se formando nas margens do Rio de Contas, os senhores adotaram como estratégia para a manutenção dos trabalhadores em suas lavouras o incentivo à criação de famílias escravas e a permissão para que elas plantassem seus roçados de subsistência em partes das terras das fazendas[30].

Esses arranjos econômicos eram, por um lado, uma estratégia dos senhores para que pudessem minimizar as tensões e garantir a permanência dos escravos em suas fazendas. Por outro lado, para os cativos, os pequenos roçados apresentavam-se como possibilidade de alguma autonomia, uma vez que sua instituição por vezes resultava em possibilidades da compra de alforria com o resultado da comercialização do excedente de produção e na construção de famílias e de experiências de territorialização em torno dos roçados que, por vezes, escapavam do controle institucional dos senhores. As roças desencadeavam, portanto, formas de negociação e de territorialização dentro do sistema escravista.

Os registros documentais reunidos por Sacramento (2008) apontam para dinâmicas econômicas a partir das quais, ao apropriar-se desse pequeno espaço de uma autonomia possível, várias famílias de negros cativos acabavam produzindo em suas roças uma quantidade de alimentos maior do que a necessária para sua subsistência, engajando-se, dessa forma, em redes de comercialização e criação de pequenas feiras nas margens do rio, dinâmicas que articulavam escravizados, fugitivos, taberneiros, barqueiros e quilombolas, alcançando, inclusive, trabalhadores das cidades vizinhas. Nas feiras, para além das trocas mercantis que dinamizavam a economia local da população negra ribeirinha, tanto cativos quanto fugitivos e aquilombados conseguiam manter contatos familiares, trocar informações sobre o avanço de tropas punitivas, entre outras coisas, de modo que o trânsito de pessoas e o comércio de gêneros alimentícios proporcionou e sustentou a construção de importantes redes de solidariedade e ajuda mútua.

Dessa maneira, desde sua fundação, a Vila da Barra do Rio de Contas conviveu, ao mesmo tempo, com uma economia de base escravocrata e com outra caracterizada pela produção camponesa e o pequeno comércio que mediava a troca de produtos, constituindo assim arranjos sociais que combinavam trabalho forçado e certa autonomia relativa da população negra.

É justamente essa especificidade da escravidão local que aqui nos interessa, as brechas

[30] Diversos historiadores se dedicaram ao estudo de processos de criação de pequenas roças cultivadas por famílias escravas, conhecido na literatura como acoitamento de escravos. Para mais informações sobre isso, ver CARDOSO, 1987; REIS e SILVA, 1989; REIS, João 1996 e 2000 e SCHWARTZ, 2001.

do sistema escravista nas quais paulatinamente se constituíam formas, ainda que provisórias e precárias, de autonomia negra e de certo senso de direito sobre a terra criada por aqueles que a cultivavam em seu tempo livre. Esses arranjos da escravidão local, orientados pela arte da negociação e pelos espaços de diálogo entre os roçados das famílias escravas e os mocambos ou quilombos que punham em circulação importantes trocas mercantis nas quais "assenzalados, aquilombados e libertos eram tanto consumidores quanto vendedores" (SACRAMENTO 2008: 91). Como resultado, deu-se a produção de alianças, de relações de parentesco e de múltiplas e diversas redes de apoio, questões muitas vezes veladas nos estudos históricos que reduzem os negros cativos à dualidade classificatória rebelde/acomodado.

Essas dinâmicas ameaçavam a ordem escravista na medida em que intensificavam as fugas e os processos de reterritorialização da população negra. Conforme sintetiza Sacramento (2008), os quilombos do Borrachudo, além de possuírem um caráter reivindicatório, expressam na sua outra face a emergência de um campesinato negro, forjado entre escravos das senzalas (através das roças) e quilombolas, condição compartilhada com diversos setores livres da região (taberneiros, lavradores pobres, libertos, fazendeiros etc.) (SACRAMENTO, 2008:91).

A configuração social dos bairros ribeirinhos sofreu certamente importantes modificações desde a época colonial ou do período de produção cacaueira, pois, como todo elemento da dinâmica cultural, ela é circunstancial e continuamente reelaborada a cada novo contexto. No entanto, considerar em linhas gerais esses processos históricos de formação e consolidação de um campesinato negro nas margens do Rio de Contas ao longo de diferentes ciclos produtivos é uma importante ferramenta para compreender como se estruturam as relações sociais em Itacaré na atualidade.

A *roça*, como vimos na primeira seção deste capítulo, além de marcar a composição e organização social de parcela significativa da população local autoidentificada como *nativa*, demarca o perfil racial dos moradores, cujas práticas "tradicionais" de produção da vida se mantém no atual cenário da expansão da atividade turística. Portanto, o processo histórico aqui descrito introduz necessariamente questões de desigualdades sociais e raciais que precisam ser consideradas.

Além das narrativas sobre a história que reclamam um lugar social de protagonistas na constituição de Itacaré na atualidade, as questões de desigualdades sociais e raciais construídas ao longo do tempo permeiam a vida ordinária de meus interlocutores e são cotidianamente mobilizadas tanto em enunciações públicas de apresentação dos bairros, como as que vimos até aqui, quanto nas *resenhas* animadas e satíricas que dinamizam *ruas* e *becos*.

A descrição de alguns acontecimentos registrados durante o trabalho de campo nos

mostra a forma como esses elementos de um passado escravocrata permeiam as relações da atualidade.

Evento 1:

Era festa de São João. Este ano de 2021, pela segunda vez consecutiva, as festas juninas e suas tradicionais fogueiras foram proibidas em Itacaré visando à contenção da Pandemia Covid-19. Como a maioria dos moradores dos bairros ribeirinhos, Joana reuniu sua família e alguns amigos para "fazer festa na *roça"*. Alguns dias antes da data comemorativa, uma de suas filhas, seu genro, ela e eu havíamos ido até a roça, distante do bairro aproximadamente 20 minutos de lancha a motor, para fazer as arrumações necessárias. Limpamos o ambiente, recolhemos lenha suficiente para manter a fogueira acesa por dois dias e penduramos bandeirolas coloridas. Na véspera da festa, retornamos à roça, agora com mochilas carregando pertences pessoais para ali permanecer por alguns dias e as comidas e bebidas tradicionais dos festejos juninos.

Já no dia 23 à noite, fogueira, música, dança e muita comida animaram as *resenhas* dos convidados. Éramos em torno de 12 pessoas. Na manhã do dia seguinte, cinco mulheres saímos para "jogar siripoia", ou seja, para a pesca de siris na beira do rio. Levamos também alguma bebida e comida. As pescas na *roça*, para além de uma atividade econômica relevante, são consideradas práticas de lazer. Para a pesca, todas descemos para a margem do rio, dividindo as energias entre jogar a siripoia e tentar equilibrar-se e manter-se em pé em um solo lamacento e escorregadio. Exceto uma de nós. A filha mais velha de Joana permaneceu sentada em cima da ponte, vendo, orientando e divertindo-se com os escorregões das demais. Foi aí que se desencadeou o seguinte diálogo:

> **Interlocutora 1:** Sim, e você fulana, não vai ajudar aqui, não? Vai ficar só assistindo aí de cima? Isso não tá certo não, heim. Depois vai querer siri.
> **Interlocutora 2:** É mesmo. Ela não quer sujar o pé não. (Risos) Toda linda ela! Bonitinha! Só dando as ordens aí de cima. Venha pra cá. Bora botar esse pé na lama.
> **Interlocutora 3** *(que permaneceu em cima da ponte)*: Não vou não. Vocês não ficaram sabendo?
> **Interlocutora 2:** Sabendo de quê, mulher? Ói. Doida ela!
> **Interlocutora 3:** Como assim? Não ficaram sabendo não? Agora as coisas inverteram. Agora é a neguinha aqui que dá as ordens pras branquinhas aí. (Gargalhada). Sujem o pé vocês. Trabalhem! Trabalhem! (Risos)

Foi um bom dia de pesca e o balde ficou cheio de siris. Ao chegar de volta a casa o

entregamos para Joana e o diálogo se estendeu:

> **Interlocutora 1:** Olha aí mainha, bota lá pra ferver. Vamos comer siri?
> **Joana:** Rapaz! Não é que vocês sabem pescar? Olha aí, sabem pescar as bonitas!
> **Interlocutora 1:** Deu boa, não foi? Cozinha eles aí. Pra de antes do almoço.
> **Joana:** Eu? Por que eu?
> **Interlocutora 1:** Oxe! É o quê? Bota logo lá no fogo mainha.
> **Joana:** Ai, ai! Olha aí. Que meu pai era negão do beiço virado mas eu não sou escrava, não. (Muitos risos)

Joana foi então até a cozinha e colocou os siris para cozinhar. Todos comemos como aperitivo antes do almoço.

Evento 2:

Era segunda feira 30 de agosto de 2021 e, em breve, eu deixaria Itacaré encerrando mais um período de inserção em campo. Duas amigas me convidaram para fazermos uma pequena despedida na Praia da Concha, para aproveitar o sol que quase não se mostrara em um inverno bastante chuvoso. Já estávamos na praia quando outra moradora conhecida, chegando com seus dois netos, ocupou a mesa do lado. Quando nos viu, gritou satiricamente:

> Isso aí oh, isso aí é culpa da Princesa Isabel. Viu? Culpa da Princesa Izabel isso aí. Se ela não tivesse assinado o negócio lá eu queria ver neguinho na praia em plena segunda-feira. Ia tá trabalhando. Neguinho curtindo praia de segunda-feira é culpa da princesinha lá.

Todas as envolvidas no diálogo deram muitas gargalhadas misturadas a gritos de "kiuuu".

Evento 3:

Sobrou uma grande quantidade de milho verde das festas de São João. Em 2021 a produção foi boa em diversos roçados e a família de Joana, além do que produziu em sua própria *roça*, recebeu sacas de milho de presente de vizinhos e amigos.

Quatro amigas, estávamos reunidas na casa de Joana, no *bairro*, para comer guaiamuns com molho de pimenta. Ela os havia comprado a um bom preço de um vizinho da *roça*, dez crustáceos a R$ 30,00. Durante o almoço, houve mobilização para aproveitar o milho. A proposta era fazer canjica. Iniciou-se então uma divertida e tumultuada organização das tarefas:

> **Joana:** Sim, eu vou ajudar a ralar o milho. Quem é que vai quebrar o coco?
> **Beatriz:** Lucia quebra o coco. Mas tem que ralar também e bem fininho, viu? (Risos)
> **Lucia:** Não, aí não. Tá querendo me explorar, é? Eu quebro, mas não ralo não.
> **Rosa:** Ah tá, bonita! Que difícil que é quebrar o coco, não é? Deixa de onda. Quebra e rala sim.
> **Lucia:** Ah tá, e você Rosa. Vai ficar só na xepa? Não vai, não. Oxe, eu quebro e você rala.
> **Rosa:** Nada disso, vou ajudar mainha a ralar o milho. Oh o tanto de milho que tem aí.
> **Joana:** Sim, e Magda?
> **Magda:** Olha, eu tenho um compromisso hoje a tarde. Mas posso lavar a louça do almoço. Pode ser?
> **Lucia:** Aí sim. Tá valendo. Já pode vir buscar o seu quinhão.
> **Joana:** Piajeira a Magda. (Gargalhada)
> **Lola:** Vou lá em casa pegar mais milho. Tenho um milho lá, que ganhei.
> **Lucia:** Não precisa não, tia. Precisa mainha?
> **Joana:** Pega lá. Mas aí precisa mais coco. Aqui só tem dois.
> **Beatriz:** Eu tenho coco. Lucia quebra e rala. (Gargalhada)
> **Lucia:** Precisa, não, tia! Não vou ralar mais coco, não.

Joana, em meio à conversa entusiasmada sobre a divisão de tarefas, pede a outra amiga para pegar uma cerveja na geladeira. Ao que o diálogo se estende:

> **Joana:** Ei Lola, você que está aí quietinha, que não diz nada, pegue lá uma cerveja pra mim na geladeira.
> **Lola:** Ói, eu sou a escravinha aqui? Ói que meu avô era dos olhos azul, viu? Não sou escrava, não.
> **Joana:** Ói ela! Pega a cerveja logo lá menina.

Lola pega a cerveja e Joana acrescenta:

> Meu avô não. Ele era negão do beiço caído, virado assim mesmo. (dobra o próprio lábio com os dedos). Agora ele era um negão com dinheiro. Tinha terras. Minha família tinha até brasão. Então nem vem com essa de escrava, não.

Continuam as gargalhadas. Em seguida, já cada uma ocupando-se das tarefas que haviam sido mais ou menos estabelecidas no alvoroçado diálogo durante o almoço, a conversa seguiu em tom mais ameno e sério.

Os eventos recriados aqui são significativos porque mostram uma das formas mais concretas de como o passado escravocrata é recriado cotidianamente em situações diversas e articula práticas e experiências sociais no tempo presente. Como podemos perceber, trata-se de situações que na maioria das vezes põe meus interlocutores em confrontos, ainda que por vezes

esses sejam apenas performatizados. Confrontações que se manifestam nas relações com a história oficial, com os gringos, com o Estado, com os vizinhos do outro bairro e até entre eles mesmos.

É importante salientar que essas relações se constroem, sobretudo, em torno das práticas de trabalho, das reivindicações de favores e das divisões de tarefas em atividades coletivas. Nessas circunstâncias, a escravidão da população negra é tematizada e refletida. As dinâmicas sociais que rememoram a escravidão são transformadas em zombaria e recusadas com veemência. Satirizado, o passado escravocrata também faz parte das movimentadas e engraçadas *resenhas.*

Essas recusas, por sua vez, embaralham o passado e o presente e constituem dinâmicas de rejeição ao assujeitamento pelo trabalho entendido como ameaça à certa autonomia. A ideia de autonomia aqui está diretamente associada à noção de conquista, uma condição daqueles que ficaram e resistiram às ameaças que vinham de fora, os que se recusaram à dispersão. As rejeições à submissão do trabalho se dão, de um lado, por meio de uma reivindicação de status, como fica claro na justificativa de Joana: "Meu avô não. Ele era negão do beiço caído, virado assim mesmo. Agora ele era um negão com dinheiro. Tinha terras. Minha família tinha até brasão. Então nem vem com essa de escrava, não". Por outro lado, em oposição, há também uma rejeição e, por vezes, inversão, das hierarquias: "Como assim? Não ficaram sabendo não? Agora as coisas inverteram. Agora é a neguinha aqui que dá as ordens pras branquinhas aí. (Gargalhada). Sujem o pé vocês. Trabalhem! Trabalhem!".

Esta discussão nos leva de volta a um dos questionamentos centrais que orienta a tese: inseridos nesse contexto e nessas dinâmicas, como os moradores dos bairros Marimbondo e Porto de Trás se relacionam com o recente e crescente mercado do turismo no que se refere ao universo dos novos postos e possibilidades de trabalho? Este é o tema que tratarei no próximo capítulo.

5. "ESCRAVOS SÓ ATÉ A FOZ DO RIO DE CONTAS": RELAÇÕES DE TRABALHO E ASSALARIAMENTO NO MERCADO DO TURISMO

O mercado do turismo em Itacaré vem se expandindo rapidamente, sobretudo desde o início dos anos 2000, com a conclusão da obra de pavimentação da BA 001. Como vimos até aqui, essa atividade econômica ocupou primeiramente a região da costa marítima desenvolvendo um turismo voltado para a valorização e comercialização da paisagem formada por praias de difícil acesso, embrenhadas na mata atlântica e contornadas por complexos rochosos. Nos últimos anos, porém, as dinâmicas comerciais do turismo vêm se estendendo territorialmente sobre as margens do Rio de Contas, tanto a partir do avanço da própria indústria e de seus empreendimentos hoteleiros e gastronômicos sobre as terras quilombolas, quanto por meio do engajamento dos moradores dessa região da cidade nas atividades comerciais.

Os dados etnográficos que apresentei nos capítulos anteriores mostram que os *nativos* de Itacaré, sobretudo os moradores dos bairros Marimbondo e Porto de Trás, que são o foco desta investigação, atuam de diferentes maneiras nesse contexto econômico, criando estratégias diversas de participação a partir de práticas de trabalho, modos de moradia e dinâmicas específicas de convivência. Nas movimentações das casas que se *expandem* e prolongam-se nos becos, atualmente construções são feitas também com o intuito de disponibilizá-las para aluguel a moradores forâneos que vêm se instalar na cidade e/ou para turistas que visitam Itacaré. As capturas do rio e dos mangues e os produtos das roças são inseridos nesse mercado, comercializados com os estabelecimentos turísticos como as pousadas, os bares e os restaurantes, ou transformados em comidas e bebidas "tradicionais" oferecidas a visitantes nas praias, na Rua Pituba e na Passarela da Vila. Os barcos, que até então eram utilizados para os deslocamentos entre as *roças* e os *bairros*, são agora disponibilizados como embarcações de transporte de turistas por entre praias, rios e cachoeiras.

Essas práticas dos moradores ribeirinhos tensionam análises sobre as mudanças recentes no contexto econômico de Itacaré - produzidas sobretudo a partir do escopo teórico da geografia - na medida que essas, em sua maioria, apresentam o processo crescente de favelização observado na cidade como resultante de fluxos populacionais que chegam a Itacaré em busca de oportunidades de trabalho ou de uma morada no "paraíso baiano" (cf. BONFIM E TUPINAMBÁ, 2011; CHIAPETTI, 2009; FERREIRA, 2011; MELIANI, 2011 a; MELIANI , 2011 b). Diante da insuficiência de investimentos públicos na melhoria de infraestrutura urbana e oferta de serviços, assim como ausência de instrumentos de controle do mercado por parte da gestão municipal, segundo essas pesquisas, o resultado tem sido de um lado uma acelerada

mercantilização da paisagem e degradação ambiental e, de outro, o acesso restrito dos moradores *nativos* às benesses do turismo, na medida em que são excluídos dessa atividade tanto como trabalhadores quanto consumidores. Segundo essas teses, realizadas em larga medida no início do processo de expansão da atividade turística no município (anos 2000), a população *nativa* da cidade, por não possuir qualificação profissional adequada para atuar no novo mercado ou recursos financeiros para consumir os produtos que esse oferece, arrinconados nas margens do Rio de Contas, são os excluídos social, racial e espacialmente desse contexto.

Vale ressalvar que essa leitura do processo de consolidação da atividade turística em Itacaré e o status marginal que esse destina às populações ribeirinhas se pauta, em sua maioria, na avaliação da distribuição espacial dos investimentos turísticos e em dados estatísticos e cartoriais, investigação relevante na medida em que problematiza as condições precárias de inserção dos *nativos* - que, como vimos, trata-se fundamentalmente da população negra local - nessa nova, crescente e promissora atividade econômica.

No entanto, quando invertemos o vetor de análise e olhamos para as dinâmicas sociais da cidade a partir desses moradores, percebe-se que há uma complexidade de relações que envolvem a produção do turismo na cidade não revelada por aquele tipo de dado. Olhar para as práticas do turismo a partir dos estabelecimentos empresariais e das condições de agenciamento de trabalhadores locais para as novas atividades leva à construção de um modelo dicotômico inclusão/exclusão que não é suficiente para explicar as relações que organizam, de diferentes formas, essas movimentações de mercado. Por meio da observação etnográfica, o que encontrei entre meus interlocutores são diferentes modos de associação com a nova atividade, múltiplas alternativas e estratégias de participação nesse cenário econômico. Algumas implicam a preservação da forma tradicional de vida que perpassa os modos de habitar, a produção e as coletas das roças e as capturas da pesca e da mariscagem. Outras, porém, remetem às dinâmicas de adesão aos novos postos e possibilidades de trabalho, assalariados ou não, disponibilizados pelos equipamentos turísticos.

Até aqui, discuti como as *casas*, os *becos* e as *ruas* são constantemente atravessados por pessoas e objetos mobilizados em diferentes dinâmicas cotidianas em torno da possibilidade de fazer dinheiro e de dar conta das formas de existência. Apresentei também as relações que se tecem em torno das *roças* quilombolas, um dos mais importantes eixos articuladores do modo de vida daqueles que se identificam e apresentam como os *nativos de Itacaré.* Cabe agora aprofundar a análise sobre como meus interlocutores se articulam e relacionam com um mercado que multiplica postos de trabalho e cria inúmeras possibilidades de assalariamento.

Neste capítulo, a partir da análise da trajetória de vida de alguns de meus

interlocutores, apresento diferentes maneiras de se relacionar com o mercado do turismo e de se engajar ou não no trabalho para os quais os *nativos* são arregimentados. O que veremos são inúmeras possibilidades de associação, nas quais meus interlocutores articulam de formas diversas suas experiências pessoais e engajamentos profissionais. Eles o fazem, por um lado, avaliando continuamente as condições de trabalho que lhes são oferecidas. Por outro, sua relação com as novas atividades econômicas é mediada pela (re)criação constante da(s) história(s) dos bairros e pelo acionamento de uma identidade quilombola. É elaborando e mobilizando de diferentes maneiras as histórias de conquista e resistência que se deram na foz do Rio de Contas (conforme descrito no capítulo anterior), que os moradores iluminam seus posicionamentos e engajamentos no turismo local e avaliam as condições de adesão aos postos de trabalho e atividades para os quais são frequentemente arregimentados.

Na segunda parte do capítulo, trago uma reflexão sobre a maneira como meus interlocutores pensam sua cultura e as manifestações culturais consideradas tradicionais. Apresento, ainda, as estratégias dos gestores públicos locais em suas tentativas de recrutamento dos *nativos* e da inserção deles nas dinâmicas da empregabilidade e da mercantilização da cultura, bem como os tensionamentos que constituem e mobilizam essas relações.

5.1. Práticas de trabalho e empregabilidade

O Centro Cultural Tribo do Porto é o principal ponto de referência do bairro Porto de Trás, para seus moradores e para aqueles que chegam de fora. Desde 2005, quando a Organização Não Governamental EUNIC reformou o espaço de reunião da comunidade e de lazer dos jovens locais como contrapartida às licenças municipais necessárias à instalação do grande empreendimento hoteleiro construído na Praia do Resende, viajantes, agentes públicos, organizações não governamentais, pesquisadores e curiosos, quando desejam aproximar-se dos que ali residem e conhecer a cultura tradicional de Itacaré para além dos casarões do cacau e da igreja dos Jesuítas, recorrem às lideranças e atividades desse Centro Cultural.

A construção está localizada no topo de um morro chamado Ladeira da Paz, que se estende perpendicularmente a partir da rua principal que dá acesso ao bairro. Ele está embrenhado na mata e às margens do Rio de Contas. Por sua posição mais elevada, o local tem vista privilegiada dos movimentos do rio, do porto e dos bairros ribeirinhos. A reforma financiada e coordenada por essa ONG resultou em uma construção com paredes que misturam tijolos e vidros às madeiras rústicas retiradas da mata. Na cobertura, folhas de coqueiros se sobrepõem às telhas de barro. Estética que replica o "chique-rústico" utilizado nos edifícios dos

empreendimentos turísticos, como apresentei no primeiro capítulo.

Foi também essa a porta de entrada que encontrei para me aproximar dos moradores do Porto de Trás, quando me estabeleci em Itacaré para a pesquisa de campo em 2018. Cheguei ao Centro Cultural Tribo do Porto em uma quinta-feira, 13 de setembro, pouco antes da aula de capoeira para crianças. Nesse dia, conheci João e Francisco, duas importantes lideranças locais, integrantes da Associação Tribo do Porto e responsáveis pelo cuidado e administração do Centro. Nossa primeira conversa foi breve, pois meus interlocutores estavam ocupados e preocupados com a preparação do espaço para a próxima atividade. João desocupava o salão para receber as crianças que logo chegariam para a aula enquanto Francisco tentava desfazer-se das folhas das árvores que se espalhavam pelo pátio.

Enquanto João me contava brevemente um pouco sobre a história do Centro Cultural e ressaltava a importância desse espaço para a comunidade do bairro, Francisco demonstrava certo desconforto diante de minha presença e das perguntas que eu estava fazendo. Ele ouvia a conversa mantendo-se à distância, participando apenas com acenos e frases curtas quando seu colega o solicitava. No entanto, quando eu já estava me retirando depois de acordar uma ocasião mais propícia para o retorno e para uma conversa mais detalhada sobre minhas questões de pesquisa, Francisco deixou a vassoura, aproximou-se e manifestou uma preocupação:

> Mas de que tipo de pesquisa assim, você está falando? Como assim, pesquisa? É do turismo? Sobre as coisas do turismo que quer vir aqui? Já vieram aqui muitas vezes. Já chamaram a gente pro turismo. Porque assim, a gente foi escravo só até a foz do Rio de Contas. Só até aqui. A gente foi escravo só até aqui, até a foz do Rio. Já me chamaram para trabalhar com turismo. Sempre chamam. Chamam a gente do Centro Cultural também. Mas eu não vou, não. Não quero esse negócio aí de turismo não.

Diante de uma afirmação tão contundente, minha primeira impressão foi a de que Francisco não apenas era crítico do novo ciclo econômico de Itacaré, como também recusava qualquer tipo de relação profissional com as dinâmicas desse mercado. Essa impressão me levou, durante todo o processo de pesquisa, a elaborar diversas justificativas para meu trabalho, sendo recorrente minha insistência em afirmar que eu não possuía vínculo com instituições públicas ou empresariais locais. No entanto, ao longo da pesquisa, à medida em que me aproximei de Francisco e tive a oportunidade de conhecer um pouco de sua história e de sua família, percebi que, ao contrário do que concluí a princípio, meu interlocutor tem uma longa trajetória e estreita relação com esse mercado de trabalho.

Nascido no Porto de Trás e tendo passado toda sua vida entre o *bairro* e a *roça*, por

diversas vezes Francisco fez questão de salientar que sua primeira experiência como trabalhador assalariado se deu ainda em meados da década de 1990 como apontador nas obras de pavimentação da BA 001, o encarregado de anotar e controlar a presença e o horário de chegada e saída dos demais trabalhadores. Essa atividade profissional é valorizada na narrativa de meu interlocutor porque o localiza, pessoalmente, entre os protagonistas do processo de expansão e consolidação da indústria turística em Itacaré. Como vimos, o avanço dessa atividade econômica é consequência, em grande medida, da pavimentação e reforma da rodovia da qual meu interlocutor faz questão de mencionar que participou. Em suas palavras, foi a partir de seu trabalho e de seus esforços no período, junto aos demais trabalhadores da rodovia, que a cidade "passou de turistas, para turismo", ou seja, que deixou de ser uma pequena vila que recebia de forma precária os surfistas aventureiros para transformar-se em um potente mercado, um dos mais importantes e promissores centros de visitação e de esportes aquáticos do litoral baiano.

Motivado pelas mudanças que via acontecer em sua cidade, após a conclusão da obra, Francisco engajou-se em cursos de capacitação de guias turísticos oferecidos pelos gestores da recém-criada Área de Preservação Ambiental – APA Itacaré-Serra Grande. Segundo meus interlocutores, naquele momento, a prioridade da capacitação profissional, tendo em vista os postos de trabalho que estavam surgindo, era dada aos moradores locais, os *nativos,* tanto por causa do conhecimento que tinham das trilhas e acessos às cachoeiras e praias remotas da cidade, quanto por meio da adoção de uma política de valorização da mão de obra local.

Durante quase uma década, Francisco trabalhou como guia turístico, assim como diversos outros parentes, amigos e vizinhos do bairro. Juntos criaram itinerários de passeio que incluíam nos trajetos em direção às praias e cachoeiras, as atividades do Centro Cultural e o modo de vida do Porto de Trás que, a partir daquele momento, intensificou seu reconhecimento como um bairro "tradicional". Mostravam aos visitantes suas casas pequenas e de portas abertas, as pessoas sentadas sobre a calçada e reunidas em pequenos grupos e a intensa vida comunitária nas praças. Ofereciam, ali mesmo no bairro, as comidas produzidas com peixes, frutos do mar, farinha de mandioca, coco e óleo de dendê.

Um trabalho do qual "abriu mão", como costuma afirmar, depois que grandes agências de turismo se instalaram na cidade, monopolizando as plataformas digitais com a oferta de pacotes de viagens e passeios a grupos maiores e chegados de regiões cada vez mais distantes, com a contratação de guias sem formação adequada. Um processo que, na experiência de meu interlocutor, resultou na desvalorização de seu bairro, na precarização de seu trabalho e em uma redução significativa de sua remuneração.

Francisco trabalhou ainda no Txai Resort, um dos maiores e mais importantes

empreendimentos turísticos da cidade e ofereceu serviços de garçom em restaurantes locais. Trabalhos que combinava com a colheita de cacau nas roças, a pesca, a mariscagem e serviços de servente de pedreiro quando algum de seus parentes ou vizinhos encontrava-se empregado nas construções e reformas que naquele momento se multiplicavam na cidade. Na última década, deixou de aderir ao trabalho diretamente no turismo e vem se dedicando, prioritariamente, à construção civil.

Encontrei Francisco diversas vezes pelas movimentadas ruas de Itacaré, sobretudo em minha segunda inserção em campo, quando morei em um dos becos de seu bairro. O vi trabalhando voluntariamente nas construções das casas de vizinhos, parentes e amigos, como também em obras comerciais da cidade que recrutaram seus serviços. Mais raramente ele também acompanhou seu compadre Rui e seu amigo Juninho em trabalhos como guia turístico, quando foi para isso requisitado. Algumas noites da semana, atua como vigilante noturno em um estabelecimento público. Sempre que houve festas no bairro, lá estava ele contribuindo com a organização do espaço, atuando como figurante nas danças e manifestações típicas e participando das atividades locais. Algumas vezes, ainda, o escutei em programas radiofônicos nos espaços cedidos à igreja católica, instituição na qual é uma liderança de destaque.

Em um desses encontros, meu interlocutor comentou sobre o quanto ficou surpreso com meu retorno à cidade para continuar meu trabalho de campo em 2021, especialmente ao ver-me acompanhando os moradores às suas roças. Segundo ele, mesmo tendo desconfiado das intenções de minha pesquisa e de meus questionamentos quando nos conhecemos no Centro Cultural, aos poucos foi percebendo que meu interesse era “pelas coisas da comunidade mesmo”, o que o levou a sentir-se respeitado e valorizado e, consequentemente, disposto a compartilhar sua história e suas percepções sobre o turismo. Aproveitei o ensejo para recordar nossa primeira conversa e manifestar também a minha surpresa com seu engajamento nesse mercado de trabalho dada sua crítica e aparente recusa a ele quando o conheci. Francisco, então, se deteve para me explicar o que pensa e como se posiciona no atual contexto:

> Não é ser contra o turismo. Não é isso. Eu penso assim... O turismo trouxe coisas boas. Coisas boas e coisas ruins. Melhorou as casas, assim... Mas eu creio que somos os mais velhos de Itacaré porque Itacaré surgiu a partir do Quilombo do Oitizeiro. A partir disso aí que surgiu Itacaré. Então o Porto de Trás se insere nesse quilombo. E se nós nos inserimos nesse quilombo, somos os mais velhos junto com o Marimbondo. Os mais velhos da cidade. E até mais velhos que a cidade, porque a cidade foi elevada à cidade depois. Então a gente já existia. Nasceu daqui pra lá e continua indo daqui pra lá. Tanto que aqui temos, a maioria das culturas temos aqui na minha rua e no Marimbondo. Às vezes querem fechar os olhos para essa realidade. Mas que nós, com a nossa força e cultura, com a força da inteligência que a gente tem, a gente

> consegue mostrar que a gente está aqui, que a gente é gente e que a gente quer espaço e quer passagem.

As ponderações de Francisco sobre o turismo em Itacaré se aproximam, em grande medida, daquelas de seu compadre Rui. Porém, ambos se relacionam com o novo mercado de trabalho de forma distinta.

Quando conversei com Rui sobre sua trajetória profissional, ele iniciou sua narrativa reconhecendo-se como um trabalhador desde criança, dizendo-se orgulhoso dos aprendizados e habilidades que desenvolveu ao acompanhar seus pais nas atividades da pesca e da mariscagem. Fez questão de salientar que, graças a isso, sustenta seus filhos e mantém sua família reunida em Itacaré, "sob o seu teto". Um esforço que contrasta, em certa medida, com sua trajetória pessoal no que tange à relação com seus pais.

Rui conta que durante sua infância precisou sair de Itacaré para dedicar-se ao trabalho doméstico em outra cidade baiana, levado por uma das famílias locais mais ricas. Sua mãe, tendo dificuldade para sustentar os filhos, permitiu que ele fosse para Santo Antônio de Jesus quando tinha dez anos de idade. Permaneceu nessa cidade, prestando serviços ora em uma fazenda da família que o levou, ora em um estabelecimento de lavagem de veículos, por um período de nove anos. Rui avalia esse tempo de trabalho da seguinte maneira:

> Eu trabalhava como se fosse um escravinho. Era só isso que eu fazia. (...) Aí quando me entendi como gente, já adulto, aí eu vim pra minha cidade.

No retorno para Itacaré, meu interlocutor se dedicou à pesca e à mariscagem. Também morou e cuidou por um longo período da chácara de um americano localizada no Bairro Porto de Trás.

Embora sempre muito crítico às transformações que vêm acontecendo na cidade, sobretudo porque as reconhece como ameaça à cultura local e fonte de violência pelo aliciamento dos jovens ao tráfico de drogas, Rui se inseriu no turismo em seu momento inicial de expansão. Assim como Francisco e vários de seus amigos e vizinhos, fez os cursos de condutor de visitantes oferecidos pelos agentes da APA Itacaré-Serra Grande e passou a prestar serviços para uma agência local.

Esse período é rememorado com saudosismo por vários de meus interlocutores e reconhecido como o tipo de turismo desejado, porque naquele período, o Bairro Porto de Trás, e eventualmente o Marimbondo, eram valorizados como locais de visitação. Leno, um dos guias *nativos* que está na atividade desde então, narra esse momento da seguinte maneira:

> Eu trabalhava primeiro num hotel. Meu pai foi um dos fundadores de passeio com canoa subindo o Rio de Contas. Então quando meu pai ficou doente eu assumi o posto dele, fiquei com a canoa fazendo o passeio. Era a remo. Esse tempo era a remo. Hoje não, hoje é de lancha. E eu trabalhava (no hotel) pela parte da tarde, então pela manhã eu fazia o passeio. Então meu passeio era: eu vinha com o turista lá da Praia da Concha andando, explicando, mostrava tudo. Tem vezes que eles chegavam e ficavam bestas os turistas: "Eu não acredito que tem isso tudo aqui em Itacaré! Pra mim Itacaré era só da Pituba pra lá". Eu falei: "Não". Eu subia o Rio de Contas, eu mostrava tudo. Quando eu voltava, eu não vinha... Eu parava no Porto de Trás, largava a canoa lá e vinha por dentro do Porto de Trás com o turista. Velho, os turistas endoidavam: "Não acredito que Itacaré tem isso aqui tudo!". Porque o turista, ele quer saber a história da cidade. Então, quando a gente parava pro turista lá, as pessoas mais velhas fazem questão... (Porto de Trás, setembro de 2019).

Para Rui, esse trabalho durou pouco tempo. Assim como outros, a chegada das grandes agências de viagens que monopolizam as plataformas digitais reduziu os ganhos dos guias formados pela APA. Eles deixaram de receber de acordo com o número de turistas que guiavam pelas trilhas até as cachoeiras e praias e passaram a ser pagos pela quantidade de passeios, em grupos que se tornaram cada vez maiores. Além disso, meu interlocutor informou sentir-se a cada dia mais intolerante com os casos de racismo que sofreu nesses passeios e com o desdém e desrespeito como era, muitas vezes, tratado pelos "gringos". Em suas palavras, ele se sentia "escravo mais uma vez".

Nesse novo cenário, Rui deixou o trabalho na agência e passou a oferecer serviços autônomos com sua canoa de madeira, remando pelo Rio de Contas, levando os visitantes, sobretudo, até a famosa Cachoeira do Cleandro. Atividade que realiza até os dias de hoje. Agora, porém, com uma lancha a motor. Por vezes também faz a condução dos turistas pelas trilhas até as praias mais afastadas, quando parentes e conhecidos que trabalham nos restaurantes e pousadas indicam seus serviços. Quando isso acontece, Rui convida outros vizinhos e amigos do bairro para auxiliá-lo. Também eles são antigos guias turísticos que hoje se dedicam preferencialmente a outras atividades, como pintura residencial, venda ambulante, construção civil, pesca etc. As visitas guiadas ao Centro Cultural Tribo do Porto e aos bairros Marimbondo e Porto de Trás, no entanto, são cada vez mais raras. Diferente de seu compadre Francisco que só atua como guia turístico eventualmente quando solicitado por outros que estão na atividade, Rui é um dos mais antigos e conhecidos guias turísticos de Itacaré.

As duas experiências aqui descritas sintetizam de modo representativo o processo de expansão da indústria turística na cidade no qual uma mesma pessoa pode se inserir de diferentes maneiras. No período imediatamente posterior à reforma da rodovia, diversos jovens

locais, assim como Francisco e Rui, foram agenciados pelos programas de turismo da cidade para participar das atividades remuneradas que estavam surgindo. Essa sua inserção no processo inicial de constituição desse mercado de trabalho é lembrada por eles como desejada e valorizada. Ser guia turístico naquele momento, além de garantir uma renda considerada suficiente, permitia-lhes manter outras atividades que já eram tradicionalmente desenvolvidas pelos moradores locais. Porém, o que valorizavam sobremaneira era o fato de protagonizarem a criação de certos roteiros turísticos, em especial aqueles que incluíam a visita a seu bairro e suas casas. Esses itinerários, conforme indicam as enunciações citadas, envolviam a visita aos bairros Porto de Trás e Marimbondo, participação de atividades do Centro Cultural, refeições em algumas casas locais e navegação pelo Rio de Contas. Ao incluir no roteiro da história da cidade de Itacaré passeios pelos bairros mais antigos da cidade, valoravam a si mesmos e seu modo de vida. Conforme afirmou Leno: "Velho, os turistas endoidavam: 'Não acredito que Itacaré tem isso aqui tudo!' (...) Porque o turista, ele quer saber a história da cidade".

A arregimentação desses moradores locais pela indústria turística se altera de forma considerável quando as novas empresas que se instalaram na cidade modificando as condições de trabalho e a forma de atrair os próprios turistas, precarizando, com relação aos primeiros, as condições de trabalho. Conforme indicam as falas acima transcritas, as agências de turismo passaram a controlar os itinerários e passeios, excluindo dos roteiros os bairros dos *nativos* e suas atividades culturais, além de alterar as condições de trabalho destes: passaram a ter que acompanhar grupos cada vez maiores, consequentemente, a receber menos pelo trabalho de guia. Nos movimentos do mercado turístico, houve, portanto, um processo de desconstrução de seu protagonismo e precarização de seu trabalho. Degradação essa que, como Rui salienta, passa também por uma mudança no perfil dos visitantes. Se em um primeiro momento eles são descritos como pessoas que ficavam "encantadas" com aspectos culturais da vida dos bairros Marimbondo e Porto de Trás, na última década, a discriminação racial e o preconceito em relação a essa população ganharam relevância e passaram, consequentemente, a informar e mediar as escolhas profissionais de meus interlocutores.

A opção de Francisco foi dedicar-se prioritariamente às atividades da construção civil e atuar no turismo apenas de forma eventual, quando seus parentes e amigos solicitam ou quando precisa momentaneamente ampliar sua renda. Por vezes, aceita esse tipo de trabalho como forma de ajuda a seus parentes e amigos, ou seja, para cumprir obrigações inerentes às trocas no interior das redes sociais que sustentam a vida local.

Rui, inversamente, permaneceu dedicando-se com prioridade ao trabalho de condutor de visitantes e ajuda na construção civil nas casas de amigos, parentes e vizinhos sempre que

sua contribuição é solicitada. Neste caso, mesmo saudoso de um tempo em que o turismo lhe parecia mais interessante e aprazível, realiza seu trabalho de maneira autônoma, ainda que restringindo-se aos roteiros criados pelas novas agências, os quais não incluem os passeios pelos bairros ribeirinhos. A pesca, a mariscagem e a venda eventual de algum produto do rio e das roças continuam sendo atividades desenvolvidas por ambos.

Para se compreender os reclamos referentes ao racismo e à desvalorização do modo de vida dos moradores dos bairros *nativos* de Itacaré é fundamental atentar para os termos a partir dos quais Francisco constrói sua crítica ao turismo e justifica sua recusa ou inserção periférica nesse mercado de trabalho na atualidade. É por meio da afirmação da identidade quilombola que meu interlocutor negocia seus posicionamentos e avaliações. Francisco articula em um mesmo encadeamento de sentido ressalvas em relação ao turismo com a afirmação de uma condição de liberdade – "a gente foi escravo só até a foz do Rio de Contas" -, ao mesmo tempo que define o lugar onde vive junto a seus parentes e amigos na foz do Rio de Contas como um território liberto da escravidão. Em sua narrativa sobre a história dos *nativos* de seu bairro, a fuga é mobilizada como afirmação de liberdade, que resultou na construção de um modo de vida local e que lhe serve de parâmetro à crítica às condições contemporâneas de trabalho. Em sua enunciação, podemos perceber que, se ele reivindica protagonismo dessa população na construção do projeto Itacaré como referência turística – o "paraíso baiano" -, reclama também reconhecimento e valorização de seus costumes e de sua cultura. Segundo Francisco, eles se consideram "os mais velhos da cidade", até mais velhos que a própria cidade. No entanto, são deixados na invisibilidade: "Às vezes querem fechar os olhos para essa realidade".

Durante o trabalho de campo, foi possível perceber que são grandes os esforços de Francisco para constituir-se e manter-se como liderança, participando continuamente das atividades que se realizam no local. Atualmente, ele é um dos porta-vozes do bairro junto a pessoas e instituição que chegam até o Centro Cultural, sempre buscando "mostrar que a gente está aqui, que a gente é gente e que a gente quer espaço e quer passagem".

Depois de desenvolver diferentes experiências e formas de participação no turismo, hoje meu interlocutor tem um discurso de crítica acirrada a ele, ancorado na defesa das particularidades do modo de vida da população dos bairros ribeirinhos e na recuperação da importância histórica de seus ancestrais. Comparando relações de trabalho consideradas escravidão e valorizando seu oposto, a liberdade, ele se contrapõe ao turismo para produzir uma crítica à invisibilidade cultural e social da população dos bairros ribeirinhos. Mais do que vagas de emprego, o que Francisco reivindica é o reconhecimento do pioneirismo dessa população na criação de Itacaré como cidade, ou seja, reconhecimento de um lugar para si e para os seus neste

"paraíso baiano". Ele quer "espaço" e "passagem".

Os reclamos em torno da invisibilidade social e histórica dos *nativos* de Itacaré faz referência à construção recente de uma imagem pública da cidade a partir da celebração da história da pujante produção cacaueira da região até meados dos anos 1980 e da valorização de seus monumentos, sobretudo a figura do fruto do cacau veiculado nas publicações sobre a cidade e sua adoção em pratos e bebidas consideradas tipicamente locais, bem como a transformação dos casarões que pertenciam (e, por vezes, ainda pertencem) à elite econômica local em empreendimentos turísticos de grande porte. Nos últimos anos, porém, por meio da crescente reivindicação de reconhecimento, os moradores ribeirinhos disputam essa história. Ao participar em espaços de reflexão e dinamização do turismo na cidade – tais como o fórum local de turismo, como proprietários de empreendimentos de serviços a visitantes e, inclusive, ocupando temporariamente uma vaga de servidor na Secretaria Municipal de Turismo – meus interlocutores reclamam a valorização de seu modo de vida. A prefeitura municipal, em resposta a essas reivindicações, vem desenvolvendo políticas de reconhecimento dos bairros ribeirinhos e propondo a transformação de certas práticas culturais *nativas* em mercadoria, o que descreverei a seguir.

A forma como Francisco constrói essa narrativa remete à questão do reconhecimento, pelo poder público, dos remanescentes de quilombo. Movimento que tem início a partir de sua inscrição no texto constitucional de 1988, quando passa a ser ferramenta importante e legítima de reivindicação de direitos. Esse contexto oferece subsídios para a compreensão das relações que meus interlocutores estabelecem com o cenário econômico contemporâneo.

Ao refletir sobre a produção de laudos antropológicos de reconhecimento de territórios remanescentes de quilombos pós legislação de 1988 (sobretudo em seu artigo 68 do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), O'Dwyer (2007) chama a atenção para os processos de construção de identidades originárias dos grupos estudados como referências atualizadas em diferentes situações etnográficas contemporâneas. Os grupos, informados pelas mudanças constitucionais - especialmente a partir dos anos 2000 quando o Governo Federal instituiu uma série de políticas afirmativas como as cotas raciais em universidades e concursos públicos, a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e os instrumentos legais para efetiva demarcação de terras - passam a elaborar uma identidade quilombola como forma de reclamar a cidadania, tendo em vista o acesso ao reconhecimento territorial, às políticas afirmativas e à afirmação positiva dos estereótipos raciais. Segundo a autora, o próprio texto constitucional presume que sujeitos históricos *remanescentes de*

quilombos, que têm uma origem comum, existam no tempo presente, de modo que a invocação de um passado comum se faz necessária para comprovar formas atuais de existência.

Inseridas nesse debate em torno dos deslocamentos identitários que a mudança constitucional vem produzindo, Porto et. Al (2012) chama a atenção para três consequências significativas desse processo que incidem na forma como as comunidades mobilizam aspectos de sua história e de suas práticas cotidianas para responder ao novo contexto legal:

> a) Valorização da organização atual do grupo e de sua memória, em relação à documentação e comprovação de uma ocupação histórica de longo prazo do território; b) ênfase em uma resistência à opressão sofrida em sentido mais amplo, em contraposição a uma perspectiva mais restrita de luta contra o sistema escravista; c) destaque de uma perspectiva do caráter comunitário dos grupos negros em questão, em que um estereótipo de comunidade relativamente igualitária, harmônica, coesa e solidária, com projetos políticos comuns (em síntese, uma visão romântica – e, pode-se dizer, cristã – de comunidade) é acionada. (PORTO, et. al. 2012: 41).

Cardoso de Oliveira (2006) acrescenta que esse processo de afirmação de identidade étnica e racial como forma de reivindicar uma cidadania diferenciada do Estado brasileiro vai além do reconhecimento propriamente jurídico dessas populações. O acionamento contemporâneo da identidade quilombola é uma forma de reconhecimento também como ente-moral, um reconhecimento que se dá por meio de reclamos por valorização e respeito a si mesmos e por suas formas de viver e ver o mundo.

Dessa maneira, conforme sinaliza O'Dwyer (2002), a invocação étnica de uma identidade quilombola não apenas traz questões em torno da origem comum de determinada população, mas, sobretudo, remete a ações coletivas e estratégias de mobilização de reivindicações quanto ao direito à diferença cultural, à reprodução de suas práticas e o respeito aos saberes tradicionais, acionados em diferentes contextos. Cabe, então, ao antropólogo, levantar questões sobre os diferentes usos, limites e possibilidades de tais afirmações contemporaneamente. As referências ao passado histórico dos quilombos são acionadas pelos sujeitos para alimentar laços de reciprocidade e afirmar identidades e ações coletivas no presente. O que se vê entre essas comunidades é uma exaltação de condições de independência e liberdade em contraposição às diferentes formas de sujeição.

Inserido nesse debate sobre o reconhecimento das comunidades quilombolas e a adoção dessa identidade por determinados sujeitos e coletividades, Arruti (1997) salienta que essa mudança na esfera política nacional produziu transformações significativas também na forma como tais grupos se relacionam com outros atores sociais como o Estado, seus vizinhos,

organizações diversas que se envolvem nos processos de demarcação e reconhecimento de direitos e, inclusive, entre seus próprios atores. Instaura-se um contexto no qual é imperativo que as comunidades atuais reconheçam e produzam conexões com uma ancestralidade que lhes seja comum e mobilizem e exaltem características que os diferenciem dos moradores do entorno, de modo que possam tornar-se legíveis ao Estado. Trata-se, portanto, da elaboração contemporânea de uma identidade coletiva, acionada como resposta ao novo quadro político na qual são mobilizadas práticas, memórias e modos de vida já vividos pelos grupos. Como afirma,

> Independente de "como de fato foi" no passado, os laços das comunidades atuais com grupo do passado precisam ser produzidos hoje, através da seleção e recriação de elementos da memória, de traços culturais que seriam como os "sinais externos" reconhecidos pelos mediadores e o órgão que têm a autoridade de nomeação. As diferenças que podiam até então distingui-los da população local na forma de estigmas passam a ganhar positividade, e os próprios termos "preto" e "negro", muitas vezes recusados até pouco tempo antes da adoção da identidade de remanescentes, passam a ser adotados. (ARRUTI, 1997: 23).

Inseridos nesse contexto mais amplo de mudanças no cenário dos direitos sociais e de valorização racial das populações negras, meus interlocutores, ao fazer menção às suas trajetórias de trabalho, frequentemente mobilizam um discurso no qual acionam a história de um passado de resistência e bravura, em que seus ancestrais, negros fugidos da escravidão, resistiram às agressões de seus algozes e ocuparam a foz do Rio de Contas. Muitas vezes, é por meio da manipulação dessas narrativas de afirmação de uma identidade quilombola que os moradores dos bairros Marimbondo e Porto de Trás justificam suas escolhas e seus posicionamentos no contexto de expansão turística, estabelecendo analogias por meio das quais qualificam e interpretam suas relações de trabalho contemporaneamente, classificando-as como formas de liberdade ou de assujeitamento. São essas histórias de conquista e resistência que iluminam a crítica que meus interlocutores fazem às relações de mercado, sobretudo no que remete à desvalorização de certos tipos de trabalho ou à precarização de suas condições de inserção no novo cenário econômico. Nesse contexto, a liberdade aparece como um valor histórico, enquanto construção do passado e, no presente, como elaboração identitária coletiva por meio da qual se atribui aos sujeitos a capacidade de participar do jogo econômico buscando e valorizando certo protagonismo.

No entanto, como nos alertou Turner (2008 [1974]), as metáforas e analogias, embora tenham um caráter unificador, são multivocais e podem apresentar significados variados quando acionadas por diferentes sujeitos em circunstâncias sociais específicas. Como vimos nas duas

trajetórias apresentadas, enquanto Francisco busca na história argumentos por meio dos quais mobiliza suas críticas à inserção no turismo, Rui se utiliza do mesmo recurso para denunciar experiências de racismo e justificar as estratégias que encontrou para acomodar-se na atividade de condutor de visitantes de forma autônoma.

A história de Bentinha é também significativa para pensar essas diferentes maneiras de se posicionar e relacionar no novo cenário econômico a partir da reconstrução de memórias sobre trajetórias profissionais. Conheci Bentinha, essa sambando, na Praça do Canhão durante a festa de Catita, em dois de julho de 2019. Na ocasião, ela vestia uma saia longa e dourada e levava um turbante vermelho na cabeça. Na praça, dançava incansavelmente ao lado de duas de suas filhas, uma neta e vizinhas do bairro, revezando seus passos rítmicos com os toques dos pandeiros, do atabaque e do timbau.

Dias depois, estive em sua casa, aos fundos do beco de sua mãe, onde a gravei contando-me o que chamou de "história de sua vida". Em nossa conversa, depois das apresentações a mim costumeiras, que versavam sobre os objetivos da pesquisa, minha interlocutora introduziu sua narrativa da seguinte maneira:

> Estou tão cansada! Não quero mais saber de nada. O povo me diz: 'Bora terça-feira?'. Eu digo: 'Vou". Chega na hora aquilo me esfria. Ando muito cansada! Minha vida me cansou. Ah, se você soubesse!

Seu lamento vinha acompanhado de uma expressão facial de aparente desânimo que, evidentemente, contrastava com a euforia e entusiasmo com que a vi dançando dias antes na Praça. Visivelmente abatida, Bentinha foi narrando como foi a vida que lhe trouxe tanto cansaço. Iniciou contando que nasceu na roça, nas terras de sua família, correndo entre plantações de mandioca nos arredores do Quilombo Santo Amaro. Não possuíam sequer um pé de cacau, ressalva ela, apenas a comida necessária a subsistência da família. Suas memórias ora mencionam a Povoação, ora o Santo Amaro, misturando esses dois quilombos nos quais os pais e avós em algum momento tiveram seus cultivos. Ainda criança, veio para o bairro Porto de Trás para estudar, acompanhando a mãe e outros irmãos. O pai, estivador, viajava muito com as embarcações que passavam por Itacaré e, em uma dessas viagens com destino à capital Salvador, nunca mais voltou. Pelo que ela sabe, constituiu por lá uma nova família.

Das lembranças de sua infância e juventude na cidade, a mais recorrente se refere ao trabalho na lavação de roupas para os fazendeiros de cacau em fontes de água onde hoje está localizado o Bairro da Passagem. Na interpretação de minha interlocutora, essa era uma atividade que mantinha as mulheres como "escravas" dos grandes proprietários, porque

submetidas - pela sua condição econômica, pela quantidade de filhos e, por vezes, pela ausência do pai das crianças, como no caso de sua família - a um trabalho árduo, difícil e mal remunerado. Ao mencionar essa experiência de infância, Bentinha produz uma aproximação consciente e intencional entre o trabalho para os donos das fazendas de cacau e os senhores de engenho do período escravocrata. Ela conta:

> Aí tinha a fonte onde se lavava a roupa dos barões antigos de Itacaré, valentões, não sei o quê... era aquela roupa fervida em lata de gás. Era minha avó, era dona Bela Preta, era minha tia. Aí tinha as lavadeiras. (...) Esses casarões eram os barões que moravam. Os donos do engenho. (Risos) Eu falo assim: os senhores de engenho, os donos de escravo, porque é a mesma coisa. Então aquela fonte era específica só pra ser lavada a roupa desse povo. Só! Aí tinha que ser lavada com folhas de Patchuli que era pra ficar cheirosa e não sei o quê. Essas velhas sofriam, viu! Era vuqui... vuqui... vuqui... vuqui.... Botavam pra coarar. E molha... molha... molha..., e joga água e tira o sujo. (...) Era uma brancura! Um brilho aquela roupa! Pegava na mão da gente que é preta, ficava alvinha a roupa. E eu lá... junto!

Através do acompanhamento das mulheres de sua vizinhança na lavação de roupa para as famílias mais abastadas da cidade, Bentinha se inseriu na circulação de mulheres pelo trabalho doméstico na casa de outros. Em um primeiro momento, trabalhou em casas de proprietários de fazendas de cacau na própria cidade de Itacaré. Quando era adolescente, acompanhando aqueles para quem prestava serviços, mudou-se para a cidade vizinha, Ilhéus. Alguns anos depois, já adulta, acompanhou a mesma família para Itabuna e, nesse processo, chegou ao Rio de Janeiro.

Esses trânsitos são fundamentais em sua narrativa, porque é justamente nessa mobilidade para outros lugares que minha interlocutora reconhece que sua vida sofreu mudanças significativas. Segundo ela, esses deslocamentos e as experiências profissionais que neles acumulou a ajudaram a sair do ciclo de trabalhos "quase escravos" aos quais as pessoas de sua família e de seu bairro até então estavam sujeitas e aprendeu "como é a vida". Bentinha, a partir de então, não mais aceitou trabalhar na casa de outros e passou a optar e inventar estratégias para seguir sua trajetória profissional, preferencialmente com trabalho autônomo ou, pelo menos, escolhendo as atividades que queria desenvolver.

Ao retornar a Itacaré já adulta e com filhos - e agora sabendo "como é a vida", referindo-se à sua capacidade de identificar e recusar trabalhos que considera exaustivos, exploratórios e análogos à escravidão - circulou por diferentes empregos: trabalhou como professora em uma escola rural, assumiu temporariamente o posto de monitora de pesca, manteve-se na pesca e na mariscagem e colheu cacau em roças de terceiros. Porém, o que recebe

destaque em sua narrativa é que a partir de então ela engajou-se em movimentos de valorização das práticas culturais locais, sobretudo aquelas referentes à população negra, mobilizadas pelas diversas organizações sociais e ambientais que se instalaram em Itacaré especialmente a partir da BA 001. Engajamentos que a mantiveram viajando e conhecendo outras cidades e movimentos sociais e participando de eventos e reuniões diversas, sobretudo de valorização da identidade negra. Foi a partir da participação nessas reuniões que ela, junto a suas vizinhas e amigas, criaram em princípios dos anos 2000 a Associação de Marisqueiras do Porto de Trás, mais recentemente transformada em Associação de Pescadores e Marisqueiras do Quilombo Porto de Trás. Bentinha sintetiza sua trajetória profissional da seguinte maneira:

> Já fui monitora de pesca. Já fui tanta coisa na minha vida. Já fui colhedora de cacau. Já enfrentei tanto... Em Brasília. Olha só! (...) Já fui pra mangue com estrangeiros pra mostrar como tira caranguejo. Viu? Já passei na TV Bandeirantes, não sei quanto tempo, mas nunca ganhei um centavo. Porque fui burra. Devia ter ganhado uma boa nota. Assinei lá. Não entendia. Nesse momento eu estava empolgada porque queria ver, eu queria saber, eu queria trabalhar. Então eu não me importava com dinheiro, não. Eu só me importava com as coisas que podia colaborar. Pra mim o importante era a colaboração pra esse povo ver.

Quando percebi que ao mencionar sua lista de ocupações ao longo da vida minha interlocutora sequer fez referência ao turismo, indaguei sobre sua possível participação como trabalhadora nesse mercado. De forma contundente acrescentou:

> Nunca quis trabalhar no turismo. Meu negócio é revolucionário. Eu gosto mesmo é de dançar, de curtir. Meu negócio era viajar, conhecer coisas novas... eu gosto de conhecer pessoas. Gosto do movimento, de participar das coisas. No turismo não consigo fazer isso.

Assim como em Francisco, a narrativa de Bentinha apresenta uma recusa ao trabalho no turismo. No entanto, diferentemente dele, ela o faz invocando uma trajetória marcada pela exploração do trabalho doméstico. Minha interlocutora aciona a história e as referências à escravidão para introduzir uma crítica a esse tipo de trabalho – tipicamente feminino, o qual, em geral, também o turismo reserva a mulheres sem qualificação profissional. Seus reclamos de cansaço e exaustão se dirigem ao exercício desse tipo de atividade, não valorizada socialmente.

Foi circulando por diferentes cidades que Bentinha afirma ter aprendido "como é a vida". Essa afirmação marca um momento de inflexão em sua enunciação. No começo de sua trajetória profissional, seus deslocamentos entre diferentes cidades são atribuídos a seus

patrões. Eram eles que definiam os itinerários. Conforme afirmou: “Para onde eles iam, eu ia também. Ia atrás. Fazer o quê?”. No entanto, quando decide retornar a Itacaré, já adulta e com filhos e sabendo “como é a vida”, encontra uma cidade que se transforma rapidamente pela expansão da indústria turística e pela chegada contínua de novas pessoas e instituições. Diante do novo cenário e com o conhecimento que adquiriu em suas andanças, minha interlocutora se instrumentalizou para exercer atividades diversas – tanto profissionais que lhe permitiram sair do trabalho doméstico, quanto de valorização da identidade negra quilombola, participando de inúmeros eventos e reuniões que aconteciam em Itacaré e em outras cidades do país. Mais uma vez encontra-se indo de cidade em cidade. Porém, agora o faz como protagonista da própria história, escolhendo “se” e “para” onde vai, constituindo-se como liderança política local, articuladora das atividades consideradas tradicionais. Minha interlocutora gosta de lembrar como reuniu as mulheres de sua rua e de seu beco para a criação da Associação de Marisqueiras do Bairro Porto de Trás. Com entusiasmo, mostra as inúmeras camisetas que colecionou das reuniões e eventos que participou, guarda pedaços das roupas que todos os anos confecciona para os personagens principais dos cortejos artísticos e culturais de seu bairro.

Sua recusa em participar das oportunidades de trabalho que a atividade turística oferece decorre de sua leitura à luz das experiências de escravidão e trabalho pesado de seus antepassados, amparando-se, ao mesmo tempo, no próprio sentimento de cansaço e exaustão causado por trabalhos árduos que não geram bem-estar econômico nem prazer.

As afirmações de Bentinha introduzem ainda outra questão fundamental para pensar as relações da população *nativa* com o novo contexto econômico de Itacaré. Quando lhe perguntei se em algum momento trabalhou no turismo, minha interlocutora justifica suas escolhas mobilizando argumentos que apontam para uma noção de desfrute da vida e de controle do próprio tempo. Vale aqui retomar sua afirmação:

> Nunca quis trabalhar no turismo. Meu negócio é revolucionário. Eu gosto mesmo é de dançar, de curtir. Meu negócio era viajar, conhecer coisas novas... eu gosto de conhecer pessoas. Gosto do movimento, de participar das coisas. No turismo não consigo fazer isso.

Em sua maioria, meus interlocutores organizam seu tempo e escolhas profissionais de modo a garantir condições necessárias ao lazer, à festa e à “curtição”. Desse modo, eles não se restringem, nem necessariamente valorizam a demanda de mão de obra que advém do universo do turismo. Sempre que possível criam alternativas diversas de participação no cenário econômico, negociando com ele, porém mobilizando grande esforços para não se deixar

assujeitar ou englobar completamente. Inventar formas de manter certo espaço de autonomia e de gestão do próprio tempo é um imperativo que mobiliza a criatividade local. O mercado do turismo, à medida em que disciplina o trabalho e controla o tempo dos trabalhadores, não viabiliza ou, ao menos, dificulta a participação em outras atividades avaliadas como mais prazerosas. Desse modo, o que se percebe entre os moradores dos bairros ribeirinhos de Itacaré é a constante produção e mobilização de estratégias econômicas visando à preservação de alguma autonomia. São esses anseios que orientam e informam o uso da noção de *liberdade* como um valor que se opõe à *escravidão.*

A discussão proposta por Cecília Mello (2017) em sua pesquisa sobre a produção artística e a práxis política do movimento cultural afro-indígena no extremo-sul da Bahia é relevante para a discussão que aqui apresento. O contexto estudado pela autora envolve por um lado jovens negros que voltaram para a pequena cidade de Caravelas depois de prestar serviço militar na Salvador da década de 1980. No seu retorno, trouxeram consigo o repertório político dos movimentos negros, estudantis, artísticos e contraculturais do período e passaram a reconhecer-se e apresentar-se pública e politicamente como negros. De outro lado, em sua cidade natal, encontraram e intercambiaram experiências com práticas culturais dos indígenas Pataxós. Dois diferentes universos de referências culturais - negro e indígena - que passaram a se relacionar para a constituição do movimento denominado por eles como afro-indígena. Não se trata de unidade ou aglutinação desses universos diversos de referência, ressalva a autora, mas de uma aliança entre heterogêneos, uma terceira força que tem características próprias. O esforço do pesquisador não é, portanto, de produzir uma síntese entre ambos. Ao contrário, trata-se de reconhecer "um 'algo' que é efeito da afirmação da heterogeneidade ou singularidade próprias de cada termo", ou ainda, de "um exercício de construção de um modo de associação entre seres heterogêneos" (MELLO, 2017: 30 e 33).

Com o intuito de apreender como esse movimento cultural atua politicamente, Cecília Mello (2017) recorre a quatro acontecimentos significativos que presenciou durante seu tempo de convivência em Caravelas. No primeiro, Dó Galdino, um dos ativistas desse movimento, é lançado candidato a vereador contra sua vontade. Ao reconhecer que forças políticas externas ameaçavam a dinâmica e a autonomia do movimento, Dó se deixa convencer pelos membros de seu partido e aceita lançar-se como candidato a vereador. Porém, mesmo diante de um cenário que mostrava grandes chances de vitória, Dó Galdino se esforça para não alimentar expectativas entre seus eleitores convencendo-os de que talvez ele não fosse a melhor opção, o que o levou a perder as eleições. De certa forma, conclui a autora, Dó Galdino fez campanha contra si mesmo.

No segundo exemplo, a autora encontra-se com um grupo de mulheres locais que produzem indumentárias para festas usando apenas técnicas de amarrações de tecidos, sem a utilização de máquinas de costura. Frente à grande visibilidade e popularidade crescente das roupas que são vestidas e exibidas pelas próprias criadoras, Dó e outros ativistas políticos iniciam um movimento visando transformar as condições de produção destas roupas por meio da criação de uma cooperativa têxtil. A princípio, o grupo de mulheres se envolveu na proposta, produzindo um primeiro lote de roupas, inclusive com a realização de um desfile da grife étnica. No entanto, diante da recusa daquelas que desfilaram em devolver as peças que vestiram porque não queriam vê-las em outras pessoas, cogitando a possibilidade de perderem a autonomia sobre seu tempo de trabalho e sua produção e considerando que teriam que negociar e eventualmente submeter-se às forças de um mercado consumidor desconhecido, desistiram da cooperativa. Dessa maneira, as mulheres se negaram à massificação do produto e ao disciplinamento do trabalho.

Semelhante dinâmica foi observada na da venda de arte em madeira. Muitos artesãos locais se ocupam no reaproveitamento de pedaços de madeira da mata para a produção de peças artísticas. As obras esculpidas são comercializadas. Porém, a preferência de compra é dada a pessoas conhecidas que moram na região, de modo que o criador possa visitar sua peça artística sempre que o desejar. São esculturas vendidas, porém, propositadamente, não integram o mercado da arte.

Há ainda o exemplo da irradiação. Segundo Mello (2017), o cosmos afro-indígena é povoado por seres viventes e não viventes que atuam no mundo por meio da irradiação. Essa é uma condição na qual as qualidades do corpo de um sujeito são alteradas de forma relevante através de seu contato místico com os orixás. No entanto, esse contato transformador não se realiza por meio da possessão, o que resultaria em uma submissão completa ao poder do orixá. Ao contrário, trata-se de uma relação mais delicada, na qual o sujeito se aproxima da força da divindade apenas o suficiente para ser irradiado por ela adquirindo dessa forma capacidade de também irradiar o axé.

A partir desses casos empíricos, Cecília Mello (2017) argumenta que o movimento afro-indígena em questão deve ser compreendido como um ato de criação resultante desse "estar-entre", no qual sua força própria se encontra justamente na indeterminação e na contingência, ou seja, em sua criativa capacidade de aproximar-se, conectar-se, mas sem se submeter às agências externas. Nas palavras da própria autora:

> O movimento cultural pode ser lido, portanto, como o território onde são

> criadas o tempo todo todas as condições para a produção desta "outra coisa". Neste espaço é possível sustentar um "estar-entre" ativo, um lugar que não é "nem uma coisa nem outra", mas uma "terceira coisa", que nasce do encontro entre seres que se irradiam mutuamente, permitindo, assim, que aconteça um ato de criação". (MELLO, 2017:39).

Como podemos perceber, Mello (2017) encontra-se com situações diversas nas quais seus interlocutores se recusam a transformar sua prática em objeto de consumo, em mercadoria. Em alguns casos, até entram no mercado, mas optam pela saída deste diante de determinadas condições de ameaça de controle de si e de massificação de suas produções. Como em minha pesquisa, estamos aqui diante de diferentes maneiras de se colocar em relação ao mercado ou, como indica a autora, diferentes modos de associação cujas variantes não podem ser reduzidas à noção de exclusão social. Como vimos através dos casos que a autora presenciou em Caravelas, seus interlocutores se incorporam e participam do mercado ao mesmo tempo em que se recusam a um envolvimento completo, criando estratégias de controle e apropriação das dinâmicas às quais são expostos. Nessas múltiplas relações, eles ocupam um lugar que a autora chama de "estar-entre".

Os dados que construí entre os moradores ribeirinhos de Itacaré indicam que há entre eles anseios por autonomia, a partir dos quais se posicionam e criam engajamentos diversos no mercado de trabalho local. Em diferentes formas de associação, alguns trabalham no turismo em determinado momento, mas depois saem porque não se assujeitam a determinados valores e disciplinamentos, como no caso de Francisco. Outros se recusam a aderir aos postos de trabalho que lhes são oferecidos e nunca chegam a se inserir no turismo, sobretudo as gerações mais velhas. Há ainda aqueles que organizam seu tempo e suas necessidades financeiras de modo a combinar diversas atividades com as quais o tempo todo estão criando formas de participação nas dinâmicas econômicas desta atividade, ou então permanecem negociando com elas sem nunca se inserir por completo, como veremos a seguir.

Essas diferentes combinações de trabalho são apoiadas na enunciação da liberdade como um valor. Meus interlocutores mobilizam discursos diversos construídos a partir de uma articulação significacional com a história, fundamentalmente narrativas de conquista e resistência dos negros na foz do Rio de Contas, para legitimar seus posicionamentos e suas dinâmicas de associação (ou recusa) com o mercado de trabalho contemporâneo. A forma como cada um percebe e avalia as relações de assujeitamento ou autonomia nesse contexto econômico, porém, depende de suas experiências pessoais.

Ao mobilizarem continuamente os valores da autonomia e da liberdade em suas relações profissionais e estratégias de geração renda, meus interlocutores por vezes manifestam

resistência, em graus diversos, às regras e regime do trabalho assalariado. Com isso, tensionam não apenas interesses e lógicas de operação dos empreendimentos turísticos como, também, certas políticas do Estado, especialmente da prefeitura municipal que, por meio de sua secretaria do turismo, se preocupa em fomentar a oferta de postos de trabalho formal à população local. O turismo como possibilidade de superação da estagnação econômica da década de 1990 decorrente da grande crise da produção cacaueira foi, inclusive, um dos principais argumentos do programa do Governo Federal Prodetur NE, do qual resultou a pavimentação da rodovia e os incentivos ao desenvolvimento turístico da Costa do Cacau.

É comum entre os empresários locais e agentes públicos ligados ao turismo manifestações de descontentamento em relação à falta de qualificação profissional dos *nativos* e, principalmente, à sua indisposição para assumir postos de trabalho mais permanentes, dado que quando recrutados, apresentam faltas constantes, atrasos e desistência de contratos depois de pouco tempo de serviço. Reclamos que são contraditados pelos meus interlocutores com considerações acerca da disponibilidade de vagas de trabalho que lhes são oferecidas como sendo de caráter precário, exploratório e mal remuneradas. Em geral, se trata de empregos relacionados ao trabalho serviçal e doméstico, como vagas para limpeza, arrumação de quartos, ajudantes de cozinha e de garçom.

Em conversa na Secretaria de Turismo em 2019, o secretário então responsável pela pasta reiterou diversas vezes que o foco de atuação de sua equipe consistia em fortalecer a cadeia produtiva do turismo por meio de quatro ações fundamentais: 1. enfrentar a onda de violência causada pelo tráfico de drogas, que assustou moradores e visitantes sobretudo nos anos de 2015 a 2017; 2. intensificar o fluxo turístico e distribuí-lo ao longo do ano, para além das temporadas de verão e de atrações de sol e praia, por meio da criação e consolidação de um calendário de eventos e shows; 3. promover a atração de público de alto poder aquisitivo com a criação de eventos e festas privados, para os quais se previa a contratação de artistas de fama nacional e internacional, principalmente no Réveillon; e 4. disponibilizar cursos de capacitação profissional para os *nativos* com o intuito de inseri-los no mercado do turismo e qualificá-los para o atendimento das demandas dos visitantes. Esta quarta linha de ação, a qualificação profissional dos *nativos* é justamente aquela que, segundo os gestores públicos entrevistados, encontra maior dificuldade de implementação dada a resistência dos destinatários locais a esta política. Conforme uma das integrantes da equipe, a dificuldade encontra-se em que:

> Precisa convencer eles que isso não é escravidão como me falaram. É um trabalho normal como qualquer um. (Rosane, Secretaria do Turismo, maio de

2019).

Ao ser perguntado sobre como os *nativos* respondem a essas iniciativas do Estado em relação à qualificação profissional e incentivo para a inserção no trabalho assalariado oferecido pelos empreendimentos turísticos, o secretário de turismo da cidade acrescentou:

> Ela [população ribeirinha] se insere, mas poderia se inserir mais. Porque se você tem um mercado que está absorvendo as pessoas de fora, e é porque a comunidade não está tendo interesse. Então você vê aí que pode absorver mais. E para absorver mais a gente tem que capacitar principalmente os jovens e eles terem interesse em participar. Porque quando a gente fez o curso aqui, e eu sempre digo isso, pelo Senac, que a gente pegou um depoimento do pessoal de garçom "olha, o que foi o curso para você? A gente quer fazer uma matéria, divulgar, e queria saber a opinião de vocês". E passaram ... e alguns testemunhos deles diziam que "oh, eu aprendi a ter disciplina. Eu aprendi a saber o que é hierarquia". Ele entendeu que aquilo ali é a profissão de um garçom, ele não está sendo explorado. Se tem um turista, o hóspede que chama ele dez vezes ele tem que atender. Então quando chama ele mais de uma vez ele se sente ofendido: "Está me fazendo de palhaço? Por que não me pediu de vez?". E assim, isso em 2014, 2017 e 2018. A gente fez capacitações aí com o Senac para os restaurantes participantes do Festival Gastronômico, sobre qualidade no atendimento, e falamos, no conteúdo falamos de assédio moral e aí qual foi a situação que me deixou constrangido? O que eles falavam dessa situação, que para eles era constrangimento ser chamado toda hora. Aí o professor falou "não, isso aí é sua função". Então você vê o nível... (Júlio, Secretaria de Turismo, maio de 2019).

Como estratégia de enfrentamento ao que considera uma baixa adesão dos *nativos* às políticas de empregabilidade do município, em 2018, a secretaria de turismo havia estrategicamente contratado um morador do Bairro Porto de Trás - um *nativo,* portanto - para contribuir na mediação do diálogo com os moradores ribeirinhos visando incentivá-los a "valorizar as oportunidades e se integrar melhor no turismo". O morador contratado, formado em gastronomia por uma escola do sudeste brasileiro, tem em seu currículo várias experiências de atuação em estabelecimentos importantes do turismo em Itacaré, tendo empregado parte de seus ganhos na aquisição e reforma de algumas casas que disponibiliza para aluguel aos visitantes. Baseado nessa trajetória, ele mesmo se reconhecia e era reconhecido pelos demais integrantes da secretaria como um caso que exemplificava a possibilidade de sucesso profissional de um *nativo* que "meteu a cara" no novo cenário econômico. No entanto, com a transferência do então Secretário do Turismo de Itacaré para a cidade de Cairu e, em seguida, sua fatídica morte, acometido pelo vírus da Covid-19 em junho de 2021, o *nativo* contratado pela Secretaria de Turismo deixou seu posto na secretaria para viabilizar seu projeto de

autonomia através da administração de um restaurante de sua propriedade.

O que se observa nessa relação da população *nativa* com as políticas públicas municipais é que há um confronto entre concepções e lógicas de engajamento no trabalho. Os *nativos* não estão simplesmente alijados do mercado turístico. Em certa medida, eles não querem e não se dispõem a se submeter a certos regimes avaliados como formas de aprisionamento e\ou de sujeição a condições de trabalho e tarefas que consideram indesejadas ou que não se adequam com o modo de vida local.

É importante destacar que as novas possibilidades econômicas em Itacaré são diferentes para homens e mulheres. Embora as aspirações por autonomia e liberdade sejam valores comuns, enquanto os homens podem inserir-se a qualquer momento como guardadores de carros, guias turísticos e condutores de embarcações - atividades que podem ser desenvolvidas de forma autônoma e para as quais contam com habilidades pré-existentes -, para as mulheres são mais comuns a oferta de trabalhos em atividades que não exigem qualificação, consideradas como tipicamente femininas, como auxiliares nas cozinhas dos restaurantes a limpeza e arrumação nas pousadas, por exemplo. O trabalho no turismo, então, devolve as mulheres ao trabalho doméstico. A comparação entre as aspirações e escolhas profissionais de Diana e Leno é significativa para perceber essas diferenças.

Diana, há oito anos, oferece seus serviços em uma conhecida pousada da Orla, contratada a princípio como camareira e agora como recepcionista. Quando indagada sobre sua trajetória e experiência profissional, afirmou não ver a hora de sair do turismo porque “ele prende muito”. Ela permanece trabalhando na pousada com o desejo de algum dia reunir os recursos suficientes para abrir seu próprio negócio. Em seus planos, consta possivelmente uma loja de venda de produtos esportivos. A escolha pelo tipo de empreendimento comercial a que deseja dedicar-se se justifica pela intensa adesão dos moradores de Itacaré, tanto *nativos* quanto residentes mais recentes, a esportes diversos. Para além do surf, são muitos os campeonatos de futebol que acontecem nos bairros, vôlei de praia, futebol de areia, stand up, entre outros. Destaque aqui para a prática da canoagem no Rio de Contas, que resultou na conquista de diversos títulos em campeonatos nacionais e internacionais e na representação do Brasil nas Olimpíadas de Tóquio por um atleta da cidade.

Leno, por sua vez, iniciou sua trajetória profissional como ajudante de cozinha em um restaurante renomado da cidade. Porém, nos momentos de folga, oferecia também aos visitantes serviços de guia turístico conduzindo-os pelas trilhas ou em passeios na canoa de seu pai. Com essa experiência no restaurante e o dinheiro que acumulou com a dupla função, conseguiu mudar-se temporariamente para a cidade de São Paulo, onde se dedicou durante dois anos a

cursos de gastronomia, formando-se como chefe de cozinha e barman. Ao retornar a Itacaré, trabalhou por alguns meses na cozinha de um restaurante famoso. Logo, dizendo-se cansado com as relações de submissão do trabalho às quais estava exposto, saiu para prestar serviços autônomos e eventuais como barman e retomou o acompanhamento aos turistas pelas trilhas das praias e passeios de barco às cachoeiras. Afirmou:

> Me mandavam pra um lado. Me mandavam pra outro. Oxe, o tempo todo isso. Eu não estava mais gostando daquilo. Tinha que cozinhar o que os outros queriam. Não quis mais aquilo, não. Estava muito preso naquilo. Aí saí de novo.

Durante esse tempo de trabalho autônomo, juntou o dinheiro necessário para a compra, ampliação e reforma de pequenos imóveis que disponibiliza para aluguéis a visitantes nas temporadas. Essa é sua principal fonte de renda na atualidade. Além disso, como uma forma de valorização de seu investimento em capacitação profissional, alugou um dos quiosques da Orla onde, juntamente com alguns vizinhos do bairro, administra seu próprio restaurante. Durante minha segunda inserção em campo em 2021, o estabelecimento era muito frequentado pelos *nativos*, reconhecido e anunciado como um ponto de venda de comida típica e tradicional baiana.

A experiência de Leno sinaliza também uma importante diferença geracional entre os moradores ribeirinhos no que remete às suas relações e diferentes associações com o novo cenário econômico. Enquanto os mais velhos, quando saiam da cidade, eram levados pelas famílias locais mais abastadas para o trabalho doméstico, entre os mais jovens, ao encontrar no turismo uma possibilidade de ascensão social, o deslocamento para outras cidades e regiões é um projeto pessoal. São muitos os que saem de Itacaré em busca de qualificação e experiência profissional em outras cidades da Bahia e do Brasil e até no exterior.

As redes de trabalho que se formam a partir das configurações de casas - tanto na pesca e na comercialização dos produtos das roças (como descrevi no quarto capítulo), quanto nos trabalhos de guias turísticos, construções civis e demais atividades arregimentadas pelo turismo (conforme indicado no início desta seção) - são fundamentais para sustentar as obrigações e contra obrigações que movimentam os enlaces habitacionais. Do mesmo modo, esses jovens que saem de Itacaré em busca de diferentes habilidades e oportunidades tendem a manter seu espaço - suas casas e suas lajes - nos becos de seus parentes. Permanecem, assim, sempre articulados às suas configurações de casas e, com frequência, para elas retornam, seja temporariamente, seja de forma permanente ao tentar ganhar algum dinheiro com o turismo na

cidade. Esses retornos a Itacaré se dão de diferentes maneiras. Há aqueles que, embora mantenham sua casa na cidade, permanecem por longos períodos em outros lugares, sobretudo os que migraram para o exterior, de onde enviam frequentemente dinheiro à família. Há o caso dos chefes de cozinha e barman que trabalham em restaurantes em outras regiões do país e que retornam temporariamente para oferecer cursos de qualificação profissional a moradores dos bairros. Outros circulam entre os polos turísticos praieiros da Bahia, como Morro de São Paulo, Península do Maraú, Salvador e Itacaré/Ilhéus. Os capoeiristas locais que cada vez mais viajam para a Europa como forma de se inserir e se afirmar no mercado de trabalho na cultura. Destaco ainda os que se especializam nas áreas profissionais valorizadas pelo turismo tais como a gastronomia, a hospedaria e a organização de eventos, retornando depois para "fazer dinheiro" em Itacaré.

Essas diferentes oportunidades de trabalho e qualificação profissional que vêm se esboçando para a geração mais jovem está abrindo um leque de novas trajetórias que se distanciam do modo de vida tradicional vinculado, sobretudo, à pesca, à mariscagem e às *roças*. Uma dinâmica que é produtora de tensionamentos entre gerações. As dinâmicas econômicas do turismo se movimentam e, com elas, também se deslocam os anseios das novas gerações e suas estratégias de mercantilização da força de trabalho e da cultura.

Como podemos perceber, a partir da descrição que apresentei até aqui, as práticas de trabalho remunerado dos moradores são diversas: como assalariados com contratos fixos em empregos mais permanentes, oferecendo serviços eventuais nas temporadas de maior movimentação, recrutados para tarefas ocasionais e temporárias nos estabelecimentos turísticos, dedicando-se ao trabalho autônomo de condução de visitantes nas lanchas e nas trilhas em meio à mata, abrindo seu próprio negócio, vendendo produtos das *roças* e da pesca e diversos tipos de alimentos, dedicando-se às várias tarefas referentes à construção civil. Suas experiências e a forma como as interpretam, mesmo diversas, se encontram e entrecruzam nas aspirações pela autonomia e pela liberdade. Valores esses fundamentados no agenciamento da história através da qual meus interlocutores se reconhecem como descendentes de negros fugidos que se agruparam na foz do Rio de Contas. A enunciação de Victor, um dos guias entrevistados, ao falar sobre aspirações que carrega em relação ao seu trabalho e seu futuro, é elucidativa e sintetiza esses argumentos:

> **Magda:** Quais são suas perspectivas sobre seu trabalho no turismo?
> **Victor:** Condição de ser um preto livre, fazendo o que eu quero, do jeito que eu quero, na hora que eu quero. Eu já não trabalho pra empresa nenhuma. Eu presto serviço pras empresas, mas eu não sou funcionário de empresa

> nenhuma. (...) Eu me determinei estar social, estar inserido dentro dessa sociedade do turismo à qual a gente está aqui hoje até os 45 anos. Então daqui cinco anos eu não quero "TER QUE" nada. Eu quero apenas... minha perspectiva é que daqui a uns cinco anos eu seja autossustentável. Agora eu sou 70% sustentável. Eu quero ser autossustentável. Então a ideia é que daqui nos próximos cinco anos eu consiga ter uns seguidores, ter uns alunos, ter uma galera que eu possa estar ajudando com as informações adquiridas. Na ideia de falar "Olha, tu pode ser autossuficiente". Tu vai lá e trabalha uma vez por semana e consegue fazer um dia de surf, outras coisas, ficar em casa e dar atenção à sua esposa, passar um momento de pai, sair com sua criança, valorizar o tempo que é tão precioso. Se informar. Uma vez por ano poder viajar, ir pra outro lugar do mundo. Na perspectiva de crescimento, de desenvolvimento social, de crescimento como pessoa, de ter a alma livre. É isso! Minha perspectiva é que daqui a cinco anos eu seja livre. Totalmente!

São muitos os que buscam organizar a vida de modo a preservar sua autonomia, e uma das estratégias para isso é por meio da combinação de diversas atividades. Ainda que tenham um trabalho que considerem sua fonte de renda principal, os moradores ribeirinhos estão sempre combinando diversas ocupações. É dessa maneira que os moradores dos bairros Marimbondo e Porto de Trás não apenas incorporam e se adaptam às demandas do turismo, mas criam posicionamentos e participações em seus próprios termos, buscando sobretudo, não se assujeitar aos ritmos, necessidades e exigências do regime de trabalho assalariado, a não ser temporariamente. Eles, de certa forma, buscam adaptar o assalariamento ao seu modo de vida. As roças quilombolas e o Rio de Contas com a abundância de recursos que disponibilizam são fundamentais na sustentação dessas dinâmicas.

Quando se trata da participação com trabalho remunerado nos equipamentos de turismo, então meus interlocutores criam o seu lugar como aparece na enunciação de Victor. Ou então permanecem por um tempo até conquistar as condições necessárias para desvencilhar-se do assalariamento e abrir seu próprio negócio. Nas trajetórias de Francisco e Rui anteriormente descritas, vimos que quando os primeiros guias *nativos* foram capacitados para atuar no turismo, eles criaram seus próprios roteiros, inserindo e dando visibilidade ao que lhes é culturalmente importante, como os passeios pelos bairros Marimbondo e Porto de Trás e a participação nas atividades do Centro Cultural. Quando essa liberdade lhes foi subsumida, um deles abandonou a profissão e passou a se dedicar à construção civil, enquanto o outro passou a exercer a atividade de guia turístico de forma autônoma.

As práticas de trabalho de Roberto e Carina, sua esposa, são representativas e ajudam a compreender como se dão essas combinações de diferentes tipos de atividades econômicas que caracterizam a população dos bairros estudados e como elas são acionadas enquanto estratégias de não assujeitamento e de negociação contínua com as possibilidades e dinâmicas

do turismo em seus próprios termos.

Roberto se identifica como pescador profissional quando o assunto é definir uma profissão. Inscrito na Colônia Z 18 desde jovem, ele é tripulante da canoa em um dos grupos pesqueiros da *Rede de Arrasto.* Além disso, se dedica a várias outras modalidades de pesca, sobretudo no rio, o que faz com que seja conhecido e mencionado localmente como uma das pessoas de referência *na mão* de quem sempre se pode comprar peixe fresco. Seu tempo, no entanto, é dividido entre a pesca e a gestão de um imóvel antigo da família, construído antes da implementação do turismo, que está na Praia da Tiririca e, dada sua localização estratégica e a vista que proporciona ao visitante, permanece quase sempre alugado. Ele mantém ainda uma barraca de venda de bebidas e salgadinhos nessa mesma praia. Chegou a ocupar a função de salva-vidas há alguns anos, uma ocupação que, às vezes, cogita retomar. Roberto também trabalhou um tempo em uma Pousada, mas não quis permanecer porque, segundo ele:

> Eu estava preso lá. Preso mesmo. E a escravidão já passou, né? Não somos mais escravos não. (Risos). Liberdade! Recebe todo mês, mas está preso. Tem dinheiro, mas não tem liberdade. Aí saí de lá e fui ser salva-vidas. Aí era melhor. Salva-vidas era melhor. E sempre na pesca também. Hoje não sou mais salva-vidas, mas a pesca continua. A pesca sempre continua. E a barraca de praia também. Trabalhar e pegar uma prainha. É isso aí. (Risos)

Nos períodos de inverno, com a alta precipitação de chuvas, que atrapalha a pescaria e que coincide com a baixa temporada do turismo, Carina, sua esposa, intensifica sua dedicação à venda de cosméticos e lingeries. Atua ainda na coordenação da "caixinha" de suas amigas, uma forma de poupança local em que um grupo de doze pessoas entrega-lhe mensalmente um pequeno valor em dinheiro e cada participante escolhe um dos meses do ano para retirar o valor total de todas as contribuições (por exemplo, se cada contribuinte entrega-lhe R$ 110,00 mensais, o valor retirado por cada um dos participantes em um mês específico escolhido no ano é de R$ 1.200,00. O valor excedente é a contribuição do grupo pelos serviços prestados por quem coordena a "caixinha"). Esse sistema também lhe permite angariar algum recurso financeiro. Durante a pesquisa de campo, também a vi fazendo licores para comercializar nas festas de São João, preparando bolos e salgados para vender aos vizinhos e amigos nas ruas da cidade e sendo recrutada temporariamente como professora da rede municipal de ensino. Juntos, Roberto e Carina ainda fazem a mediação na venda de terrenos e de safras de cacau, sobretudo quando se trata de proprietários que não residem na cidade, em troca de uma porcentagem do valor do imóvel ou da venda das castanhas, paga em formato de comissão.

Roberto e Carina negociam as condições de sua inserção no mercado de trabalho

buscando desvencilhar-se do disciplinamento, da padronização e das regras e limites que ele estabelece. Segundo a afirmação de Roberto, é isso que o prende, que lhe retira a liberdade. Ao contrário, a combinação de diferentes atividades lhes permite dedicar-se a diversas formas de ganhar dinheiro num sistema de rodízio semanal ou sazonal como ir para a roça, pescar, aproveitar a praia, garantir as obrigações com suas redes de moradia, participar do mercado de locações de imóveis e de venda de alimentos aos turistas, concorrer aos eventos e atividades do bairro, inserir-se nas resenhas de fim de tarde... A possibilidade de novas combinações se mantém continuamente em aberto.

Acompanhando as práticas econômicas dos moradores dos bairros Marimbondo e Porto de Trás, percebi que se trata de uma população que é vista o tempo todo trabalhando e, ao mesmo tempo, festejando, engajando-se em atividades de lazer, "curtindo" ... Como afirmei anteriormente, lazer e trabalho, na perspectiva de meus interlocutores, não se separam. Sabemos agora que é porque para eles, estas são duas faces da mesma moeda. São atividades que se sempre podem (e preferencialmente, devem) combinar-se.

5.2. Os *nativos* e sua "cultura" como objeto de interesse turístico

Para uma melhor compreensão de como os moradores se posicionam em relação às políticas de empregabilidade no mercado turístico adotadas pela administração pública de Itacaré, é preciso ampliar a contextualização. Quando retornei para Itacaré para minha segunda inserção em campo, em junho de 2021, a prefeitura da cidade havia promovido recentemente uma importante reforma administrativa que mudou a estrutura e funcionalidade de diversos departamentos. Para a reflexão que proponho na tese, o que mais interessa a esse respeito é o deslocamento da pasta da cultura, até então responsabilidade da Secretaria da Juventude, do Esporte e da Cultura localizada na Praça do Canhão - próximo aos bairros ribeirinhos - para um departamento da Secretaria do Turismo, que funciona na Passarela da Vila - no lado da cidade onde o fluxo turístico é maior.

Na entrevista que fiz com o secretário da Juventude, Esporte e Cultura em 2019, portanto, antes dessas mudanças, ele me informou que as principais ações de sua secretaria no que se referia à cultura consistiam em fomentar a organização dos grupos culturais da cidade e mediar recursos para os festejos e manifestações culturais locais. Para que isso acontecesse, diante da aproximação da data de determinada festa que tradicionalmente é comemorada nos bairros - tais como Carnaval, São João, Santo Antônio, festas de aniversário dos bairros, e Iemanjá, as comissões das respectivas associações de moradores e outras organizações de bairro

se reuniam na secretaria para apresentar suas demandas com vistas à preparação dos festejos, as quais uma vez debatidas e avaliadas entre todos, eram parcialmente atendidas e financiadas por recursos mobilizados pela secretaria.

Em conversa realizada em 2021, as mudanças realizadas pela reforma administrativa, dentre as quais se destaca a transferência das questões culturais para o domínio da Secretaria do Turismo, resultou em preocupações diferentes. Conforme me informou o novo Diretor de Cultura, o foco agora não era fomentar manifestações e práticas culturais dos bairros, mas criar estratégias para rentabilizar atividades culturais consideradas "tradicionais" por meio de sua inserção no circuito turístico. Trata-se, portanto, da transformação da cultura em "produtos rentáveis", como sintetizou meu interlocutor.

No ano 2021, por meio da consolidação do Conselho de Cultura, representantes de diferentes organizações da cidade - inclusive as associações de moradores dos bairros aqui estudados e o Centro Cultural Tribo do Porto -, as ações municipais preveem o incentivo a três segmentos: 1. produções artísticas e culturais tais como música e artes cênicas desenvolvidas por agentes culturais específicos; 2. culturas hereditárias e populares que abrangem povos de terreiro, quilombolas e povos indígenas; e, por fim, 3. cultura tradicional e identitária, segmento formado pelas manifestações culturais tradicionais como o Rancho Bicho Caçador realizado todos os anos no Bairro Porto de Trás, a Volta da Jiboia criada e encenada no Bairro Marimbondo e o Terno de Reis, que acontece em várias partes da cidade[31]. Descreverei mais adiante, ainda nesta seção, o que são e como acontecem essas manifestações culturais continuamente mencionadas como signos de identidade nos bairros estudados.

As primeiras ações da nova coordenação, no entanto, não fizeram mais que dar sequência às políticas que vinham sendo desenvolvidas pela administração pública em anos anteriores, voltadas como se viu acima, à oferta de qualificação profissional, sobretudo aos *nativos*. Agora, porém, o foco não são treinamentos para se assumir as atividades básicas requisitadas pelos empreendimentos turísticos tais como serviços de gastronomia, limpeza, camararia, garçons e copeiras. Atualmente, os cursos são endereçados à formação de agentes culturais com capacitações para a elaboração e gestão de projetos de cultura e captação de recursos na área.

Outra ação que está em curso como política da atual Secretaria de Turismo remete à

[31] O segundo e terceiro segmentos por vezes se sobrepõem e confundem. No entanto, segundo o Diretor de Cultura, enquanto o segundo segmento das ações da secretaria é destinado a toda a população da cidade, inclusive aos novos artistas que chegam para "fazer a vida" em Itacaré, o terceiro segmento é voltado especificamente para os moradores dos bairros mais antigos da cidade.

criação do que vem sendo chamado de Corredor Cultural de Itacaré, um novo roteiro turístico cultural e histórico que se inicia no espaço da Orla, tendo como marco a Igreja Católica do período jesuítico, monumento mais antigo da cidade, construída em 1723, além dos Casarões das antigas famílias cacaueiras do início do século XX. O roteiro termina no Bairro Porto de Trás, mais especificamente no Centro Cultural Tribo do Porto. Trata-se de um esforço dos gestores públicos, portanto, de açambarcar as práticas tradicionais dos *nativos*, respondendo às reivindicações por valorização e reconhecimento feitas pelos moradores ribeirinhos. Os diálogos e tentativas de integrar os moradores do Porto de Trás nessa iniciativa permanecem tensos e ambíguos e os resultados quanto à sua integração no Corredor Cultural é ainda imprevisível.

Uma das ações iniciais capitaneada pelo atual Secretaria de Turismo visando incorporar a "cultura dos *nativos*" em suas políticas foi apresentada ao definir-se a temática que deveria orientar o Festival Gastronômico de 2021, evento retomado depois de dois anos de sua suspensão devido à Pandemia do Corona Vírus. O lema anunciava: "Do ingrediente ao prato". Segundo o secretário de turismo, se pretendia nesse Festival recuperar o processo de produção dos pratos considerados típicos de Itacaré, integrando-se por meio desta não apenas os estabelecimentos turísticos gastronômicos que atuam na elaboração do produto final oferecido ao visitante, mas também a população *nativa,* uma vez que é ela que, em larga medida, se ocupa do fornecimento dos ingredientes assim chamados tradicionais, como os catados de siris e caranguejos, o coco, o cacau, o cupuaçu e o azeite dendê. Nas palavras do secretário, iniciativas como essas - criação do corredor cultural e o tema escolhido para o Festival Gastronômico de 2021 - ajudariam a "dar conteúdo ao turismo":

> Eu sou secretário de turismo e cultura ao mesmo tempo. Isso é importante porque isso fortalece o turismo, além de ajudar a dinamizar mais a cultura. Ela dá mais conteúdo ao turismo. O turismo em si, na verdade - você tem que observar o seguinte – o turismo de sol e praia é um turismo que existe em todo local desde que tenha sol e praia. Por mais que aqui seja diferente... tem o surf, tem aqui a Praia da Concha que você pode fazer stand-up e tal, mas é um destino que é sol e praia. Então, o que você precisa fazer pra fazer com que o cliente turista fique mais tempo neste destino sol e praia? Tem que dar mais conteúdo a ele. E você dá conteúdo de duas formas: você dá conteúdo fazendo festas, balada mesmo; ou você faz um conteúdo dando pra ele história, dando a ele cultura. Neste momento de pandemia você não tá podendo fazer entretenimento, fazer grandes festas. Então o que você faz pra poder segurar ele? Você dinamiza o centro de cultura [Centro Cultural]. Estava falando com eles pra fazer algumas ações lá. A gente vai estar vitalizando muito a parte de história da cidade. Então também o corredor de cultura. A gente vai estar fazendo a criação do museu, a biblioteca que estava parada a gente vai dar continuidade, o arquivo municipal. (José Alves, Secretário de Cultura de

Itacaré, agosto de 2021).

Para a organização do Festival Gastronômico e na tentativa de intensificar o diálogo e estreitar laços com os moradores do Bairro Porto de Trás, no dia 27 de agosto de 2021, o Centro Cultural Tribo do Porto foi escolhido como espaço para o lançamento do evento previsto para outubro do mesmo ano. Na reunião, além dos integrantes da equipe da Secretaria do Turismo e do diretor de cultura, compareceram diversos empresários de Itacaré, sobretudo aqueles ligados ao ramo gastronômico. Dentre esses estava também um morador do Porto de Trás que nos últimos anos desvencilhou-se do trabalho assalariado em empreendimentos turísticos de terceiros e aproveitou sua formação gastronômica feita anos anteriores para inaugurar seu próprio quiosque de comida tradicional baiana na Orla de Itacaré.

Já nos ritos de abertura da reunião, após uma breve introdução na qual os integrantes do Centro Cultural fizeram uma exibição do toque do berimbau e do timbau e de movimentos e acrobacias de capoeira arrancando suspiros e ganhando a admiração da plateia, o secretário justificou a escolha do espaço. Em tom solene, declarou:

> Este lugar é extremamente cultural. Extremamente histórico. Aqui tem muita ancestralidade. Queremos apostar nisso, reconhecer isso agora.

A ênfase na cultura e na história eram corroboradas com outros signos que foram propositadamente colocados do lado de fora do salão: toalhas coloridas de chita, pedaços de bambus e madeiras, flores da mata e folhas de coqueiros enfeitavam o ambiente; na porta, moradoras do bairro vestiam as tradicionais roupas das baianas do acarajé e serviam a iguaria aos visitantes em meio ao cheiro forte e característico do dendê. Elas dividiam espaço com o vizinho que todos os dias monta sua barraca de tapioca para comercializar o alimento àqueles que se reúnem nas *resenhas* de fim de tarde nas ruas do bairro. Também ele aproveitou o evento para comercializar seus produtos entre os visitantes no Centro Cultural. Havia ainda uma jovem que vestia saia colorida e turbante na cabeça posicionada no portão para dar as boas-vindas aos que chegavam enquanto distribuía máscaras de proteção individual, um dos protocolos de segurança adotados na pandemia. As lideranças que atuam na coordenação do Centro Cultural, ainda que insistentemente convidadas pelos membros da Secretaria de Turismo para entrar no salão e participar da reunião e das discussões a fim de identificar como poderiam participar do festival de forma concreta, permaneceram na cozinha, distribuindo água de coco aos visitantes.

Diferente dos gestores públicos e dos empresários que ali estavam, ocupados com a construção do Festival Gastronômico como um evento que integrasse o sabor, a organização e

a segurança sanitária com a tradição, a cultura, a história e a ancestralidade - preocupação para a qual a participação dos moradores considerados os "mais antigos e tradicionais" da cidade era fundamental -, a preocupação dos moradores parecia concentrar-se em conseguir algum dinheiro com a comercialização de comidas e com o aluguel do espaço. Ali, do lado de fora do salão, olhavam de longe o que estava sendo proposto pelos gestores públicos e teciam suas avaliações.

A mobilização de argumentos e ações voltadas à valorização da cultura e a valorização dos bairros *nativos* na arena pública de Itacaré*,* especialmente do Porto de Trás, bem como seu reconhecimento e menção como redutos da autenticidade local não são novidade. Em um artigo no qual discute o que chama de "processo de patrimonialização" do bairro Porto de Trás, Couto (2011) destaca que a consolidação da indústria turística levada a cabo na cidade desde a pavimentação da rodovia estadual BA 001 - assim como as reconfigurações sociais, econômicas, territoriais e simbólicas que dela resultaram - provocaram uma nova consciência étnica nos moradores do bairro. Segundo a autora, a partir de então, a mobilização do "princípio da antiguidade" daqueles que se reconhecem e são reconhecidos como os moradores mais antigos da cidade passou a integrar as reivindicações pelo direito ao lugar e pelo acesso ao novo e crescente mercado de trabalho (cf. COUTO, 2011: 23).

Como vimos nos capítulos anteriores, foi a partir da criação da Área de Preservação Ambiental e do Prodetur-NE, ainda na década de 1990, que o Porto de Trás iniciou o processo de certificação como comunidade tradicional Quilombo Porto de Trás. Foi também a partir da expansão da atividade turística que, na década seguinte, o barracão de chão batido, construído com bambus e madeiras retirados dos restos dos enfeites das festas juninas e das construções das moradias do bairro e da roça, ocupado pelas crianças e adolescentes para os treinos de capoeira e maculelê e para as brincadeiras dos moradores, se transformou no Centro Cultural Tribo do Porto.

O barracão improvisado havia sido construído pelos jovens do bairro ainda em meados dos anos 1990, quando o estrangeiro proprietário do terreno o entregou aos cuidados do morador local Nero Bóia, autorizando a utilização do espaço para a prática da capoeira. Em meados dos anos 2000, o Grupo empresarial Swea Empreendimentos Imobiliários propôs uma construção hoteleira de grande porte na Praia do Resende, projeto que sofreu resistência de grupos e movimentos ambientalistas. Como moeda de troca, o grupo empresarial ofereceu à prefeitura municipal contribuição financeira como contrapartida para a autorização de construção. Foi assim que o barracão improvisado onde jovens e crianças jogavam capoeira se transformou em um edifício que mistura alvenaria, vidro e madeira, adornado com bambus e folhas de coqueiros

coletados na mata atlântica e com vistas para o Rio de Contas, o Centro Cultural Tribo do Porto. À entrada, como símbolo da associação e do bairro, o desenho de um siri enfeita o portão.

Figura 41: Centro Cultural antes da reforma

Fonte: Arquivo Centro Cultural Tribo do Porto, sem data.

Figura 42: Centro Cultural – Evento de lançamento do Festival Gastronômico 2021

Fonte: A autora, agosto de 2021.

Atualmente, esse espaço é um importante ícone de referência local, ponto de encontro e reunião com os moradores do bairro. Muitas das conversas que fiz com meus interlocutores ali residentes, sobretudo em minha primeira estada em campo quando residia no vizinho

Marimbondo, aconteceram no Centro Cultural. Nele se realizam as famosas oficinas de culinária oferecidas pela rede de restaurantes Capim Santo, que entre seus principais chefes, consta um morador do bairro que se capacitou nessa atividade há alguns anos e atualmente trabalha na cidade de São Paulo. Também ali acontece o Festival de Dança Contemporânea, que reúne artistas de todo o Brasil, evento organizado e coordenado por dançarinos amadores locais e pela pesquisadora e coreógrafa Verusya Correia, que reside na cidade. Além disso, cotidianamente crianças e adultos se reúnem para a prática da capoeira, do maculelê e as das rodas de samba duro. Duas vezes na semana, os idosos do bairro concorrem ao treinamento funcional oferecido pelo educador físico "filho do bairro", Nailson Assunção. O local é ponto de referência também para a recepção de visitantes, sejam eles curiosos, acadêmicos ou representantes do Estado.

De acordo com os gestores públicos, este deveria ser o centro de referência cultural de Itacaré, mas foi apropriado pelos moradores do Porto de Trás e se transformou em um ponto de cultura exclusivo do bairro. Há esforços para reintegrá-lo às dinâmicas do turismo local. Já os moradores do Porto de Trás concebem esse espaço como seu ponto de encontro e convivência e lutam para manter a autonomia na sua administração. Todos, porém, reconhecem que o Centro Cultural hoje ocupa o lugar de referência da cultura negra e quilombola de Itacaré, um "reduto de autenticidade".

Manuela Carneiro da Cunha (2009) no clássico texto em que discute a relevância de se pensar a relação entre a categoria "*cultura*" - assim com aspas - da forma como é mobilizada pragmaticamente nas comunidades tradicionais e a *cultura* - sem aspas - como categoria antropológica que supõe uma rede de referências que nos sustenta a todos, chama a atenção para a apropriação e as utilizações práticas da "cultura" como argumento de reivindicação política dos grupos que estudamos.

A autora propõe essa reflexão a partir dos debates em torno dos direitos intelectuais sobre os conhecimentos dos povos tradicionais e do reconhecimento desse seu status pela academia, pelo Direito e pelo Estado. A autora apresenta como referência empírica os tensionamentos provocados pela apropriação de usos medicinais do Kampô, uma secreção de rã conhecida também como vacina de sapo, originalmente utilizada apenas por agrupamentos indígenas de língua pano, sobretudo os Yaminawa, os Kaxinawa, os Katuquina e os Apurinã. Retomando o debate e a organização política de povos indígenas desde a década de 1970 e passando pelo processo de produção de constructos legais que regulamentam os direitos de propriedade sobre conhecimentos tradicionais elaborados mundialmente nos anos 1980 e 1990, a autora argumenta que nas últimas décadas ocorreu uma mudança fundamental na qual

passamos de uma compreensão mais universalista que argumentava a não discriminação dos povos indígenas e tradicionais e fomentava sua participação política na esfera pública, para uma ênfase no direito das minorias, no reconhecimento das especificidades de cada grupo identitário e na "cultura" como propriedade particular.

Apesar dessa categoria "cultura" ter sido apropriada por povos da periferia através de instituições do Estado e da ciência, a autora ressalta que o movimento de uma perspectiva universalista dos povos tradicionais para outra mais particularista intensificou ainda mais seu uso pragmático e local. Esse deslocamento produziu o que Sahlins (1997) chamou de "indigenização da cultura", ou seja, uma celebração da "cultura" por parte dos povos tradicionais com vista à sua mobilização seja na reivindicação de reparações por danos políticos históricos, seja por acesso a direitos contemporâneos. Essa meta-categoria, porém, tem um efeito coletivizador. Por definição, supõe que todos a possuem e compartilham, sobrepondo um regime coletivo que dilui as escalas de identificação que comumente são mobilizadas pelos agrupamentos que estudamos. Conforme a autora:

> Para atingir seus objetivos, porém, os povos indígenas precisam se conformar às expectativas dominantes em vez de contestá-las. Precisam operar com conhecimentos e com a cultura tais como são entendidos por outros povos, e enfrentar as contradições que isso possa gerar. (CUNHA, 2009: 330).

Seguindo as pistas da discussão proposta por Cunha (2009), é importante salientar que o posicionamento dos moradores do bairro e das lideranças do Centro Cultural do Porto de Trás em Itacaré, descrito no evento de lançamento do Festival Gastronômico, não significa que há desinteresse por parte deles nos temas referentes à cultura e à sua integração ao mercado do turismo. Assim como gestores públicos, empresários, visitantes da cidade e moradores dos demais bairros, meus interlocutores também se reconhecem e se apresentam a partir de um discurso de aspecto coletivizante que os define como herdeiros de certa ancestralidade e autenticidade, o que faz dos bairros Marimbondo e, sobretudo, o Quilombo Urbano Porto de Trás, redutos culturais de Itacaré. Se somam na produção dessa imagem diversas manifestações culturais que cada vez mais são consideradas tradicionais e signos de identidade local. Vejamos:

A Volta da Jiboia e o Rancho Bicho Caçador são as duas manifestações culturais mais famosas dos bairros estudados, sempre mencionadas e exibidas como índice de suas respectivas identidades, formas de atualização constante do que consideram ser uma expressão da autenticidade e da ancestralidade negra local. Atentar para a forma como essas manifestações

culturais são organizadas e exibidas traz elementos importantes para a compreensão de como a "cultura" é mobilizada pragmaticamente pelos moradores em sua relação com o turismo.

Ainda que os interlocutores mais procurados para fazer a mediação entre os moradores dos bairros e os gestores públicos sejam as lideranças do Centro Cultural, as práticas culturais locais - como o Rancho Bicho Caçador e a Volta da Jiboia - têm a responsabilidade de organização e execução distribuída entre os demais moradores.

O Rancho Bicho Caçador - cortejo comumente realizado no mês de janeiro - é um referencial importante para o Porto de Trás. Segundo meus interlocutores, essa manifestação surgiu nas roças ainda no período escravocrata e acontece exclusivamente em Itacaré. Embora não seja considerado uma atração turística, uma vez que os moradores do bairro o fazem exclusivamente para si próprios, sem investimento em divulgação pública, este sempre é indicado tanto pelos moradores ribeirinhos quanto pelos gestores públicos como "uma das coisas mais importantes de Itacaré" e sua realização anual é praticamente uma regra.

São muitos os que participam para "fazer o Rancho acontecer". Sabe-se, no entanto, que o Rancho Bicho Caçador é de responsabilidade de Nengo e sua família. Embora muitos contribuam para sua realização, atuando como figurantes, confeccionando as roupas dos bichos ou sustentando a percussão e a cantoria que acompanha o cortejo, sempre que alguém quer informações sobre o Rancho Bicho Caçador é remetido à casa e ao beco de Nengo. Ele e sua família guardam as roupas do bicho de um ano para outro, fazem os primeiros convites aos personagens, recrutam quem trabalhará por meses na feitura das indumentárias e no limite, são os que decidem se "o bicho vai sair ou não". Decisão que é fácil e rápida quando se trata dos dias costumeiros de cortejo: 6 de janeiro, dia de Reis, e 26 de janeiro, aniversário da cidade. Por vezes, o "bicho sai" também em 16 de dezembro, na *Festa da Rua*, em referência às comemorações do aniversário do bairro. Quando o evento envolve convite extraordinário de estabelecimentos turísticos, escolas ou gestores públicos, as decisões e organização da apresentação ficam mais demoradas e tensas. É sempre preciso "ver com Nengo" se vai ser possível fazer ou não. Quando o "bicho vai sair", todos os preparativos se dão sem muita movimentação, passando quase despercebidos, escondidos dentro das casas daqueles que se ocupam das funções. Desse modo, até o dia do cortejo, ninguém sabe ao certo se ele vai ou não acontecer.

O cortejo tem início com uma reunião dos moradores em frente ao palco do bairro, perto do porto na foz do rio, por volta das 21h. O timbau e os tambores abrem o cortejo com o samba duro, de composição de um dos moradores, chamando desta forma os demais. Aos poucos, as pessoas vão se acercando, sambando e iniciando a festa. A expectativa é pelos

principais figurantes: dois bichos e um caçador. Não se sabe ao certo quem são, nem de qual casa vão sair.

Quando um bom grupo de moradores está presente, já animados pela música e alguma embriaguez, os tambores anunciam com um canto a chegada dos personagens principais:

> Caçador é vem. Oooohhh! É vem caçador!
> Caçador é vem. Oooohhh! É vem caçador!

Entra na roda um figurante vestido de calça e camisa com remendos, portando uma réplica de espingarda feita em madeira. Ele usa uma máscara de borracha. Antigamente as máscaras eram feitas de peles de animais, cascas de árvores e cipós. Atualmente, são industrializadas. O caçador irrompe em meio aos presentes e passa a boca da espingarda contra o chão, desenhando uma meia lua que estabelece limite para o público. Ali, que posicionam os integrantes da percussão. Segundo a pesquisadora Verusya Correia (2013), a formação básica da banda é composta por três timbaus, quatro pandeiros, um reco-reco e um agogô. A canção segue:

> Caçador é vem. Ooooh é vem caçador.
> Bicho é vem caçador.
> Atira no bicho caçador.

Aproximam-se da roda então dois bichos com o corpo coberto por uma roupa feita de saco de linhagem e recortes de sacolas plásticas e, no rosto, uma máscara de borracha. A máscara pode variar a cada ano, de acordo com o que encontram disponível. O canto se repete até que os bichos encontram na roda, o caçador. Logo inicia-se uma ginga simulando um confronto, no qual os dois bichos tentam derrubar o caçador e ese, por sua vez, tenta trapacear, bater e derrubar os bichos. O caçador, curvado para frente, dança com passos curtos e ritmados. Os dois bichos, na ponta dos pés, saltitam tentando confundir o caçador.

Essa luta/dança segue então pelas ruas de Itacaré junto com o público que os acompanha sambando e aplaudindo, primeiramente pela rua do bairro, passando em seguida pelo centro da cidade até chegar à Praça dos Cachorros, à entrada da Rua Pituba. Esse é o ponto mais distante que o cortejo alcança, de onde se inicia o retorno ao bairro. No trajeto, os dançarinos se detêm e dançam diante de algumas casas já demarcadas com antecedência. Essas casas variam todos os anos, de acordo com o convite que os organizadores recebem durante a construção do itinerário. Diante delas - e, em alguns casos, dentro delas - sambam e brincam, tentando derrubar uns aos outros, sob o olhar atento e as risadas daqueles que acompanham o

cortejo. As casas que recebem os figurantes retribuem a gentileza com a oferta de comidas e bebidas. Em algumas delas, os figurantes, quando muito cansados, são substituídos por outros. Aqueles que esperam do lado de fora, no entanto, não sabem quando isso acontece, nem com quem, o que dificulta a identificação de quem está representando o papel dos bichos e do caçador. Tentar descobrir quem são os bailarinos é um dos atrativos do cortejo. Às vezes, de forma brincalhona, os moradores aproveitam algum conflito público que aconteceu durante o ano para batizar os bichos com os nomes daqueles que estiveram envolvidos na contenda. Quando isso acontece é motivo de muitas gargalhadas e *resenhas.*

À medida que o cortejo avança, a embriaguez dos participantes se intensifica, tornando a apresentação cada vez mais engraçada. Durante todo o trajeto, o caçador se mostra esperto e hábil, sempre cutucando e simulando atirar nos bichos. A preferência é para que o caçador pareça vitorioso.

No retorno para o bairro, quando chegam novamente à frente do palco na foz do Rio de Contas, normalmente por volta da meia-noite, dá-se o desfecho: os dois bichos viram o jogo. Derrubam e vencem o caçador[32]. O final que provoca a euforia do público. A partir de então, a festa segue com muita bebida e muito samba duro até o amanhecer.

A organização do cortejo e os participantes costumeiros insistem que o Rancho Bicho Caçador não integra o universo turístico da cidade. Como afirmaram Juninho e João, dois de seus figurantes, ao me contar sobre o cortejo:

> O Bicho Caçador a gente deixa como está. Não é feito pra turista. Não é produto. É uma tradição do quilombo. É feito porque as pessoas gostam e ponto. (Juninho, Porto de Trás, agosto de 2019).

> A gente vai nas casas porque eles gostam. Porque eles dão bebida, dão dinheiro. Eles já ficam esperando, já. Aí quando chega na porta o dono da casa chega, aí faz aquele samba. Aí todo mundo samba. Quem tá ali todo mundo vai sambando. Mas a gente não faz o Bicho Caçador pra turista não. Você entendeu? A gente faz pra comunidade, porque quem vai atrás é a comunidade. Pra você vê que a gente não faz pra turista porque a gente não vai na porta de nenhum turista. A gente só vai nas pessoas... nos nativos. O Bicho Caçador ele só vai na casa das pessoas nativas. Agora se o turista vai atrás, chega lá, se encanta e vai atrás, não tem problema nenhum. Eles vão acompanhando. Mas é da comunidade mesmo. (João, Porto de Trás, abril de 2019).

Por esse motivo não há divulgação oficial do evento, ela é feita entre aqueles que

[32] Ainda sobre o bicho-caçador, ver Verusya Correia (2013) em seu trabalho intitulado "Dança como campo de ativismo político: O Bicho Caçador".

concorrem à brincadeira, moradores do bairro, que já estão acostumados a esperar pelo evento em determinadas datas, ou são moradores dos bairros vizinhos que também sabem quando e de onde o "bicho sai". Em menor escala, participam aqueles que, ao cruzarem com os figurantes e com a música na rua, os queiram acompanhar. Ainda assim, nos últimos anos tem aumentado os convites de empresários locais, escolas e da própria Secretaria de Turismo ao Centro Cultural e à família de Nengo para a exibição do Rancho Bicho Caçador em eventos, de modo que o cortejo passou também a acontecer em datas não previstas pelos moradores. Uma delas foi na abertura do Festival Gastronômico em outubro de 2021.

Figura 43: Cortejo do Bicho Caçador

Fonte: Maria Amália Martin, fotógrafa residente em Itacaré, sem data.

Figura 44 – Cortejo do Rancho Bicho Caçador

Fonte: Maria Amália Martin, fotógrafa residente em Itacaré, sem data.

O Bairro Marimbondo também tem o seu bicho, encenado na “Volta da Jiboia”. Todo ano, no dia 26 de janeiro, quando se comemora o aniversário da cidade e, também, a festa do bairro, alguns moradores, sobretudo as mulheres, se vestem com roupas coloridas e se colocam embaixo de um pano longo em formato de um grande cobra jiboia. Seguidas pelo grupo da percussão formado pelos jovens do bairro e pelos demais moradores que se somam ao cortejo, desfilam dançando pelas ruas e adentrando os becos, simulando os movimentos de uma cobra.

Nesse caso, porém, não há uma luta. A dança, embalada pelos pandeiros e timbaus lembra mais uma marcha. “É como uma puxada de rede”, indicam meus interlocutores, fazendo alusão à marcha dos pescadores na retirada da rede do mar na pesca da Rede de Arrasto, que exige que todos se movimentem mais ou menos ao mesmo ritmo. Quem vai à frente, sustentando a cabeça da cobra, simula os movimentos de uma cobra andando.

Dona Mãezinha, principal referência da família responsável por manter e organizar a Volta da Jiboia, conta que a prática teve início com sua mãe, uma mulher que gostava de inventar brincadeiras para divertir e envolver os demais moradores do bairro. Segundo ela, sua mãe era artesã e costumava coletar cipó na mata para fazer cestos. O cipó, porém, tem magia. Quando encontrado, seu nome não pode ser mencionado, porque se o for, o cipó se apega às árvores e não se deixa coletar. Para não incorrer nesse erro, a mãe costumava ir para a mata cantando cantorias que ela mesma inventava. Em certa ocasião, enquanto colhia cipó, pisou na lama do mangue e a lama se mexeu. Assustada, ela prestou atenção e viu uma grande cobra jiboia dormindo. Inspirada, voltou então para casa, chamou as crianças da vizinhança e, com sua viola inventou a canção que até hoje anima o cortejo:

Olha a Volta da Jiboia, se mamãe quiser
Entra em beco, sai em beco, se mamãe quiser
Entra aqui e sai ali, se mamãe quiser
Entra aqui e sai acolá, se mamãe quiser
Ela vai se abaixar, se mamãe quiser
Ela está se abaixando, se mamãe quiser
Ela vai se enrolar, se mamãe quiser
Ela está se enrolando, se mamãe quiser

Naquele mesmo dia, as crianças da vizinhança chamaram os jovens e adultos e, em torno de 50 pessoas, saíram gingando como uma cobra, cantando pelo bairro atrás da viola e dançando de acordo com as coordenadas que a própria canção indicava.

Dona Mãezinha conta que essa não era a única brincadeira inventada por sua mãe que acontecia no bairro quando ela era criança. Em meados dos anos 2000, no contexto do movimento de reivindicação de maior valorização da cultura local, ela foi convidada para uma

reunião que visava “resgatar” costumes antigos. A Volta da Jiboia foi escolhida como um dos signos culturais do Bairro Marimbondo. A partir de então, essa passou a ser apresentada no dia do aniversário de Itacaré e da festa do bairro. Além disso, seus integrantes receberam diversos convites e realizaram apresentações em igrejas, centros de convenções e eventos em outras cidades. Dona Mãezinha relata esse momento de retomada da Volta da Jiboia da seguinte maneira:

> Quando foi em 2005 um rapaz do Porto de Traz me chamou: “Mãezinha, a gente está querendo resgatar as brincadeiras antigas, o que que a senhora acha?”. “Acho bom”. “A senhora topa participar com a gente?”. “Topo. O que é que tem?”. “Então a senhora vai pra reunião tal dia e a gente vai apresentar.” “Tá bom”. Aí eu fui pra reunião com várias brincadeiras. Aí eu falei as brincadeiras. Falei das outras brincadeiras, da Maria Tereza, onde todo mundo canta e bate palma, e outras... e outras... Aí ele: “E como é essa Volta da Jibóia?”. Eu disse: “é assim, um colocando a mão um no outro e dançando”. “Ah, então vamos fazer”. Aí bolamos fazer a cabeça da jiboia. Meu filho fez a cabeça da jiboia e pôs em uma pessoa. Fez com pano e cipó. Fez a armação. Aí saiu a Volta da jiboia aqui em Itacaré em 2005. (Marimbondo, agosto de 2021).

Atualmente, diante de tantos convites para a apresentação da Volta da Jiboia e tendo em vista os investimentos necessários para a confecção das roupas e para a manutenção da própria cobra de pano e cipó, Dona Mãezinha reuniu seus filhos e algumas amigas do bairro e com eles constituiu uma associação formal para a captação de recursos e gestão dessa prática cultural. Para realizar apresentações em outras cidades e instituições, exigem contribuição para pagamento dos custos dos deslocamentos e indumentárias. Quando se trata da festa do bairro, no entanto, a apresentação é gratuita.

Figura 45: Apresentação da Volta da Jiboia na festa da cidade.

Foto: Nagô, agente cultural do Bairro Marimbondo, janeiro de 2019.

Figura 46: Apresentação da Volta da Jiboia na festa da cidade.

Foto: Nagô, agente cultural do Bairro Marimbondo, janeiro de 2019.

A mobilização do argumento "cultura" como reivindicação de direito à inserção no mercado do turismo não está restrita à valorização do Centro Cultural Tribo do Porto, ao reconhecimento dos bairros do Marimbondo e Porto de Trás como os primeiros da cidade e às suas manifestações culturais até aqui descritas. Também no que se refere ao serviço direto aos turistas vem se multiplicando iniciativas e tentativas de oferecer "cultura", sobretudo por parte dos guias turísticos e pilotos de lanchas e canoas que atuam na condução e transporte dos visitantes, seja em ocupações permanentes, seja como atividades autônomas. Assim como naquele momento inicial de consolidação do turismo em Itacaré, iniciativas de valorização dos bairros ribeirinhos e de seu modo de vida, bem como sua inserção em itinerários turísticos se multiplicam.

Os rumos que tomou uma agência de turismo com sede no Bairro Porto de Trás é um exemplo interessante de como esses movimentos acontecem. Mikiba e Comprido fazem parte do grupo de jovens que integraram os cursos de formação de condutores de turistas oferecidos pelos agentes da Área de Proteção Ambiental Itacaré-Serra Grande no início dos anos 2000, período imediatamente posterior à reforma da rodovia. Junto com alguns de seus vizinhos e amigos, eles foram recrutados por uma agência de turismo da Rua Pituba e, como vimos, naquele momento inseriram nos roteiros que ofereciam passeios pelo Porto de Trás e pelo Marimbondo. No Centro Cultural, faziam exibições de capoeira, maculelê e oficinas de samba. Nas casas de familiares e amigos, ofereciam a tradicional moqueca baiana ou o costumeiro peixe na brasa.

Em pouco tempo, no entanto, abandonaram essa prática. "A gente cansou de trabalhar pros outros", foi como justificou Mikiba. Abriram então sua própria agência em formato virtual a qual chamaram Bicho Preguiça e passaram a integrar as plataformas das grandes operadoras

de turismo do país. Restringiram suas ofertas aos passeios costumeiros e comerciais da cidade, como as rotas das cachoeiras e as trilhas em meio a mata que levam às praias não urbanas. Quanto às tentativas iniciais de inserir sua história e seus costumes nesses itinerários, Mikiba afirma que atualmente ele continua trabalhando na "cultura", mas justifica que essas atividades as desenvolvem por prazer. Permanece combinando as tarefas de acompanhamento aos visitantes que lhe conferem algum dinheiro e aquelas referentes à valorização da tradição e da "cultura" de seu bairro, porém não da mesma maneira:

> Sigo trabalhando na cultura não como trabalho mas como prazer. E na Bicho Preguiça ganhando um dinheiro. (...) Fazer cultura por prazer vem lá da infância. É uma coisa de sangue, sei lá. Gosto! Dá prazer! Não dá dinheiro mas dá prazer! E é bom. Então é isso que eu digo sobre fazer cultura, estar presente na cultura.

Quando retornei a Itacaré em 2021, a sociedade de Mikiba e Comprido havia sido desfeita. Embora continuassem trabalhando juntos com participação ativa no Centro Cultural, no Rancho Bicho Caçador e demais atividades do bairro, divergiram quanto aos serviços a serem oferecidos pela agência "Bicho Preguiça". Comprido, que recém retornara à cidade depois de alguns anos no sul do Brasil, acredita ser preciso oferecer a história, a relação com a ancestralidade e a experiência da negritude aos visitantes. Sua proposta consiste em recuperar as ideias iniciais de sua trajetória como guia e oferecer aos turistas a "cultura" do bairro.

Inaugurou então uma nova agência de turismo no mesmo formato da anterior, denominada Itacaré Horizontes: turismo de imersão. Na página eletrônica da nova agência, onze experiências são comercializadas aos turistas: pescaria artesanal, canoagem ao luar, sabores do quilombo, capoeira regional, Rio de Contas com cachoeira e culinária, quatro praias com cachoeira do Tijuípe, Praia do Jeribucaçu e Cachoeira da Usina, Prainha: sol e solitude, Prainha noturna com peixe na brasa, Praia do Pontal e pôr do sol do Rio de Contas e Itacaré para crianças. Esses passeios, se por um lado recriam aqueles oferecidos também pelas demais agências - como a Prainha, a Praia de Jeribucaçu, a trilha das quatro praias, por exemplo - dando-lhes novos nomes, por outro, incluem experiências como a solitude e o peixe na brasa. Além disso, pretende recuperar a oferta da "cultura" *nativa* por meio da valorização do Rio de Contas e da Praia do Pontal, dos sabores da culinária tradicional quilombola, da pescaria artesanal, da canoagem e da capoeira. Trata-se de um "turismo de imersão", como anuncia o próprio nome da agência. Mas o mergulho neste caso, ao contrário do turismo midiático de Itacaré, que privilegia a imagem de paraíso do surf - como vimos no primeiro capítulo - se volta aos bairros ribeirinhos, seus costumes e suas práticas.

Podemos pensar a forma como meus interlocutores se envolvem e dinamizam suas produções culturais coletivas como um "estar-entre", nos termos de Mello (2017). Os exemplos descritos evidenciam maneiras diversas de construir relações com o mercado do turismo. Muitos dos meus interlocutores, porém, manifestam certa recusa em transformar suas práticas culturais em mera mercadoria. A apropriação local das políticas de reconhecimento das populações quilombolas se dá muito mais tendo em vista reivindicações do lugar de pioneiros e protagonistas na história de Itacaré - reclamações de respeito e cidadania - do que adesão à "rentabilização dos produtos culturais", conforme propõem insistentemente os agentes e as instituições públicas.

A "cultura" (Cunha, 2009), conforme indicou o proprietário da agência Bicho Preguiça, reúne atividades que dão prazer e as produções culturais entram nas estratégias de combinação de diferentes atividades. Sempre são possíveis novas combinações e é desejável que nelas caibam o trabalho, as obrigações de contribuir de alguma maneira na manutenção das configurações de casas, a necessidade de fazer algum dinheiro, a convivência nas resenhas de fim de tarde, a participação nas festas familiares e públicas e, também, a "cultura". Essas combinações de atividade são produzidas de forma dinâmica e adaptável às circunstâncias e aos contextos. É desejável arranjar-se dessa maneira. Nesse sentido, o disciplinamento e os regramentos do trabalho assalariado ou agenciado pelo mercado formal de trabalho não tem cabida a não ser temporariamente ou de forma periférica. Afinal, "ser livre", na perspectiva de meus interlocutores, é garantir a possibilidade de ocupar-se de muitas atividades ao mesmo tempo. É reunir as condições necessárias para organizar suas vidas de modo a articular, cotidianamente, trabalho, lazer e "cultura".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse pelos impactos causados na vida e organização social da população local de Itacaré a partir da pavimentação da rodovia BA 001 e investimento do Estado na transformação da Costa do Cacau em um importante e rentável polo turístico da Bahia foi a motivação que me levou a campo. Assim como inúmeros empresários que se instalaram em Itacaré para explorar o potencial econômico da cidade a partir do final da década de 1990, os novos moradores nacionais e estrangeiros que chegaram em busca de "um paraíso natural" para viver, ou ainda as levas de trabalhadores das cidades da região que vêm e vão em busca de trabalho temporário ou permanente, eu também adentrei na cidade com o olhar voltado para as relações sociais que movimentam e constituem a costa atlântica.

Observando Itacaré a certa distância, durante a elaboração da proposta da pesquisa, o desenrolar da trama social de uma pequena cidade em plena expansão capitalista parecia se dar em torno das rochas que contornam praias de difícil acesso, da mata (cada vez menos) preservada e das paisagens paradisíacas, imagens que em narrativas públicas e midiáticas remetem à ideia de "cidade paraíso", mobilizadora de um potente e promissor mercado de visitação e lazer. Motivada pelo interesse em conhecer e refletir sobre esse cenário a partir das práticas econômicas da população local e sua relação com esse crescente mercado do turismo, foram esses os ambientes pelos quais eu também circulei a princípio. Essa perspectiva, porém, foi se redelineando a partir da inserção inicial em campo, o que se reflete na própria construção da etnografia e na estrutura desta tese.

Nos primeiros dias de pesquisa de campo, o processo de buscar uma casa para morar me conduziu, porém, para o outro lado da cidade - *o lado de cá*, como costumam afirmar meus interlocutores - e me deu a oportunidade de conhecer uma população que teima em permanecer e ocupar as margens do Rio de Contas. Exercício que me colocou na contraface do vetor de crescimento local desde a reforma da rodovia BA 001: essa inverteu o vetor de crescimento local, que até então estava voltado para o rio e para as roças de cacau, redirecionando-o para o lado da costa marítima, ao passo que minha pesquisa fez movimento contrário, produzindo uma torção da perspectiva de observação que vem sendo a mais comum entre os pesquisadores dedicados à reflexão sobre o contexto social contemporâneo da cidade. Ao me inserir nas redes locais de moradias que mobilizam e sustentam os modos os de vida dos moradores autodenominados *nativos* de Itacaré, foi a partir da foz do Rio de Contas, da perspectiva daqueles que habitam as suas margens e da apreensão das dinâmicas dessa territorialidade ribeirinha que percorri o turismo.

As formas específicas de habitar os bairros localizados na foz do rio, Marimbondo e Porto de Trás, são fundamentais não apenas para a permanência dos *nativos* nesse lugar ao longo dos anos, mas também para sua participação contemporânea na indústria turística. São os emaranhados de moradias - casas articuladas entre si no que, em diálogo com Marcelin (1996; 1999) e Pina Cabral e Silva (2013), chamei aqui de "configurações de casas" ou "vicinalidades" - que mobilizam e sustentam o modo de vida local. À medida que as famílias crescem em número de integrantes, que as relações entre os moradores se movimentam, ou então enquanto a cidade recebe grande quantidade de visitantes e trabalhadores, também as casas dos bairros estudados são aumentadas, derrubadas, divididas e emendadas para acolher ou manter morando no local amigos e parentes ou então com o intuito de se fazer algum dinheiro por meio da inserção das construções no mercado promissor de locações. Os becos são formados a partir de casas plurais e partíveis que, juntamente com seus ocupantes, o tempo todo se movimentam e se *expandem*.

Constituir um lugar para viver para si e para os seus, agrupados nos becos de suas famílias e amigos é uma importante estratégia econômica de meus interlocutores. Isso se dá, sobretudo, porque entre essas configurações de casas circula uma grande quantidade e variedade de alimentos cultivados nas roças e capturados no rio e nos mangues. Esses alimentos, além de reduzirem significativamente os custos de manutenção dos moradores de determinado emaranhado de moradias, também sustentam sistemas de partilhas, trocas e comercializações de produtos entre as próprias casas *nativas*, além de abrir canais de comunicações e de transações comerciais com o mercado do turismo. Os produtos das roças, do rio e dos mangues movimentam moradias, becos e ruas. O que se produz e coleta nesses lugares vira vínculo entre casas e gentes, proporciona a realização das festas familiares e, sobretudo, carrega sempre a possibilidade de transformar-se em dinheiro. Se por um lado esse modo específico de habitar garante que sempre se tenha a moradia, a alimentação e a festa, de outro lado a inserção desses produtos no mercado do turismo permite o acesso a algum dinheiro e a participação em um universo mais amplo de consumo. As práticas de coabitação permitem ainda que os sujeitos invistam em seus interesses econômicos, buscando novas profissões, habilidades e competências, assim como recursos em outros lugares do Brasil e do exterior. A possibilidade de retorno à cidade e de reinserção em suas redes de apoio e ajuda mútua permanecem sempre em aberto. Nesse sentido, a coabitação não apenas sobrevive à mobilidade dos sujeitos, mas lhe dá sustentação. Em minha primeira inserção em campo no segundo semestre de 2018, acessei as redes de moradia e fui nelas inserida, participando de um emaranhado de relações que ao longo da pesquisa se mostrou significativo. Mas foi a partir de meu retorno a Itacaré em meados

de 2021 para um segundo momento de pesquisa que adentrei nos cenários das *roças* quilombolas e tive acesso mais aprofundado às tramas sociais e às moralidades que sustentam a vida local. Aqui, minha reflexão sofreu um deslocamento importante e significativo que só foi possível por causa da mudança em minha condição de pesquisa. Na primeira estada em campo, eu me mantive ocupada como docente no ensino de sociologia em uma escola do Ensino Médio, um tipo de dedicação profissional que disciplinava meus horários e meus movimentos restringindo minha disponibilidade para a convivência com os moradores de Itacaré apenas aos fins de tarde e finais de semana. Já em minha segunda inserção na cidade, tendo obtido licença do trabalho para me dedicar à pesquisa de campo, tive disponibilidade de tempo total para a etnografia, de forma que pude enredar-me nas dinâmicas cotidianas dos moradores e combinar ou mudar atividades programadas sempre que desejado ou necessário. Disponibilidade essa fundamental para a realização desta reflexão, uma vez que se trata de um universo de relações marcado por muitas coisas planejadas e não executadas e, ao mesmo tempo, sempre muitos encontros, comemorações e tarefas em potencial para serem levadas a cabo. Nos bairros ribeirinhos de Itacaré, as pessoas comumente se ocupam de diversas atividades ao mesmo tempo e se *expandem*, como costumam dizer, flexibilizando compromissos e agendamentos considerados de menor importância em dada circunstância. A dedicação exclusiva ao trabalho de campo naquele momento me permitiu entrar nessas gingas cotidianas e, por meio delas, participar também dos trânsitos para e entre as roças. A partir daquele momento, junto a meus interlocutores, eu também podia "expandir-me".

Foi nos caminhos por entre as roças que as experiências e narrativas quilombolas dos moradores ganharam relevância e centralidade. Os trânsitos pelo rio entre os bairros e as roças negras não apenas deram significação mais profunda à noção êmica de *casa,* constituída a partir dos movimentos de uma população que habita simultaneamente bairro e roça, mas também me conduziram a um aspecto central para a compreensão das práticas econômicas de meus interlocutores, sobretudo no que se refere à sua articulação com o universo do trabalho e do assalariamento. A relação dos meus interlocutores com essa territorialidade negra quilombola da foz do Rio de Contas sustenta formulações sobre a história local que são reiteradamente acionadas para interpretar, informar e justificar suas escolhas e posicionamentos no novo contexto econômico de expansão da indústria turística e de multiplicação de postos de trabalho assalariado.

Conforme percebemos ao longo desta tese, os moradores dos bairros Marimbondo e Porto de Trás não assistem passivamente às mudanças recentes da cidade. Ao contrário, estão o tempo todo refletindo sobre a situação em que se encontram, avaliando estas transformações,

participando de diferentes maneiras neste contexto e desenvolvendo estratégias de "fazer dinheiro". É nessa chave que a identidade *nativa,* como negros quilombolas, emerge como prática simbólica de reivindicação política que reclama reconhecimento e respeito, destacando continuamente seu protagonismo na construção de Itacaré como um bom lugar para viver.

Ao elaborar e narrar diferentes versões da história quilombola, a *liberdade* é acionada por meus interlocutores como um valor central que confere ao sujeito que o enuncia o papel de protagonista, tanto de um passado de resistência a situações de escravidão que deu origem à cidade, quanto contemporaneamente. Nessas narrativas fundadas na concepção de uma territorialidade negra, as categorias liberdade e seu oposto, a escravidão, são (re) construídas e acionadas para estabelecer analogias sobre o trabalho, especialmente o assalariamento, e informar os projetos de vida dos moradores.

Os principais pontos elencados ao longo desta tese não são autônomos, mas se conjugam na produção de um modo específico de vida que se materializa e encontra sentido na foz do Rio de Contas. Casas, becos, roças, mangues, rio, Centro Cultural são feixes de relações que se articulam a partir das tramas das interações sociais, econômicas, familiares e políticas e que ganham concretude e se materializam no lugar que os agrega. É essa afirmação de uma territorialidade negra, quilombola, e a partir de suas histórias de constituição, resistência e conquista que emergem anseios de autonomia que postulam, orientam e modulam as práticas de meus interlocutores, mediando suas relações com o mercado do turismo. O ideal de liberdade, constituído enquanto projeto e valor, perpassa os sonhos, as perspectivas e as práticas econômicas dos moradores da foz do Rio de Contas.

Volto agora ao evento de despedida de minha primeira inserção em campo e ao diálogo que estabeleci com Francis e Julia, registrado na apresentação da tese. O diálogo é significativo para a compreensão da forma como esses valores operam e se materializam na vida de meus interlocutores. Vejamos:

Sendo que já estava próxima a data de minha viagem de volta ao Paraná, em um encontro de despedida, meu interlocutor interveio:

> **Francis:** Você não gostou de Itacaré? Como pode não gostar, isso aqui é o paraíso!
> **Magda:** Como? Claro que gosto. Adoro aqui. Por que isso agora, menino?
> **Francis:** Oxe, oxe... e por que tá indo embora então? Por que não fica aí?

Desconcertada com as indagações, passei a explicar que minha partida era uma

exigência de meu trabalho, dado o encerramento de um contrato e justifiquei que voltaria a Itacaré assim que possível. Francis, sem se convencer, insistiu:

> **Francis:** Não entendi. Acho que você não está fazendo certo. Está escolhendo errado. Gosta daqui mas vai embora pra trabalhar? Trabalha aqui, bonita. Não tem trabalho aqui? Tem trabalho aqui. Sempre tem alguma coisa pra fazer. Se gosta de nós, gosta daqui, fique aqui. Oxe, não precisa ir embora não. Você tem filho lá? Tem não. Tem menino? Tem não. Mora com sua família? Mora não. Então bonita, tem casa aqui, tem amigos, tem tudo. Não precisa ir embora não. Não tem que ir embora não, se não quiser.

Julia, sua esposa, somou-se ao debate:

> Oxe, deixa ela, menino. Já viu? Não se mete não. Fica se metendo na vida dos outros! O trabalho dela não é que nem esses que tem aqui não. É trabalho bom. Não tem menino mas tem as coisas dela. O trabalho dela é bom. Ela trabalha e ganha dinheiro pra poder voltar, poder curtir uma praia, poder tomar a cerveja dela. Quando quiser.

Ao que Francis concluiu:

> Oxe, e precisa ir embora pra isso? "Quando quiser?" Não. Ela não quer ir e vai. Não está vendo? "Quando quiser?" Não é, não. Não é assim, não. Oxe, oxe... Eu não trabalho e tô todo dia curtindo praia e tomando minha cervejinha. (risos). Quer dizer, trabalho sim. Mas não assim como o seu. Sempre tem casa, tem trabalho, tem tudo. Itacaré tem tudo. Sempre tem tudo. Precisa disso menina? Precisa não.

É importante recordar aqui que Francis é um homem que movimenta sua economia pessoal e familiar por meio do exercício de atividades diversas. Durante o trabalho de campo, o observei pilotando lancha para transporte de turistas, trabalhando na oficina do sogro, pescando e, por vezes, vendendo algum produto do rio ou das roças. Ele precisa conseguir dinheiro, sobretudo porque é pai de dois filhos e tem com eles obrigações de garantir a sobrevivência. Atualmente, vive em uma casa que foi prolongada da casa dos pais de sua esposa. Em algum momento, junto a ela e aos filhos também morou em uma casa que está na *laje* de sua mãe.

A enunciação de Francis ao inquirir-me é significativa porque nela podemos encontrar os elementos que constituem e sustentam o modo de vida local. Francis, ao questionar de minha decisão de sair de Itacaré para retornar ao Paraná, sobretudo ao perceber que meu deslocamento era resultado muito mais de um contrato de trabalho do que de uma escolha pessoal, mobilizou uma série de obrigações - com a família e a configuração de casas - que seriam as únicas

justificativas plausíveis, de seu ponto de vista, para minha partida. Se não possuo filhos, família com os quais eu tenha algum tipo de obrigação que me conecte com minha rede doméstica, o que é uma das motivações locais mais importantes para se retornar ao lugar de origem, então Itacaré oferece tudo que é necessário para se viver bem: casa, amigos e possibilidades múltiplas de trabalho. Conforme indagou:

> Você tem filho lá? Tem não. Tem menino? Tem não. Mora com sua família? Mora não. Então bonita, tem casa aqui, tem amigos, tem tudo. Não precisa ir embora não. Não tem que ir embora não, se não quiser.

As afirmações de Francis expressam uma noção de vida orientada pela liberdade como valor fundamental: "Não tem que ir embora não, se não quiser". Uma forma de compreender e organizar a vida que se coaduna com suas práticas de trabalho, uma vez que, ao se dedicar a diversas atividades não depende, nem fica "preso" a uma só. A noção de liberdade que informa suas escolhas, portanto, é relativa ao regime de trabalho que adota: se dedica a atividades diversas que podem ou não ser combinadas com o trabalho assalariado temporário. São nessas combinações que meu interlocutor encontra as condições necessárias para dar conta de sua sobrevivência e da manutenção dos seus e, a uma só vez, da participação nos diferentes eventos e dinâmicas que movimentam sua rua, seu bairro e sua configuração de casas. Cumpre suas obrigações com sua rede doméstica e, ao mesmo tempo, está livre para participar do que quiser, quando quiser.

Essa não é somente a lógica com a qual meus interlocutores participam do turismo e conseguem garantir as condições de sobrevivência. Mas é segundo essa lógica e esses valores que eles avaliam as possibilidades, as políticas e as condições da empregabilidade. São esses valores que orientam suas escolhas. É fundamentado neles e a partir dessas práticas que Francis questiona e tensiona a maneira como eu me relaciono com o trabalho, um tipo de ocupação que me exige certa exclusividade e que define e limita em contrato formal o tempo que devo e posso ficar em Itacaré.

Essas concepções de Francis sobre o trabalho tensionam também os posicionamentos e avaliações de Julia, sua esposa. Se para ele minha permanência depende apenas de minha escolha e de certo engajamento nas redes de sustentação e ajuda mútua que constituem os bairros ribeirinhos, para Julia meu retorno ao Paraná se justifica porque trata-se de um trabalho diferente daqueles ofertados em Itacaré, muitas vezes avaliados como precários e indesejados. No meu caso, segundo ela, estou inserida em uma atividade que dá dinheiro e por isso permite certa condição de liberdade. Em suas palavras:

> O trabalho dela não é que nem esses que tem aqui não. É trabalho bom. Não tem menino mas tem as coisas dela. O trabalho dela é bom. Ela trabalha e ganha dinheiro pra poder voltar, poder curtir uma praia, poder tomar a cerveja dela. Quando quiser.

Diferente de Francis, que dá conta de sua condição e forma de existência combinando diferentes atividades, tanto no turismo quanto fora dele, o intuito e os esforços de Julia são para inserir-se em vagas de trabalho mais permanentes e bem remunerados, o que vem conquistando apenas parcialmente quando acessa alguma vaga temporária como professora da rede pública. Julia reconhece que Itacaré oferece muitas possibilidades de trabalho, mas sinaliza seu descontentamento e avaliação quanto à precariedade das condições de inserção nos empregos aos quais com frequência é arregimentada.

As concepções e projeções diversas de trabalho no atual cenário econômico de Itacaré que perpassam as trajetórias de Francis e Julia apontam para as diferentes maneiras com que meus interlocutores se relacionam com as dinâmicas econômicas da indústria turística em Itacaré. Não se trata de uma população que está excluída do novo cenário econômico. Alguns de meus interlocutores estão o tempo todo entrando e saindo de atividades desse mercado, engajando-se nelas e articulando diferentes afazeres, que resultam em renda monetária ou acesso a bens de consumo, prática por meio da qual é possível combinar trabalho e lazer. Outros escolhem permanecer às margens dessas dinâmicas econômicas do turismo, recusando-se inclusive a ocupar os postos de trabalho que lhes são continuamente oferecidos. Há ainda aqueles que se inserem em atividades turísticas de forma mais permanente por um longo período e depois saem para dedicar-se a tarefas e empreendimentos que lhes são mais prazerosos, para viabilizar seus projetos de trabalho autônomo ou para se especializar em algum serviço que pode mudar sua condição de inserção econômica.

No entanto, ainda que diversas, a liberdade como um valor informa todas essas práticas e é acionada como estratégia e justificativa para criar as condições para que o prazer e a festa encontrem espaço nas demais atividades cotidianas, inclusive no trabalho. Assim como nas enunciações de Julia e Francis, é a partir de afirmações que apontam para uma noção de desfrute da vida que meus interlocutores orientam suas interpretações em relação à liberdade e seu oposto, a escravidão. Nesse cenário, o lucro e o acúmulo material parecem não ser prioridades para a maioria. A função do trabalho, entre os moradores ribeirinhos de Itacaré, está mais voltada à manutenção de um modo de vida em que trabalho e lazer/festa não se dissociam. Nesse sentido, o assalariamento que vem de mãos dadas com o controle do tempo e o

disciplinamento da mão de obra, em grande medida, não apenas dificulta a combinação entre diferentes atividades, como também, em muitos casos, inviabiliza seu próprio modo de vida.

Ao fim, é importante ressalvar que as informações produzidas nesta tese refletem apenas um momento do contexto e das dinâmicas dos moradores da foz do Rio de Contas em um cenário econômico de consolidação e expansão da atividade turística em Itacaré. Como afirmou Joaquim, "essas coisas estão se espalhando como rastejo de pólvora". Atualmente, soma-se ainda a grande e assustadora instabilidade produzida pela pandemia COVID-19 que tem provocado resultados nefastos tanto na economia - e o turismo é um dos setores mais afetados - quanto na intensa vida social dos moradores dos Bairros Marimbondo e Porto de Trás, que passaram a ter seus encontros e comemorações controlados pelo Estado e pelas exigências sanitárias de distanciamento social. Trata-se, portanto, de um processo em andamento que precisa ser acompanhado sistematicamente tanto a partir dos *nativos* de Itacaré e de seu modo particular de vida, quanto desde os incisivos e invasivos movimentos e dinâmicas do mercado turístico que vem ampliando significativamente a ocupação das margens do Rio de Contas, capitaneando um novo processo de espoliação das terras e dos recursos quilombolas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUTI, José Maurício. 1997. A emergência dos 'remanescentes': notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. Em: **Revista Mana**, vol. 3, nº 2. P. 7-38.

BALKENHOL, Markus. 2014. **Tracing Slavery: an Ethnography of Diaspora, Affect, and Cultural Heritage in Amsterdam**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Vrije Universiteit Amsterdam.

BARROS, Rafael dos Santos. 2015. **DA LETRA DA LEI ÀS PRÁTICAS COLONIAIS:** arranjos e conflitos na sesmaria dos jesuítas, 1700-1750. Dissertação. História. UFBA.

BERTOL, Rocha. 2008. **A REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA –** DOS CORONÉIS À VASSOURA-DE-BRUXA: saga, percepção, representação. Ilhéus: Editus. 255p.

BONFIM, Natanael & TUPINAMBÁ, Khalla. 2011. Itacaré, o "Paraíso Perdido": representação, impactos e planejamento sustentável. Em: **Cultur. Revista de Cultura e Turismo**. Ano 5, n° 01/Especial. P. 44-57. Disponível em: www.uesc.br/revistas/culturaeturismo

BOURDIEU, P. 1991. A casa kabyle ou o mundo às avessas. Em: **Cadernos De Campo**. São Paulo - 1991, 8(8), 147-159.

CANDIDO, ANTONIO. 1964. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

CARDOSO, Ciro Flamarion. 1987. **Escravo ou Camponês?** O Protocampesinato Negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense.

CARDOSO DE OLIVERA, Roberto. 2006. Identidade étnica e a moral do reconhecimento. Em: CARDOSO DE OLIVERA, Roberto. 2006. **Caminhos da identidade**. Ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Editora UNESP. P. 19-58.

CARSTEN, Janet e HUGH-JONES, Stephen. 1995. **About the house**. Lévi-Strauss and beyond. Cambridge University Press. P. 300.

CHIAPETTI, Jorge. 2009. **O USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE UM ESPAÇO DERIVADO**: Transformações e Permanências na Região Cacaueira da Bah. Tese de doutorado. UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP. Instituto de Geociências e Ciências Exatas – IGCE. Rio Claro – SP. 205 p.

CHIAPETTI, Rita Jaqueline Nogueira. 2009**. NA BELEZA DO LUGAR, O RIO DAS CONTAS INDO... AO MAR**. Tese de doutorado. Geografia. UNESP Rio Claro – SP. 216p.

COMERFORD, John. 2014. VIGIAR E NARRAR: sobre formas de observação, narração e julgamento de movimentações. Em: **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, v. 57 nº 2. P. 107-142.

CORTADO, Thomas Jacques. 2019. *AOS POUCOS*: CINÉTICA DA CASA, DA CIDADE E DA PESSOA NA PERIFERIA DO RIO DE JANEIRO. Em: **7º Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia (APA),** Painel 16. Universidade Nova de Lisboa (UNL), Lisboa, Portugal.

CORREIA, Verusya Santos. 2013. **DANÇA COMO CAMPO DE ATIVISMO POLÍTICO**: O Bicho Caçador. Dissertação. Mestrado em Dança. Universidade Federal da Bahia – UFBA. 107 p.

COUTO, Patrícia de Araújo Brandão. 2007. **O DIREITO AO LUGAR**: situações processuais de conflito na reconfiguração social e territorial do município de Itacaré – BA. Doutorado em Antropologia. Universidade Federal Fluminense.

COUTO, Patrícia. 2011. Porto de Trás: etnicidade, turismo e patrimonialização. Em: **Pasos. Revista de Turismo y Património Cultural**. Vol. 9 (3). P. 19-30.

CRUZ, Ronaldo Lima. 2014. DA ESCRAVIDÃO PARA O TRABALHO LIVRE: abolição do cativeiro e o destino dos libertos no sul da Bahia. Em: CARVALHO, Philipe Murilo e SOUSA, Erashto Felicio (org). 2014. **ENTRE O FRUTO E O OURO**: escritos de história social do sul da Bahia. Ilhéus: Mondrongo. P. 25-61.

CUNHA, Manuela Carneiro. 2009. "Cultura" e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. Em: **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify. P. 311-373.

DAMATTA, Roberto. 1987. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Guanabara.

DAMATTA, Roberto. 1973. O carnaval como um rito de passagem. Em: DAMATTA, Roberto. 1973. **Ensaios de antropologia estrutural**. Petrópolis: Vozes, pp. 19-66.

DAMATTA, Roberto. 1997. **Carnavais, malandros e heróis**. Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco.

DIEGUES, Antônio Carlos. 1996. **O MITO MODERNO DA NATUREZA INTOCADA**. São Paulo: HUCITEC.

ELIAS, Norbert. e SCOTSON John L. 2000. **OS ESTABELECIDOS E OS OUTSIDERS**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

FERREIRA, Paula F. M. 2011. **Diagnóstico dos impactos socioambientais urbanos em**

Itacaré, BA. Dissertação de mestrado. Universidade de Campinas – UNICAMP.

FONSECA, Claudia. 1995. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez.

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. 1997 [1969]. **Homens Livres na Ordem escravocrata**. 4ª Edição. São Paulo: Fundação Editora Unesp.

FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro. 1979. **OS DONOS DO FRUTO E DO OURO**. Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. UFBA.

FREYRE, Gilberto. **CASA GRANDE E SENZALA.** Rio de Janeiro, José Olympio, 1981.

GARCIA JR, Afrânio Raul. 1989. **O Sul: caminho do roçado**. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora Universidade de Brasília. 285p.

GOLDMANN, Marcio e LIMA, Tania Stolze. 1999. Como se faz um grande divisor?. Em: GOLDMANN, Marcio. 1999. **Alguma Antropologia**. Rio de Janeiro: Dumará – Núcleo de Antropologia da Política. P. 83-92.

HEREDIA, Beatriz. 1979. **A morada da vida**. Trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 164 p.

KENT, Michael. 2003. ECOTOURISM, ENVIRONMENTAL PRESERVATION AND CONFLICTS OVER NATURAL RESOURCES. *University of Amsterdam – the Netherlands.* **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 185-203.

LENHARD, Johanes & SAMANANI, Farhan (ORGs). 2020. **HOME**: ethnographic encounters. Great Britain. Bloomsbury Academic. 216 p.

LEVI-STRAUSS, Claude. 1979. A organização social dos Kwakiult. Em: LEVI-STRAUSS, Claude. **A via das Máscaras**. 1979. São Paulo: Martins Fontes. P. 143-167.

MAHONY, M. A. 1996. **The world cacao made**: society, politics and history in Southern Bahia, Brazil *(1822-1919).* Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Yale – EUA.

MAHONY, Mary Ann. jul. - dez. 2007. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacaueira da Bahia. Em: **Cadernos de Ciências Humanas** - Especiaria. v. 10, n.18, p. 737-793

MARCELIN, Louis Herns . 1999. "A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo Baiano". **Mana**, vol. 5, n.2: pp. 31-60.

MARCELIN, Louis Herns, 1996. **A Invenção da Família Afro-Americana**: Família, Parentesco e Domesticidade entre os Negros do Recôncavo da Bahia, Brasil. Rio de Janeiro, tese, UFRJ.

MELIANI, Paulo F. 2006. De Porto Cacaueiro a Destino Turístico: transição funcional e permanência do espaço derivado de Itacaré, município da Região Cacaueira da Bahia. Em: **Geografia. Rio Claro**, v. 31, n° 03. P. 555-569.

MELIANI, Paulo F. 2011 a. **Crítica à estética da mercadoria no turismo**: dilemas da precarização do trabalho na produção do espaço de Itacaré, litoral sul da Bahia. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco.

MELIANI, Paulo Fernando. 2011 b. TURISMO, URBANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE ESPAÇOS DE EXCLUSÃO EM ITACARÉ, BAHIA. In**: CULT UR**, ano 05, nº 02. P. 125-142. Disponível em: www.uesc.br/revistas/culturaeturismo

MELLO, Cecília Campelo do Amaral. 2017. Quatro ecologias afroindígenas. Em: **R@u.** Revista de Antropologia da UFSCAR. N° 9 (2). Jul./dez 2017: 29-41.

O'DWYER, Eliane Cantarino. 2002. Introdução. Em: O'DWYER, Eliane Cantarino (org). 2002. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV. Co-Edição: Associação Brasileira de Antropologia – ABA. P. 13-42.

O'DWYER, Eliane Cantarino. 2007. Terras de Quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento. Em: **Revista TOMO**. N. 11. Jul/dez. São Cristóvão – SE. P. 43-58.

O'DWYER, Eliane C. 2008. Carteira assinada: "tradicionalismo do desespero"? in NEVES, Delma P., SILVA, Maria A. M. (org.). **Processos de Constituição e Reprodução do Campesinato no Brasil**. vol. 1, São Paulo/Brasília: UNESP/NEAD.

PALMER, Christian. 2014. **THE PRODUCTION OF PLACE, URBAN DEVELOPMENT, AND PUBLIC SPACES IN AN EMERGING TOURIST ECONOMY IN NORTHEASTERN BRAZIL.** Doctor Of Philosophy. University Of California. Santa Cruz. 381 P.

PALMIÉ, Stephan & STEWART, Charles. 2016. Introduction: for an anthropology of history. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, 6(1), p. 207-236.

PINA-CABRAL, João & SILVA Vanda Aparecida da. 2013. **Gente Livre**: Consideração e Pessoa no Baixo Sul da Bahia. São Paulo, Terceiro Nome.

PINA-CABRAL, João e GODOI, Emilia Pietrafesa. 2014. Apresentação vicinalidades e casas partíveis. Em: **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP. v. 57 nº 2. P. 11-21.

PINA-CABRAL, João. 2014. Agnatas, vizinhos e amigos: variantes da vicinalidade em África, Europa e América. Em: **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP. v. 57 nº 2. P. 23-46

PORTO, Liliana; KAISS, Carolina; COFRÉ, Ingeborg. 2012. Sobre solo sagrado: identidade quilombola e catolicismo na comunidade de Água Morna (Curiúva,PR). Em: **Religião e Sociedade**. N. 32. Vol. 1. Rio de Janeiro. P. 39-70.

REIS, João & SILVA, Eduardo (orgs). 1989. **Negociação e Conflito**. São Paulo: Companhia das Letras.

REIS, João José. 1996. Quilombos e Revoltas Escravas no Brasil. **Revista USP**. São Paulo, n. 28, p. 14-39.

REIS, João José. 2000. **Escravos e Coiteiros no Quilombo do Oitizeiro-Bahia**, 1806. In: REIS, J,J.& GOMES, F.(org).Liberdade Por Um Fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.

RIBEIRO, Andre Luis. 2011. **FAMÍLIA, PODER E MITO**: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912). Ilhéus : Editus, 168p.

RIBEIRO, Danilo Ornelas. 2014. A região cacaueira nas malhas das percepções do tempo: produção cultural no sul da Bahia no interlúdio do século XX. Em: CARVALHO, Philipe Murilo e SOUSA, Erashto Felicio (org). 2014. **Entre o fruto e o ouro**: escritos de história social do sul da Bahia. Ilhéus: Mondrongo. P. 334-372.

SACRAMENTO, Valdinea de Jesus. 2008. **MERGULHANDO NOS MOCAMBOS DO BORRACHUDO – BARRA DO RIO DE CONTAS (século XIX).** Dissertação de mestrado. Programa multidisciplinar de pós-graduação em estudos étnicos e africanos. UFBA.

SAHLINS, Marshall. 1986 [2008]. **Metáforas históricas e realidades míticas**: estrutura nos primórdios da história do reino das ilhas Sandwich. Tradução e apresentação: Fraya Frehse. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

SAHLINS, Marshall. 1972. The Original Affluent Society. *Stone Age Economics.* Tradução: Betty M. Lafer.

SAHLINS, Marshall. 1987 [1997]. **ILHAS DE HISTÓRIA**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

SAHLINS, Marshall. 1997 a. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I). Em: **Revista Mana**, v. 3, n. 1. Rio de Janeiro.

SAHLINS, Marshall. 1997 b. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte II). Em: **Revista Mana**, v. 3. n. 2, Rio de

Janeiro.

SCHWARTZ, Stuart B. 1988. **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras.

SCHWARTZ, Stuart B. 2001. **Escravos, roceiros e rebeldes**. São Paulo: Edusc.

SILVA, Diego Augusto Moraes. 2014. **A turistificação da cidade de Itacaré – Bahia e os seus efeitos socioeconômicos**. Licenciatura em Ciências Sociais. UESC. Ilhéus – BA.

TURNER, Victor. (1974 [1969]). **O processo ritual**: estrutura e anti-estrutura. Petrópolis: Vozes.

TURNER, Victor. 1974 [2008]. **Dramas, campos e metáforas**. Ação simbólica na sociedade humana. Niterói, RJ: Eduff.

VELHO, Otávio. 1987. **O Cativeiro da Besta-Fera**. Religião e Sociedade 14.

VELHO, Otavio. 1995. O Cativeiro da Besta-fera. Em: VELHO, Otavio. 1995. **BESTA-FERA: Recriação do mundo: ensaios críticos de Antropologia**. Rio de Janeiro: Relume – Dumará. P. 13-43.

WORTMANN, Klass. 1990. "Com parente não se negoceia. O campesinato como ordem moral. Em: **Anuário Antropológico 87**. Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro. P. 11-73.

https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/83183/decreto-2186-93

https://www.txairesorts.com

Vida de Mochila. 2021. Curta metragem: O QUILOMBO da RESISTÊNCIA, Itacaré, Bahia. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Y1MCGbqI4QA. Acessado em 03/11/2021.